

Mensagem à
**Assembleia
Legislativa**

Eduardo Leite
Governador

20
21

rs.gov.br

GOV
RS
NOVAS FAÇANHAS



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Mensagem à Assembleia Legislativa

Eduardo Leite
Governador

2021

GOVERNADOR DO ESTADO Eduardo Leite	VICE-GOVERNADOR DO ESTADO Ranolfo Vieira Júnior
SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL Otomar Vivian	SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS E HABITAÇÃO José Stédile
CHEFE DA CASA MILITAR Cel. Júlio César Rocha Lopes	SECRETÁRIO DE ESTADO DE TURISMO Rodrigo Lorenzoni
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO Eduardo Cunha da Costa	SECRETÁRIO DE ESTADO DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA Luís Lamb
SECRETÁRIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO Tânia Moreira	SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL Covatti Filho
SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO Cláudio Gastal	SECRETÁRIO DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER Francisco Vargas
SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Rodrigo Lorenzoni	SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA Artur Lemos Júnior
SECRETÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE ESTADO DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E INTERNACIONAIS Ana Amélia Lemos	SECRETÁRIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL Regina Becker
SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO Faisal Karam	SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA Cesar Faccioli
SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE Arita Bergmann	SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS Mauro Hauschild
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA Ranolfo Vieira Júnior	SECRETÁRIO DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO E APOIO AOS MUNICÍPIOS Agostinho Meirelles
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA Marco Aurélio Cardoso	SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA Beatriz Araújo
SECRETÁRIO DE ESTADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES Juvir Costella	SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DE ESTADO DE PARCERIAS Leonardo Busatto

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
PANORAMA DA ECONOMIA GAÚCHA.....	9
CENÁRIO ECONÔMICO INTERNACIONAL.....	9
CONJUNTURA BRASILEIRA.....	11
ATIVIDADE ECONÔMICA GAÚCHA NO CENÁRIO NACIONAL.....	13
CENÁRIO DAS FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS.....	19
O ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2021.....	19
UM BREVE QUADRO DAS FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS.....	21
O FINANCIAMENTO PÚBLICO ESTADUAL AO LONGO DO TEMPO.....	23
A EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTÁRIO, PRIMÁRIO E FINANCEIRO.....	23
PRINCIPAIS AGREGADOS DA RECEITA PÚBLICA.....	25
AS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AO ESTADO DO RS.....	27
AS RECEITAS PÚBLICAS.....	27
A EVOLUÇÃO DO GASTO DO RS.....	28
O FUNDO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB.....	34
A DÍVIDA DO ESTADO DO RS COM A UNIÃO.....	37
O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO RS.....	39
A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA E OS ODSs.....	42
MAPA ESTRATÉGICO DE GOVERNO.....	42
MODELO DE GOVERNANÇA.....	44
RS PARCERIAS.....	46
REFORMA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA.....	50
A EVOLUÇÃO DOS ODSs.....	52
REALIZAÇÕES DO GOVERNO EM 2020 E PRIORIDADES PARA 2021.....	64
REALIZAÇÕES DE 2020.....	64
PRIORIDADES PARA 2021.....	104
O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	108

APRESENTAÇÃO

Em atenção ao disposto no artigo 82, inciso IX da Constituição Estadual, encaminhamos a presente Mensagem à Assembleia Legislativa, por ocasião da abertura de sua sessão anual.

O documento apresenta um panorama da economia gaúcha – com destaques para o cenário econômico internacional e a conjuntura brasileira – e o quadro atual das finanças públicas estaduais. Na sequência, demonstra a evolução da estratégia de governo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), abordando aspectos como o modelo de governança adotado, as iniciativas de ampliação de investimentos e de fortalecimento da qualidade dos serviços públicos, através de parcerias com o setor privado, e as reformas estruturantes. No capítulo de realizações e prioridades, são descritas as principais ações empreendidas pelos órgãos de governo em 2020 e o conjunto de projetos definidos como estratégicos para 2021. Por fim, dedicamos um capítulo especial para tratar sobre o enfrentamento da pandemia pelo Estado do Rio Grande do Sul.

O ano de 2020 ficará marcado por muito tempo na memória dos gaúchos. Um período assolado pela pandemia mundial, que provocou impactos das mais diversas naturezas. A valorização das boas ações para preservar vidas foi a melhor atitude que levaremos desse ano tão difícil. A prioridade foi cuidar de quem estava próximo, para que o vírus não se alastrasse.

Com a tarefa de conter a expansão da COVID-19 no Rio Grande do Sul e de pensar em soluções para mitigar os efeitos da crise, instauramos, tão logo surgiram as primeiras notícias sobre a pandemia, o Gabinete de Crise, composto por oito comitês específicos, em que contamos com apoio técnico de especialistas e de entidades da sociedade e do governo para a construção conjunta de ações para o enfrentamento do coronavírus. Além disso, criamos e promovemos o modelo de Distanciamento Controlado, um exemplo nacional de boa prática na luta contra o vírus. O modelo, uma construção coletiva com aplicação colaborativa, monitorou indicadores de saúde e avaliou o impacto econômico de restrições e flexibilizações, a partir de um parâmetro transparente e confiável, com o uso regionalizado de bandeiras. O enfoque foi salvar vidas e afetar da menor forma possível a economia e o desenvolvimento no Estado.

Estruturamos, ainda, um amplo sistema de monitoramento de dados, que ganhou destaque nos *rankings* internacionais de transparência da COVID-19, com índices considerados “alto” e “ótimo”, e ampliamos em mais que o dobro a rede hospitalar gaúcha.

O coronavírus foi, sem dúvida, o capítulo mais marcante de 2020, mas não foi o único. A estiagem que se abateu sobre o solo gaúcho ocasionou muitas perdas na Agricultura, contribuindo para a queda histórica do PIB no ano.

Entretanto, 2020 não foi apenas um ano de pandemia no Rio Grande do Sul. Temos conquistas a serem valorizadas e que nos dão otimismo para 2021 e o futuro.

A partir das reformas estruturantes – administrativa e previdenciária – promovidas pelo governo, com apoio desta Assembleia Legislativa, 2020 foi o primeiro ano, depois de décadas, em que o Estado conseguiu reduzir a despesa com pessoal – em 4,2% – e o déficit previdenciário. A expectativa é que a reforma gere uma economia de R\$ 18 bilhões em 10 anos. Por esse motivo, nossa reforma previdenciária foi reconhecida pelo Centro de Liderança Pública – CLP como a melhor e mais profunda do Brasil. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA também destacou que as nossas mudanças anteciparam para 2020 resultados antes previstos para 2034 sobre o gasto com inativos.

Apresentamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2021, que norteou a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA 2021, com o objetivo de mostrar a real situação das finanças públicas do Estado, mantendo a dotação fixada na LOA anterior, de 2020, para os grupos de Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras. Ao fixar em zero o limite de expansão das dotações com recursos do Tesouro do Estado, espera-se um resultado anual menos desequilibrado para 2021. No entanto, ainda estamos longe do equilíbrio sustentável. A LOA 2021 estima uma arrecadação total em R\$ 42,865 bilhões e despesas da ordem de R\$ 50,958 bilhões, resultando em um déficit projetado de R\$ 8,093

bilhões. As cifras realistas demonstram um cenário complicado, de atenção aos gastos públicos e busca por parcerias para investimentos.

Desde o início da gestão, não medimos esforços para promover as privatizações e parcerias necessárias com a iniciativa privada para melhorar a qualidade dos serviços públicos. Em 2020, aceleramos a privatização das empresas do Grupo CEEE, com previsão de leilão da CEEE-D ainda para o 1º trimestre de 2021, assinamos a parceria público-privada do saneamento básico para a Região Metropolitana, com benefícios para 1,5 milhão de pessoas e realizamos o leilão de concessão da rodovia RSC-287, na Bolsa de Valores B3, em São Paulo, com deságio de 54,41% na tarifa de pedágio. Uma ação que não era promovida há muitos anos no Estado.

A agenda de reformas não parou por aí. No fim do último ano, iniciamos o processo responsável de redução da carga tributária, a partir da diminuição da alíquota básica do ICMS e da alíquota para compras internas e de fora do Estado, com o fim do imposto de fronteira. Uma medida que permitiu, por exemplo, manter os níveis de arrecadação para preservar a prestação de serviços, incluindo um plano de reposição de servidores na área de segurança pública e a continuidade da regularidade dos pagamentos aos hospitais e municípios, contribuindo para um melhor atendimento à população.

Regularizar os repasses à Saúde e colocar em dia o salário do funcionalismo gaúcho, a contar de novembro, após quase cinco anos de atrasos, foram, sem dúvida, duas das principais façanhas de 2020.

Também estamos fazendo o dever de casa ao simplificar e desburocratizar os processos e serviços do Estado, com projetos como o DescomplicaRS, em que revogamos leis ultrapassadas e facilitamos o atendimento em órgãos públicos com apresentação de menos documentos, e o rs.gov.br, site que oferece os serviços digitais do governo na palma da mão do cidadão.

Na área da Segurança, um tema considerado essencial em nossa gestão, o Rio Grande do Sul viu os indicadores de criminalidade despencarem em todo o Estado, em 2020. Resultado das ações combinadas de todos os órgãos de segurança pública no programa transversal e estruturante RS Seguro.

Outro tema fundamental é a Educação. O Estado foi destaque no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, divulgado em setembro, que mostrou que os alunos da rede estadual do Rio Grande do Sul apresentaram crescimento do nível de aprendizagem em todas as etapas de ensino na comparação com a amostragem de 2017.

Já na Infraestrutura, concluímos a duplicação da rodovia ERS-118, obra aguardada há mais de 20 anos pelos gaúchos, um legado de gestões anteriores que soubemos planejar e entregar à população.

A nós, compete a humildade de seguir na busca por soluções a cada desafio que surge no horizonte. No fim do ano, tão logo se noticiou a possibilidade da vacina no Brasil, o Estado se organizou com um amplo estoque de seringas. Também mobilizamos nossa estrutura e logística para colaborar com o Ministério da Saúde para colocar em prática o plano de vacinação da população.

Respeitamos os legados, porém, somos um governo de evolução. Olhamos para a frente. As conquistas que tivemos até aqui, os projetos aprovados na Assembleia Legislativa, foram fruto de diálogo e construção de consensos. Uma postura que nos dá credibilidade para seguir promovendo ações que visem reconduzir o Estado a uma era de mais desenvolvimento econômico e social, em que a máquina pública não entrave a sociedade.

E seguiremos insistindo em uma agenda transformadora, promovendo uma gestão pública transparente, responsável, sempre aberta ao diálogo com a sociedade e de braços dados com a ciência.

EDUARDO LEITE
Governador do Estado

PANORAMA DA ECONOMIA GAÚCHA

No momento em que esta Mensagem foi redigida, as perspectivas de crescimento econômico para 2020 sinalizam para uma taxa de -4,4%, segundo o Fundo Monetário Internacional – FMI, o que reflete os impactos econômicos da pandemia da COVID-19. O período mais agudo da crise foi registrado nos meses de março e abril, seguido de uma retomada da atividade econômica, especialmente no terceiro trimestre, e acompanhada de uma moderação na volatilidade dos mercados financeiros internacionais.

No entanto, essa recuperação, no âmbito das políticas econômicas expansionistas, tem características singulares, uma vez que é parcial, lenta, desigual e incerta. Ela é parcial, já que o nível de atividade econômica ainda não retomou o patamar pré-pandemia e emite sinais de enfraquecimento, em meio ao recrudescimento do número de casos da doença. Ela é lenta, haja vista a probabilidade de que, em 2021, ainda não sejam revertidas as perdas econômicas da crise.

A recuperação também é desigual, em termos regionais e setoriais. Isso porque a pandemia atingiu os países em variadas intensidades, em diferentes momentos e, diante disso, distintas medidas sanitárias e econômicas foram adotadas. Quanto aos setores, a recuperação é desigual entre a indústria e os serviços, sendo mais impactadas, especialmente, as atividades que dependem de maior interação pessoal.

Por fim, as incertezas permanecem diante da possibilidade de novos surtos da doença, enquanto uma parcela considerável da população não estiver imunizada contra o vírus. Além disso, o descolamento dos mercados financeiros em relação aos fundamentos oriundos da economia real é um alerta para a possibilidade de reversão brusca das condições financeiras internacionais. Diante desse cenário, fica explícita a necessidade da manutenção dos pacotes de estímulo econômico, no Brasil e no mundo.

Quanto ao Rio Grande do Sul, a COVID-19 significou um choque adicional em uma economia em desaceleração, que já contabilizava perdas na agricultura, provenientes da escassez pluviométrica. Portanto, o desempenho da economia gaúcha, em 2020, especialmente no primeiro semestre, pode ser explicado por um fator estritamente econômico, dado pela expectativa de desaceleração, somado a dois choques externos à economia, climático e sanitário.

No terceiro trimestre, a economia gaúcha apresentou uma retomada, a qual também é incompleta, marcada por uma resposta díspar na indústria e nos serviços e permanece repleta de incertezas. Nesse sentido, destaca-se o aumento das contaminações pela COVID-19 e a redução dos valores do Auxílio Emergencial. Quanto às perspectivas para 2021, há ainda a possibilidade de frustração nas expectativas da produção agrícola, a depender das condições pluviométricas dos primeiros meses de 2021. Porém, antes de estudar a economia do Rio Grande do Sul, torna-se relevante analisar o cenário internacional no qual a economia gaúcha está inserida e condicionada, o assunto a seguir.

CENÁRIO ECONÔMICO INTERNACIONAL

A expectativa de retração do PIB mundial em 2020 foi revisada para cima, diante da recuperação econômica parcial registrada no terceiro trimestre, com destaque para o desempenho da produção industrial e do comércio internacional. Isso pode ser atribuído, entre outros, aos programas de estímulo fiscal e monetário e ao movimento de gradual reabertura. No entanto, essa retomada apresenta sinais de desaceleração, no contexto do aumento do número de casos da doença. A **Tabela 1** exhibe as previsões, para 2020 e 2021, para o PIB mundial, por regiões e países selecionados:

Segundo o FMI, para 2020, a expectativa de variação do PIB mundial é de -4,4%, com taxa de -5,8% para as economias avançadas e de -3,3% para os países emergentes e em desenvolvimento. A diferença entre o desempenho dos dois grupos países é atribuída, entre outros, ao descolamento da *performance* da China, sendo projetada uma variação positiva no seu produto (1,9%), em 2020. Cumpre notar que a demanda chinesa por matérias-primas contribuiu para sustentar o volume das exportações brasileiras de bens básicos.

Tabela 1 - Taxa de crescimento (%) do PIB mundial, por regiões e países selecionados – 2018-2021

Grupos/ Regiões/ Países	2018	2019	2020*	2021*
Mundo	3.5	2.8	-4.4	5.2
Economias avançadas	2.2	1.7	-5.8	3.9
Estados Unidos	3.0	2.2	-4.3	3.1
Zona do Euro	1.8	1.3	-8.3	5.2
Reino Unido	1.3	1.5	-9.8	5.9
Japão	0.3	0.7	-5.3	2.3
Economias emergentes e em desenvolvimento	4.5	3.7	-3.3	6.0
China	6.7	6.1	1.9	8.2
Índia	6.1	4.2	-10.3	8.8
América Latina e Caribe	1.1	0.0	-8.1	3.6
Brasil	1.3	1.1	-5.8	2.8
México	2.2	-0.3	-9.0	3.5
Argentina	-2.5	-2,1	-11.8	4.9

Fonte: *World Economic Outlook/FMI*, outubro de 2020. Nota 1: Os dados para 2020* e 2021* são projeções.

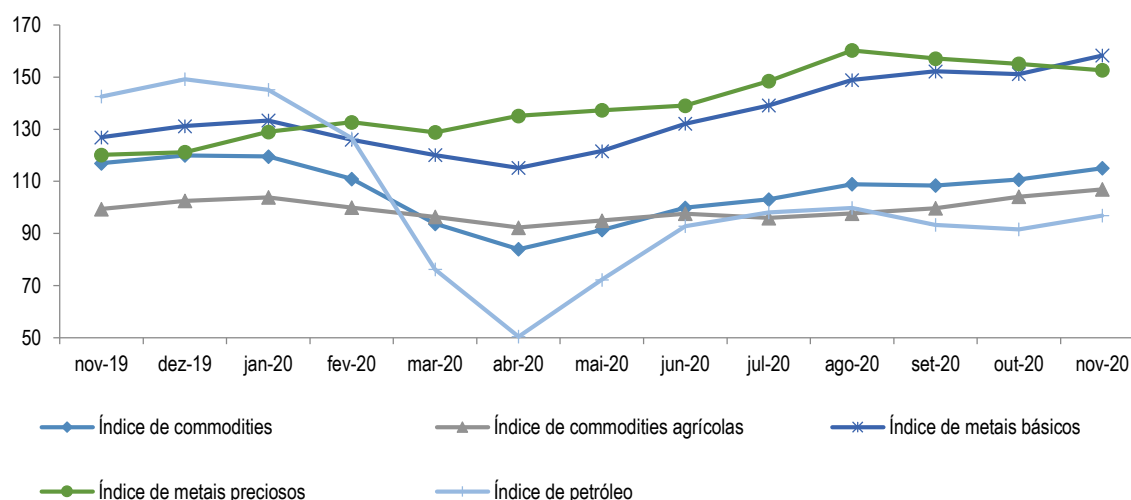
Por sua vez, com relação aos Estados Unidos e Argentina, importantes parceiros comerciais do Brasil e do Rio Grande do Sul, a taxa esperada de crescimento do PIB, em 2020, é de -4,3%, e -11,8%, respectivamente. Para 2021, é estimada uma recuperação da economia mundial, a qual, no entanto, será insuficiente para retomar o patamar econômico pré-pandemia, na maior parte dos países, e tem um nível de incerteza acima do usual.

Vale destacar que o estudo do cenário econômico internacional é relevante para a dinâmica econômica do Rio Grande do Sul, diante das relações produtivas, comerciais e financeiras entre a economia regional, brasileira e internacional. No que concerne às transações comerciais internacionais, o FMI estima uma retração de 10,4% no volume do comércio de bens e serviços, no ano de 2020.

Nesse contexto, o valor das exportações brasileiras caiu 7,4%, no acumulado dos primeiros nove meses de 2020, em relação a igual período de 2019, com destaque negativo para o baixo desempenho dos volumes exportados de bens manufaturados. Já o valor das vendas externas gaúchas registrou taxa de -25,3%, nesse mesmo intervalo, segundo dados do Ministério da Economia.

Um fator relevante para o valor das vendas externas do País e do Estado são os preços internacionais de *commodities*, os quais são determinados no mercado internacional. Ao longo da pandemia, é possível observar um período de retração nos preços internacionais de *commodities* – com destaque para o preço de petróleo – e uma subsequente recuperação a partir do segundo semestre, especialmente para o grupo dos metais (Figura 1).

Figura 1 - Índice de preços internacionais de *commodities* – nov./2019 a nov./2020

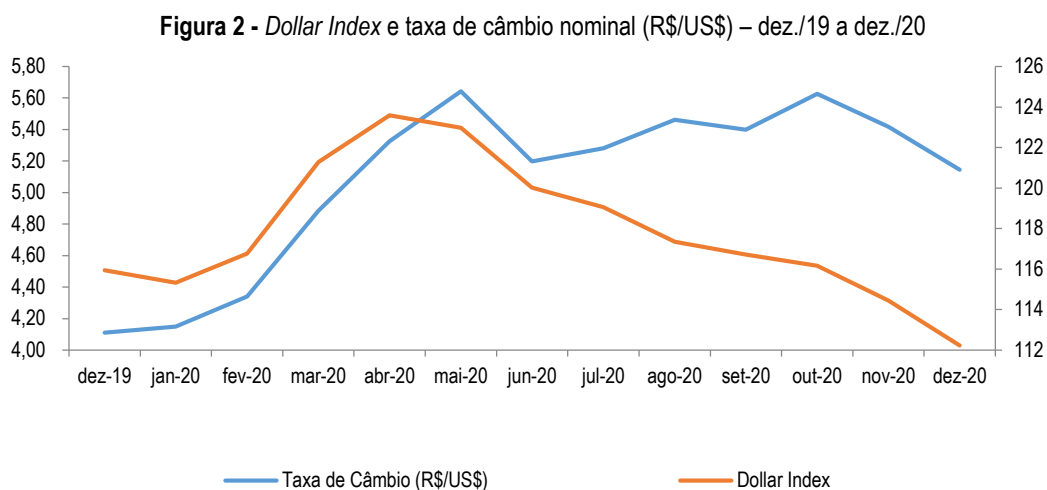


Fonte: FMI. Nota 1: Os índices têm base 2016=100.

Outra variável importante para economias exportadoras é a taxa de câmbio, a qual determina o valor em moeda doméstica com as vendas externas. Ao longo do ano, o real se depreciou abruptamente, em um primeiro momento, de forma concomitante ao movimento internacional de valorização do dólar. Isso foi influenciado pela saída de capitais, especialmente de países emergentes e em desenvolvimento, em direção aos países com melhor posicionamento na hierarquia internacional de moedas, notadamente os Estados Unidos.

Já no segundo semestre, foi registrado um descolamento entre as variáveis, o que pode ser explicado, especialmente, pelo expansionismo monetário do Federal Reserve, por um lado, e à condução das taxas de juros brasileiras em um piso histórico, por outro.

A partir de novembro, observou-se um processo de queda na taxa de câmbio (R\$/US\$), após o resultado das eleições norte-americanas e diante de um maior otimismo nos mercados financeiros internacionais. Assim, em novembro, o dólar ficou cotado, em média, em R\$ 5,42, o que representou uma apreciação cambial mensal de 3,7%, em relação ao valor médio do dólar em outubro (R\$ 5,63). Esse movimento se intensificou em dezembro, e a cotação média ficou em R\$ 5,15, no último mês do ano, período marcado pelo início da vacinação nas economias avançadas (Figura 2).



Fonte: Banco Central do Brasil e Federal Reserve (FED). Nota: Dollar Index é o índice da taxa de câmbio nominal de uma cesta de moedas por unidade de dólar, com base jan./06=100, e está no eixo direito.

A despeito da saída recorde de capitais do Brasil no período mais agudo da crise, o País mantém a sua solidez do ponto de vista externo, ao considerar o estoque de reservas internacionais administradas pelo Banco Central do Brasil de US\$ 355,6 bilhões, conforme posição de dezembro de 2020.

Em suma, a pandemia da COVID-19 se materializará em uma queda histórica do produto mundial, o que torna imprescindível a manutenção das políticas econômicas expansionistas. A possibilidade de novos surtos da doença, por um lado, e as perspectivas favoráveis quanto à vacinação, por outro, adicionam incertezas para baixo e para cima, respectivamente, no esperado processo de recuperação da economia, em 2021. Com isso em mente, a conjuntura econômica brasileira é analisada na seção a seguir.

CONJUNTURA BRASILEIRA

No País, a pandemia atingiu uma economia com alto desemprego, de 11,0% no último trimestre de 2019, condições precárias no mercado de trabalho e um lento dinamismo econômico. Vale lembrar que a economia permanecia abaixo do nível de 2014, e a promessa de recuperação de um crescimento mais robusto para 2019 não se confirmou.

Em meio à crise da COVID-19, a taxa de desemprego subiu para 14,6%, no período de julho-setembro de 2020, a despeito do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (Lei Federal nº 14.020). Essa medida possibilitou a redução da jornada de trabalho e de salário ou a suspensão dos contratos.

Do ponto de vista financeiro, a crise representou um aumento no endividamento das empresas e famílias. De acordo com dados do Banco Central do Brasil, o saldo da carteira de crédito, em proporção do PIB, aumentou de 47,0% para 53,1%, entre dezembro de 2019 e novembro de 2020.

Diante da magnitude da perda de renda, provocada pela crise da COVID-19, foi aprovado um conjunto de medidas econômicas, entre elas, políticas de renda, fiscais, monetárias e creditícias. O destaque é o programa de Auxílio Emergencial, o qual permitiu condições mínimas de subsistência para um amplo contingente da população brasileira e sustentou uma recuperação parcial da economia, no terceiro trimestre do ano.

Do ponto de vista fiscal, o governo também aumentou os gastos, por exemplo, com o seguro-desemprego, o auxílio financeiro a Estados e Municípios, o financiamento da folha salarial, o apoio a micro e pequenas empresas, com as despesas de saúde, entre outros.

Esse crescimento dos gastos públicos, em meio à redução da arrecadação, foi possível graças à flexibilização da regra que estabelece uma Meta para o Superávit Primário (Lei de Responsabilidade Fiscal), da Regra de Ouro (artigo 167 da Constituição Federal), a qual impede a emissão de dívida para cobrir gastos correntes, e do chamado Teto dos Gastos (Emenda Constitucional nº 95, aprovada em 2016).

Para isso, foram aprovados o Estado de Calamidade e o chamado “Orçamento de Guerra” (Emenda Constitucional nº 106). Ademais, os gastos com o Auxílio Emergencial, por exemplo, foram computados como crédito extraordinário, portanto, não entraram no cálculo da Regra do Teto de Gastos.

Quanto à política monetária, foram aprovadas medidas de injeção de liquidez, dada a permissão para a compra de títulos públicos e privados, no mercado secundário, por parte do Banco Central do Brasil. Houve também redução no requerimento de depósitos compulsórios dos bancos e uma queda da taxa SELIC, a qual vinha ocorrendo desde 2019, ao piso histórico de 2,0%.

Nesse contexto, no pior momento econômico da pandemia, o PIB caiu 1,5% e 9,6%, no primeiro e no segundo trimestres de 2020, respectivamente, se comparados aos trimestres imediatamente anteriores, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Já em relação aos mesmos trimestres de 2019, o PIB do Brasil registrou taxas de -0,3% e -10,9%, nessa ordem.

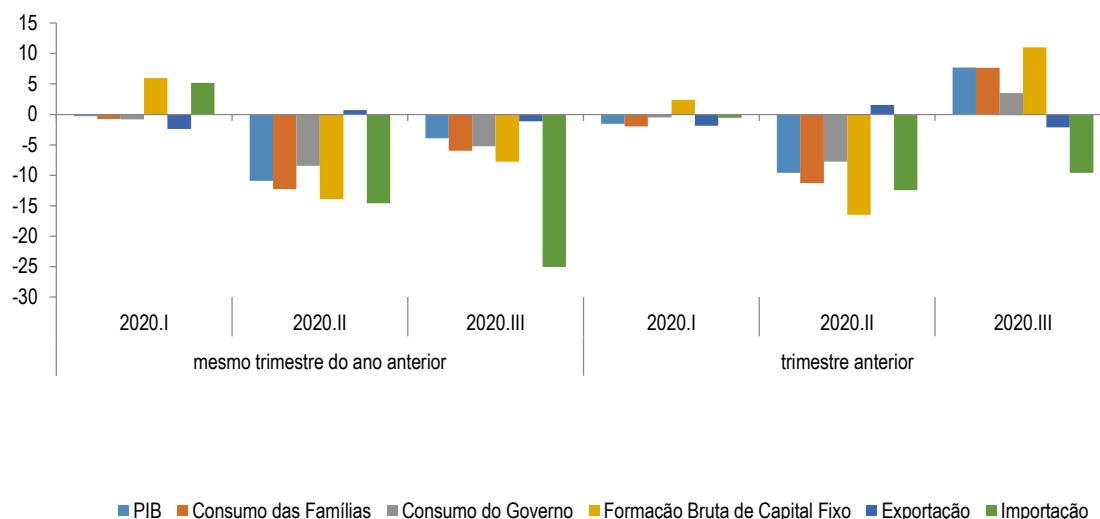
No terceiro trimestre de 2020, por sua vez, a economia brasileira exibiu uma recuperação, diante do movimento de gradual reabertura e dos efeitos multiplicadores das políticas expansionistas, notadamente do Auxílio Emergencial. Isso sustentou uma taxa positiva de 7,7%, em relação ao trimestre anterior (ajustada sazonalmente), com destaque para o crescimento da formação bruta de capital fixo (11,0%), do consumo das famílias (7,6%) e do consumo do governo (3,5%). No setor externo, a contribuição também foi positiva, pois as importações registraram queda mais intensa (-9,6%) do que a das exportações (-2,1%) (Figura 3).

Em termos setoriais, na margem, a indústria exibiu uma taxa de 14,8%, no terceiro trimestre de 2020, enquanto os serviços registraram um desempenho inferior (6,3%), especialmente aqueles que mais dependem da interação pessoal, conforme será discutido na próxima seção. A agropecuária, por sua vez, registrou taxa de -0,5%, nesse período. No entanto, ao analisar em relação ao mesmo período de 2019, o PIB registrou uma variação negativa de 3,9%, no terceiro trimestre de 2020 e acumula no ano uma taxa negativa de 5,0%.

Quanto às previsões para o ano de 2020, o Boletim Focus, de 08 de janeiro de 2021, sinaliza uma queda de 4,4% para o PIB brasileiro, enquanto o FMI projeta um recuo de 5,8%. Quanto à inflação, o mesmo relatório do Banco Central indica uma taxa de 4,4% para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, em 2020, portanto acima da meta, mas dentro das bandas de tolerância estipuladas.

Esse aumento na inflação é reflexo, principalmente, das pressões oriundas dos preços dos alimentos, do aumento dos preços de commodities e da depreciação cambial, as quais o Banco Central classifica como choques temporários. Há ainda que citar os impactos do aumento do preço da energia, do ponto de vista doméstico.

Figura 3 – Taxa de crescimento (%) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e ao imediatamente anterior – PIB do Brasil – 1º tri./2020 – 3º tri./2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por fim, quanto às perspectivas de uma recuperação econômica em 2021, a principal incerteza é a evolução da pandemia no País e no mundo. Nesse sentido, a economia dependerá, especialmente, dos estímulos fiscais, monetários e creditícios para dar suporte às empresas em dificuldade e às famílias desprovidas dos meios para a sua subsistência. Assim, a retirada desses estímulos se transforma em um obstáculo adicional para o desejável movimento de retomada.

É nesse cenário que deve ser compreendido o desempenho da atividade econômica do Rio Grande do Sul, em um recorte setorial, assunto da próxima seção. A seguir, são apresentados os dados da Agropecuária, da Indústria, do Comércio e dos Serviços do Estado, em paralelo aos resultados setoriais registrados no País.

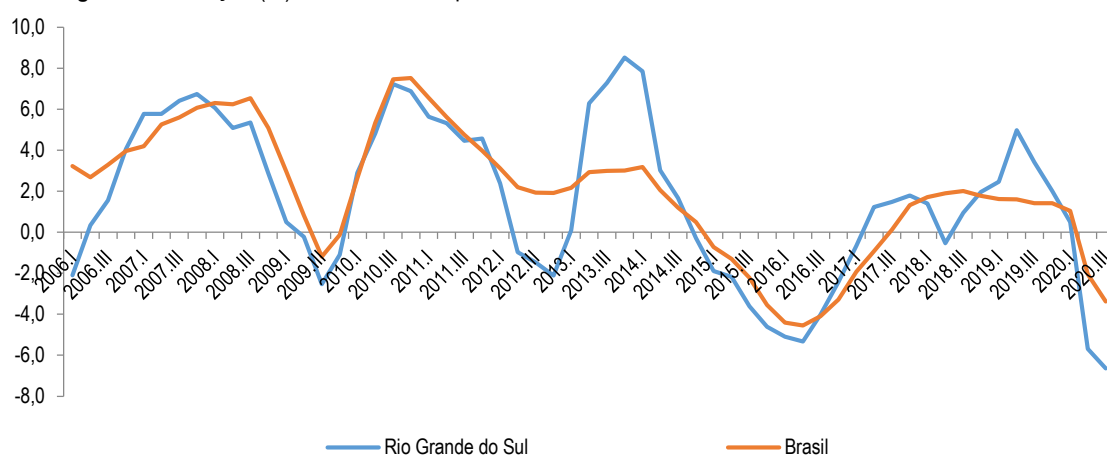
ATIVIDADE ECONÔMICA GAÚCHA NO CENÁRIO NACIONAL

No Rio Grande do Sul, desde o segundo semestre de 2019, houve um arrefecimento na atividade econômica, segundo os dados da SPGG-RS/DEE e conforme a Figura 4. Além da referida desaceleração, em 2020, a economia gaúcha registrou uma quebra substancial na produção agrícola e sofreu os impactos da pandemia da COVID-19.

Esses dois choques externos à economia, a pandemia e a estiagem, concentraram seus impactos negativos, principalmente, no segundo trimestre de 2020, no qual o PIB registrou queda de 13,7%, em comparação com o trimestre imediatamente anterior, e retração de 17,1%, em relação ao mesmo trimestre de 2019. Diante da base de comparação reduzida, dos efeitos positivos das políticas econômicas expansionistas, notadamente o Auxílio Emergencial, e do movimento de reabertura, registrou-se uma recuperação de 12,9%, no terceiro trimestre, na margem e considerando o ajuste sazonal.

Porém, esse movimento é insuficiente para recuperar as perdas do ano e é desigual entre os setores e as atividades econômicas. Conforme a Tabela 2, é possível inferir que, o PIB caiu de forma mais abrupta no Estado (-8,6%) em relação ao País (-5,0%), ao considerar os dados acumulados no ano, até o terceiro trimestre de 2020. A principal explicação está no desempenho da agropecuária (-31,1% no Estado e 2,4% no País) e da indústria (-8,8% e -5,1%, nessa ordem). Relacionada a isso está a estiagem no Rio Grande do Sul, que afetou não apenas o setor primário, mas também o setor de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana. Já os serviços exibiram taxa idêntica de -5,3%, nas duas dimensões geográficas, com destaque negativo para a categoria outros serviços.

Figura 4 – Variação (%) acumulada em quatro trimestres do PIB – Brasil e RS – 1º tri./2006 – 3º tri./2020



Fontes: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais/IBGE; SPGG-RS/DEE.

Tabela 2 – Taxa de variação (%) do PIB – Brasil, Rio Grande do Sul – acumulado no ano até o 3º trimestre de 2020

	Rio Grande do Sul	Brasil
PIB	-8,6	-5,0
Agropecuária	-31,1	2,4
Indústria	-8,8	-5,1
Extrativa Mineral	-0,5	4,3
Transformação	-8,2	-7,4
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	-12,4	-1,0
Construção	-8,7	-7,8
Serviços	-5,3	-5,3
Comércio	-6,5	-5,0
Transporte, armazenagem e correio	-2,1	-10,9
Serviços de informação	-0,4	-1,2
Intermediação financeira e seguros	1,5	4,3
Atividades Imobiliárias	1,3	2,2
Outros Serviços	-13,0	-13,0
APU, educação pública e saúde pública	-2,4	-5,0

Fontes: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais/IBGE; SPGG-RS/DEE.

Quanto ao setor primário, a falta de chuvas, no final de 2019 e no início de 2020, prejudicou a agricultura gaúcha e se transformou em um choque considerável de oferta, o que contrasta com a expectativa de produção agrícola recorde no País, em 2020. Isso impactou o PIB do Rio Grande do Sul, principalmente no primeiro e no segundo trimestres de 2020. Desse modo, a queda no valor adicionado bruto da agropecuária foi de 31,1%, conforme dados acumulados no ano até o terceiro trimestre de 2020.

Com relação às principais lavouras selecionadas do Rio Grande do Sul, para 2020 a queda esperada na produção de soja é de 39,0%, enquanto para a produção de milho a taxa estimada é de -26,7% e a do fumo, -22,9%. Por outro lado, a produção de arroz apresenta estimativa positiva de 8,4% e a de uva 10,4%, de acordo com a Tabela 3.

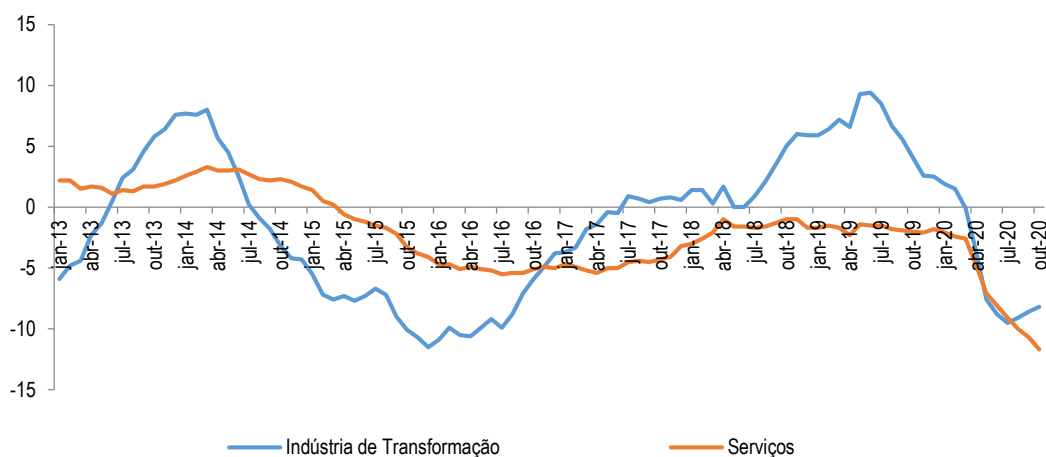
Por sua vez, a COVID-19 representou um choque, tanto de oferta, quanto de demanda, na indústria e nos serviços. Com base na Figura 5, é possível observar que a indústria já estava em desaceleração cíclica, desde o segundo semestre de 2019, e os serviços já exibiam um lento dinamismo, antes de sofrerem os impactos da pandemia.

Tabela 3 – Produção agrícola (toneladas), produtos selecionados – Brasil, Rio Grande do Sul – 2019, 2020*

Produto das lavouras	Brasil			Rio Grande do Sul		
	2019	2020	Var. (%) 2020/2019	2019	2020	Var. (%) 2020/2019
Arroz	10.260.474	11.064.339	7,8%	7.172.102	7.773.220	8,4%
Milho (1ª Safra)	25.985.997	26.592.362	2,3%	5.738.614	4.208.693	-26,7%
Milho (2ª Safra)	74.580.128	74.374.796	-0,3%	-	-	-
Soja	113.488.489	121.550.704	7,1%	18.495.151	11.289.663	-39,0%
Trigo	5.231.336	6.332.264	21,0%	2.286.672	2.300.543	0,6%
Cana-de-açúcar	667.532.475	690.436.681	3,4%	627.893	538.023	-14,3%
Fumo	759.470	695.745	-8,4%	373.447	288.013	-22,9%
Laranja	17.614.270	17.010.920	-3,4%	352.451	321.923	-8,7%
Uva	1.445.705	1.395.708	-3,5%	666.423	735.666	10,4%

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), divulgado em 10/12/2020.

Figura 5 – Variação (%) acumulada em 12 meses – Volume dos serviços e da indústria de transformação – RS – jan./2013 a out./2020



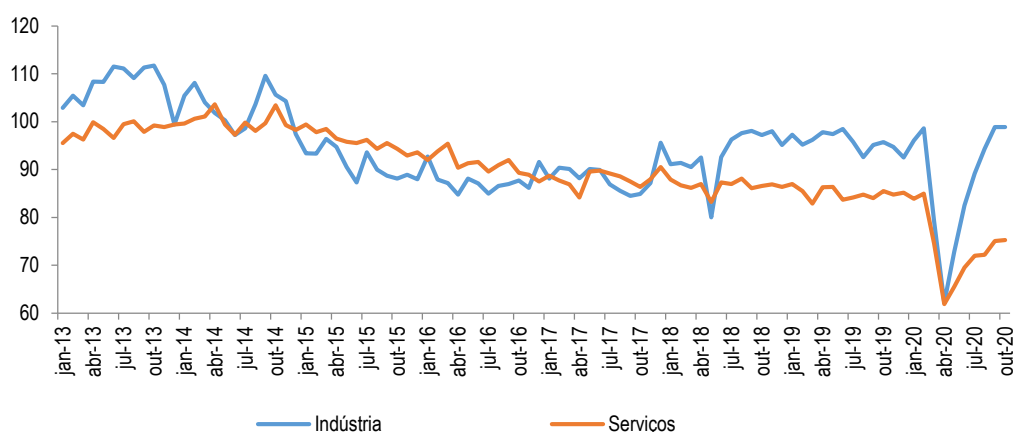
Fontes: Pesquisa Mensal de Serviços/IBGE; Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF/IBGE).

De acordo com a Figura 6, o período mais agudo da crise foi registrado em abril e, a partir de maio, inicia o movimento de recuperação, marcado por uma heterogeneidade setorial. Enquanto a indústria, em termos agregados, exibe uma recuperação em um formato de “V” e retoma o patamar de produção pré-pandemia, os serviços exibem maiores dificuldades de retomada, especialmente aqueles mais impactados pelo distanciamento social. Vale notar, ainda, os sinais de desaceleração no movimento de recuperação, ao final do período observado.

Mesmo na indústria de transformação, a recuperação é desigual entre as atividades, tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul, conforme a Tabela 4. Isso pode ser observado ao se comparar, para as distintas atividades, a diferença entre as taxas acumuladas no ano até abril, o pior momento, e até outubro, que compreende o período de queda e de recuperação.

Ao se analisar a variação acumulada no ano até outubro de 2020, em comparação com o mesmo intervalo do ano anterior, os resultados são negativos para a maior parte das atividades no Rio Grande do Sul, exceto para alimentos (0,1%), bebidas (1,8%), fumo (7,3%), celulose (4,2%), derivados do petróleo (1,6%) e produtos de metal (2,1%).

Figura 6 – Índice do Volume dos serviços e da indústria – Rio Grande do Sul – jan./2013 a out./2020



Fontes: Pesquisa Mensal de Serviços/IBGE; Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF/IBGE).

Tabela 4 – Variação (%) acumulada no ano – Produção da indústria de transformação – BR/RS – abr./20 e out./20

	Brasil		Rio Grande do Sul	
	abr./20	out./20	abr./20	out./20
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	-9,1	-6,8	-13,3	-9,0
Alimentos	2,5	5,2	2,3	0,1
Bebidas	-15,3	-2,0	-14,2	1,8
Produtos do fumo	-6,1	8,4	-12,8	7,3
Couro e calçados	-25,7	-24,8	-19,6	-27,6
Celulose e produtos de papel	2,6	1,1	5,7	4,2
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	5,6	4,8	0,4	1,6
Outros produtos químicos	-3,3	-2,3	-9,9	-8,5
Produtos de borracha e plásticos	-9,3	-5,4	-11,2	-2,5
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-13,0	-5,3	-21,5	-13,8
Metalurgia	-10,3	-11,2	-22,0	-11,4
Produtos de metal, exceto máq. e equipamentos	-10,2	-3,7	-12,0	2,1
Máquinas e equipamentos	-10,8	-9,4	-20,0	-7,2
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-32,2	-34,4	-27,2	-27,8
Móveis	-17,9	-6,5	-25,4	-11,2

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF/IBGE).

No que concerne aos serviços, conforme a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, no Estado, todas as categorias apresentaram taxas negativas, no acumulado do ano até outubro, em consonância com a Tabela 5. Em média, os serviços caíram 13,8%, nos primeiros dez meses de 2020, em comparação com igual período de 2019. A categoria mais atingida pela pandemia refere-se aos serviços prestados às famílias, com queda acumulada de 39,4%, no intervalo analisado.

Por fim, os dados do comércio varejista ampliado do Estado e do País, de acordo com a Figura 7, indicam que a queda ocorreu de forma mais rápida do que a subsequente recuperação, a qual foi impulsionada, entre outros, pelos gastos com o Auxílio Emergencial. Dessa forma, em outubro de 2020, o patamar de vendas estava 0,3% superior ao nível pré-pandemia, no Rio Grande do Sul, enquanto, no Brasil, as vendas estavam 4,9% acima ao resultado de fevereiro de 2020.

Ao se considerar os dados acumulados no ano até outubro, em relação ao mesmo período do ano anterior, a categoria hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo registrou

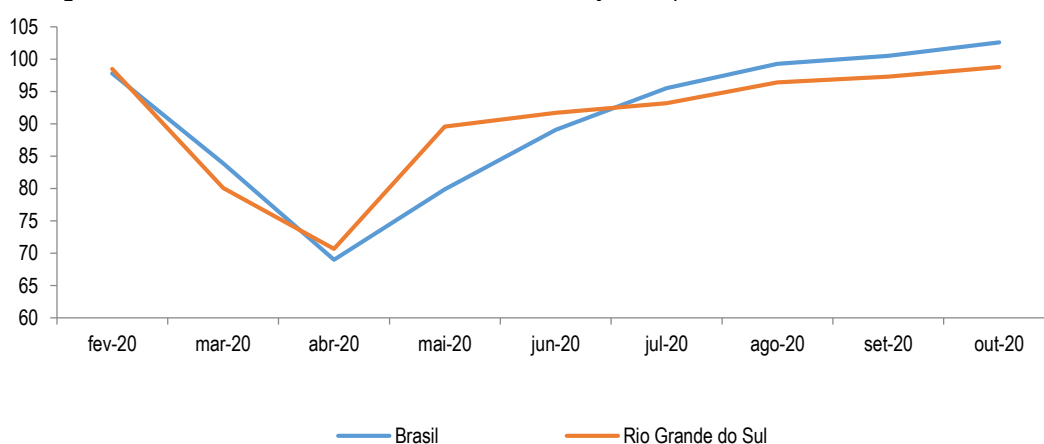
desempenho positivo (7,1%), assim como artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (1,4%) e material de construção (6,3%). As demais atividades apresentaram taxas negativas, especialmente livros, jornais, revistas e papelaria (-33,4%), veículos (-23,5%) e tecidos, vestuário e calçados (-33,2%) (Tabela 6).

Tabela 5 – Variação (%) acumulada no ano – Atividades de serviços – Rio Grande do Sul – out./20

Total	-13,8
Serviços prestados às famílias	-39,4
Serviços de informação e comunicação	-6,4
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-13,7
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-14,1
Outros serviços	-14,5

Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços (PMS/IBGE).

Figura 7 – Índice de volume de vendas no comércio varejista ampliado – Brasil, RS – fev./20 – out./20



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Nota: ajustado sazonalmente e com base 2014=100.

Tabela 6 – Variação (%) acumulada no ano - Volume de vendas no comércio varejista ampliado – RS – out./20

Atividades	Brasil	Rio Grande do Sul
Combustíveis e lubrificantes	-10,4	-6,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,7	7,1
Hipermercados e supermercados	6,8	7,6
Tecidos, vestuário e calçados	-27,6	-33,2
Móveis e eletrodomésticos	10,8	-1,9
Móveis	11,1	-1,8
Eletrodomésticos	10,7	-5,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	7,2	1,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	-30,7	-33,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-17,4	-13,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	0,7	-5,4
Veículos, motocicletas, partes e peças	-16,8	-23,5
Material de construção	9,4	6,3

Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE.

Em suma, o ano de 2020 será marcado pela pandemia da COVID-19, com impactos profundos em uma economia que já não apresentava um vigoroso dinamismo, em termos mundiais, domésticos e regionais. Desse modo, o Rio Grande do Sul, para além da desaceleração cíclica prévia e do choque de oferta agrícola provocado pela estiagem, sofre os impactos abruptos da crise do coronavírus, nas suas condições de oferta e de demanda. Dessa forma, as expectativas para 2020 sinalizam para uma queda histórica do PIB gaúcho.

Cumprir notar que, apesar da recuperação parcial registrada no terceiro trimestre, há sinais de desaceleração, em meio ao aumento do número de contaminações e diante das incertezas relacionadas à redução do Auxílio Emergencial. Conforme pontuado anteriormente, a recuperação é marcada por uma dualidade setorial e demonstra maior dificuldade principalmente nos serviços, especialmente aqueles que requerem maior interação pessoal.

Quanto às perspectivas para 2021, enquanto uma parcela considerável da população não estiver imunizada contra a COVID-19, permanecerão os entraves para a recuperação econômica e o retorno a uma situação mais próxima da normalidade. Adiciona-se a esse cenário, dominado por incertezas e dificuldades, as perspectivas de retirada dos estímulos econômicos, no País, e o risco de que a irregularidade das chuvas prejudique a produção agrícola, no Estado, diante do fenômeno La Niña.

CENÁRIO DAS FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS

O ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2021

A Lei de Diretrizes Orçamentárias Estadual nº 15.488 – LDO 2021, de 17/07/2020, norteou a elaboração do orçamento de 2021. Seus artigos de nºs 19, 39 e 40, determinaram que os grupos de Pessoal e Encargos Sociais, das Outras Despesas Correntes, dos Investimentos e das Inversões Financeiras, com a fonte de recursos do Tesouro, fossem mantidos com a mesma dotação fixada na Lei Orçamentária de 2020, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 30/04/2020. Ao fixar em zero o limite de expansão das dotações com recursos do Tesouro do Estado, espera-se um resultado anual menos desequilibrado para 2021.

A LDO 2021 foi elaborada com a finalidade de mostrar a real situação das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, o orçamento estadual de 2021, aprovado pela Assembleia Legislativa – ALRS, vai ao encontro do atual momento histórico, no qual o Brasil e o mundo buscam se reerguer da severa depressão ocorrida em 2020, por conta da pandemia. Para este ano de 2021, uma recuperação econômica sustentável ainda é incerta. Tal incerteza poderá se dissipar com uma ampla e eficaz vacinação da população.

A Tabela 7 mostra os principais agregados estimados da Receita Pública, constantes no orçamento de 2021. Sobre uma receita total de R\$ 58,8 bilhões, excluídas as receitas intraorçamentárias de R\$ 15,9 bilhões, estima-se um montante de arrecadação ajustada de R\$ 42,9 bilhões, contra R\$ 44,9 bilhões previstos em 2020, decréscimo de R\$ 2,0 bilhões, ou 4,5% menor do que o ano anterior.

Tabela 7 - Principais Agregados das Receitas Públicas Consolidadas previstas nos exercícios de 2020 e 2021

Agregados da Receita Pública	LOA 2020	LOA 2021	LOA 2021 - LOA 2020	% LOA 2021 / LOA 2020
Receitas Correntes	44.417.259.604	42.435.663.691	-1.981.595.913	-4,5
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	46.501.450.682	43.907.782.811	-2.593.667.871	-5,6
ICMS TOTAL	37.550.000.000	34.529.000.000	-3.021.000.000	-8,0
IPVA TOTAL	3.091.622.789	3.277.000.000	185.377.211	6,0
IRRF	2.980.585.109	3.424.558.572	443.973.463	14,9
Demais Impostos e Taxas	2.879.242.784	2.677.224.239	-202.018.545	-7,0
Receitas de Contribuições	3.842.500.163	4.524.438.774	681.938.611	17,7
Receitas Patrimoniais	990.188.572	677.561.989	-312.626.583	-31,6
Receitas Agropecuária, Industrial e de serviços	633.892.074	505.836.303	-128.055.771	-20,2
Transferências Correntes	9.443.064.392	8.833.294.418	-609.769.974	-6,5
Cota-parte do Fundo Participação dos Estados	2.262.805.467	2.147.537.775	-115.267.692	-5,1
Cota-parte do IPI - Estados Exportadores	549.324.054	525.153.787	-24.170.267	-4,4
Perdas da Lei Kandir	146.900.228	301.000.000	154.099.772	104,9
Salário Educação	671.257.989	338.106.765	-333.151.224	-49,6
Fundo da Educação (Crédito do FUNDEB)	4.633.727.359	4.339.687.094	-294.040.265	-6,3
Repasse do SUS	861.772.031	942.750.000	80.977.969	9,4
Demais Transferências Correntes	317.277.264	239.058.997	-78.218.267	-24,7
Outras Receitas Correntes	667.145.261	542.057.276	-125.087.985	-18,7
Deduções para o Fundo da Educação (Débito do FUNDEB)	-6.655.078.095	-6.240.822.593	414.255.502	-6,2
Deduções para as Transferência aos Municípios (TLCM)	-11.005.903.445	-10.314.485.287	691.418.158	-6,3
Receitas de Capital	460.196.743	429.715.139	-30.481.604	-6,6
Operações de Crédito	64.300.000	28.893.376	-35.406.624	-55,1
Outras Receitas de Capital	395.896.743	400.821.763	4.925.020	1,2
Total das Receitas sem as Transferências Intraorçamentárias	44.877.456.347	42.865.378.830	-2.012.077.517	-4,5
(+) Transferências de Receitas Intraorçamentárias	16.282.469.579	15.957.560.595	-324.908.984	-2,0
Total das Receitas com as Transferências Intraorçamentárias	61.159.925.926	58.822.939.425	-2.336.986.501	-3,8

Fonte: LOA 2020 e LOA 2021.

Nota: A LOA 2020 estimou um total de receitas, sem as intraorçamentárias, de R\$ 44,887 bilhões, sendo que foram arrecadadas R\$ 47,076 bilhões.

A Tabela 8 mostra os principais agregados da Despesa Pública fixados no orçamento de 2021. Sobre uma despesa total de R\$ 66,9 bilhões, excluindo as transferências intraorçamentárias (dupla contagem contábil), de R\$ 15,9 bilhões, dotou-se um gasto total ajustado de R\$ 51,0 bilhões, contra R\$ 50,2 bilhões previstos em 2020, acréscimo de R\$ 800 milhões, ou seja, 1,6% maior do que o ano anterior.

A fixação das despesas com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais sem as Transferências Intraorçamentárias é de R\$ 31,8 bilhões. O gasto com Outras Despesas Correntes sem as Transferências Intraorçamentárias (Manutenção, Custeio da máquina pública e repasses do SUS) alcança R\$ 11,7 bilhões; o Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização), R\$ 4,5 bilhões; os Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras), R\$ 1,1 bilhão; e as Reservas Orçamentária e Previdenciária, R\$ 1,8 bilhão.

Tabela 8 – Principais Agregados das Despesas Públicas Consolidadas para os exercícios de 2020 e 2021

Agregados da Despesa Pública	LOA 2020	LOA 2021	LOA 2021-LOA 2020	%LOA 2021 / LOA 2020
Pessoal e Encargos Sociais	30.756.650.396	31.832.117.666	1.075.467.270	3,5
Outras Despesas Correntes (Manutenção e Custeio)	11.877.946.110	11.685.054.718	-192.891.392	-1,6
Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização)	4.559.705.823	4.544.138.994	-15.566.829	-0,3
Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras)	1.040.393.449	1.130.405.978	90.012.529	8,7
Reservas Orçamentária e Previdenciária	1.921.261.682	1.766.435.875	-154.825.807	-8,1
Total das Despesas sem as Transferências Intraorçamentárias	50.155.957.460	50.958.153.231	802.195.771	1,6
(+) Transferência de Despesas Intraorçamentárias	16.282.469.579	15.957.560.595	-324.908.984	-2,0
Total das Despesas com as Transferências Intraorçamentárias	66.438.427.039	66.915.713.826	477.286.787	0,7

Fonte: LOA 2020 e LOA 2021.

Nota 1: A LOA 2020 estimou um total de gastos, sem os intraorçamentários, de R\$ 50,156 bilhões, sendo que foram efetivamente empenhados R\$ 47,846 bilhões.

Nota 2: Na LOA 2020 foram estimadas despesas com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais no montante de R\$ 30,757 bilhões, sendo que foram executadas R\$ 30,487 bilhões;

Observe-se que o orçamento do Estado para o exercício de 2021, sem as despesas de transferências intraorçamentárias (dupla contagem contábil), injetará na economia gaúcha R\$ 51,0 bilhões, em torno de 10,0% do PIB total do Rio Grande do Sul.

Nos orçamentos aprovados de 2019, 2020 e 2021, evidenciou-se que a diferença entre as receitas totais e as despesas totais resultaram em um déficit orçamentário explícito de R\$ 7,4 bilhões, R\$ 5,3 bilhões e R\$ 8,1 bilhões, respectivamente.

A Tabela 9 aloca os recursos do orçamento de investimentos das estatais gaúchas, constantes na LOA 2021, de R\$ 2,32 bilhões, em três grandes áreas: a de Infraestrutura (R\$ 1,74 bilhão); a Econômica (R\$ 31 milhões); e a de Gestão e Governança (R\$ 549 milhões).

Tabela 9 – Demonstrativo dos investimentos das empresas estatais gaúchas por Área - Orçamento de 2021

Área de Infraestrutura	1.739.670.681
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS	39.628.032
Companhia estadual de distribuição de energia elétrica - CEEE-D	191.869.029
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	688.873.725
Companhia Riograndense de Mineração - CRM	69.210.800
Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	592.906.463
Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR	157.182.631
Área Econômica	31.120.000
BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento - BADESUL	29.000.000
Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA	2.120.000
Área Administrativa – Gestão e Governança	548.542.708
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BANRISUL	473.518.708
Banrisul Armazéns Gerais - BAGERGS	2.873.000
Banrisul Cartões S.A. - BCARTÕES	57.100.000
Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do RS S/A. - PROCERGS	15.051.000
Total dos investimentos das diversas áreas	2.319.333.389

Fonte: LOA 2021.

UM BREVE QUADRO DAS FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS

A situação das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul continua preocupante, por conta de problemas estruturais de difícil solução no curto prazo. Em 2021, mesmo com a aprovação, pela Assembleia Legislativa, da manutenção das alíquotas majoradas de ICMS e com o possível não pagamento das parcelas da dívida contratada com a União, as receitas arrecadadas poderão não ser suficientes para fazer frente às diversas demandas do dia a dia, os “Restos a Pagar” e as necessidades reprimidas para as áreas sociais e de infraestrutura. Para 2021, surgem duas variáveis incertas pelo lado da despesa: (i) o montante a ser pago a título de precatórios; e (ii) o quantum a ser aportado para o novo FUNDEB (perdas para o Fundo).

Entre 2014 e 2016, o País atravessou seu pior momento econômico da história recente, deprimindo vertiginosamente a arrecadação tributária, tanto a federal assim como a estadual e a municipal. Entre 2017 e 2019, mesmo um crescimento médio anual pouco superior a 1,0% não foi suficiente para o PIB voltar aos patamares anteriores a 2014. Em todo esse período, a situação das finanças foi agravada pelo fato de o Estado possuir uma estrutura de gasto rígida e crescente.

Os primeiros dois meses de 2020 davam mostras claras de forte recuperação nas contas públicas estaduais. Uma situação de melhor equilíbrio financeiro não estava tão distante de ser alcançada. Nesse período, o ICMS principal, mesmo o ajustado com as antecipações, cresceu 8,4% nominais em relação ao mesmo período de 2019. Nas despesas, o grupo de Pessoal e Encargos Sociais, que é responsável por dois terços da totalidade dos gastos, estava estabilizado na faixa de 2,0% ao ano.

Contudo, o advento da pandemia do novo coronavírus, registrado a partir da segunda quinzena de março, que levou a medidas de isolamento social por todo o território do RS, agravado pela forte estiagem, que frustrou a produção agrícola gaúcha (por exemplo, a safra de soja apresentou queda de 40%), ocasionou forte queda na atividade econômica e nos empregos, como jamais visto, impactando diretamente na arrecadação própria e nos repasses federais.

Os recursos emergenciais transferidos pela União, por conta da compensação pela forte retração econômica, que deprimiu enormemente a arrecadação, ajudaram para que o Estado não tivesse descontinuidade na prestação de serviços essenciais. A partir de julho de 2020, a arrecadação começou a ter uma melhora gradativa, bem acima do que inicialmente se poderia imaginar. Mesmo se computando o ajuste de R\$ 350 milhões, antecipados de janeiro de 2019 para dezembro de 2018, em 2020, o ICMS principal cresceu nominalmente 2,6% (R\$ 35,143 bilhões contra R\$ 33,892 bilhões + R\$ 350 milhões).

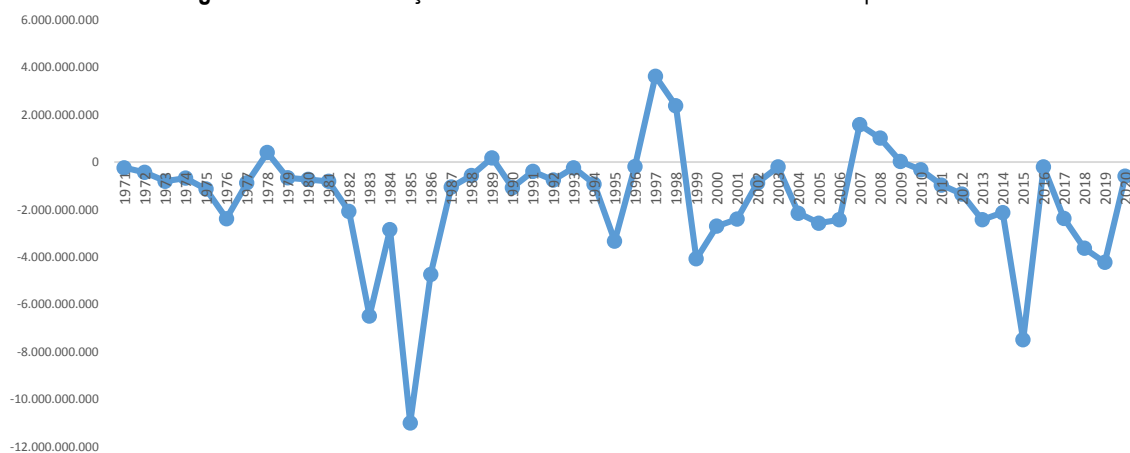
Neste ano de 2021, em que pesem as previsões serem um pouco mais otimistas sobre uma retomada consistente da economia, não se imagina que possa apresentar performance tão significativa a ponto de sustentar, por si só, um melhor equilíbrio das contas públicas.

Nas últimas décadas, as contas estaduais apresentaram déficits fiscais recorrentes. A partir de 1971 até 2020 (50 anos), somente em sete anos as receitas arrecadadas foram maiores do que as despesas empenhadas. Ressalva-se que, apesar de, em alguns anos, apresentar superávit, isso somente ocorreu em função de certas excepcionalidades, como por exemplo, pela privatização de empresas estatais ou pela venda de outros ativos. A Figura 8 exibe a evolução do resultado orçamentário, em valores atualizados pelo IGP-DI, de 30/12/2020.

O mais grave problema das finanças é a questão previdenciária. Ao longo do tempo, o Estado não se preparou para suportar os encargos dos seus aposentados e pensionistas. Em 2020, os gastos com inativos e pensionistas foram de R\$ 17,125 bilhões, equivalente a 40,5% da Receita Corrente Líquida – RCL.

Outra grande preocupação é a dívida pública estadual. Do montante consolidado de R\$ 81,331 bilhões (dívida interna e externa), em 31/12/2020, R\$ 69,064 bilhões (84,9%) são débitos exclusivos com o Governo Federal. No tocante especificamente à dívida do Estado com a União, ressalta-se o não pagamento, entre abril e junho de 2016, e a suspensão das parcelas entre julho e dezembro de 2016. O pagamento das parcelas foi retomado a partir de janeiro de 2017, porém, desde julho de 2017, as mensalidades foram suspensas por conta de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

Figura 8 - Resultado Orçamentário desde 1971 até 2020 – Atualizado pelo IGP-DI



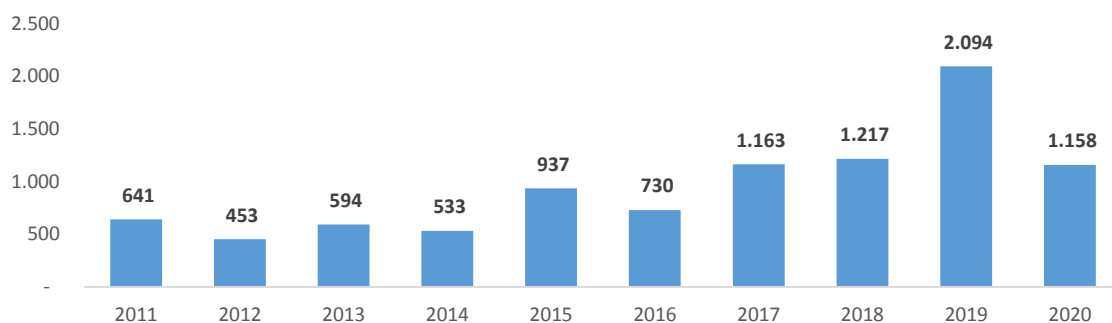
Fonte de dados brutos: CAGE/RS (Balanço Geral do Estado do RS).

É importante mencionar que, no orçamento estadual de 2021, houve uma dotação de R\$ 4,5 bilhões, referente a juros, encargos e amortização de dívidas. Desse montante, R\$ 3,5 bilhões são valores concernentes à dívida do Estado com a União, que foram apropriados por questões contábeis legais. Contudo, caso não seja revogada a liminar concedida pelo STF, não ocorrerá seu pagamento. O Estado está em tratativa avançada com o Governo Federal, com o objetivo de aderir ao acordo do Regime de Recuperação Fiscal. É importante ressaltar que, em todo o período no qual foi concedida a liminar (de julho de 2017 até dezembro de 2020), o Estado deixou de pagar o montante de R\$ 11,12 bilhões (R\$ 1,0 bilhão em 2017, R\$ 3,20 bilhões em 2018; R\$ 3,45 bilhões em 2019 e R\$ 3,47 bilhões em 2020).

Outra preocupação por parte do Tesouro estadual é com relação ao montante a ser pago referente a sentenças judiciais, principalmente com Precatórios e com as Requisições de Pequeno Valor (RPVs). A Figura 9 mostra os valores pagos entre 2011 e 2020, totalizando R\$ 9,5 bilhões (Elemento 91).

A Lei nº 15.038, de 16/11/17, autorizou a compensação de débitos de natureza tributária ou de outra natureza, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, com precatórios vencidos do Estado do Rio Grande do Sul, suas Autarquias ou Fundações, próprios ou de terceiros. Em 2018, foram negociados nessa modalidade R\$ 173 milhões; em 2019, R\$ 800 milhões; já em 2020, R\$ 209 milhões.

Figura 9 - Pagamento de Sentenças Judiciais – Valores nominais - R\$ milhões



Fonte: Sistema Cubo da Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Em 31/12/2020, estima-se preliminarmente ao Balanço Geral do Estado que o estoque de Precatórios seja em torno de R\$ 16,0 bilhões, sendo que não apresenta aumento há 2 anos.

Nota 2: Cada RPV paga está limitada a 10 salários-mínimos, contudo, antes da Lei nº 14.751/15, cada RPV era de até 40 salários-mínimos.

Nota 3: Os números constantes no gráfico são valores que foram pagos e retidos de cada exercício mais a insuficiência de dotação.

O FINANCIAMENTO PÚBLICO ESTADUAL AO LONGO DO TEMPO

As contas públicas estaduais apresentaram, ao longo do tempo, déficits fiscais sucessivos. Esses desequilíbrios foram cobertos pelo endividamento suportado por operações de crédito ou pela emissão de títulos públicos. Em outras oportunidades, pelo financiamento inflacionário e pelas receitas de privatizações. Mais recentemente, pela alienação de parte das ações do BANRISUL, pelas antecipações tributárias e pelos atrasos nos pagamentos de fornecedores. Também pelo parcelamento de vencimentos e de proventos mensais e do 13º salário de parte dos servidores.

A reestruturação da dívida contratualizada junto à União, ocorrida no final dos anos de 1990, e a entrada em vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, no início dos anos 2000, fizeram com que o Estado não pudesse mais emitir títulos públicos. Afora isso, ficou impedido de contratar novas operações de crédito, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que a Dívida Consolidada Líquida – DCL vem sendo maior do que duas vezes a Receita Corrente Líquida – RCL.

Assim, sem outros recursos para fazer frente ao constante aumento das despesas, houve forte crescimento do endividamento de curto prazo, a exemplo do montante a pagar de passivos judiciais trabalhistas (precatórios), bem como pelos saques do caixa único, potencializados pelos depósitos judiciais.

Apesar do uso de um variado conjunto de fontes ordinárias e extraordinárias de financiamento para o enfrentamento do déficit financeiro pelos diversos governos, não se conseguiu superar o baixo volume de investimento dos últimos seis governos.

A Tabela 10 mostra os valores sacados do caixa único e dos depósitos judiciais. Conforme determinação legal, o Estado está impossibilitado de fazer novos saques dos depósitos judicial e, ao mesmo tempo, deverá garantir o enquadramento no limite mínimo de 5,0% do Fundo de Reserva. Nos anos de 2019 e 2020, houve a recomposição de R\$ 95 milhões. No mesmo período, no tocante ao caixa único, houve recomposição de R\$ 1,8 bilhão.

Tabela 10 – Saques do caixa único e dos depósitos judiciais nos diversos Governos - Em valores nominais – R\$ mil

Especificação	1999-2002	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015 - 2018	2019- 2020	Total dos Saques
Saques do Caixa Único	1.729	85	780	1.488	4.173	-1.763	6.493
Saques dos Depósitos Judiciais	0	1.428	615	5.665	2.983	-95	10.596
Saques por Governo	1.729	1.513	1.395	7.153	7.156	-1.858	17.088

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: A autorização para saques dos depósitos judiciais deu-se através da Lei nº 12.069/04.

Nota 2: Os depósitos judiciais são remunerados pela mesma rentabilidade da caderneta de poupança.

Nota 3: O Estado fez uso dos depósitos judiciais até o ano de 2017.

A EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTÁRIO, PRIMÁRIO E FINANCEIRO

RESULTADOS ORÇAMENTÁRIO E PRIMÁRIO

O resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas em um exercício e as despesas nele empenhadas. Quando as despesas forem maiores do que as receitas, o resultado orçamentário é deficitário. O resultado primário indica se os níveis de gastos orçamentários não financeiros são compatíveis com a arrecadação não financeira, ou seja, se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias. Assim, o resultado primário positivo seria o quanto sobrou do orçamento para pagar o serviço da dívida (juros, encargos e amortização da dívida).

Na Tabela 11 são apresentados os resultados orçamentário e primário, entre os anos de 1999 e 2020, bem como os percentuais dos orçamentos executados das receitas e das despesas, em relação ao PIB gaúcho.

Constata-se a frequência de resultados orçamentários negativos. Somente entre 2007 e 2009 houve resultados orçamentários positivos.

Ressalva-se que o resultado primário menor do que o orçamentário, que se verificou em alguns anos da série, deveu-se, principalmente, ao uso de receitas de operações de crédito ou de alienação de bens (receitas não primárias) para a cobertura de gastos com custeio e investimento (despesas primárias); ainda, às operações de crédito de valor maior do que o pagamento da dívida.

Tabela 11 – Resultados Primário e Orçamentário

Ano	Resultado Orçamentário - IGP-DI de 31/12/2020	Resultado Primário IGP-DI de 31/12/2020	Resultado Orçamentário sobre o PIB/RS	Resultado Primário sobre o PIB/RS	Receita Total sobre o PIB/RS	Despesa Total sobre o PIB/RS
1999	-4.073.117.770	-2.173.498.495	-1,02%	-0,54%	10,72%	11,81%
2000	-2.702.011.410	-2.026.769.282	-0,66%	-0,49%	11,26%	11,99%
2001	-2.405.319.619	-1.276.489.118	-0,59%	-0,31%	11,39%	12,16%
2002	-869.194.670	-226.710.082	-0,23%	-0,06%	11,60%	11,96%
2003	-202.016.529	-318.313.965	-0,05%	-0,08%	11,12%	11,42%
2004	-2.152.303.281	102.483.036	-0,55%	0,03%	10,50%	11,17%
2005	-2.572.499.275	1.602.667.778	-0,64%	0,40%	11,55%	12,19%
2006	-2.432.397.586	1.229.171.525	-0,57%	0,29%	11,54%	12,12%
2007	1.580.433.795	2.420.152.923	0,35%	0,54%	11,41%	11,05%
2008	1.009.571.256	4.905.356.367	0,22%	1,08%	11,81%	11,61%
2009	24.126.410	4.225.407.606	0,00%	0,84%	10,97%	10,97%
2010	-328.074.015	3.323.234.877	-0,06%	0,66%	11,87%	11,93%
2011	-968.023.703	2.886.867.855	-0,18%	0,55%	11,18%	11,36%
2012	-1.344.775.689	1.477.617.126	-0,26%	0,28%	11,34%	11,60%
2013	-2.426.157.736	1.085.778.347	-0,42%	0,19%	10,98%	11,40%
2014	-2.124.287.095	-909.225.018	-0,35%	-0,15%	11,60%	11,95%
2015	-7.487.637.963	-2.692.253.201	-1,29%	-0,47%	10,73%	11,93%
2016	-202.309.833	1.208.031.069	-0,04%	0,21%	11,50%	11,51%
2017	-2.369.129.448	-599.818.707	-0,39%	-0,10%	11,47%	11,86%
2018	-3.629.099.059	-341.772.460	-0,60%	-0,06%	11,64%	12,28%
2019	-4.224.695.762	-538.043.606	-0,72%	-0,09%	11,50%	12,17%
2020	-597.305.996	2.347.365.745	ND	ND	ND	ND

Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e SEPLAG/RS.

Nota 1: As receitas e despesas estão pelos seus totais líquidos, sem as transferências intraorçamentárias.

Nota 2: Os resultados primários e o orçamentário estão sendo apresentados tomando-se o valor empenhado.

Nota 3: Os resultados primário e orçamentário de 2020 estão pelos seus valores nominais.

SITUAÇÃO LÍQUIDA AJUSTADA (RESULTADO FINANCEIRO)

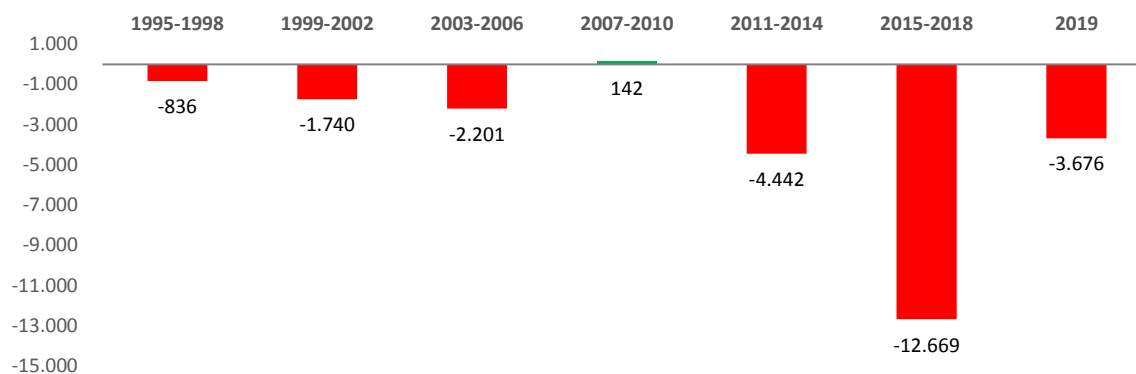
A Situação Líquida Financeira Ajustada pelo Passivo Potencial corresponde ao saldo financeiro real acrescido dos recursos vinculados a empenhar. A composição da dívida de curto prazo (passivo financeiro) é formada, principalmente, pelos valores sacados do SIAC (caixa único, potencializado pelos depósitos judiciais), restos a pagar e depósitos judiciais.

A Figura 10 mostra a situação financeira por mandato desde 1995, saindo de uma situação financeira de R\$ 836 milhões negativos, entre 1995 e 1998, e de R\$ 1,740 e R\$ 2,201 negativos nos dois mandatos subsequentes, passando por uma situação superavitária de R\$ 142 milhões entre 2007 e 2010; e voltando a uma situação financeira negativa desde então.

Ao final de 2019, o resultado financeiro foi de R\$ 25,422 bilhões negativos. Ou seja, esse é o valor que falta para que o Estado possa saldar as obrigações do seu passivo financeiro e as despesas a empenhar correspondentes aos saldos de recursos vinculados.

A partir de julho de 2017, o Estado não vem pagando a dívida com a União, por conta de liminar do STF, mesmo assim, os valores estão sendo normalmente empenhados e liquidados, sendo contabilizados em Restos a Pagar. Por isso, a forte deterioração da situação financeira nos últimos dois governos.

Figura 10 – Situação Líquida Financeira Ajustada – Em valores nominais - R\$ milhões



Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul/CAGE.

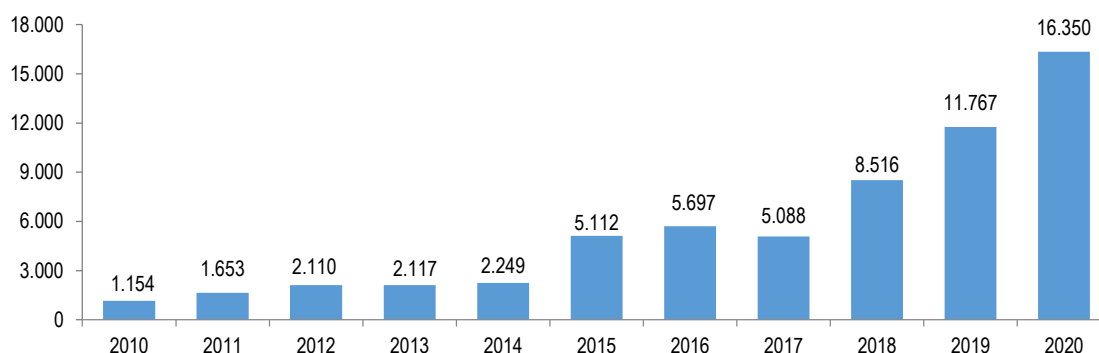
Nota: Os valores da Situação Líquida Financeira Ajustada, referente a 2020, ainda não tinham sido publicados pela SEFAZ/RS, quando da feitura deste trabalho.

RESTOS A PAGAR

Os Restos a Pagar são as despesas empenhadas ou liquidadas, porém não pagas. O aumento do estoque dos “Restos a Pagar”, ocorrido a partir de 2015, foi devido a três fatores principais: (i) o não pagamento de parcelas da dívida do Estado com a União, suspenso desde julho de 2017; (ii) o não pagamento do décimo terceiro salário de parte dos servidores estaduais que, nos últimos anos, está sendo quitado ao longo do exercício seguinte; e (iii) o não pagamento da folha salarial do mês de dezembro, de parte dos servidores estaduais, que em alguns anos foi quitada no início do ano seguinte.

A Figura seguinte exibe os valores dos Restos a Pagar.

Figura 11 – Restos a pagar em valores nominais – R\$ milhões



Fonte: Balanço Geral do Estado / CAGE-RS.

PRINCIPAIS AGREGADOS DA RECEITA PÚBLICA

A Tabela 12 mostra a evolução real da receita pública consolidada, a partir de 2011 até 2020. No demonstrativo, as receitas intraorçamentárias são expurgadas, por representarem dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma receita em mais de um órgão estadual. As receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (receitas próprias do Estado) são responsáveis pela maior parte da arrecadação, seguidas pelas Transferências Correntes (receitas advindas da União).

No período entre 2011 e 2020, as receitas totais cresceram 22,3%, em termos reais pelo IPCA. Nesse período, as receitas correntes tiveram alta de 21,5%, sendo que os impostos e as taxas cresceram 20,1%,

enquanto que as transferências advindas da União cresceram 13,1%. Comparando-se 2020 em relação a 2019, as receitas totais foram maiores em 2,4%, sendo que as receitas correntes cresceram 2,1%, e as receitas de capital cresceram 19,1%.

Tabela 12 – Receitas Orçamentárias Consolidadas — Atualizadas pelo IPCA até 31/12/2020 - R\$ milhões

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	% 2020 / 2011	% 2020 / 2019
RECEITAS CORRENTES	39.085	39.813	42.291	43.881	41.793	44.515	44.054	45.925	46.526	47.489	21,5	2,1
IMPOSTOS E TAXAS	39.031	40.659	43.697	44.354	42.911	44.030	45.095	47.762	48.409	46.885	20,1	-3,1
RECEITA CONTRIBUIÇÕES	2.757	2.819	3.243	3.595	3.469	3.699	3.619	3.976	3.948	4.530	64,3	14,7
RECEITA PATRIMONIAL	1.031	971	719	826	760	2.288	835	962	1.024	840	-18,5	-17,9
RECEITA AGROPECUÁRIA	2	3	4	1	3	2	1	2	1	1	-30,0	-10,3
RECEITA INDUSTRIAL	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-99,8	-2,2
RECEITA DE SERVIÇOS	456	486	474	426	454	456	581	577	547	414	-9,2	-24,3
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.787	10.436	10.299	10.759	10.266	9.948	9.532	9.563	9.449	12.204	13,1	29,2
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	742	651	918	1.190	781	1.042	1.502	1.372	1.108	594	-20,0	-46,4
DEDUÇÕES RECEITA CORRENTE	-15.721	-16.213	-17.064	-17.270	-16.852	-16.950	-17.111	-18.287	-17.959	-17.979	14,4	0,1
RECEITAS DE CAPITAL	621	1.716	1.339	3.680	554	660	904	1.501	893	1.064	71,2	19,1
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	409	1.470	803	3.045	253	392	632	297	203	25	-93,8	-87,5
ALIENAÇÃO DE BENS	8	66	147	134	177	99	145	947	607	810	9.697,2	33,5
AMORTIZAÇÃO EMPRÉSTIMOS	63	26	99	229	73	57	26	28	29	26	-59,6	-13,0
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	141	154	291	272	51	112	101	228	54	203	44,1	278,3
TOTAL DAS RECEITAS	39.706	41.529	43.630	47.561	42.347	45.175	44.958	47.426	47.419	48.553	22,3	2,4

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: O grande volume de Transferências Correntes, em 2020, deve-se a maiores repasses pela União (Ajuda ao Estado e combate ao COVID-19).

O ICMS

Diversas variáveis impactam direta e/ou indiretamente na arrecadação do ICMS, destacando-se: (i) O PIB brasileiro e o PIB gaúcho; (ii) a inflação; (iii) a taxa de câmbio; (iv) a taxa básica de juros; (v) os preços das commodities no mercado internacional; (vi) o valor das importações e das exportações; (vii) o nível de produção das indústrias; (viii) o poder de compra do consumidor; (ix) a taxa de emprego; (x) a confiança na economia interna e externa; (xi) as crises econômicas, tanto interna como externa; (xii) a instabilidade política interna e externa; (xiii) as condições climáticas, importantes determinantes do nível de produção agrícola; (xiv) as imunidades tributárias; (xv) os eventos pandêmicos; (xvi) as desonerações fiscais; e (xvii) a sonegação fiscal.

Tabela 13 – Evolução da Arrecadação do ICMS Total – R\$ milhões

Ano	Arrecadação nominal	Varição nominal sobre ano anterior	IPCA 31/12/2020	Varição IPCA sobre ano anterior	% Arrecadação ICMS / PIB do RS
2008	14.825	-	29.154	-	7,4
2009	15.087	1,8	28.283	-3,0	7,0
2010	17.893	18,6	31.934	12,9	7,4
2011	19.503	9,0	32.635	2,2	7,4
2012	21.370	9,6	33.920	3,9	7,4
2013	24.061	12,6	35.968	6,0	7,2
2014	25.854	7,5	36.350	1,1	7,2
2015	27.126	4,9	34.998	-3,7	7,1
2016	30.386	12,0	36.052	3,0	7,4
2017	31.933	5,1	36.624	1,6	7,5
2018	34.839	9,1	38.518	5,2	7,6
2019	36.531	4,9	38.935	1,1	7,6
2020	36.381	-0,4	37.541	-3,6	ND
% 2020 / 2008	145,4	-	28,8	-	-

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e SEPLAG/RS.

Nota: Em 2016, começou a vigorar as novas alíquotas majoradas de ICMS.

A Tabela 13 mostra a evolução da arrecadação do ICMS Total (ICMS Principal, Dívida Ativa, Programa COMPENSA/RS e Programa AMPARA/RS), entre 2008 e 2020. Observa-se que, no período, o ICMS Total cresceu 145,4% nominais (de R\$ 14,825 bilhões para R\$ 36,381 bilhões) e 28,8% reais pelo IPCA (de

R\$ 29,154 bilhões para R\$ 37,541 bilhões). Em 2020 comparado com 2019, o ICMS Total decresceu 0,4% nominais (de R\$ 36,531 bilhões para R\$ 36,381 bilhões) e decresceu 3,6% pelo IPCA (de R\$ 38,935 bilhões para R\$ 37,541 bilhões).

AS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AO ESTADO DO RS

As duas principais transferências constitucionais da União ao Estado são o Fundo de Participação dos Estados e a Cota-Parte do IPI-Exportação. A Tabela 14 mostra os valores transferidos entre os anos 2011 e 2020. Cabe ressaltar que houve, ao longo desse tempo, uma redução significativa de repasses de valores. Em 2011, o Fundo de Participação do Estado mais o IPI-Exportação representavam 8,1% sobre o total dos Impostos e das Taxas; já em 2020, essa participação caiu para 5,8%.

Tabela 14 – Transferências Constitucionais e Legais da União ao Estado do RS – Em valores nominais – R\$ milhões

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
COTA-PARTE DO FPE	1.415	1.459	1.569	1.710	1.799	1.974	1.918	2.038	2.183	2.136
COTA-PARTE IPI-EXPORTAÇÃO	483	361	353	466	529	380	487	509	534	514
TOTAL	1.898	1.820	1.922	2.176	2.328	2.354	2.405	2.547	2.717	2.650
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	23.325	25.616	29.236	31.555	33.263	37.095	39.321	43.184	45.432	45.452
% TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO / IMPOSTOS	8,1	7,1	6,6	6,9	7,0	6,3	6,1	5,9	6,0	5,8

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Quanto às compensações das perdas de ICMS pelas exportações, provenientes da Lei Kandir, o Estado do RS recebeu, em 2020, R\$ 276 milhões. Conforme acordo homologado junto ao STF, avalizado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Poder Executivo (Lei Federal Complementar nº 176/2020), o RS receberá parcelas anuais até 2037, o que totaliza um montante de R\$ 6,0 bilhões. No Estado, também foi sancionada a Lei nº 15.577/2020, que autoriza o Poder Executivo a dar quitação quanto aos valores devidos vencidos e vincendos da Lei Kandir mediante o novo regramento.

AS RECEITAS PÚBLICAS

Para fazer frente à escassez de recursos, o Estado empreende ininterrupto esforço para atualizar e aprimorar a função arrecadadora. Para isso: (i) fez a aquisição de equipamento de grande capacidade de processamento de dados; (ii) constituiu o sistema a Nota Fiscal Eletrônica; (iii) criou a Nota Fiscal Gaúcha – NFG, com dois milhões de cidadãos cadastrados e com 100% do comércio varejista obrigado a incluir o CPF na Nota Fiscal; e (iv) estabeleceu o Programa de Sustentabilidade Financeira, que engloba ações de melhoria da gestão fiscal, tais como a malha fina estadual, o rigor com o devedor contumaz e o domicílio eletrônico.

Desde o início deste Governo, implantou-se uma política de revisão da totalidade dos incentivos fiscais concedidos às empresas, no intuito de corrigir possíveis distorções, ampliando os mecanismos de controle e transparência social. Em outro front, o Estado tem avançado na qualificação das ações de cobrança, com foco principal na simplificação da vida das empresas. O objetivo no médio prazo é transformar a “Receita 100% Digital”, desburocratizando o sistema e incorporando os avanços tecnológicos nos mecanismos de arrecadação.

Em suma, as ações do Fisco estadual buscam dar respostas para uma maior transparência e melhor performance de arrecadação tributária. Tão importante quanto racionalizar o gasto é manter o nível da arrecadação pública compatível com o potencial contributivo da sociedade rio-grandense.

A EVOLUÇÃO DO GASTO DO RS

O GASTO TOTAL CONSOLIDADO DO ESTADO

A Tabela 15 mostra a evolução da despesa pública consolidada ajustada, a partir de 2011 até 2020, em valores nominais. Ressalva-se que, no demonstrativo, não foram computadas as despesas intraorçamentárias, visto que implicariam uma dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma despesa em mais de um órgão estadual.

Em 2020, o Estado registrou um déficit orçamentário de R\$ 597 milhões, com R\$ 63,961 bilhões de receitas totais contra R\$ 64,558 bilhões de despesas totais.

Sem computar a dupla contagem contábil (receitas e despesas intraorçamentárias), em 2011, o Estado gastou 10,5% acima da variação da Receita Corrente Líquida, e, em 2020, as despesas ultrapassaram a RCL em 13,3%. Em 2020, pode-se claramente notar uma melhora substancial das contas públicas estaduais.

Tabela 15 – Despesas Empenhadas Consolidadas do Estado do RS – Em valores nominais - R\$ milhões

Grupo da Despesa	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Pessoal e Encargos Sociais	8.426	16.616	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215	31.160	30.487
(+) Aposentadorias, Pensões e Precatórios	6.707	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal e Encargos Sociais Ajustados	15.133	16.616	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215	31.160	30.487
Outras Despesas Correntes	12.202	6.304	7.376	8.407	8.890	9.926	10.409	10.862	11.280	12.050
(-) Aposentadorias/Pensões e Precatórios	6.707	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes Ajustadas	5.495	6.304	7.376	8.407	8.890	9.926	10.409	10.862	11.280	12.050
Serviço da Dívida	2.504	2.686	2.895	3.269	3.740	1.744	2.250	3.970	4.338	4.340
Investimentos Amplos	1.105	1.223	1.429	1.775	809	1.097	1.106	1.751	928	970
Total do Grupo da Despesa	24.237	26.829	30.620	35.062	37.424	38.099	40.858	45.799	47.707	47.846
Receita Corrente Líquida - RCL	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.234
% do Total da Despesa / RCL	110,5	113,2	116,0	122,5	124,2	109,9	116,6	121,2	119,9	113,3

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Em 2016, houve forte aumento da RCL, tendo em vista a majoração das alíquotas do ICMS aprovado pela ALRS, a contar de 01/01/2016.

O GRUPO DE "PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS"

A Tabela 16 mostra a evolução quantitativa de pessoal. No período entre 2000 e 2019, o total geral de matrículas da Administração Direta e Indireta do Estado (ativos, inativos e pensionistas) cresceu 8,1%. Em 2000, os ativos representavam 50,6% do total das matrículas (174.428 matrículas); em 2019, 40,7% (151.727 matrículas) (Figura 12).

No período, o quadro de ativos no total geral foi reduzido em 13,0% (-22.701 matrículas), já os inativos tiveram acréscimo de 51,1% (+58.648 matrículas). Entre 2000 e 2019 (20 anos), em média, 2.932 matrículas líquidas por ano foram para a inatividade. Nos últimos anos, essa média foi muito maior. Já a partir de 2013, a quantidade de matrículas de inativos e de pensionistas ultrapassou a do pessoal ativo.

A Figura 13 mostra a evolução das despesas com pessoal, entre 2007 e 2020. Tomando-se por base a despesa empenhada com a remuneração do pessoal ativo civil e militar, em relação aos vencimentos dos aposentados e pensionistas, constata-se que, em 2007, os gastos com os aposentados e pensionistas já estavam maiores. Em 2020, do gasto total com remuneração, 38,1% foram para pagar o pessoal ativo e 61,9% foram alocados para os proventos dos aposentados e pensionistas.

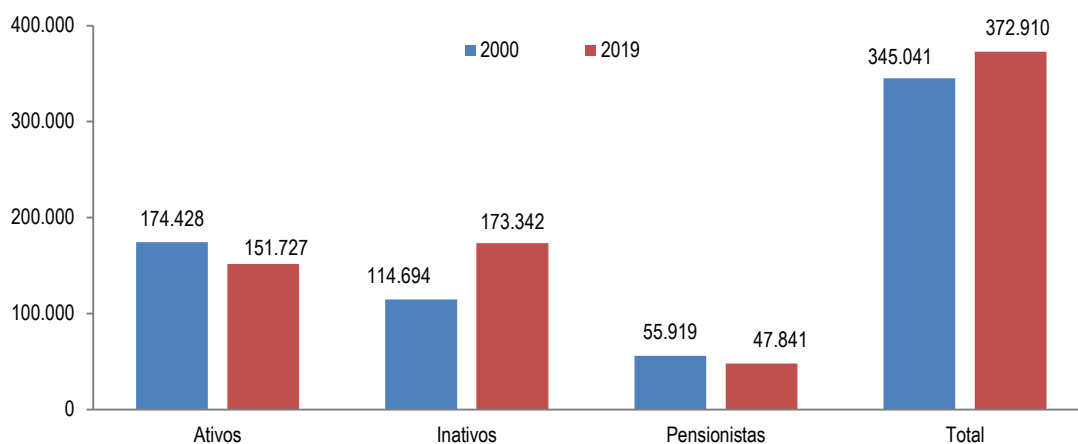
Tabela 16 – Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas

Órgãos	Matrículas	2000	2019	2019 - 2000	% 2019 / 2000
Administração Direta	Ativos	165.180	144.128	-21.052	-12,7
	Inativos	108.417	169.223	60.806	56,1
	Pensionistas	1.927	1.003	-924	-48,0
	Total	275.524	314.354	38.830	14,1
Fundações	Ativos	4.943	4.532	-411	-8,3
	Inativos	0	1	1	-
	Pensionistas	0	8	8	-
	Total	4.943	4.541	-402	-8,1
Autarquias	Ativos	4.305	3.067	-1.238	-28,8
	Inativos	6.277	4.118	-2.159	-34,4
	Pensionistas	53.992	46.830	-7.162	-13,3
	Total	64.574	54.015	-10.559	-16,4
Total Geral de Matrículas	Ativos	174.428	151.727	-22.701	-13,0
	Inativos	114.694	173.342	58.648	51,1
	Pensionistas	55.919	47.841	-8.078	-14,4
	Total	345.041	372.910	27.869	8,1

Fontes de dados brutos: Site da Secretaria da Fazenda do RS, no Boletim de Pessoal.

Nota: As informações referentes ao ano de 2020 ainda não tinham sido publicadas pela SEFAZ/RS, quando do término deste trabalho.

Figura 12 – Quantidade de matrículas da Administração Direta e Indireta do Estado do RS



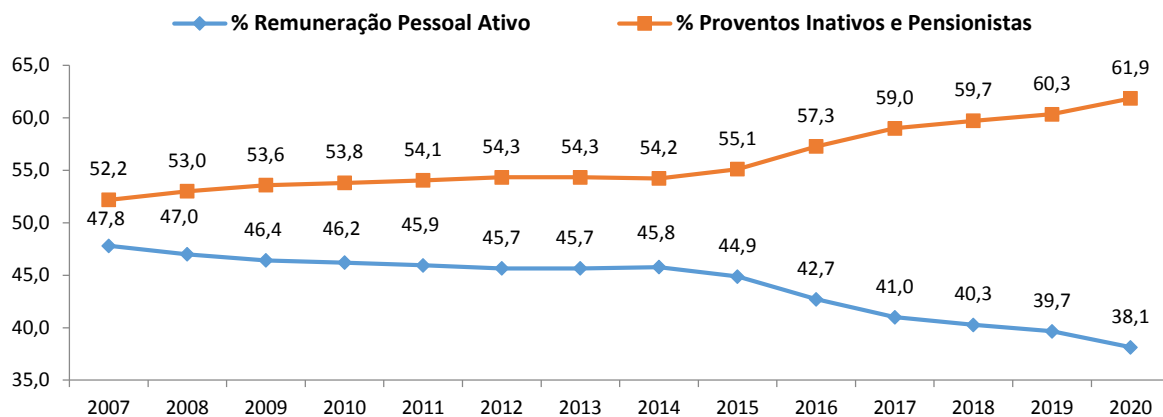
Fontes de dados brutos: Site da Secretaria da Fazenda do RS, no Boletim de Pessoal.

Como se pode observar na Figura 13, o gasto com pessoal inativo e pensionista está crescendo de forma consistente em toda a série apresentada. Tendo em vista as reformas previdenciária e administrativa, a curva deve se estabilizar no médio prazo e ter comportamento inverso no longo prazo. A Tabela 17 dá transparência às médias salariais dos principais Órgãos do Poder Executivo, dos Órgãos Autônomos e dos demais Órgãos da Administração Direta do Estado.

A Tabela 18 mostra a relação entre a arrecadação de ICMS líquido e a despesa com o grupo Pessoal e Encargos Sociais. Em 2011, o ICMS líquido pagava 96,6% de todos os gastos com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais. Já em 2020, caiu para 89,9%, sendo que foi necessário o aporte extra de R\$ 3,1 bilhões. Entre 2011 e 2020 (10 anos), em valores nominais, a arrecadação do ICMS líquido cresceu 87,3%, enquanto que a despesa com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais cresceu 101,4%.

É importante considerar que, em 2018, 2019 e 2020, foram contabilizados, no grupo de Pessoal e Encargos Sociais, pagamentos de R\$ 172 milhões, de R\$ 804 milhões e de R\$ 209 milhões, respectivamente, por conta do Programa COMPENSA/RS.

Figura 13 – Percentual Empenhado com a Remuneração de Pessoal da Administração Pública Consolidada



Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Tabela 17 – Média salarial dos Poderes e Órgãos da Administração Direta – Referente dez/2019

Especificação	Média Salarial Ativos	Média Salarial Inativos	Média Salarial Geral
Poder Executivo	5.210	5.626	5.450
Secretaria da Educação	2.586	3.207	2.960
Secretaria de Administração Penitenciária	10.282	12.963	10.952
Secretaria da Segurança Pública	9.404	12.421	11.024
Secretaria da Saúde	6.926	4.743	5.596
Secretaria da Fazenda	21.870	24.037	23.222
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural	6.293	5.008	5.530
Procuradoria-Geral do Estado	16.595	23.250	17.775
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão	8.855	5.534	6.555
Demais Secretarias da Administração Direta	6.566	5.732	6.080
Demais Poderes e Órgãos Autônomos	14.533	19.588	16.154
Assembleia Legislativa	11.402	24.268	15.524
Tribunal de Contas	20.634	36.196	28.014
Poder Judiciário	13.346	15.691	14.195
Ministério Público	16.946	24.340	18.023
Defensoria Pública	16.885	27.259	18.701
Total da Média Salarial	6.263	6.212	6.234

Fonte de dados brutos: Boletim de Pessoal da Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: As informações referentes ao ano de 2020 ainda não tinham sido publicadas pela SEFAZ/RS, quando do término deste trabalho.

Tabela 18 – Relação entre o ICMS líquido e o grupo de Pessoal e Encargos Sociais - R\$ milhões

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	%2020 / 2011
Gasto com Pessoal e Encargos Sociais	15.134	16.616	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215	31.160	30.487	101,4
Total arrecadado de ICMS	19.503	21.378	24.061	25.854	27.126	30.386	31.933	34.839	36.531	36.381	-
(-) Transferências aos Municípios	4.876	5.345	6.015	6.464	6.781	7.543	7.916	8.629	8.860	8.988	-
(=) ICMS Líquido	14.627	16.033	18.046	19.390	20.345	22.843	24.017	26.210	27.672	27.393	87,3
ICMS Líquido – Gasto Pessoal (R\$)	-507	-583	-874	-2.221	-3.640	-2.489	-3.076	-3.005	-3.488	-3.094	-
ICMS Líquido / Gasto Pessoal (%)	96,6	96,5	95,4	89,7	84,8	90,2	88,6	89,7	88,8	89,9	-

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela 19 processa os gastos com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, por elemento da despesa, entre 2011 e 2020. Em 2020, os gastos com as aposentadorias totalizaram R\$ 13,770 bilhões; com o pessoal ativo civil, R\$ 8,653 bilhões; com as pensões, R\$ 3,355 bilhões; e com o pessoal ativo militar, R\$ 1,903 bilhão. Em 2010, gastava-se com o grupo de pessoal o equivalente a 69,0% da RCL; já em 2020, o gasto avançou para 72,2% da RCL, contudo se observa uma queda relativa muito significativa em relação aos anos anteriores.

Tabela 19 – Gasto com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, em valores nominais – R\$ milhões

Elementos da Despesa	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
APOSENTADORIAS	5.596	6.335	7.266	8.298	9.521	10.560	11.602	12.525	13.251	13.770
PENSÕES	1.642	1.806	1.980	2.202	2.430	2.649	2.866	3.105	3.284	3.355
VENCIMENTO PESSOAL CIVIL	5.432	5.987	6.754	7.686	8.461	8.505	8.520	8.723	8.838	8.653
VENCIMENTO PESSOAL MILITAR	720	854	1.014	1.177	1.272	1.344	1.533	1.815	2.027	1.903
SENTENÇAS JUDICIAIS	827	574	656	831	1.175	898	1.031	1.073	1.838	799
DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	423	479	606	659	368	492	370	585	613	844
OBRIGAÇÃO PATRONAL (RGPS)	241	293	327	373	381	384	406	440	435	464
DEMAIS DESPESAS	251	289	317	385	377	500	765	949	874	699
Total da Despesa	15.134	16.616	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215	31.160	30.487
Receita Corrente Líquida	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.234
% Total da Despesa / RCL	69,0	70,1	71,7	75,5	79,6	73,1	77,3	77,3	78,3	72,2%

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: O percentual de gasto com Pessoal sobre a RCL teve queda significativa em 2016, por conta da majoração das alíquotas de ICMS.

Nota 2: Em 2011, os valores foram ajustados com a inclusão das despesas com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais do Poder Executivo (Órgão 40 do IPERGS).

O GRUPO DAS "OUTRAS DESPESAS CORRENTES"

O grupo Outras Despesas Correntes engloba, basicamente, a manutenção e o custeio dos órgãos do Estado; os gastos com os serviços prestados à população nas áreas da Saúde, Educação e Segurança Pública; e os repasses para o sistema SUS.

A Tabela 20 mostra a evolução das Outras Despesas Correntes entre 2011 e 2020, sem as transferências intraorçamentárias, discriminada por elemento da despesa. No período, as despesas cresceram 119,2%, em valores nominais (de R\$ 5,497 bilhões para R\$ 12,050 bilhões).

A partir de 2010, os gastos tiveram crescimentos recordes, em função de valores apropriados em Saúde, tendo em vista a obrigatoriedade do atingimento vinculado de 12,0% da Receita Líquida de Impostos e Transferências – RLIT. Em 2011, gastava-se 25,1% da RCL com o grupo das Outras Despesas Correntes; já em 2020, o gasto avançou para 28,5% da RCL.

Tabela 20 – Outras Despesas Correntes, por elemento da despesa nominal empenhada – R\$ milhões

Elementos da Despesa	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - JURÍDICA	2.002	2.333	2.805	2.950	2.958	3.384	3.729	3.962	3.369	3.442
CONTRIBUIÇÕES	289	451	738	949	874	943	1.057	1.050	1.239	1.183
GESTÃO PLENA DO SUS	825	874	762	905	757	794	858	909	1.025	1.209
DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	348	360	513	679	976	1.072	1.031	1.058	1.173	1.384
MATERIAL DE CONSUMO	441	441	449	450	415	469	483	559	610	697
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - FÍSICA	281	317	335	339	346	353	370	373	382	327
LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA	174	224	267	322	356	380	404	413	433	440
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES	244	261	290	319	381	397	403	438	482	534
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	222	231	253	281	297	329	367	360	356	394
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	240	203	226	476	872	1.164	930	802	826	593
SENTENÇAS JUDICIAIS	93	150	201	132	245	235	270	355	528	684
SUBVENÇÕES SOCIAIS	68	84	127	141	87	80	74	89	90	349
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	53	75	91	96	57	55	59	60	50	29
DIÁRIAS - PESSOAL MILITAR	33	52	54	64	39	45	37	31	25	23
AUXÍLIO-TRANSPORTE	60	64	59	59	61	71	76	82	87	60
DEMAIS "OUTRAS DESPESAS CORRENTES"	124	184	208	246	167	155	260	321	605	703
Total das Outras Despesas Correntes	5.497	6.304	7.378	8.408	8.888	9.926	10.408	10.862	11.280	12.050
Receita Corrente Líquida	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.234
% Outras Despesas Correntes / RCL	25,1	26,6	28	29,4	29,5	28,6	29,7	28,8	28,4	28,5

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Em 2011, os valores foram ajustados com a exclusão das despesas com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais do Poder Executivo (Órgão 40 do IPERGS).

OS GRUPOS DOS "INVESTIMENTOS AMPLOS" (INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS)

A Tabela 21 demonstra a evolução dos valores apropriados em Investimentos Amplos, por elemento da despesa, entre 2011 e 2020. Em 2011, aplicou-se 5,0% da Receita Corrente Líquida e, em 2020, 2,3% da RCL.

Tabela 21 - Valores empenhados em Investimentos Amplos - Em valores nominais- R\$ milhões

Elementos da Despesa	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
OBRAS E INSTALAÇÕES	469	509	458	683	343	509	657	1.013	513	367
EQUIPAMENTO E MATERIAL	170	216	491	400	212	198	223	422	207	357
AUXÍLIOS FINANCEIROS	80	154	273	272	41	91	87	49	31	39
CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL	77	191	20	160	38	236	56	94	51	80
DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	224	52	88	89	115	34	57	63	29	46
CONCESSÃO EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO	13	45	59	96	44	16	14	15	9	24
OUTRAS DESPESAS COM INVESTIMENTOS	71	57	40	75	16	13	12	96	87	57
Total	1.105	1.223	1.429	1.775	809	1.097	1.106	1.751	928	970
Receita Corrente Líquida	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.234
% Outras Despesas Correntes / RCL	5,0	5,2	5,4	6,2	2,7	3,2	3,2	4,6	2,3	2,3

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A crise estrutural das finanças públicas, a partir do final da década de 90, teve reflexo direto sobre a capacidade de investimento do Estado. A Tabela 22 mostra os investimentos dos vários governos. Os governos da década de 70 investiram, respectivamente, 29,7% e 29,1% da Receita Corrente Líquida. Já os últimos três governos investiram, em média, entre 5,4% e 3,5% da RCL, e entre 0,4% e 0,3% do PIB gaúcho.

Tabela 22 - Investimentos Amplos por governo em relação à RCL e ao PIB gaúcho – Em %

Especificação	1972-1975	1976-1979	1980-1983	1984-1987	1988-1991	1992-1995	1996-1999	1999-2002	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2018	2019
% Investimentos / RCL	29,7	29,1	27,6	19,1	20,5	13,1	16,7	10,6	6,0	5,4	5,5	3,5	2,3
% Investimentos / PIB RS	1,9	1,6	1,4	1,0	1,3	1,0	1,5	0,7	0,5	0,4	0,4	0,3	0,2

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

OS GRUPOS DO "SERVIÇO DA DÍVIDA" (JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA)

A Tabela 23 mostra os valores empenhados do Serviço da Dívida (juros, encargos e amortização), entre 2011 e 2020. Em 2011, foram comprometidos 11,4% da RCL. Já em 2020, a participação foi de 10,3% da RCL.

Tabela 23 - Valores empenhados com o serviço da dívida em relação à RCL – Em valores nominais - R\$ milhões

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
SERVIÇO DÍVIDA AJUSTADA	2.504	2.686	2.895	3.269	3.740	1.744	2.250	3.970	4.338	4.340
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.811	39.779	42.234
% Serviço da Dívida / RCL	11,4	11,3	11,0	11,4	12,4	5,0	6,4	10,5	10,9	10,3

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: A queda brusca do percentual empenhado de Serviço da Dívida em relação à RCL, que se verifica em 2016 e 2017, deveu-se ao não pagamento das parcelas da dívida com a União, entre abril e junho de 2016 e pela suspensão do pagamento das parcelas e pelo não empenho de valores entre julho e dezembro de 2016.

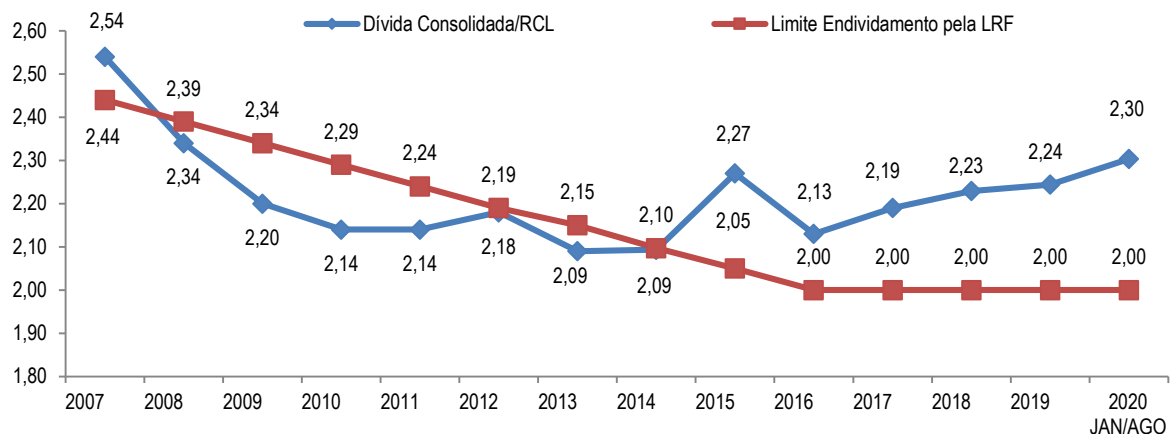
Nota 2: A partir de julho de 2017, o Estado não paga as parcelas mensais de sua dívida com a União, tendo em vista liminar concedida pelo STF, contudo contabiliza normalmente o empenho e a liquidação.

Nota 3: Em 31/12/2020, o Estado do Rio Grande do Sul contabilizava uma dívida total (dívida consolidada interna e externa) de R\$ 81,3 bilhões. Nesse total de estoque incluiu-se a operação original do PROES (capitalização do BANRISUL), da Fundação BANRISUL (R\$ 700 milhões) e da Caixa Econômica Estadual (R\$ 1.679 milhões), realizada em 1998.

Fonte: Balanço Geral de 1998, pg. 115. Esses valores, atualizados pelo IGP-DI até 31/12/2020, atingem R\$ 16,165 bilhões.

A Figura 14 mostra a Dívida Consolidada Líquida – DCL, entre 2007 até agosto de 2020, em relação à Receita Corrente Líquida. Em 2007, a dívida comprometia 2,54 vezes a RCL. Ao final de agosto de 2020, a relação DCL foi de 2,30 vezes a RCL.

Figura 14 - Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, Anexo 2, da LRF, art. 55, I, alínea "b", da Secretaria Fazenda do RS.

Alguns dos motivos que impediram o Estado de cumprir o limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, de a dívida consolidada líquida estar enquadrada em menos de duas vezes a Receita Corrente Líquida foram (i) as crises econômicas ocorrida entre 2014 e 2016 (no Brasil) e em 2020 (no Brasil e no mundo), que deprimiu a arrecadação de tributos; (ii) a inflação medida pelo IPCA alto em alguns anos da série; (iii) os resultados primários negativos ou insuficientes para cobrir o serviço da dívida; e, principalmente, (iv) a suspensão do pagamento das parcelas da dívida com a União, acrescidas ao estoque.

A dívida com a União resulta de um sério problema estrutural das finanças estaduais. Com a aprovação do PL nº 238/2013, a partir de 01/01/2013, o estoque passou a ser corrigido pelo IPCA mais 4% ao ano ou a Taxa SELIC, o que for menor, em substituição ao IGP-DI mais 6% ao ano. A matéria foi regulamentada através do Decreto nº 8.616, de 29/12/15. Essa nova metodologia de atualização do estoque poderá beneficiar o Estado no médio e longo prazos, podendo abrir espaço para novas operações de crédito, assim que o Estado enquadre sua Dívida Consolidada Líquida em menos de duas vezes a sua Receita Corrente Líquida.

Em capítulo especial adiante, tratar-se-á da dívida contratualizada do Estado com a União.

A EVOLUÇÃO DO GASTO COM EDUCAÇÃO

A Tabela 24 mostra a evolução do gasto com Educação, em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências – RLIT, entre 2011 e 2020. Em 2020, aplicou-se 28,1% da RLIT. A Constituição Federal determina aplicação mínima de 25,0% da RLIT em Educação; já a Constituição Estadual, 35,0% da RLIT.

Tabela 24 - Percentuais aplicados (liquidados nominais) em Educação em relação à RLIT - R\$ milhões

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Recursos Aplicados Educação	5.297	6.073	7.115	8.116	8.843	8.542	8.919	9.169	9.535	9.952
Receita Líquida de Impostos e Transferências – RLIT	18.711	20.274	22.820	24.754	26.256	29.176	30.842	33.634	34.905	35.408
% em Educação sobre RLIT	28,3%	30,0%	31,2%	32,8%	33,7%	29,3%	28,9%	27,3%	27,3%	28,1%

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS.

A EVOLUÇÃO DO GASTO COM SAÚDE

A Tabela 25 mostra os valores aplicados em Saúde, entre os anos de 2011 e 2020, em relação à RLIT. Como mostram os números abaixo, há uma retomada gradual de recursos drenados para essa área, motivada pela obrigatoriedade de o Estado aplicar 12,0% da RLIT em Saúde. Em 2020, foram aplicados 12,1% da RLIT em Saúde. A Constituição Federal determina aplicação mínima de 12,0% da RLIT; já a Constituição Estadual, 10,0% da Receita Tributária Líquida – RTL.

Tabela 25 - Percentuais aplicados (liquidados nominais) em Saúde em relação à RLIT - R\$ milhões

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total Aplicado em Saúde	1.509	1.956	2.844	3.161	3.219	3.559	3.787	4.090	4.242	4.299
Receita Líquida Impostos e Transferências – RLIT	18.711	20.274	22.820	24.754	26.256	29.176	30.842	33.634	34.905	35.408
% em Saúde sobre RLIT	8,1%	9,6%	12,5%	12,8%	12,2%	12,1%	12,2%	12,2%	12,2%	12,1%

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS / CAGE-RS.

Nota: Não estão computados recursos da CORSAN.

A EVOLUÇÃO DO GASTO COM A SEGURANÇA PÚBLICA

A Tabela adiante mostra os gastos liquidados com a Função Segurança Pública em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), entre 2011 e 2020. Em 2011, foram aplicados 10,0% da RLIT em Segurança Pública; já em 2020, 15,4% da RLIT. O crescimento dos gastos com a Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de 2012, deveu-se aos constantes aumentos salariais concedidos, o que elevou sobremaneira o gasto dessa pasta. Pesaram, ainda, os gastos com promoções, novas contratações e compra de equipamentos.

Tabela 26 - Percentuais aplicados em Segurança em relação à RLIT – R\$ milhões

Aplicação em Segurança	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Recursos Aplicados em Segurança	1.867	2.178	2.527	3.018	3.048	3.304	3.762	4.442	4.914	5.439
Receita Tributária Líquida e Transferências – RLIT	18.711	20.274	22.820	24.754	26.257	29.176	30.842	33.634	34.905	35.408
% em Segurança sobre RLIT	10,0%	10,7%	11,1%	12,2%	11,6%	11,3%	12,2%	13,2%	14,1%	15,4%

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Os valores referem-se tão somente aos gastos ordinários dos respectivos órgãos de segurança. Não estão incluídos os gastos com inativos e pensionistas.

O FUNDO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

O FUNDEB é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação. Trata-se de um Fundo de natureza contábil, instituído originariamente pela EC nº 53, de 19 de dezembro de 2006, e regulamentado pela MP nº 339, de 28 de dezembro de 2006, convertida na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e pelos Decretos nºs 6.253 e 6.278, de 13 e 29 de novembro de 2007.

O Fundo foi implantado em 1º de janeiro de 2007, alcançando sua plenitude no ano de 2009, cobrindo todo o universo de alunos da Educação Básica pública presencial. A EC nº 53 estabeleceu o prazo de 14 anos, a partir de sua promulgação, para a vigência do fundo, expirou, portanto, em 31 de dezembro de 2020. Um novo conceito de FUNDEB foi criado e está vigente desde 01 de janeiro de 2021. O FUNDEB promove, de um lado, a constituição de um fundo e, de outro lado, a distribuição dos recursos com base no número de alunos da Educação Básica, de acordo com os dados do último Censo Escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária (art. 211, da CFB).

O Fundo da Educação é constituído por recursos próprios dos Estados e dos Municípios. Caso haja insuficiência de recursos, a União poderá complementar com percentual do valor total do Fundo. Os Municípios participam com 20% do Fundo de Participação dos Municípios – FPM; da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS; da cota-parte do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI-Exp.; da cota-parte da Desoneração das Exportações – LC nº 87/96); da cota-parte do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; do Imposto Territorial Rural – ITR; e das receitas da dívida ativa e dos juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas.

Os Estados participam com 20% do Fundo de Participação dos Estados – FPE; do ICMS líquido; da cota-parte do Imposto sobre Produtos Industrializados, da cota-parte do IPI-Exportação; da cota-parte da Desoneração das Exportações; do IPVA líquido; do ITCMD; e das receitas da dívida ativa e dos juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas.

Há sempre a complementação por parte da União quando o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente (art. 60-V do ADCT). Não há um valor fixo de transferência, mas um mínimo. Até o final de 2020, o percentual de complementação da União alcançava o patamar máximo de 10% do total da contribuição de Estados, Distrito Federal e Municípios ao Fundo.

Em 2019, os recursos do FUNDEB somaram em torno de R\$ 156,3 bilhões, provenientes, predominantemente dos tesouros dos Estados, DF e dos Municípios, equivalente a 90% do total. A União aportou o montante de R\$ 14,34 bilhões. A complementação da União beneficiou um terço dos Estados: Amazonas, Pará, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

Os recursos do FUNDEB destinam-se ao financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), independentemente da modalidade em que o ensino é oferecido (regular, especial ou de jovens e adultos), da sua duração (ensino fundamental de oito ou de nove anos), da idade dos alunos (crianças, jovens ou adultos), do turno de atendimento (matutino, vespertino ou noturno) e da localização da escola (urbana, rural, área indígena ou quilombola), observando-se os respectivos âmbitos de atuação prioritária dos Estados e Municípios, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º, do art. 211, da CFB.

A aplicação desses recursos, pelos gestores estaduais e municipais, deve ser direcionada levando-se em conta a responsabilidade constitucional, que delimita a atuação dos Estados e Municípios em relação à Educação Básica. Os Municípios receberão os recursos do FUNDEB, com base na proporção do número de alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Os Estados, com base na proporção do número de alunos do ensino fundamental e médio, sendo o mínimo de 70% direcionado para a remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica pública; o restante dos recursos, para outras despesas de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica.

AS PERDAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM O FUNDEF/FUNDEB

Antes da criação do FUNDEB, existia o FUNDEF, implantado em janeiro de 1998. Durante todo o período de vigência do FUNDEF/FUNDEB, criados por legislação federal, o Estado contribuiu com mais recursos do que obteve em retorno, isto é, dadas as regras de funcionamento, os montantes aportados são inferiores aos transferidos, assim, o Estado computa perdas ao longo de todos os anos.

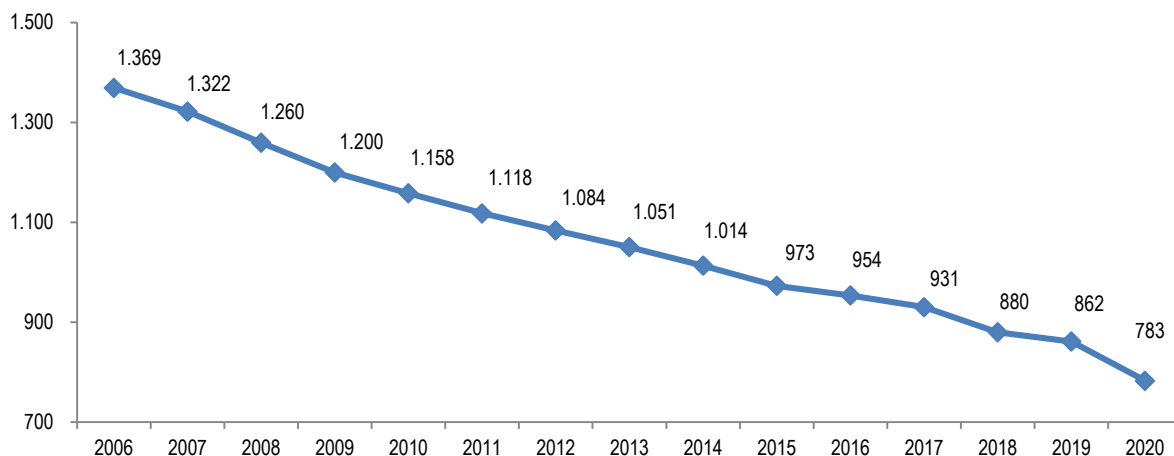
Tais perdas decorrem de dois fatores principais: (i) os aumentos reais nas receitas vinculadas aos aportes para o fundo; e (ii) o flagrante decréscimo no número de matrículas, resultado do fenômeno da transição demográfica.

A Figura 15 exibe a quantidade de alunos matriculados nas escolas estaduais do RS entre 2006 e 2020. Em 2006, eram 1,369 milhão de alunos; em 2020, o número caiu para 783 mil alunos. Observe-se que, ao longo de 15 anos, a rede pública estadual perdeu 586 mil alunos, representando uma queda de 42,8%.

A Tabela 27 levanta as perdas do Estado do Rio Grande do Sul no FUNDEB. Em 2020, aportou-se ao Fundo da Educação a quantia de R\$ 6,364 bilhões; contudo, o retorno foi de apenas R\$ 4,350 bilhões, resultando em uma equação negativa de R\$ 2,014 bilhões, equivalente a 4,8% da RCL, o segundo maior patamar de perdas de toda a série histórica (Figura 16). Caso o valor dessa perda de R\$ 2,014 bilhões fosse

revertido para o caixa do Estado, seria suficiente para pagar um mês de salário líquido a todos os servidores do Estado. No período entre 2011 e 2020, o Estado teve perdas para o FUNDEB de R\$ 12,326 bilhões, em valores nominais.

Figura 15 - Alunos matriculados nas escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul



Fonte: Censo Escolar da Secretaria da Educação do Estado RS.

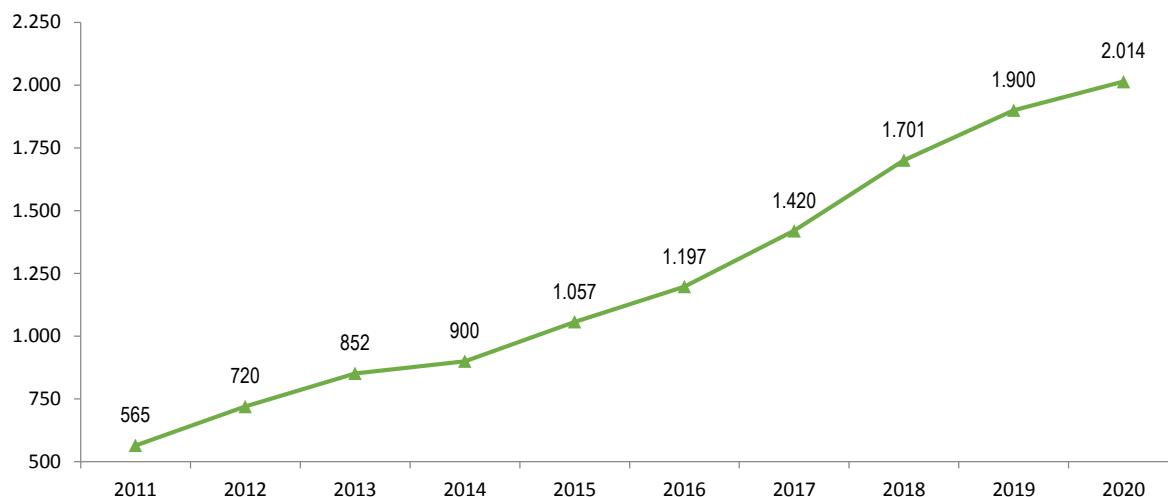
Nota: Em 2020, os dados foram coletados diretamente na Secretaria Estadual de Educação.

Tabela 27 - Perdas do Estado para o FUNDEF/FUNDEB – Em valores nominais - R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Deduções para o FUNDEF/FUNDEB	3.526	3.808	4.288	4.612	4.923	5.355	5.590	6.184	6.311	6.364	50.961
Transferência do FUNDEF/FUNDEB	2.961	3.088	3.436	3.712	3.866	4.158	4.170	4.483	4.411	4.350	38.635
Perdas com o Fundo da Educação	565	720	852	900	1.057	1.197	1.420	1.701	1.900	2.014	12.326
% Perdas Fundo Educação / Receita Corrente Líquida	2,6	3	3,2	3,1	3,5	3,5	4,1	4,5	5,0	4,8	3,7

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Figura 16 - Perdas do Estado com o Fund da Educação - Em valores nominais - R\$ milhões



Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

O NOVO FUNDO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

A partir de 1º de janeiro de 2021, começou a vigorar o novo FUNDEB, que tornará permanente o financiamento da educação básica pública no Brasil. Manterá como está a composição das fontes de recursos.

Além disso, dentro de um prazo de seis anos, a complementação da União será elevada de 10% para, no mínimo, 23% do total aportado ao Fundo. O aumento será gradual: 12%, em 2021; 15%, em 2022; 17%, em 2023; 19%, em 2024; 21%, em 2025; e 23%, em 2026.

A distribuição dos 23% de complementação final será da seguinte forma: i) 10% no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, sempre que o valor anual por aluno (VAAF) não alcançar o mínimo definido nacionalmente; ii) 10,5% a ser distribuído conforme o critério do valor aluno ano total (VAAT), que o é parâmetro de distribuição com base na efetiva capacidade de financiamento das redes de ensino; e iii) 2,5% adota-se como critério de distribuição a evolução dos indicadores de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades.

Outra mudança diz respeito ao critério da subvinculação, passando de, no mínimo, 60% para a remuneração do Magistério, para 70%, no mínimo, de todos os profissionais da educação básica. Uma lei disporá sobre as categorias a serem consideradas como profissionais da educação. No tocante ao piso salarial para os profissionais do magistério da educação básica pública, o novo FUNDEB prevê lei específica que disporá sobre o assunto.

Atualmente, a Lei nº 11.738, de 2008, define que o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica é reajustado pelo mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno do FUNDEB, referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano. Em 2020, o reajuste do piso foi de 12,84%. A atualização aplicada ao piso salarial estende-se às aposentadorias e pensões dos profissionais do magistério público da educação básica.

O novo FUNDEB adotou regras que mostram maior transparência e controle, bem como princípios de planejamento, mantendo-se os conselhos de acompanhamento e controle social, devendo levar em conta as metas do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 2014). Uma das regras do novo FUNDEB é a vedação do uso dos recursos do FUNDEB para pagamento de aposentadorias e pensões.

A DÍVIDA DO ESTADO DO RS COM A UNIÃO

Com base nos termos do protocolo de intenções, firmado em 20 de setembro de 1996, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul concordou em refinar junto à União toda a sua dívida mobiliária e quase a totalidade da dívida contratual existente na época. A autorização dessa operação foi dada através da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, da Lei Estadual nº 10.920, de 03 de janeiro de 1997, e da Resolução do Senado Federal nº 64, de 01 de julho de 1997. O acordo foi assinado por meio do Contrato nº 014/1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

As principais cláusulas contratuais originárias foram as seguintes: (i) a atualização monetária pela variação do IGP-DI; (ii) a taxa de juros de 6% ao ano, sendo os juros calculados e debitados mensalmente; (iii) o sistema de amortização pela Tabela Price; (iv) as garantias previstas (as receitas próprias e as transferências constitucionais); (v) o prazo de pagamento de 30 anos; e (vi) o saldo devedor, caso houver, será prorrogado por mais 10 anos.

A Tabela 28 mostra o valor original da dívida do Estado, que foi objeto de renegociação.

Tabela 28 - Valor original da dívida do Estado do RS refinanciada junto à União – R\$ milhões

Especificação	Refinanciamento Principal	PROES	Refinanciamento Resíduo	Fundação BANRISUL Contrapartida PROES	FINAME	BNDES	TOTAL
Valores Refinanciados	8.098	2.810	873	613	58	84	2.536

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS (Ano de 1999 - fl. 97).

A partir de 2000, entrou em vigor o limite para o pagamento do serviço da dívida contratual, no patamar de 13% da Receita Líquida Real – RLR. Quando o serviço da dívida ultrapassasse esse limite, a diferença –

chamada de resíduo – deveria ser agregada ao estoque da dívida, a ser paga a partir do final do prazo estipulado no contrato, em março de 2028. As diferenças não pagas das prestações mensais, que excederem o limite de 13,0% da RLR, seriam pagas em 120 prestações mensais, ou seja, com prazo de 10 anos, somente a partir de abril de 2028, encerrando-se em março de 2038.

O acúmulo de saldo devedor, gerado pelo resíduo, decorre de dois fatores: (i) o pagamento da prestação mensal do contrato é inferior à prestação devida, sendo essa diferença agregada ao saldo devedor; e (ii) o saldo devedor é crescente pela atualização monetária, incidindo indexador mensalmente. Com os termos contratuais acima estabelecidos, e por conta de déficits primários recorrentes, a dívida do Estado cresceu de forma exponencial.

Os Estados endividados, que assinaram acordos com a União no âmbito do programa referido, urgiam pela mudança de indexador e pela redução da taxa de juros estabelecida contratualmente, que, no caso do Rio Grande do Sul, foi de 6,0% ao ano. O argumento era simples: a dívida, ao final do contrato, se tornaria impagável. Em novembro de 2014, a União sancionou a Lei Complementar nº 148, alterando as cláusulas originais, fazendo valer o IPCA mais 4% ao ano ou a Taxa SELIC, o que for menor, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2013. Através do Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, e da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a matéria foi regulamentada e está em plena vigência.

Em tese, a lei aprovada nasceu com a perspectiva positiva de equacionar parte do problema do estoque da dívida, surtindo seus efeitos no término do contrato, tanto mais favorável quanto menor for o IPCA ou a Taxa SELIC. No médio prazo, poderá abrir margem para o Estado retomar as contratações de operações de crédito, assim que a Dívida Consolidada Líquida do Estado for menor do que duas vezes a Receita Corrente Líquida. Ao final do 2º quadrimestre de 2020, a DCL estava em 2,30 vezes a RCL.

Em relação à amplitude contratual da dívida dos Estados com a União, a Lei Complementar nº 156 alongou os prazos por mais 20 anos. No acordo firmado, foi concedida ainda a suspensão do pagamento das parcelas entre julho e dezembro de 2016. A contar de janeiro de 2017 até junho de 2018 (18 meses), as prestações voltariam a ser pagas na proporção de 5,55% ao mês, de forma cumulativa. Contudo, a partir de julho de 2017, por medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, o Estado do RS deixou de pagar as parcelas mensais devidas, antecipando quiçá os efeitos da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.

Tabela 29 - Demonstrativo do estoque total da dívida do Estado contratada junto à União – R\$ milhões

Especificação	Dívida Intralimite	Dívida Extralimite	Resíduo	Saldo de Liminar do STF	Total do Estoque	PIB-RS	% Estoque/ PIB-RS
1998	9.244	0	322	0	9.566	67.673	14,1
1999	10.908	0	873	0	11.781	74.016	15,9
2000	11.426	892	1.099	0	13.417	81.815	16,4
2001	12.498	976	1.736	0	15.210	92.310	16,5
2002	15.128	1.189	2.785	0	19.102	105.487	18,1
2003	16.102	1.265	3.842	0	21.210	124.551	17,0
2004	17.562	1.380	5.217	0	24.159	137.831	17,5
2005	17.948	1.411	6.434	0	25.793	144.218	17,9
2006	18.475	1.454	7.747	0	27.676	156.827	17,6
2007	19.247	1.515	9.280	0	30.041	176.615	17,0
2008	20.847	1.571	11.485	0	33.903	199.494	17,0
2009	19.901	1.500	12.359	0	33.760	215.864	15,6
2010	21.361	795	14.884	0	37.040	241.256	15,4
2011	21.790	811	16.823	0	39.423	264.969	14,9
2012	22.496	837	19.285	0	42.619	287.056	14,8
2013	22.759	847	21.625	0	45.231	332.293	13,6
2014	22.616	842	23.723	0	47.181	357.816	13,2
2015	23.559	877	27.182	0	51.617	381.985	13,5
2016	25.149	936	30.650	687	57.421	408.645	14,1
2017					58.572	423.270	13,8
2018					63.006	457.294	13,8
2019					66.915	478.564	14,0
2020							

Fonte de dados brutos: Relatório Anual da Dívida Pública Estadual, publicado pela Secretaria da Fazenda do RS.

O Regime de Recuperação Fiscal, aprovado pela Lei Complementar nº 159/2017, visou fornecer aos Estados com grave desequilíbrio financeiro os instrumentos para o ajuste de suas contas. Três indicadores são levados em conta para determinar se um Estado se encontra em uma situação de desequilíbrio financeiro: i) a Receita Corrente Líquida – RCL anual menor do que a Dívida Consolidada ao final do último exercício; ii) o somatório das despesas com pessoal, juros e amortizações igual ou maior que 70% da RCL; e iii) o valor total de obrigações superior ao valor das disponibilidades de caixa. Assim, para aderir ao regime, as três exigências devem ser cumpridas conjuntamente.

O Plano prevê 10 anos para o Estado voltar a pagar a prestação integral. Os pagamentos serão efetuados de forma progressiva e linear, no patamar de 10% da prestação por ano, até atingir seu valor integral, ao final do prazo da prorrogação. Contudo, há exigências de contrapartidas e de compromissos a serem cumpridos pelo Estado. Tendo em vista a autorização pela ALRS para a privatização das Companhias CEEE, CRM e SULGÁS, cumpre-se importante condição para o desfecho do acordo.

A Tabela 29 apresenta a evolução da dívida total do Estado do Rio Grande do Sul com a União, entre 1998 e 2020. Em 31/12/2020, a dívida totalizou R\$ 69,1 bilhões. É importante frisar que, a partir de 2017, com a aplicação do art. 1º da LC nº 156, a dívida do Estado com a União foi consolidada, não sendo mais classificada em intralimite e extralimite. Ademais, não há mais o limitador de 13% da Receita Líquida Real sobre as prestações nem a geração de resíduo. O cálculo da prestação mensal processa-se conforme a tabela Price.

O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO RS

O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

Atualmente, o Estado Rio Grande do Sul possui dois tipos diferentes de afiliação previdenciária de seus servidores com cargos efetivos: (i) vinculado ao Regime de Repartição Simples, caso o vínculo com o Estado tenha se constituído até 18 de agosto de 2016; e (ii) vinculado ao RS-PREV, caso tenha ingressado em cargo efetivo no Estado a partir de 19 de agosto de 2016 (Regime de Previdência Complementar).

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, as contribuições passaram a ter alíquotas progressivas entre 7,5% a 22,0%, conforme tabela de rendimentos, a contar de abril de 2020. Para os aposentados e pensionistas, as alíquotas de contribuição serão as mesmas dos servidores civis e militares, e passará a ser recolhida no que exceder a um salário-mínimo nacional.

Os vários pontos da reforma previdenciária aprovada pelo parlamento gaúcho, além das normas recepcionadas da Constituição Federal, foram de grande importância para modernizar e dar sustentabilidade ao sistema como um todo.

OS REGIMES DE REPARTIÇÃO SIMPLES E DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Através da LC nº 15.511/2020, sancionada em 24 de agosto de 2020, ficou formalizado que o RPPS/RS está organizado somente sob o Regime Financeiro de Repartição Simples. Assim, se altera a Lei Complementar nº 14.750, de 15 de outubro de 2015, que criou o Regime de Previdência Complementar – RPC para os novos servidores civis e, também, para os antigos que aderissem ao referido sistema. Para a implantação e estruturação desse regime complementar, foi criada a entidade fechada denominada de Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul – RS-Prev.

A regra do Regime de Previdência Complementar é prevista para os servidores civis de cargos efetivos que tomaram posse a partir de 19 de agosto de 2016, data de sua homologação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O servidor contribuirá com percentual de sua remuneração até o valor máximo do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

De outro lado, o Estado deve arcar com o mesmo percentual de aporte. Uma vez aposentado, o servidor receberá do Estado um benefício que estará limitado ao teto do RGPS, conforme a média de suas

remunerações. Para ter um benefício maior, o servidor poderá aderir à Previdência Complementar, contribuindo sobre o que exceder ao referido teto do RGPS. No caso de adesão do servidor, o Estado contribuirá em seu favor com o mesmo valor pago pelo servidor (1 por 1), limitado a 7,5% da base de contribuição.

A adesão ao plano de previdência complementar, porém, é opcional. O servidor poderá buscar outra previdência privada, em instituições financeiras de mercado, caso preferir não aderir à Previdência Complementar patrocinada pelo Estado. Porém, receberá do Estado, através do IPERGS, apenas até o limite máximo do RGPS e não contará com a contribuição do Estado em outro plano de previdência complementar.

Para o Regime de Previdência Complementar– RS-PREV, foi criado um Comitê Gestor para cada plano de benefícios complementares e um Comitê de Investimentos. O Comitê Gestor é o órgão responsável pela definição da estratégia das aplicações financeiras e acompanhamento do respectivo plano de benefícios previdenciários do RS-Prev, que poderá ser administrado por gestão própria, por entidade autorizada, credenciada ou mista.

O DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO DO SISTEMA DE REPARTIÇÃO SIMPLES

No Sistema de Repartição Simples, os recursos das contribuições dos servidores ativos, admitidos até 19 de agosto de 2016, são destinados a cobrir os gastos com as atuais aposentadorias e pensões. O Estado contribui com a parte patronal, na proporção de duas vezes a contribuição do segurado. Como não foi originalmente criado um fundo previdenciário, as contribuições (pessoal e patronal) são insuficientes para a cobertura dos benefícios previdenciários, o que resulta no chamado "déficit previdenciário financeiro". Dessa forma, o caixa do Tesouro suplementa mensalmente a diferença.

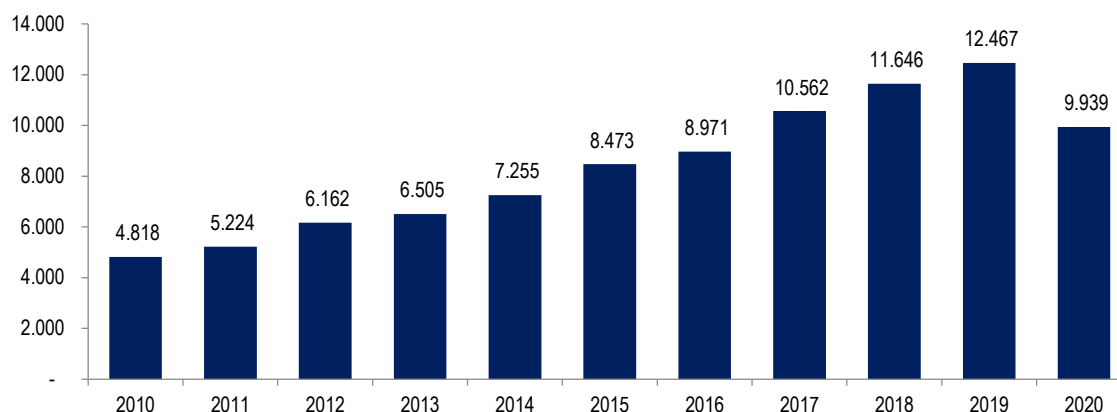
Desde 2000, os proventos de aposentados e pensionistas já superavam as contribuições sobre os vencimentos do pessoal ativo. Ao final de 2019, a Administração Direta e Indireta do Estado possuía 372,9 mil matrículas, sendo 151,7 mil ativas (40,7%) contra 221,2 mil de aposentados e pensionistas (59,3%). Ressalva-se que, no sistema de repartição simples, o ideal é ter uma proporção de 5 ativos contribuindo para cada 1 inativo. Ao final de 2019, de cada 10 matrículas, 4,1 matrículas eram ativas, e 5,9 matrículas eram inativas.

O desequilíbrio estrutural das finanças do Estado está associado ao não cumprimento de premissas fundamentais do sistema de repartição simples. Ou seja, ao longo do tempo, o Estado não buscou formas de financiar os futuros aposentados e pensionistas.

A Figura seguinte mostra a evolução do déficit previdenciário – plano financeiro – entre 2010 e 2020. Em 2010, o déficit contabilizado foi de R\$ 4,8 bilhões; em 2019, passou para R\$ 12,5 bilhões. Em 2020, o mesmo foi reduzido para R\$ 9,9 bilhões. Em todo esse período (11 anos), o rombo acumulado do sistema previdenciário gaúcho atingiu o montante de R\$ 92,0 bilhões, em valores nominais. Com a aprovação das reformas previdenciária e administrativa, pode-se ver os seus primeiros efeitos positivos já em 2020, quando se verifica uma queda importante do déficit previdenciário. Contudo, uma redução substancial só virá no longo prazo, com os efeitos do Regime de Previdência Complementar.

Uma série de fatores contribuiu para que o Estado do Rio Grande do Sul apresente atualmente um comprometimento com gastos previdenciários tão expressivos em relação à RCL, destacando-se: (i) a elevada expectativa de vida da população gaúcha, que faz com que os aposentados e pensionistas usufruam de seus benefícios previdenciários por mais tempo; (ii) o perfil envelhecido do funcionalismo ativo estadual, que reflete o próprio envelhecimento da população gaúcha como um todo, tendo em vista que o Estado tem um histórico de desenvolvimento mais antigo, o que exigiu a constituição de uma máquina pública décadas antes da maioria dos demais estados brasileiros; (iii) a situação conjuntural da economia brasileira e gaúcha que, entre 2014 e 2020, passou por duas das maiores crises da história, refletindo diretamente na arrecadação tributária, em nível federal, estadual e municipal; e (iv) as regras previdenciárias especiais diferenciadas que beneficiam as funções de segurança e educação.

Figura 17 - Déficit Previdenciário – Plano Financeiro - Em valores nominais – R\$ milhões



Fonte: Balanço Geral do Estado / CAGE-RS.

A Tabela 30 traz a situação previdenciária dos Estados brasileiros, referente ao ano de 2019. Em relação à Receita Corrente Líquida, o Estado do Rio Grande do Norte foi o que apresentou o maior déficit previdenciário (40,0% da RCL), seguido pelo Rio Grande do Sul (34,2% da RCL). Os Estados do MG, PI, RJ, SE, SC e MS aparecem com situação preocupante. O Estado de SP, apesar de apresentar déficit previdenciário de R\$ 31,2 bilhões, compromete 18,0% da RCL. O cálculo do déficit previdenciário leva em conta as despesas previdenciárias empenhadas dos planos previdenciário e financeiro e não leva em conta a contribuição patronal.

Tabela 30 - Despesas previdenciárias dos Estados brasileiros em 2019 - R\$ 1.000,00

Ordem	Estado	Despesas Previdenciárias (aposentadorias e pensões)	Contribuições Previdenciárias	Déficit Previdenciário	Receita Corrente Líquida	Em percentual da RCL		
						Despesas Previdenciárias	Contribuição Previdenciária	Déficit Previdenciário
1	RN	4.642	407	4.235	10.590	43,8	3,8	40,0
2	RS	16.925	2.003	14.923	43.667	38,8	4,6	34,2
3	MG	24.695	2.283	22.412	66.390	37,2	3,4	33,8
4	PI	2.915	453	2.463	9.069	32,1	5,0	27,2
5	RJ	19.085	2.974	16.111	61.679	30,9	4,8	26,1
6	SE	2.354	340	2.015	8.391	28,1	4,0	24,0
7	SC	6.724	1.040	5.683	26.080	25,8	4,0	21,8
8	MS	3.276	585	2.692	12.599	26,0	4,6	21,4
9	PR	10.273	1.674	8.599	40.522	25,4	4,1	21,2
10	AL	2.023	303	1.720	8.906	22,7	3,4	19,3
11	GO	6.282	1.305	4.977	25.863	24,3	5,0	19,2
12	PE	6.260	1.243	5.018	26.615	23,5	4,7	18,9
13	PB	2.194	289	1.906	10.571	20,8	2,7	18,0
14	SP	36.082	4.854	31.228	173.639	20,8	2,8	18,0
15	BA	8.441	1.727	6.714	37.869	22,3	4,6	17,7
16	MT	3.984	887	3.097	18.041	22,1	4,9	17,2
17	ES	2.989	372	2.617	15.317	19,5	2,4	17,1
18	PA	3.864	761	3.103	19.541	19,8	3,9	15,9
19	DF	4.494	1.270	3.224	22.688	19,8	5,6	14,2
20	AC	1.056	253	803	5.660	18,7	4,5	14,2
21	MA	2.510	478	2.032	15.152	16,6	3,2	13,4
22	CE	3.561	795	2.766	22.065	16,1	3,6	12,5
23	AM	2.276	543	1.732	15.529	14,7	3,5	11,2
24	RO	753	249	505	8.105	9,3	3,1	6,2
25	AP	178	92	86	5.682	3,1	1,6	1,5
26	RR	55	33	22	4.068	1,4	0,8	0,5
Total		177.889	27.208	150.681	714.298	24,9	3,8	21,1

Fonte original: RREOs dos Estados - 6º bimestre 2019. O mérito pela pesquisa é do economista Darcy Santos.

No 1: O Estado de TO não apresentou relatório relativo a 2019, sendo retirado da série.

Nota 2: A metodologia de cálculo da Receita Corrente Líquida tomou por base as receitas correntes menos as transferências aos Municípios e a perda do FUNDEB. Essa fórmula difere daquela da Lei de Responsabilidade Fiscal, contudo válida em termos de comparação por dar tratamento equânime as diversas contas.

A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA E OS ODSs

MAPA ESTRATÉGICO DE GOVERNO

O Mapa Estratégico é o instrumento que comunica a visão estratégica do Governo e está dividido em quatro eixos: Estado Sustentável, Governança e Gestão, Sociedade com Qualidade de Vida e Desenvolvimento Empreendedor. Para cada um dos eixos, detalhados na Figura 18, foram definidos objetivos estratégicos que orientam as políticas e as ações dos agentes governamentais.

Figura 18 – Mapa Estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Elaboração: Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP)/SPGG.

No **EIXO ESTADO SUSTENTÁVEL**, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:

Buscar equilíbrio fiscal otimizando o gasto e maximizando as receitas: mitigar a insuficiência estrutural atuando sobre o caixa e sobre os desequilíbrios existentes. Visa à melhoria da arrecadação e à racionalização da execução da despesa, assegurando o cumprimento das obrigações legais para gerar consequências positivas para a economia do Rio Grande do Sul.

Aumentar a capacidade de investimento: buscar alternativas para o fortalecimento da capacidade de investimento, alinhado com as prioridades estratégicas para o fomento da competitividade e do crescimento econômico do Estado.

Qualificar e incrementar a prestação de serviços formando parcerias com setor privado e terceiro setor: ampliar a participação da iniciativa privada por meio de PPPs e concessões nos investimentos e na operação dos serviços, para superar deficiências e recuperar a estrutura que possa proporcionar a retomada do crescimento. Reforçar as medidas de captação de recursos, buscando fontes de financiamento que promovam o incremento das políticas públicas.

No eixo **GOVERNANÇA E GESTÃO**, são elencados cinco objetivos estratégicos, os quais estão detalhados a seguir:

Garantir o alinhamento estratégico em todos os níveis do governo: isso se dará com a implementação de uma estrutura de Governança que articule e integre os direcionadores estratégicos, atue por meio de projetos transversais e do monitoramento e gestão estratégica para produzir e entregar os resultados desejados.

Aprimorar os mecanismos de transparência: tornar a disponibilidade de acesso a informações uma prática usual do poder público, garantindo a transparência da gestão pública para o efetivo controle social para aproximar a sociedade dos seus representantes.

Promover a articulação regional e a participação social: gerar novos arranjos de políticas públicas que fomentem o papel mais ativo do cidadão e padronizem as estruturas de regionalização.

Valorizar e desenvolver o servidor público: adotar ações que promovam o engajamento, a motivação e o desenvolvimento dos servidores, estimulando a integração, a colaboração e o trabalho em equipe, reforçando a confiança e a percepção da diferença que podem produzir e intensificando ações que contribuam com as estratégias e entregas ao cidadão.

Modernizar e desburocratizar os processos: promover maior integração dos serviços com racionalização e aperfeiçoamento dos procedimentos e trâmites burocráticos, bem como fortalecer a interdependência e transversalidade das ações, simplificar o ambiente de negócios para fomentar o crescimento econômico e ampliar a condição competitiva do Estado.

O **EIXO SOCIEDADE COM QUALIDADE DE VIDA**, por sua vez, é composto pelos seguintes objetivos estratégicos:

Aumentar a segurança e o combate ao crime: buscar uma forte atuação coordenada das forças de combate ao crime em todos os níveis, assim como o uso intensivo da tecnologia, a reorganização e efficientização da rede de casas prisionais e uma forte política preventiva junto à comunidade e às novas gerações. Perseguir uma maior eficiência no direcionamento dos recursos e potencialização do uso de tecnologias modernas de identificação, monitoramento e controle da criminalidade, além de oportunizar a reinserção social dos apenados e dos egressos, por meio de programas específicos de inclusão social.

Qualificar o aprendizado para a nova economia: proporcionar às novas gerações uma educação eficiente e de qualidade, conectada aos novos tempos e às novas tecnologias. A qualidade de ensino é de vital importância, pois o nível de excelência a ser demandado pela nova economia exigirá profissionais diferenciados no mercado.

Promover a sustentabilidade ambiental: a sustentabilidade deve assegurar a qualidade de vida às gerações atuais e futuras. Isso se dá pela conservação dos recursos hídricos, gestão sustentável e equilibrada dos ecossistemas terrestres, maior acesso a energias limpas e renováveis, processos produtivos mais eficientes e menos poluentes. Além disso, busca-se intensificar a fiscalização ambiental e implementar políticas e programas de educação e conservação.

Promover a inclusão social e o espírito de cidadania: agregar qualidade de vida a toda a sociedade gaúcha, proporcionando inclusão social, cultura, esporte e lazer, complementando as iniciativas de segurança, saúde e educação.

Prestar assistência à saúde, fortalecendo a promoção e prevenção: investir nas melhores práticas de gestão da saúde pública, com uso de tecnologias modernas para agilizar o atendimento da população, universalizar o acesso e fazer com que este seja o mais próximo possível das residências.

Por fim, no **EIXO DESENVOLVIMENTO EMPREENDEDOR**, destacam-se outros seis objetivos estratégicos, a saber:

Agilizar as soluções ao cidadão por meio do Governo Digital: migrar o setor público do analógico para o digital. Inovar por meio da digitalização de processos e serviços, melhorando a interação com os cidadãos, empresas e a sociedade.

Fortalecer o desenvolvimento regional: buscar o desenvolvimento regional sustentável alinhado estrategicamente às políticas públicas e atividades empreendedoras mais vocacionadas em cada região do

Estado. Desenvolver projetos regionais estratégicos por meio da organização de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais e de incentivo ao desenvolvimento de cadeias de fornecedores locais.

Fomentar a nova economia e promover a inovação em setores tradicionais: promover o crescimento econômico do Estado, criando um ambiente que estimule o seu desenvolvimento através de um sistema de apoio tecnológico e linhas de financiamento adequadas, visando à inovação das práticas, processos e negócios.

Adequar o modelo tributário com foco na competitividade: melhorar o ambiente interno de negócios mediante a simplificação da desoneração tributária e a redução da burocracia, possibilitado a integração e revisão das regras fiscais com vistas à competitividade da indústria, do comércio e dos serviços.

Fomentar um ambiente de negócios mais ágil e simples: descentralizar os processos, dando autonomia às secretarias e melhorando a coordenação das ações e recursos, ampliando a utilização da tecnologia de informação para incrementar a qualidade e eficiência na prestação de serviços públicos.

Reduzir custos logísticos e de transporte e melhorar a infraestrutura: modernizar a infraestrutura logística e a integração entre os modais de transporte. Disponibilizar energia a toda população gaúcha, universalizar o acesso ao gás natural, ampliar as linhas de transmissão de energia elétrica e levar internet e energia trifásica ao campo.

Através desses dezenove grandes objetivos estratégicos, em um esforço conjunto, busca-se alcançar uma *"Evolução sem ruptura, que supere o discurso da crise e recupere a esperança e a autoestima, que leve o RS para um novo patamar de competitividade, tirando o Estado da era analógica rumo à era digital para retomar o crescimento econômico e promover o desenvolvimento social"*.

MODELO DE GOVERNANÇA

O planejamento, a governança e a gestão das ações de Governo, por sua vez, devem refletir os principais direcionadores da estratégia de Governo, convergindo para as entregas de valor desejadas expressas no Mapa Estratégico: serviços públicos modernos e ágeis; estado competitivo e sustentável e uma sociedade mais próspera.

Nesse sentido, a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão vem trabalhando para garantir o alinhamento entre os instrumentos do nível estratégico, tático e operacional, transpassando o Plano Plurianual, que é elaborado no primeiro ano de governo, a Lei de Orçamento Anual – LOA e os Projetos Estratégicos pactuados anualmente no Acordo de Resultados.

A primeira Revisão do PPA 2020-2023, realizada em 2020, e a indicação dos Projetos Estratégicos nas metas da LOA 2021 refletem essa mudança de perspectiva no âmbito do Planejamento Governamental. Ambas as iniciativas visam contemplar o alinhamento dos instrumentos e a compatibilização entre eles. Esse movimento garante o acompanhamento da evolução das políticas públicas conjuntamente com o monitoramento estratégico, fortalecendo as ações de governo e ampliando o engajamento dos atores das diversas áreas. Ainda, viabiliza maior transparência à sociedade no que diz respeito aos esforços desenvolvidos pelo Governo em direção aos objetivos previamente estabelecidos.

No que se refere à Governança e Gestão, o Acordo de Resultados caracteriza-se como principal instrumento. Através dele, a carteira de Projetos Estratégicos é proposta pelas respectivas pastas e acordada com a sociedade. Os Projetos Estratégicos representam esforços coordenados de cada órgão executor e dos órgãos parceiros, para o alcance dos resultados pautados nas diferentes agendas estratégicas do Governo, alinhados aos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico.

Tais Projetos são elaborados com o apoio de metodologias de gerenciamento de projetos, com estabelecimento de metas, indicadores e cronogramas. Eles estão submetidos ao monitoramento intensivo pela SPGG, sendo reavaliados quanto ao seu andamento a cada ciclo de monitoramento, a fim de garantir a resolução de dificuldades e o alcance das metas.

Para auxiliar na elaboração e no monitoramento, os Projetos Estratégicos são cadastrados no Sistema de Monitoramento Estratégico – SME. O SME é alimentado pelos Gerentes de Projeto e pelas equipes de Projeto dos órgãos responsáveis pela execução, incluindo, além de dados sobre a evolução das metas, informações acerca de riscos e pontos de atenção. Essas informações, após conferidas e organizadas pela equipe da SPGG, são então apresentadas nas reuniões de monitoramento pelos Secretários responsáveis.

O processo de monitoramento dos Projetos Estratégicos, descrito a seguir, ocorre em diferentes etapas:

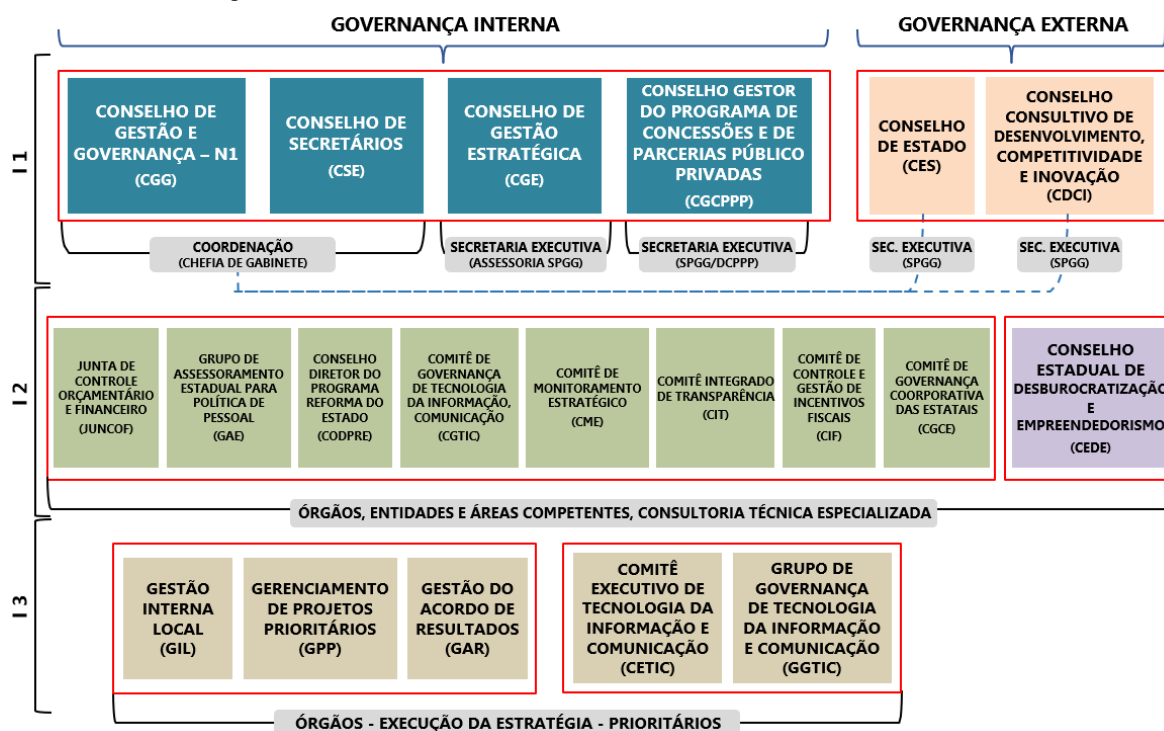
A Reunião de Gestão Interna Local – GIL é coordenada pelo Secretário de Estado de cada pasta e conta também com a participação da equipe local da Secretaria e de suas instituições vinculadas. A Reunião de GIL tem a função de formular e acompanhar a execução da estratégia de cada Secretaria, refletida no Acordo de Resultados e nas ações do Plano Plurianual.

A Reunião de Gestão de Projetos Prioritários – GPP é coordenada pelo Gerente do Projeto e conta com a participação da equipe transversal do Projeto, além do apoio do Departamento de Acompanhamento Estratégico – DAE da SPGG. Ela tem o objetivo de acompanhar os Projetos Prioritários da organização.

A Reunião de Gestão do Acordo de Resultados – GAR tem o papel de acompanhar a execução dos Projetos Estratégicos, constantes no Acordo de Resultados, e é coordenada pelo Secretário de Estado de cada pasta. Também participam da reunião a equipe do órgão e de suas vinculadas, com o apoio da SPGG. Nessa reunião, são discutidos os indicadores de projetos estratégicos, com foco nos riscos ou pontos de atenção que serão levados a instâncias superiores para informação ou tomada de decisão.

O processo de Governança segue com as informações críticas de projetos das Secretarias sendo apresentadas em reunião do Comitê de Monitoramento Estratégico, com a presença dos Secretários participantes, e presidido pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Na sequência, os projetos são apresentados em reunião do Conselho de Gestão Estratégica, presidido pelo Governador, tendo como Secretaria Executiva a SPGG.

Figura 19 – Sistema de Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Decreto Nº 54.581, de 25 de abril de 2019. Elaboração: DAE/SPGG.

As etapas citadas, que permeiam o processo de monitoramento dos Projetos Estratégicos, integram parte da Governança Interna que compõe o Sistema de Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul, instituído pelo Decreto nº 54.581/2019. A Governança Interna tem a responsabilidade de analisar e deliberar sobre as pautas estruturantes do Governo e é composta por três instâncias, conforme detalhado na Figura 19.

A Governança Externa, por sua vez, tem o papel de integrar a sociedade civil com a agenda do Estado em temas de relevância. Na sua estrutura, estão presentes o Conselho de Estado e o Conselho Consultivo de Desenvolvimento, Competitividade e Inovação – CDCI e o Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo – CEDE, em segunda instância.

Por fim, o Sistema de Governança e Gestão, implementado em seus diferentes níveis, através de um conjunto de mecanismos de liderança e estratégia, tem permitido avaliar, direcionar e monitorar a gestão. Auxiliando na resolução de problemas, buscando ações conjuntas e agilizando a tomada de decisão, confere-se maior efetividade às políticas públicas estaduais.

RS PARCERIAS

Estimular o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, por meio de investimentos privados e visando à melhoria dos serviços públicos. Esse é objetivo do programa RS Parcerias, que propõe a promoção de privatizações, concessões e parcerias público-privadas - PPPs no Estado. Nos últimos dois anos, foram vários os avanços nessas iniciativas de ampliação de investimentos e fortalecimento da qualidade dos serviços públicos através de parcerias com o setor privado.

PRIVATIZAÇÕES

Em maio de 2019, com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição e das leis autorizativas específicas, o Governo foi autorizado, pela Assembleia Legislativa, a privatizar a Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, a Companhia Riograndense de Mineração – CRM e a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – SULGÁS. Foi firmado Acordo de Cooperação Técnica com o BNDES para o planejamento preliminar da estruturação de projetos de desestatização, seguido da assinatura de contratos específicos para estruturação dos projetos de privatização da CEEE e da SULGÁS. Ainda ao final de 2019, foram iniciados os trabalhos do BNDES e das consultorias contratadas para modelagem da privatização da CEEE-D e da CEEE-GT.

No início de 2020, com o avanço dos estudos de modelagem de privatização da CEEE, foi apresentada a proposta de cisão da CEEE-GT em uma companhia de geração – CEEE-G e outra de transmissão de energia elétrica – CEEE-T, com o objetivo de atrair maior número de interessados ao leilão e otimizar as condições de venda, conforme recomendado pelo BNDES e pelo consórcio contratado para condução do processo. Ao longo de 2020, BNDES e consultores, com o acompanhamento e suporte de diferentes Secretarias do Governo e de equipes da Companhia, conduziram um trabalho extensivo de avaliação das empresas e disponibilização de documentação base, além da interlocução com credores, sócios minoritários, órgãos de controle e regulatórios.

Ao longo do ano, foram empreendidos vários esforços e encontradas soluções para diferentes questões visando à viabilização da venda da Companhia. Destacam-se o deslocamento das métricas do contrato de concessão junto ao Ministério de Minas e Energia e ANEEL, a aprovação junto ao CONFAZ do parcelamento do ICMS devido pela CEEE-D, a manutenção temporária de garantias da União nos financiamentos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD e a transferência ao Estado do passivo atuarial referente aos servidores ex-autárquicos com o recebimento de imóveis em contrapartida.

A modelagem de privatização da CEEE-D foi a primeira a ser concluída, com apresentação dos resultados em audiência pública realizada em novembro de 2020. O edital de desestatização foi publicado em

dezembro de 2020, sendo esperada a realização do leilão na B3 no primeiro trimestre de 2021. Apesar das iniciativas listadas acima, os estudos realizados ao longo da modelagem indicaram uma necessidade de aporte de recursos de forma escritural pelo Estado para viabilização da venda da CEEE-D, tornando a empresa suficientemente atrativa ao mercado. Assim, a Companhia irá a leilão por um valor mínimo simbólico de R\$ 50 mil, mas sua venda proporcionará grandes benefícios ao Estado, que voltará a receber em dia o ICMS, preservará o patrimônio da CEEE-GT, evitará a caducidade da concessão e proporcionará o aumento dos investimentos, com conseqüente melhoria nos serviços prestados à sociedade.

A modelagem de privatização da CEEE-GT, a ser leiloada separadamente em duas companhias, uma de geração e uma de transmissão, encontra-se na fase final, sendo conduzida em paralelo ao processo de cisão. A publicação dos editais e a realização dos leilões estão previstos para o primeiro semestre de 2021. Os trabalhos das consultorias para a privatização da SULGÁS tiveram início em fevereiro de 2020 e encontram-se em estágio avançado de execução. A modelagem deve ser concluída no início de 2021, em conjunto com a elaboração de um novo modelo regulatório para a distribuição de gás no Estado, e há perspectivas de publicação do edital de desestatização no início do segundo semestre de 2021. Os leilões referentes à CEEE-G, CEEE-T e SULGÁS deverão proporcionar um ingresso relevante de recursos nos cofres estaduais, o que permitirá a retomada de investimentos públicos essenciais para destravar o crescimento e o desenvolvimento do Estado.

CONCESSÕES E PPPs

O Estado do Rio Grande do Sul conta com uma extensa carteira de projetos de Concessões e PPPs, composta por estradas e rodovias administradas pela EGR e pelo DAER, pelo Zoológico de Sapucaia do Sul, pela Rodoviária de Porto Alegre, além da primeira PPP de um presídio no País, que será construído em Erechim. O Cais Mauá de Porto Alegre e os Aeroportos de Passo Fundo e Santo Ângelo também estão inseridos na carteira atual de projetos, especificada a seguir. Adicionalmente aos projetos que já fazem parte da carteira, há a previsão de assinatura de contrato com o BNDES para a modelagem de projetos para parques ambientais e ativos imobiliários.

RSC-287: A modelagem da concessão da Rodovia RSC-287 foi definida a partir de estudos técnicos realizados pelo consórcio KPMG/Manesco/Planos, contratado com recursos advindos de financiamento junto ao Banco Mundial, dentro do Programa PROREDES BIRD, em maio de 2017. O Governo do Estado concluiu, em 18 de dezembro de 2020, o leilão de concessão da RSC-287, rodovia que corta o Estado de leste a oeste, da Grande Porto Alegre até a região Central, mais especificamente, entre Tabai e Santa Maria. Entre as quatro propostas concorrentes, o consórcio Via Central venceu a disputa na Bolsa de Valores B3, em São Paulo, ao apresentar a menor proposta de tarifa de pedágio, no valor de R\$ 3,36, ou seja, um deságio de 54,41% do teto estipulado na licitação. Durante os próximos 30 anos, a empresa deverá investir R\$ 2,7 bi, sendo R\$ 1 bi já nos primeiros 10 anos, e cumprir o cronograma de obras, incluindo a duplicação dos 204,5 quilômetros de extensão nos dois sentidos de fluxo, beneficiando diretamente 12 cidades. A empresa que venceu a licitação assinará o contrato com o Governo e passará a administrar as duas praças já existentes – em Venâncio Aires (km 86) e Candelária (km 131). A cobrança nas demais praças – em Tabai (km 47), Paraíso do Sul (km 168) e Santa Maria (km 214) – só deve ocorrer a partir do primeiro mês do segundo ano da concessão. As obras na rodovia devem começar já no segundo trimestre de 2021, com um trabalho de recuperação da estrada.

Estradas EGR e DAER: Em maio de 2019, o Estado firmou Acordo de Cooperação Técnica com o BNDES para o planejamento da estruturação de projetos de desestatização, indicando preliminarmente a oportunidade de concessão de rodovias. Em 23/01/2020, o Estado firmou contrato com BNDES para prestação de serviços relacionados à estruturação de projeto de concessão de 1151,6 km de rodovias, sendo 758 km administrados pela Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR e 393,6 km administrados pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER. O consórcio contratado pelo BNDES está realizando os estudos de modelagem do projeto de concessão. O projeto prevê a estruturação de concessão dos serviços de

operação, exploração, conservação, manutenção, melhoramentos e ampliação da infraestrutura de transportes dos seguintes trechos rodoviários demonstrados nas tabelas abaixo:

Tabela 31 – Rodovias Administradas pela EGR a serem beneficiadas pelo consórcio contratado pelo BNDES.

Rodovias EGR	Trecho	Km inicial	Km final	Extensão (Km)
ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) - Acesso Norte à São Francisco de Paula	89,05	95,4	6,35
ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) - Acesso à Três Coroas	67,18	89,05	21,87
ERS-040	Entr. ERS-118 (P/Passo do Fiúza) - Entr. ERS-786 (Balneário Pinhal)	11,24	94,85	83,61
ERS-115	Entr. ERS-239 (P/ Taquara) - Entr. ERS-235 (Gramado)	0	41,97	41,97
ERS-122	Entr. ERS-240 (Rincão do Cascalho) - Entr. ERS-446 (P/São Vedelino)	0	39,09	39,09
ERS-122	Entr. RSC-453 (B) (Caxias do Sul) - Entr. ERS-437 (A) (Antônio Prado)	80,04	129,71	49,67
ERS-128	Entr. BRS-386 (B) (P/ Tabai) - Entr. RSC-453 (Teutônia)	13,89	30,27	16,38
ERS-129	Entr. ERS-130 (P/Arroio do Meio) - Entr. ERS-441 (Guaporé)	67,55	126,83	59,28
ERS-130	Entr. RSC-453 (A) (P/ Venâncio Aires) - Entr. ERS-129 (P/Roca Sales)	69,19	97,27	28,08
ERS-135	Entr. ERS-324 (Passo Fundo) - Entr. BRS-153 (A) (P/Erechim)	0	78,33	78,33
ERS-235	Entr. BRS-116 (p/Caxias do Sul - Início Trv-Mun) - Gramado	0	34,64	34,64
ERS-235	Entr. ERS-115 (Gramado) - Canela	34,64	42,31	7,67
ERS-235	ERS/235, Canela (Fim TRV-Mun) - Entr. ERS-020 (A) (P/São Francisco de Paula)	42,31	74,49	32,18
ERS-239	Entr. BRS-116 (P/Novo Hamburgo) - Riozinho (Fim TRV-Mun)	13,23	88,77	75,54
ERS-240	Entr. BRS-116 (Vila Scharlau) - Entr. RSC-287/470/ERS-124 (B) (P/ Montenegro)	0	33,58	33,58
ERS-466	Caracol - Entr. ERS-235 (P/ Canela)	0	7,22	7,22
ERS-474	Entr. BRS-290 (P/ Porto Alegre) - Entr. ERS-239 (Rolante)	0	32,64	32,64
ERS-784	Entr. ERS-786 (Cidreira) - Entr. ERS-040 (P/ Pinha)	0	14,75	14,75
RSC-287	Entr. RSC-470(A)/ERS-124(A)/ERS-240(Montenegro) - Entr. ERS-411 (p/ Brochier)	0	7,11	7,11
RSC-453	Entr. BRS-386(B)/ERS-129 (Estrela) - Entr. RSC-470 (A) (Garibaldi)	37,97	96,18	58,21
RSC-453	Entr. RSC-287/ERS-244 (P/Santa Cruz do Sul) - Entr. ERS-130 (A) (p/ Cruzeiro do Sul)	0	29,83	29,83
TOTAL:				758,00

Tabela 32 - Rodovias Administradas pelo DAER a serem beneficiadas pelo consórcio contratado pelo BNDES.

Rodovias DAER	Trecho	Km inicial	Km final	Extensão (Km)
ERS-020	Entr. ERS-118 (P/Gravataí) - Acesso a Três Coroas	3,95	67,18	63,23
ERS-122	Entr. ERS-446 (P/São Vedelino) - Entr. RSC-453 (B) (Caxias do Sul)	39,09	80,04	40,95
ERS-122	Entr. ERS-437(B) (Ipê) - Entr. BRS-116 (P/ Campestre da Serra)	129,71	168,65	38,94
ERS-129	Entr. ERS-441 (Guaporé) - Entr. ERS-324(A) (P/Nova Araçá)	126,83	163,34	36,51
ERS-446	Entr. ERS-122 (P/São Vedelino) - Entr. BRS-470 (Carlos Barbosa)	0	14,84	14,84
RSC-287	Entr. RSC-470(A)/ERS-124(A)/240 (Montenegro)-Entr. BRS-386(B) (Tabaí)	7,11	21,49	14,38
RSC-453	Entr. BRS-470(B) (P/ Bento Gonçalves) - Acesso a Caxias do Sul	101,43	121,41	19,98
VRS-813	Farroupilha (Início Trv-Mun) - Entr. BRS-470 (Garibald)	0	16,44	16,44
ERS-324	Entr. ERS-135 (Passo Fundo) - Entr. BRS-470 (Nova Prata)	188,12	292,13	104,01
BRS-470	Entr. BRS-470 (Nova Prata) - Entr. ERS-441 (P/ Vista Alegre do Prata)	152,87	158,96	6,09
ERS-118	Entr. BRS-116 (P/Canoas) - Entr. ERS-040 (P/ Viamão)	0	38,23	38,23
TOTAL:				393,6

Zoológico de Sapucaia do Sul: Trata-se de uma concessão de bem público em um local de 159 hectares. O investimento prevê qualificação dos espaços dos animais, número mínimo por espécie, qualificação dos serviços veterinários, novos estacionamento, construção da vila de entrada, novos banheiros e lojas, praça de alimentação e modernização do restaurante. Os serviços previstos são para garantir a proximidade dos usuários com os animais, trenzinho, safari, fazendinha, arborismo, entre outros. O custo total do projeto prevê investimentos privados estimados ao longo da concessão de R\$ 59.366.000,00. Investimento obrigatório de R\$ 25.000.000,00, com despesas operacionais de R\$ 440.204.454,00. O período da concessão é de 30 anos, sendo 60% das obras a serem realizadas em até três anos. O edital de concessão está em processo de elaboração por um conjunto de Secretarias Estaduais.

Rodoviária de Porto Alegre: O projeto de concessão, por um período de 25 anos, tem investimentos em obras de R\$ 87.398.236,28 e despesas operacionais de R\$ 389.480.742,82, sendo 70% das obras e equipamentos em até três anos. O modelo de contrato é Concessão Comum, e a natureza, investimento

privado. O projeto prevê como investimentos a qualificação do mix de lojas, climatização de salas de espera, escadas rolantes e elevadores para Portadores de Necessidades Especiais – PNE, sistemas de segurança e monitoramento, cobertura no embarque de táxi, cobertura no acesso ao TRENURB, retorno alternativo para Av. Mauá, lombofaixa de acesso a estacionamentos, interligação com a passarela, entre outros. Os serviços disponibilizados serão as vendas de passagens presenciais e on-line, despacho de encomendas, serviços aos usuários (alimentação, informações e guarda-volumes), operação de embarque e desembarque, manutenção, conservação, limpeza das instalações, serviço de segurança. O edital de concessão já foi concluído e, atualmente, se encontra em análise pelos órgãos regulatórios. A publicação do edital está prevista para o primeiro trimestre de 2021.

Presídio de Erechim: O projeto iniciou com a manifestação de interesse do Estado em participar de projeto-piloto do Governo Federal para melhoria da infraestrutura e da gestão das unidades prisionais, tomando como premissa a ressocialização dos apenados pelo trabalho. Importante ressaltar que as tarefas de segurança e tratamento penal dos apenados seguem sendo prestadas exclusivamente pelo Estado. Em outubro de 2019, a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos informou que o Estado do Rio Grande do Sul havia sido selecionado para participar de projeto-piloto a ser estruturado pelo BNDES. Em 16/09/2020, o Governo do Estado e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES assinaram contrato de estruturação de parceria público-privada – PPP de um novo complexo penal no município de Erechim. O próximo passo é o início dos estudos de modelagem do projeto, previsto ainda para 2021. O projeto prevê a estruturação de PPP, na modalidade de concessão administrativa, para construção, equipagem e manutenção do complexo penal com capacidade máxima de 1.125 presos, do sexo masculino. O presídio, com perfil industrial, será o primeiro em formato PPP no Rio Grande do Sul. Com o apoio do BNDES e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o projeto busca atender as necessidades de infraestrutura e gestão do complexo penal, bem como a redução da reincidência criminal.

Cais Mauá: O Projeto de revitalização do Cais Mauá ocorre no âmbito do Termo de Cooperação FPE nº 314/2020, assinado em fevereiro de 2020, cujo objeto é a cooperação técnica entre os Partícipes para o planejamento preliminar da estruturação de projetos de desestatização de ativos imobiliários. A modelagem proposta visa determinar a melhor destinação para a área do Cais, seja por concessão, alienação, PPP, Fundo de Investimento, entre outros. O Cais Mauá situa-se no município de Porto Alegre, às margens do Guaíba, entre a Usina do Gasômetro e a rodoviária, e divide-se nos setores de armazéns, docas e gasômetro. Após a retirada da área da Poligonal do Porto Organizado de Porto Alegre, através da Portaria MINFRA nº 155, de 20 de outubro de 2020, o Cais Mauá passou a ser de propriedade direta do Estado do RS. Segundo laudos do Departamento de Patrimônio do Estado, emitidos em 2020, o conjunto dos setores está avaliado em R\$ 600 milhões. No dia 28 de outubro, o BNDES lançou o Request for Information (RFI) do projeto, no intuito de obter informações sobre a capacidade das empresas de mercado de atenderem ao projeto básico de desestatização. Em paralelo, os técnicos do Estado encaminharam consulta à Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre e à Secretaria Municipal do Meio Ambiente para esclarecer dúvidas a respeito do regime urbanístico vigente. O contrato com o BNDES foi assinado em janeiro de 2021, e a expectativa é que o processo de modelagem seja finalizado até outubro de 2021, com previsão de lançamento de edital para dezembro de 2021.

Aeroportos de Passo Fundo e Santo Ângelo: O Governo do Estado está trabalhando para lançar edital de Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI para atrair empresas dispostas a elaborar estudos para os aeroportos de Passo Fundo (Lauro Kurtz) e Santo Ângelo (Sepé Tiaraju). Através desse instrumento, pretende-se receber estudos que apresentem a melhor solução de concessão para os aeroportos, que não envolvam o aporte de recursos pelo Estado em sua implementação e que contribuam para a eficiência na exploração e para o desenvolvimento harmônico dos sítios aeroportuários com as especificidades das regiões em que se situam. Os aeroportos Lauro Kurtz e Sepé Tiaraju, atualmente, atendem a demanda por voos privados (particulares) e em rotas utilizadas pela aviação regular (companhias aéreas), seja de passageiros ou de cargas. A concessão prevê a exploração de serviços e atividades destinados à administração, operação,

manutenção e exploração econômica dos aeroportos, que poderão ser acompanhados da realização de ampliação, requalificação e reforma dos complexos aeroportuários, observados os termos da legislação e do futuro contrato de concessão. Os estudos recebidos irão subsidiar a modelagem da concessão e deverão, ainda, ser elaborados considerando o potencial de aproveitamento das áreas não operacionais disponíveis nos Aeroportos de Passo Fundo e de Santo Ângelo, inclusive para fins imobiliários e de revitalização urbanística.

Universalização do tratamento do esgoto sanitário na Região Metropolitana de Porto Alegre:

Em 2020 realizou-se, através da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, a contratação da primeira PPP do Rio Grande do Sul, buscando atingir a universalização do tratamento do esgoto sanitário em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Gravataí, Guaíba, Sapucaia do Sul e Viamão). O contrato com a Ambiental Metrosul, empresa do grupo Aegea, ganhadora do leilão realizado em 2019, tem vigência de 35 anos e foi assinado em março de 2020. Com uma proposta de R\$ 2,40/m³ de esgoto faturado, o consórcio ficará responsável pela ampliação da cobertura de esgoto de aproximadamente 14% para 87,3%, em até 11 anos, nesses nove municípios. Estima-se que a população beneficiada seja de 1,7 milhão de pessoas até 2055. Atualmente, o tratamento de esgoto sanitário na região atinge 32%, sendo que a meta é chegar a 87,3% com separador absoluto até o final do período. Para lograr esse resultado, o investimento total será de R\$ 1,77 bilhão, incluindo os R\$ 300 milhões da CORSAN, os quais já estão sendo executados.

REFORMA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA

Após meses de estudos e de diálogo com entidades sindicais e parlamentares, o Governo do Rio Grande do Sul iniciou o ano de 2020 com uma alteração profunda nas carreiras dos servidores de todos os Poderes.

A Reforma Estrutural do Estado do Rio Grande do Sul – Reforma RS, elaborada pelo Poder Executivo e aprovada pela Assembleia Legislativa, entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020, consistiu em um conjunto de propostas para contenção do crescimento das despesas de pessoal, reforma do sistema previdenciário estadual e modernização da legislação de recursos humanos do Estado. As medidas eram fundamentais para garantir o equilíbrio das contas públicas, permitir a implementação de uma política de valorização dos servidores públicos e modernizar diversos elementos da estrutura de pessoal e de servidores do Estado do RS.

A Reforma RS foi dividida em oito peças legislativas: uma proposta de emenda constitucional (PEC); um projeto de lei (PL); e seis projetos de lei complementares (PLCs).

A PEC nº 285/2019 introduziu alterações nas carreiras e atualizou as regras previdenciárias, com as seguintes mudanças para o servidor público: i) vedação da incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo ou aos proventos de inatividade ou pensão; e ii) salário-família ou abono familiar para os dependentes do servidor de baixa renda, conforme a lei (benefício maior para servidores de baixa renda, com limitação de renda máxima para o recebimento).

As principais mudanças nas regras previdenciárias foram as seguintes: a idade mínima passou a ser de 62 anos, para as mulheres, e 65 anos, para os homens; professores, desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e Médio, estabelecidos em Lei Complementar, terão idade mínima à aposentadoria reduzida em cinco anos em relação às idades mínimas exigidas aos demais servidores públicos, observado o disposto na Constituição Federal; extinguiu as vantagens por tempo de serviço em decorrência de avanços temporais (anuênios, triênios, quinquênios) e os adicionais ou gratificações de 15 e de 25 anos, os adicionais e as gratificações por tempo de serviço; e extinguiu as promoções automáticas.

O PLC nº 503/2019 adequou as regras de previdência dos servidores civis gaúchos à legislação federal ao alterar a Lei Complementar nº 13.758, de 15 de julho de 2011, que dispõe sobre o Regime Próprio

de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul, que instituiu o Fundo Previdenciário – FUNDOPREV, e a Lei Complementar nº 15.142, de 5 de abril de 2018, que dispôs sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul – RPPS/RS. Nesse PLC, previu-se a majoração progressiva das alíquotas previdenciárias, a contar do término da noventena.

O PLC nº 505/2019 tratou sobre o Estatuto e Regime Jurídico Único do Servidor Público Civil do Estado do Rio Grande do Sul, promovendo diversas modernizações. Entre as novas regras destacam-se as seguintes:

Férias em três períodos: por requerimento do servidor, e havendo concordância da chefia, as férias poderão ser gozadas em até três períodos.

Teletrabalho: fica autorizada a modalidade, desde que preenchidas cumulativamente três condições: existência de mecanismo de controle de produtividade; cumprimento de metas individuais e coletivas de produtividade, previamente fixadas; e as atribuições do cargo e as atividades do setor não exijam a presença física do servidor.

Perícia médica: desburocratiza os processos nessa área como, por exemplo, dispensa a gestante de se submeter à inspeção médica para entrar em licença.

Gratificação de permanência: ao servidor que adquirir direito à aposentadoria voluntária com proventos integrais e cuja permanência no desempenho de suas funções for julgada conveniente e oportuna para o serviço público estadual poderá ser deferida, por ato do Governador, uma gratificação de permanência em serviço de valor correspondente a 10% do seu vencimento básico.

Redução de jornada: a pedido do servidor, a jornada de trabalho poderá ser reduzida entre 25% e 50%, mediante a concordância do titular do órgão ou entidade a que o servidor estiver vinculado.

O PLC nº 506/2019 fixou o subsídio mensal dos Militares Estaduais, alterou a Lei Complementar nº 10.990, de 18 de agosto de 1997, que dispôs sobre o Estatuto dos Militares Estaduais, e alterou a Lei Complementar nº 10.992, de 18 de agosto de 1997, que versou sobre a carreira dos Servidores Militares do Estado do RS.

O PL nº 507/2019 alterou a Lei nº 6.672, de 22 de abril de 1974, que instituiu o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul. Entre as alterações, destaca-se a remuneração dos membros do Magistério Público Estadual, que será por meio de subsídio. Com isso, o Estado buscará atender à Lei do Piso do Magistério, o que permitirá maior previsibilidade e segurança jurídica. A reforma criou condições para uma política de incentivos à qualificação dos professores ao estruturar a carreira desses profissionais em seis classes, com cinco níveis de habilitação, com promoções de classe a classe. Os níveis de habilitação correspondem com o nível de formação dos professores e especialistas de educação (nível médio, licenciatura de curta duração, graduação, especialização, mestrado e doutorado). Portanto, a carreira passou a conter níveis de progressão específicos para Mestrado e Doutorado. A legislação atualizou as gratificações e desvinculações remuneratórias (que permitem melhores incentivos, um novo ponto de partida para melhorias na carreira dos professores), regras de férias e recesso escolar, avaliações para promoções (por merecimento) e de estágio probatório e flexibilizou alocação de candidatos aprovados em concurso.

O PLC nº 508/2019 fixou o subsídio mensal para o Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do Instituto-Geral de Perícias – IGP. O projeto definiu que a remuneração mensal dos servidores do Instituto-Geral de Perícias passou a ser na forma de subsídio, fixado em parcela única, nos termos dos § 4º do art. 39 da Constituição Federal, trazendo clareza e transparência no formato do salário dos servidores. Aos servidores que tiverem decréscimo remuneratório em decorrência da aplicação da modalidade de pagamento por subsídio é assegurada a percepção de parcela autônoma de irredutibilidade.

O PLC nº 509/2019 dispôs sobre aposentadoria especial para os Policiais Cíveis e Agentes Penitenciários. A proposta, alinhada com a EC nº 103/2019, alterou as idades mínimas e de tempo de contribuição para os policiais cíveis integrantes do órgão a que se refere o inciso IV do *caput* do art. 144 da Constituição Federal e agentes penitenciários.

Dessa forma, dos oito projetos que faziam parte da proposta original da Reforma RS, sete foram aprovados pela ALRS. Já o PLC nº 504/2019, que propunha alterações nas regras do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Militares do Estado do Rio Grande do Sul, foi retirado de pauta de votação.

A economia estimada com o conjunto de mudanças gira em torno de R\$ 18,7 bilhões para os próximos 10 anos, sendo R\$ 13,9 bilhões com a reforma da previdência e R\$ 4,8 bilhões com o restante dos projetos aprovados, trazendo, portanto, significativo alívio aos cofres do Estado, tanto no curto como no médio e longo prazos. O equacionamento no tocante às vantagens pessoais dos servidores (adicionais, avanços, triênios, quinquênios) proporcionará significativa redução da taxa de crescimento vegetativo da folha de pessoal.

Além do componente fiscal, a reforma trouxe uma modernização das relações de trabalho no Estado, visando maior eficiência na gestão. O Estatuto do Magistério do Rio Grande do Sul, por exemplo, datava de 1974 e não havia sido atualizado apesar de todas as mudanças pelas quais o Estado, o País e o mundo passaram nos últimos 45 anos, seja de aspecto demográfico, em tecnologia e na situação das finanças públicas.

A Reforma RS, que se configurou como a mais abrangente mudança estrutural do funcionalismo estadual, ocupou lugar de destaque também em âmbito nacional, tendo sido uma das vencedoras do Prêmio Excelência em Competitividade 2020, do Centro de Liderança Pública – CLP, na categoria Boas Práticas.

A EVOLUÇÃO DOS ODSs

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) como uma agenda de desenvolvimento para os países signatários. Os ODSs seguiram-se aos Objetivos do Milênio (ODMs), igualmente propostos pela ONU em 2000, com a finalidade de reduzir a extrema pobreza e a fome no mundo até 2015. Por sua vez, os ODSs consistem em um conjunto mais abrangente de 17 objetivos e 169 metas que o Brasil, em 2015, junto aos outros 192 Estados-membros da ONU, se comprometeu a atingir até 2030. Os ODSs devem servir de orientação para as políticas nacionais e regionais. Seu acompanhamento é fundamental, tendo em vista a busca pela redução das disparidades regionais e territoriais, assim como os impactos que a realização de um objetivo tem em vários outros.

Embora várias das metas estabelecidas pela Agenda 2030 não sejam competência dos governos locais, há muito que as gestões estaduais e municipais podem fazer para que sejam cumpridas ao final do prazo estabelecido. Nas seções seguintes, apresentam-se quatro temas gerais abordados no ano: saúde, educação, igualdade de gênero e inovação.

ODS 3 – SAÚDE E BEM-ESTAR

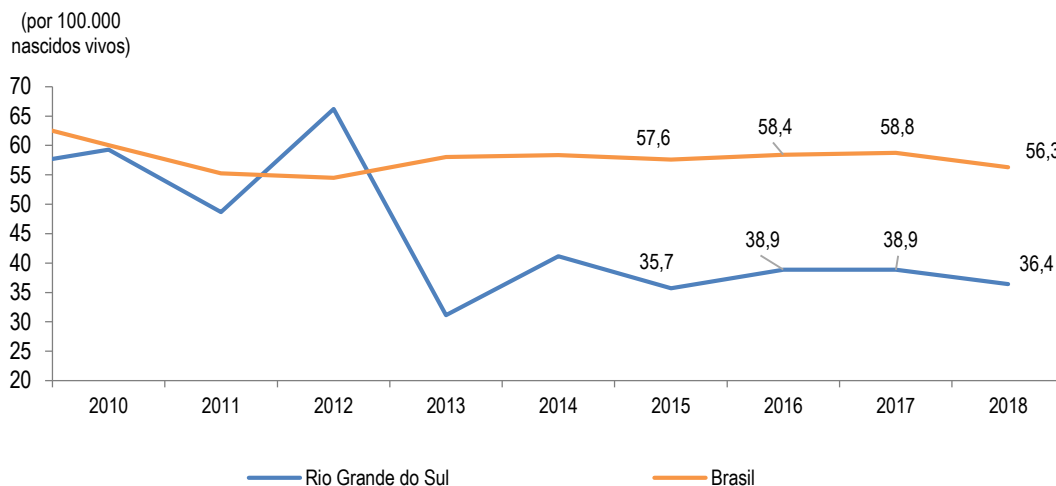
O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 3 visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para toda a população. Dentro desse objetivo são estabelecidas metas específicas que visam melhorar indicadores como: a mortalidade materna; as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de cinco anos; as epidemias de doenças transmissíveis como AIDS e tuberculose; a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis; a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e o uso nocivo do álcool; as mortes e lesões por acidentes de trânsito; o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva; a cobertura de serviços de saúde e as mortes e doenças por produtos químicos perigosos.

Quanto à razão de mortalidade materna por 100.000 nascidos vivos, em 2015, o Rio Grande do Sul tinha uma razão de 35,7 mortes por 100.000, abaixo do valor para o Brasil, que era de 57,6 naquele ano. Já em 2018, a taxa do Estado foi de 36,4, o quarto melhor indicador entre as UFs do País (Figura 20).

Quanto à mortalidade neonatal (zero a 27 dias de vida), por 1.000 nascidos vivos, em 2015, o Rio Grande do Sul tinha uma taxa de 7,2 mortes por 1.000 nascidos vivos, menor que a taxa do Brasil, que foi de 8,8. Ao longo de toda a série, o Estado apresentou um indicador melhor que o do Brasil, porém a diferença

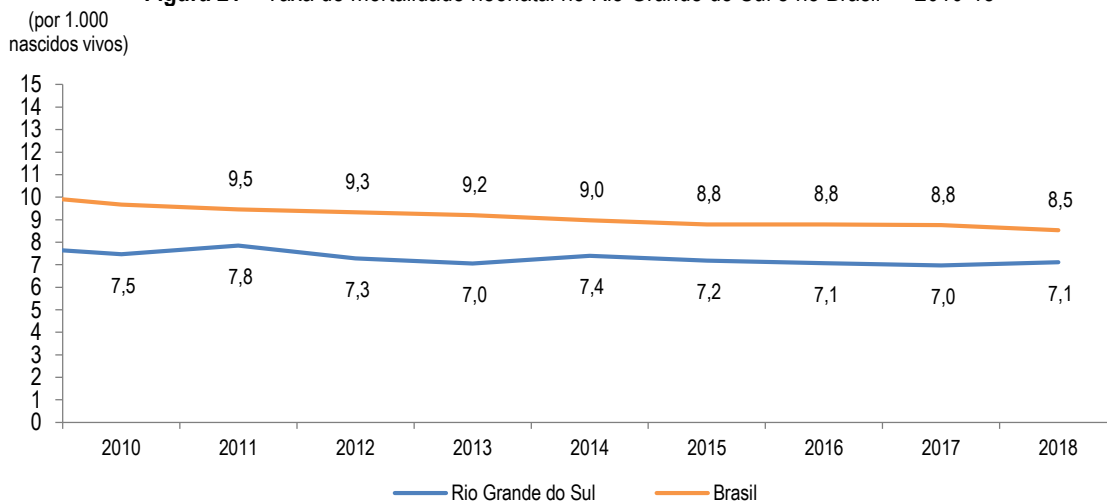
vem diminuindo. Enquanto, no Brasil, houve redução ano após ano, o desempenho do Estado, apesar da tendência geral de queda, apresentou alguns anos de piora na taxa. Em 2018, o RS registrou 7,1 mortes por 1.000 nascidos, taxa próxima da de 2017 (7,0), demonstrando, de 2015 em diante, pouco avanço nesse indicador. Todavia, o Estado mantém-se ainda abaixo da média brasileira, que foi de 8,5, ficando em segundo lugar em 2018. Apesar das quedas mais expressivas observadas no início da série, o Estado teve uma redução mais modesta nos anos mais recentes. Entre 2015 e 2018, a mortalidade neonatal no RS reduziu-se em apenas 1,1% (Figura 21).

Figura 20 – Taxa de mortalidade materna no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2010-18



Fonte: Ministério da Saúde/Sistema de Informação sobre Mortalidade; Ministério da Saúde/Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos.

Figura 21 – Taxa de mortalidade neonatal no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2010-18



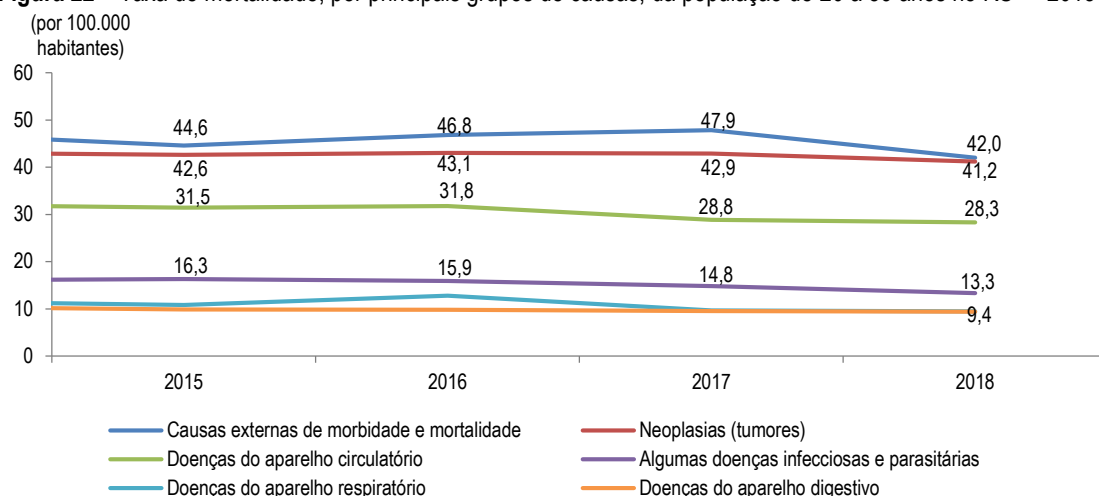
Fonte: Ministério da Saúde/Sistema de Informação sobre Mortalidade; Ministério da Saúde/Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos.

Analisando as principais causas de mortes prematuras entre 20 e 59 anos, no Rio Grande do Sul, a segunda causa de mortes (perdendo apenas para causas externas¹) são as neoplasias, com uma taxa de 41,2 mortes por 100.000. Esse valor tem-se mantido e caiu pouco ao longo dos últimos anos. Mantendo-se o ritmo de queda observado entre 2015 e 2018 (de 42,6 para 41,2), o Estado ficaria acima da meta para 2030 de reduzir em um terço a mortalidade. Em seguida, aparecem as doenças do aparelho circulatório (28,3) como terceira principal causa de morte, mas com tendência de queda (em 2000 era a principal causa, com taxa de

1 O grupo causas externas inclui óbitos por causas violentas como: homicídios, suicídios, quedas, acidentes de transporte, entre outras.

47,1). Em quarta e quinta causas de morte no Estado aparecem, respectivamente, doenças do aparelho respiratório (9,5) e doenças do aparelho digestivo (9,4) (Figura 22).

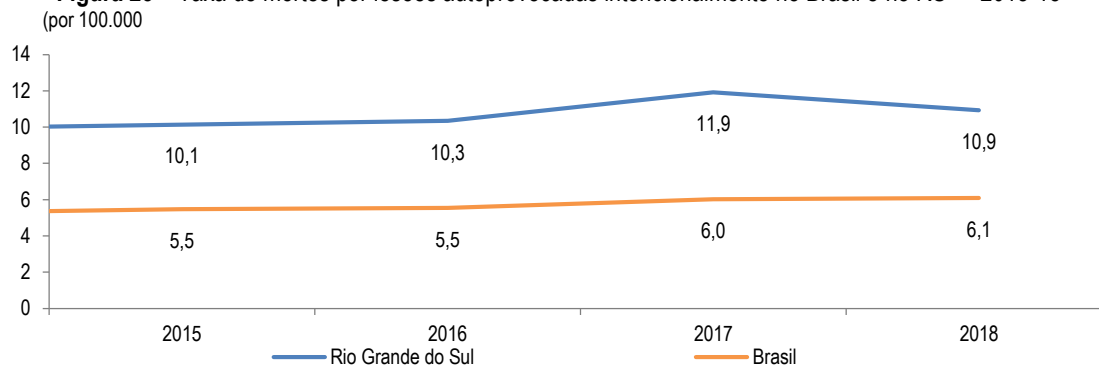
Figura 22 – Taxa de mortalidade, por principais grupos de causas, da população de 20 a 59 anos no RS — 2015-18



Fonte: Ministério da Saúde/Sistema de Informação sobre Mortalidade.

A taxa de suicídio tem apresentado números preocupantes no País. Especialmente no RS, que é o Estado que tem a mais alta taxa de suicídio entre as UFs, superando inclusive a média mundial. Dados do DATASUS, sobre mortes causadas por lesões autoprovocadas intencionalmente, mostram que, no RS, ocorreram 10,9 mortes a cada 100.000 habitantes em 2018. Já no Brasil, a taxa foi de 6,1. O índice no Estado, apesar de ter oscilado, com alguns momentos de alta seguidos por quedas, encontra-se em patamar muito elevado, em comparação com o Brasil, que, por sua vez, tem tido taxas crescentes ano a ano (Figura 23).

Figura 23 – Taxa de mortes por lesões autoprovocadas intencionalmente no Brasil e no RS — 2015-18



Fonte: Ministério da Saúde/Sistema de Informação sobre Mortalidade.

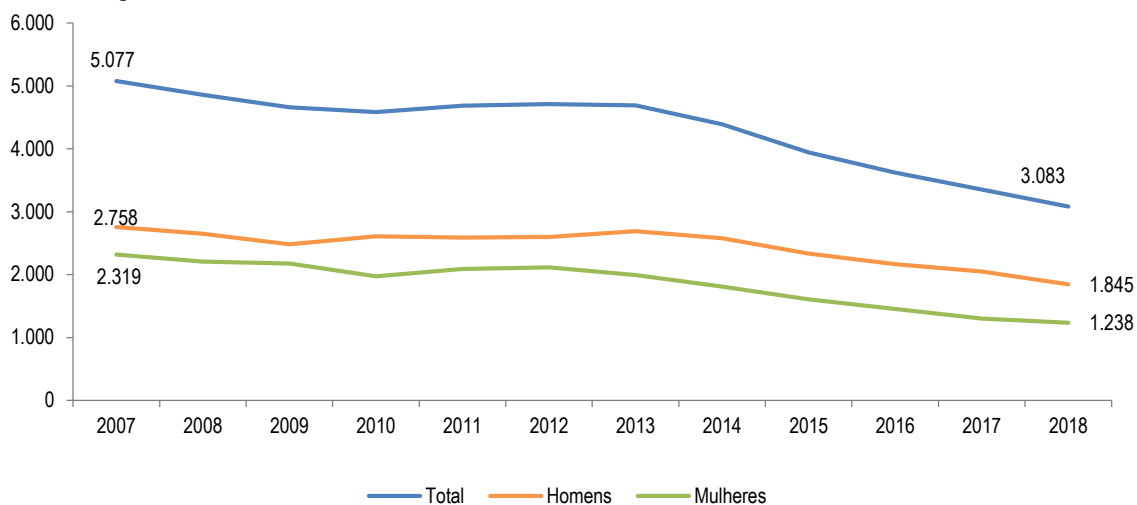
O Número de novas infecções por HIV, por 1.000 habitantes, no Estado, revela uma tendência de queda, de 2007 a 2018, passando de 5.077 para 3.083 (Figura 24). Para os homens, o número caiu de 2.758 para 1.845, enquanto, para as mulheres, passou de 2.319 para 1.238. A taxa de detecção² de casos de AIDS no Brasil, em 2019,3 foi de 17,8 casos por 100.000 habitantes, sendo de 25,2 para os homens e de 10,5 para

² A taxa de detecção é usada no caso da AIDS, pois a taxa de incidência depende também, em cada estado, do número de testes realizados, das condições do sistema de saúde em detectar, notificar, investigar e confirmar laboratorialmente os casos de AIDS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)).

³ Os dados em vigilância em saúde (SINAM) são mais recentes, pois o sistema é alimentado, principalmente, pela notificação e pela investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória.

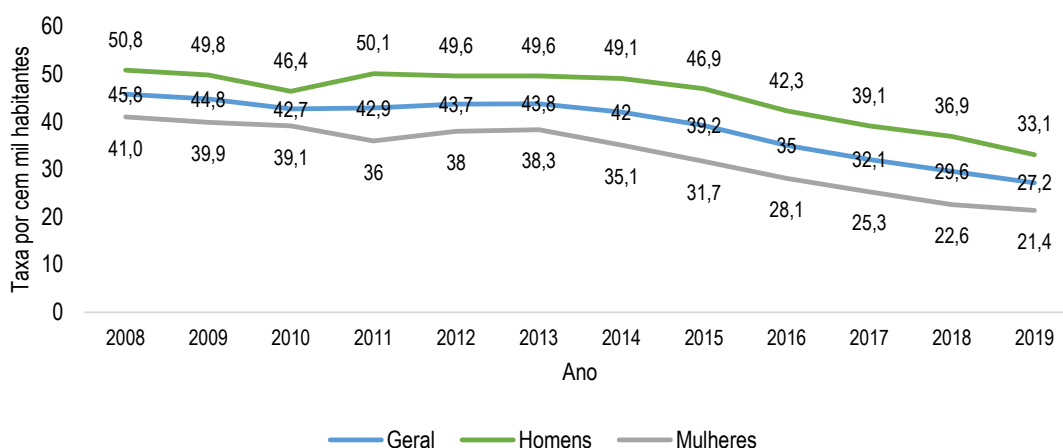
as mulheres. O Rio Grande do Sul apresentou, no mesmo ano, valores bem superiores: 27,2 no total, sendo de 33,1 para os homens e 21,4 para as mulheres. Nota-se, entretanto, uma tendência maior de queda nesses indicadores (Figura 25).

Figura 24 – Número de casos de AIDS notificados no SINAN, no Rio Grande do Sul — 2007-18



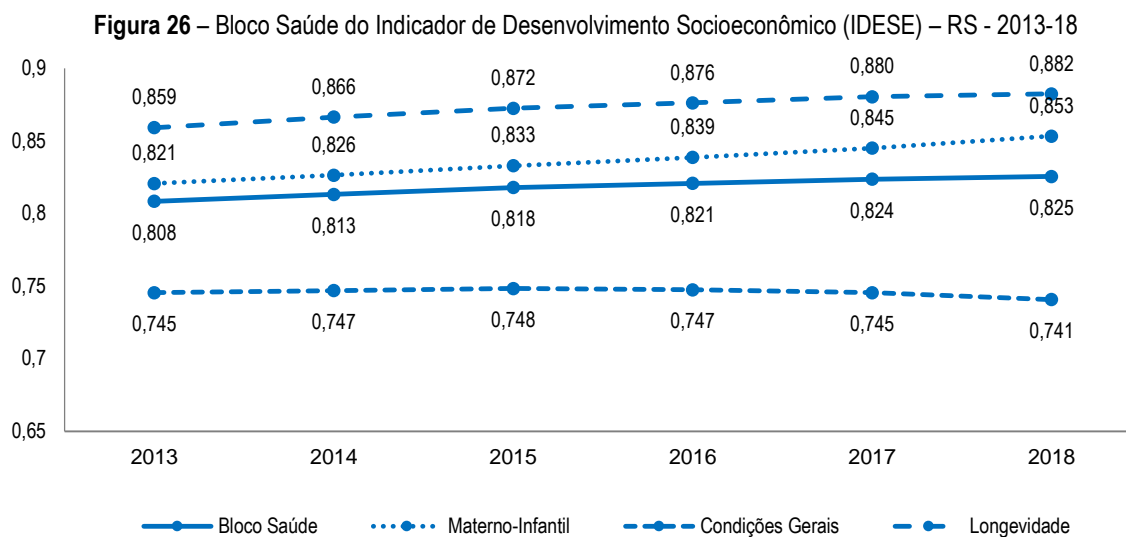
Fonte: Ministério da Saúde.

Figura 25 – Taxa de detecção de casos de AIDS notificados no Sinan, no Rio Grande do Sul — 2008-19



Fonte: Ministério da Saúde

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE, no seu bloco de saúde, apresentou avanço, ano a ano, na série calculada (2013-2018), passando de 0,808 em 2013 para 0,825 em 2018, mantendo-se sempre em nível elevado de desenvolvimento (acima de 0,800). O Bloco é composto pelos itens Materno-Infantil, Condições Gerais e Longevidade e, embora tenha apresentado um avanço mais modesto, mantém dois sub-blocos considerados em nível elevado de desenvolvimento. Um deles é o já citado Longevidade, com índice de 0,882, o melhor de todos avaliados, e o Materno-infantil, com 0,853. Esse número representa a taxa de mortalidade de crianças até 5 anos de idade e a nascidos vivos cujas mães realizaram pelo menos sete consultas pré-natal. Os sub-blocos tiveram crescimento no biênio 2017-2018 (0,68% e 1,67%, respectivamente) se comparado com 2016. A única retração do IDESE 2017-2018 ficou por conta de Condições Gerais, que teve queda de 0,80% (de 0,747 em 2016 para 0,741 em 2018). Esse item demonstra uma piora nos óbitos por causas consideradas evitáveis (excluídas as causas externas) (Figura 26).

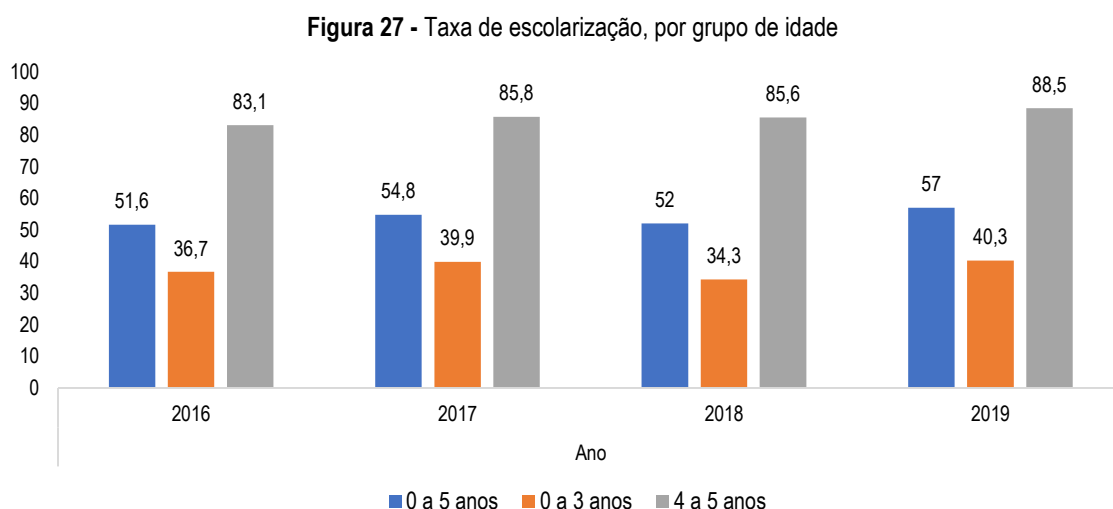


Fonte: Ministério da Saúde.

ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 4 trata da educação de qualidade e visa a assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, bem como promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Possui 10 metas a serem alcançadas – nove das quais aplicáveis ao Brasil e ao Rio Grande do Sul – e há muito que as gestões municipais e estaduais podem fazer para que, até 2030, sejam cumpridas. De fato, naquilo que diz respeito ao papel do Rio Grande do Sul no atingimento das metas propostas, pode-se observar uma melhora em diferentes indicadores. No entanto, ainda há muito por se fazer para que a educação no RS se aproxime da qualidade almejada no ODS 4.

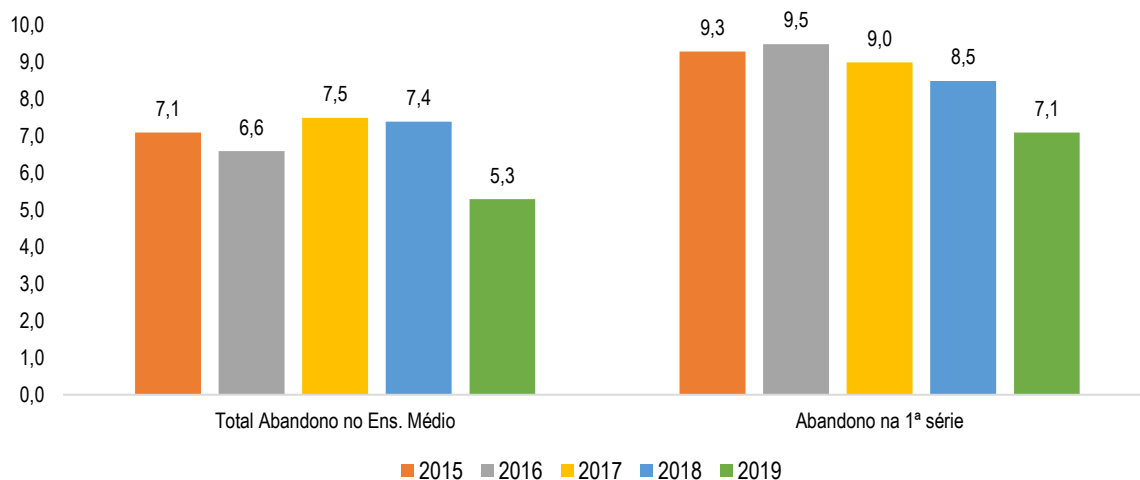
Naquilo que diz respeito ao acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo a preparar as crianças para que estejam prontas para o ensino fundamental – EF, o RS vem melhorando significativamente seus resultados. Em 2019, a taxa de escolarização de crianças entre quatro e cinco anos chegou a 88,5%, ao passo que em 2016 atingia o percentual de 83,1%. A se manter o atual ritmo de aumento, a escolarização de crianças entre quatro e cinco anos deverá estar universalizada em menos de sete anos no RS. A Figura 27 mostra tal evolução:



Fonte: IBGE.

Os adolescentes gaúchos também estão mais frequentes às escolas, uma vez que a taxa de abandono vem diminuindo em todas as séries e em todas as redes analisadas. Ainda existe um percentual elevado de estudantes que abandonam o ano escolar, especialmente na rede estadual e no primeiro ano do ensino médio, mas percebe-se que, em 2019, houve expressiva diminuição nesses números, conforme indica a Figura 28.

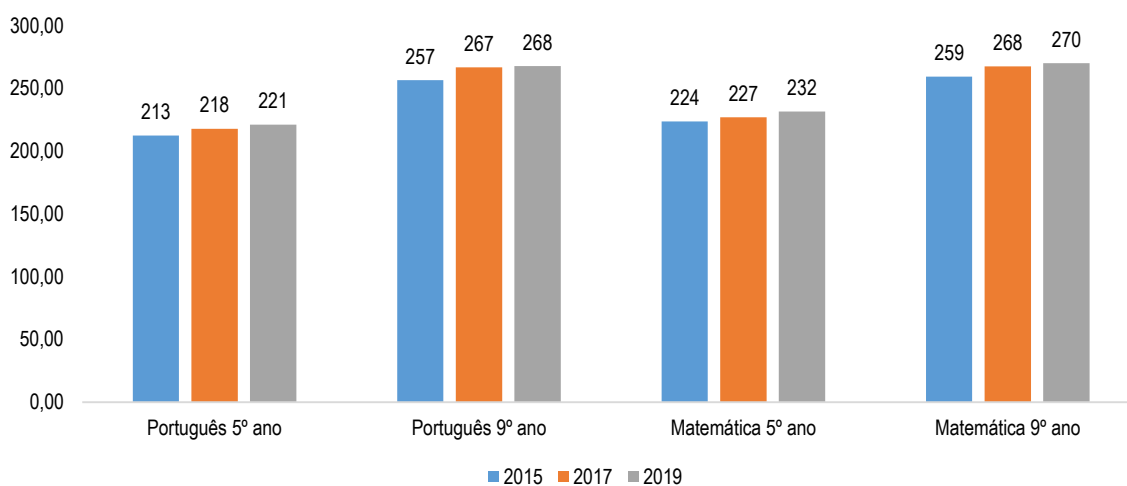
Figura 28 – Taxa de Abandono no Ensino Médio no RS – Rede Estadual (em %)



Fonte: Elaboração própria com dados de INEP.

Naquilo que diz respeito ao desempenho dos estudantes gaúchos em Língua Portuguesa e Matemática, os resultados da prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB aplicada em alunos do 5º ano, 9º ano e no ensino médio vêm apresentando melhora nas notas entre 2015 e 2019. A Figura 29 mostra a evolução das médias em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos do 5º e 9º anos na prova mencionada:

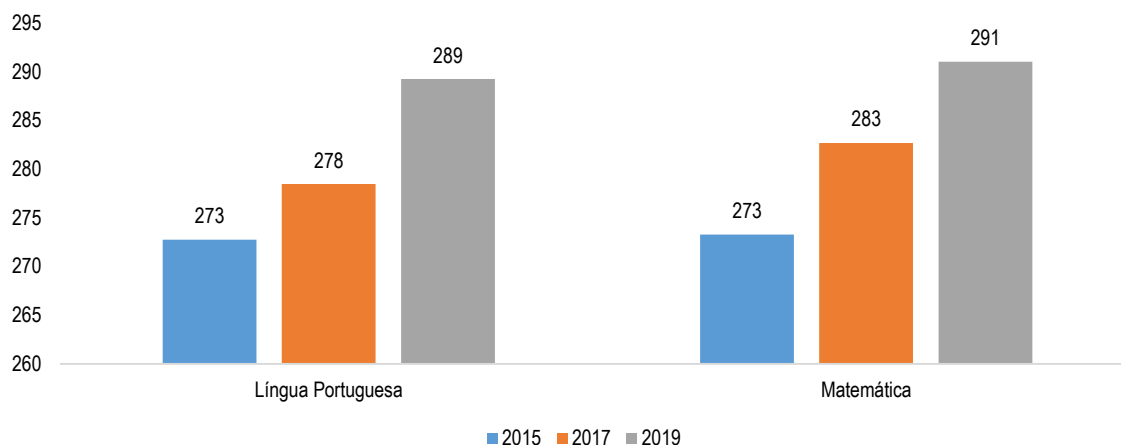
Figura 29 – Médias em Língua Portuguesa e Matemática em alunos do 5º e 9º anos na prova do SAEB



Fonte: Elaboração própria com dados de INEP.

No ano de 2015, as notas médias dos alunos do 5º ano em Língua Portuguesa e Matemática eram, respectivamente, 212,61 e 223,78. Em 2019, as notas passaram a ser 221,14 e 231,63. De forma semelhante, as notas dos estudantes do 9º ano também aumentaram. Em 2015, suas médias em Português e Matemática eram de 256,65 e 259,38, passando para 267,88 e 270,18 em 2019. A Figura 30 mostra as médias dos alunos gaúchos do ensino médio em Língua Portuguesa e Matemática nas provas do SAEB para os anos selecionados:

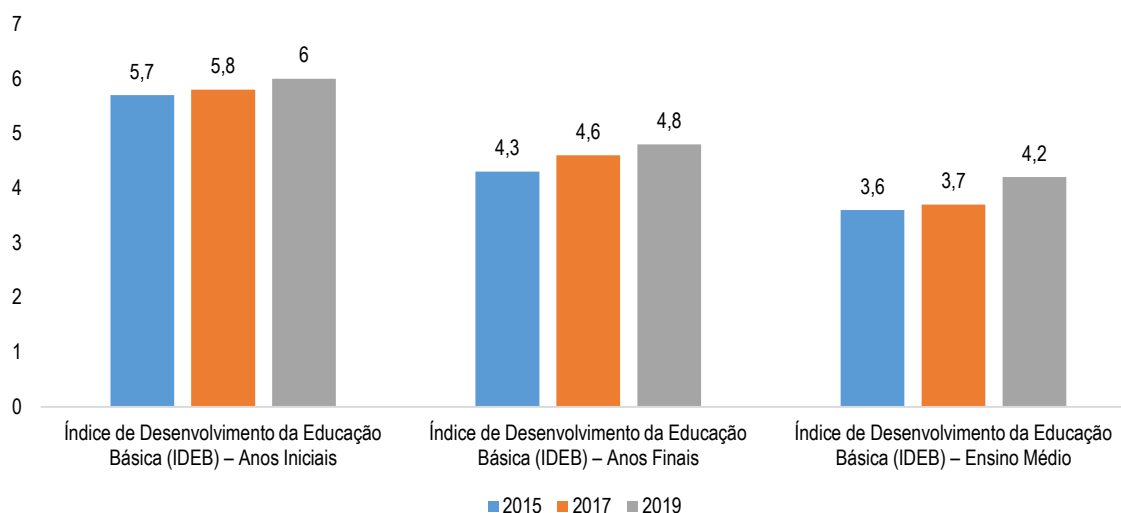
Figura 30 – Médias em Língua Portuguesa e Matemática em alunos do ensino médio na prova do SAEB



Fonte: Elaboração própria com dados de INEP.

Em 2015, a nota dos estudantes mencionados em Língua Portuguesa era de 272,78, passando para 289,26 em 2019. Em matemática, a média em 2015 era 273,31, ao passo que, em 2019, aumentou para 291,04. No mesmo sentido, ao se analisar os resultados obtidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB no RS, pode-se perceber que houve melhora em todos os níveis avaliados e em todos os anos, conforme ilustra a Figura 31:

Figura 31 – Resultado no IDEB no RS para os níveis e anos selecionados



Fonte: Elaboração própria com dados de INEP.

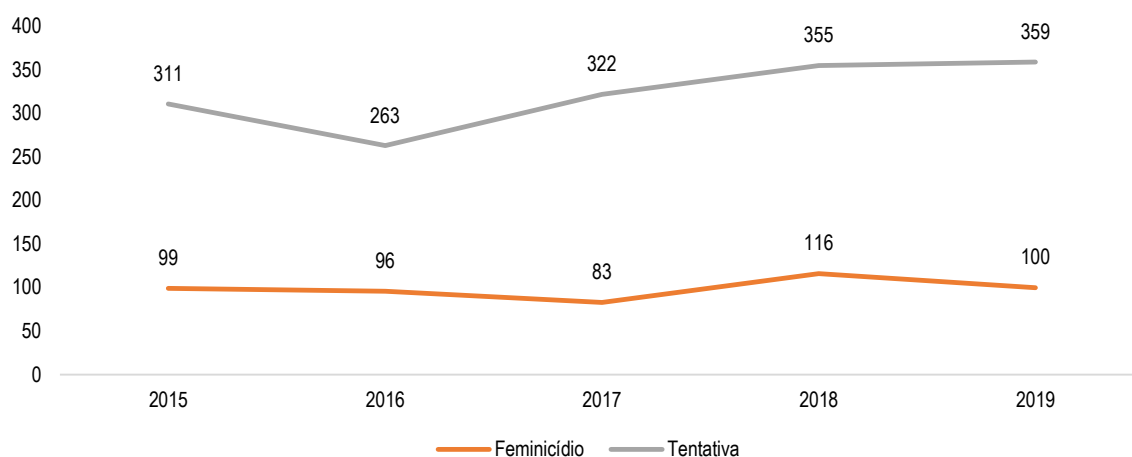
O RS vem caminhando, portanto, no sentido de se aproximar cada vez mais das metas estabelecidas nos ODSs. O desempenho dos estudantes gaúchos tem melhorado continuamente, assim como a taxa de escolarização e indicadores de abandono escolar. Ainda há muito por se fazer, especialmente naquilo que diz respeito ao aumento da qualidade do ensino e do aprendizado e na equidade de acesso, mas o Estado está mais próximo de atingir seus objetivos hoje do que estava há alguns anos.

ODS 5 – IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 5 visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Uma das metas é eliminar todas as formas de violência contra mulheres e meninas. Para alcançar essa meta, há várias ações do Governo do Estado. Em relação aos feminicídios, isto é, quando uma mulher é morta “por razões da condição do sexo feminino”, a variação de 2015 para 2019 ficou em torno de 100 casos (número do último ano), tendo a menor ocorrência em 2017 (83 casos) e a maior em 2018 (116).

A variação das tentativas de feminicídio foi maior do que a dos feminicídios em si, sendo seu menor número em 2016 (263 registros) e a maior em 2019 (359 registros), com tendência de crescimento em relação a 2016 (Figura 32). Isso pode significar tanto o aumento da violência quanto uma maior conscientização das mulheres sobre a necessidade de registrar as ocorrências para terem acesso a medidas protetivas.

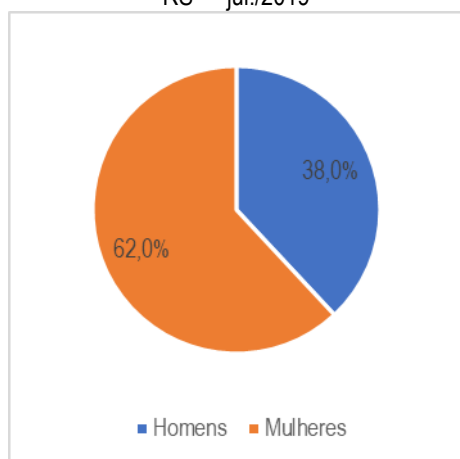
Figura 32 - Número de feminicídios e tentativas de feminicídios por ano no RS (2015-2017)



Fonte: Secretaria da Segurança Pública (SSP).

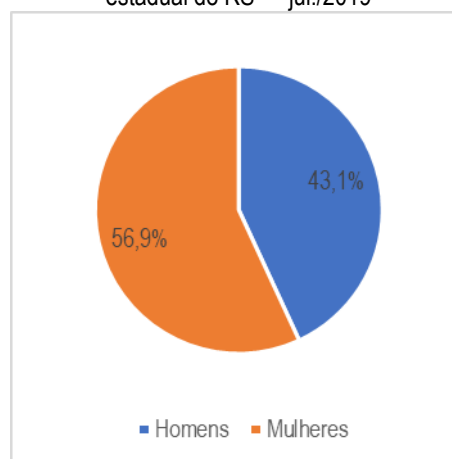
Quanto à meta de garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública, dados do Governo do Estado demonstram que as mulheres são a maioria dos servidores (Figura 33), e também possuem a maioria das Funções Gratificadas (Figura 34).

Figura 33 - Servidores no serviço público estadual do RS — jul./2019



Fonte: Recursos Humano do Estado (RHE).

Figura 34 - Funções gratificadas no serviço público estadual do RS — jul./2019



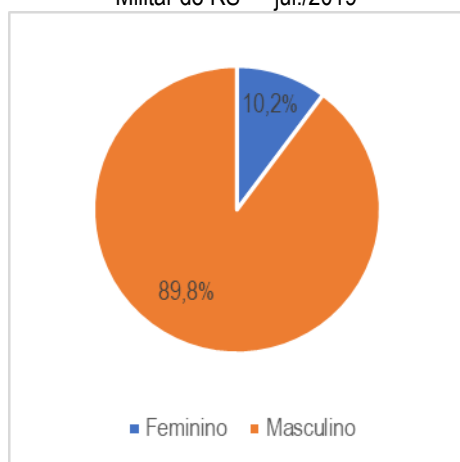
Fonte: Recursos Humano do Estado (RHE).

Há bastante diferença entre o percentual de homens e mulheres na Brigada Militar – BM (Figura 35) e na Polícia Civil – PC (Figura 36), sendo de apenas 10,2% na BM e 29,2% na PC. Esses percentuais cresceram de 2015 para 2019, quando eram de 8,9% na BM e 27,3% na PC. A PC, no entanto, conta com mais mulheres em cargos de chefia, proporcionalmente ao número de mulheres no seu quadro: 55%.

Porém, excluindo a SEDUC, nas demais secretarias, as mulheres em cargo de chefia são apenas 27%. A Secretaria do Trabalho e Assistência Social – STAS supera a SEDUC em proporção de mulheres em cargo de chefia (80% versus 86%). A Brigada Militar, com 10% de mulheres em cargo de chefia, e o Corpo de Bombeiros Militar, com nenhuma mulher em cargo de chefia, superam a Secretaria da Fazenda, secretaria com menor número de mulheres com funções gratificadas, com apenas 20% de servidoras em cargo de chefia.

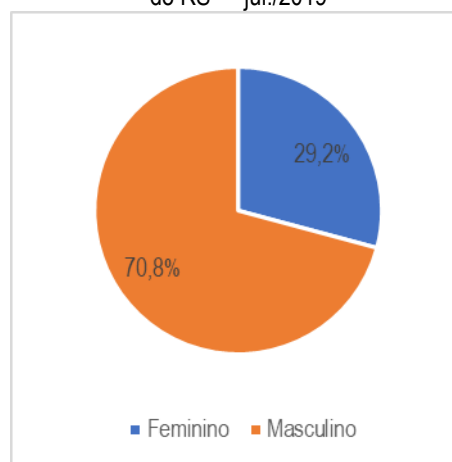
É importante considerar o número de mulheres policiais, pois, além da sua integração na vida pública, esse aspecto remete à meta 2 (a presença de mulheres no corpo policial está prevista entre as medidas de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para o atendimento policial e pericial, na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006).

Figura 35 - Homens e mulheres lotados na Brigada Militar do RS — jul./2019



Fonte: Recursos Humano do Estado (RHE).

Figura 36 - Homens e mulheres lotados na Polícia Civil do RS — jul./2019



Fonte: Recursos Humano do Estado (RHE).

ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 9 visa construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. O ponto comum entre esses três temas decorre de serem fatores importantes para elevar a produtividade na economia, o que amplia a renda e o desenvolvimento.

Dentre as infraestruturas às atividades econômicas e sociais, uma das principais é a de transportes. No Rio Grande do Sul e no Brasil, o principal modal é o rodoviário⁴. Assim, a qualidade das rodovias é fundamental tanto à segurança das pessoas quanto ao escoamento da produção e aos custos logísticos de empresas e de produtores rurais. Em novembro de 2020, o RS possuía 13.788 km de rodovias pavimentadas na rede do Sistema Rodoviário Estadual (SRE-RS), dos quais 8.032,6 km (58,3%) sob administração do Governo do Estado⁵. De 2016 para 2020, a extensão de rodovias pavimentadas sob administração do Governo RS foi ampliada em 4,3%. Já sob a ótica qualitativa, o percentual da malha rodoviária

⁴ Conforme o Plano Estadual de Logística de Transportes do Rio Grande do Sul (PELT, 2018), a estimativa para 2012 foi de que transitaram pela via rodoviária cerca de 85% do fluxo de cargas no RS e de 68,5% no Brasil.

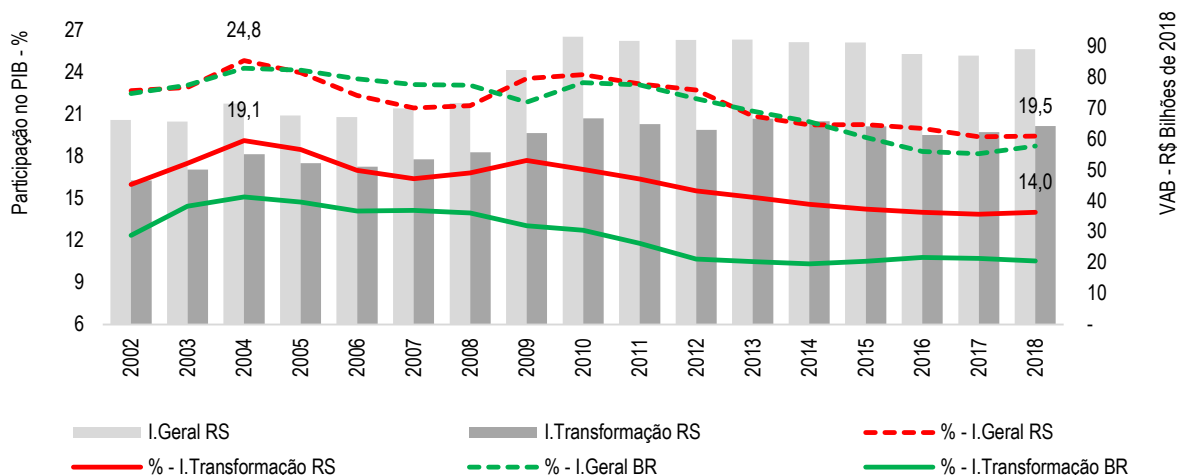
⁵ Rodovias administradas pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagens (DAER) ou pela Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR).

⁶ A fonte dos dados brutos provém dos relatórios do Sistema Rodoviário Estadual (DAER, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020). Indicador calculado com base na posição de dezembro para os anos 2016-2019 e de novembro para 2020.

pavimentada apresentou melhora apenas marginal nesse período, mantendo-se relativamente estável, entre 68,3% (2016) e 69,7 (2020).

Quanto ao nível de industrialização, um dos principais indicadores é a evolução do valor adicionado bruto - VAB industrial relativo ao PIB. Nessa ótica, o Rio Grande do Sul e o Brasil vêm apresentando perda de participação da indústria – geral e de transformação – na economia durante um período relativamente longo (Figura 37). De 2004 para 2018, a parcela da indústria de transformação no PIB diminuiu de 24,8% para 19,5% no Rio Grande do Sul, e de 19,1% para 14% no Brasil. Em parte, essa redução de peso pode ser relativizada, dado que os efeitos da crise brasileira nos últimos anos tiveram maior impacto sobre a atividade industrial.

Figura 37 - Valor e Participação Percentual do VAB da Indústria Geral e da de Transformação no PIB - RS e BR



Fontes dos dados brutos: IBGE e Brasil.

Nota (1): Valores do VAB deflacionados para preços constantes de 2018 pelo IGP-DI/FGV.

Nota (2): Emprego formal em 31/12 dos respectivos anos.

Contudo, a extensão da queda indica que empresas da indústria gaúcha vêm enfrentando dificuldades competitivas nos mercados, em alguns segmentos, afetando o desempenho agregado. Esse comportamento é característico de desindustrialização, que ainda pode ser qualificada como relativa, pois, em geral, o VAB das indústrias apresenta crescimento, mas em ritmos inferiores aos do PIB. Ademais, esse processo também é precoce, pois vem ocorrendo antes de RS e o Brasil terem atingido um patamar de renda elevado, similar ao dos países desenvolvidos, quando geralmente esse fenômeno passa a ter início. A desindustrialização tem de ser observada com preocupações em relação às aspirações de desenvolvimento do RS. Isso porque, em geral, a manufatura possui maior esforço tecnológico e potencial de elevação da produtividade, dentre outros aspectos positivos ao crescimento, relativo às demais atividades econômicas.

No âmbito da inovação, os indicadores selecionados para capacitações tecnológicas das empresas gaúchas inovadoras, das indústrias extrativas e de transformação e dos serviços intensivos em conhecimento apresentaram alguns sinais de melhora nos últimos anos, ainda que tímidos. Os recursos financeiros totais às atividades de inovação mostraram baixo crescimento, com incremento de 3,1% de 2011 para 2014, seguido de queda de 19,1% na passagem para 2017. Essa retração mais forte, em boa medida, deveu-se às adversidades e incertezas da crise brasileira no período 2015-2017, afetando de maneira negativa as decisões de investimentos em inovação (Tabela 35).

Em relação aos gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), que estão mais associados ao esforço próprio das empresas para conceber inovações tecnológicas, os indicadores mostraram um quadro relativamente melhor no período 2011-2017. O dispêndio em P&D cresceu 22,6% de 2011 para 2014, mostrando retração de 10,3% entre 2014 e 2017, o que resultou em uma variação positiva de 10,1% no intervalo 2011-2017. Esse desempenho menos desfavorável frente ao gasto total em atividades de inovação indica uma maior priorização da realização de P&D pelas empresas, o que é positivo. Esse aspecto também é

perceptível pela intensidade dos gastos empresariais em P&D, que ficou relativamente estável no período de crise. Porém, em 2017, a intensidade tecnológica no RS (0,8%) ainda era inferior à média brasileira (1,0%) (Tabela 33).

De modo semelhante, esse maior esforço na realização de P&D pelas empresas também se refletiu no contingente ocupado nessas atividades. Houve crescimento de 14,9% do efetivo em P&D de 2011 para 2017. Inclusive, sob a ótica qualitativa, também houve algum avanço, refletido na participação de pesquisadores pós-graduados que, em geral, são os profissionais mais qualificados. Mesmo assim, o indicador do RS (7%) ainda estava abaixo da média nacional, que teve 11,3% de participação de pesquisadores pós-graduados no efetivo total em P&D em 2017 (Tabela 33).

Tabela 33 - Indicadores Seleccionados das Capacitações Tecnológicas

Ano	Recursos Financeiros			Recursos Humanos em P&D	
	Atividades de Inovação	P&D Total	Intensidade Tecnológica	Total Ocupado	Pesquisadores Pós-Graduados
	R\$ Bilhões 2017	R\$ Bilhões 2017	%	Nº	%
2011	4,3	1,3	0,67	9.088	4,0
2014	4,4	1,6	0,78	9.443	6,0
2017	3,6	1,4	0,80	10.446	7,0

Fonte dos dados brutos: edições 2011, 2014 e 2017 da PINTEC/IBGE.

Nota (1): Dados deflacionados pelo IGP-DI/FGV.

Nota (2): Empresas das indústrias extrativas e de transformação e de serviços intensivos em conhecimento, com 10 ou mais ocupados, que implementaram produto e/ou processo novo ou substancialmente aprimorado.

Nota (3): P&D total calculado pela soma dos gastos em P&D interno e em aquisição de P&D externo.

Nota (4): Pessoal ocupado em 31/12 em atividades de P&D em equivalência de dedicação total.

Nota (5): A intensidade tecnológica é o quociente entre o gasto total em P&D e a receita líquida de vendas.

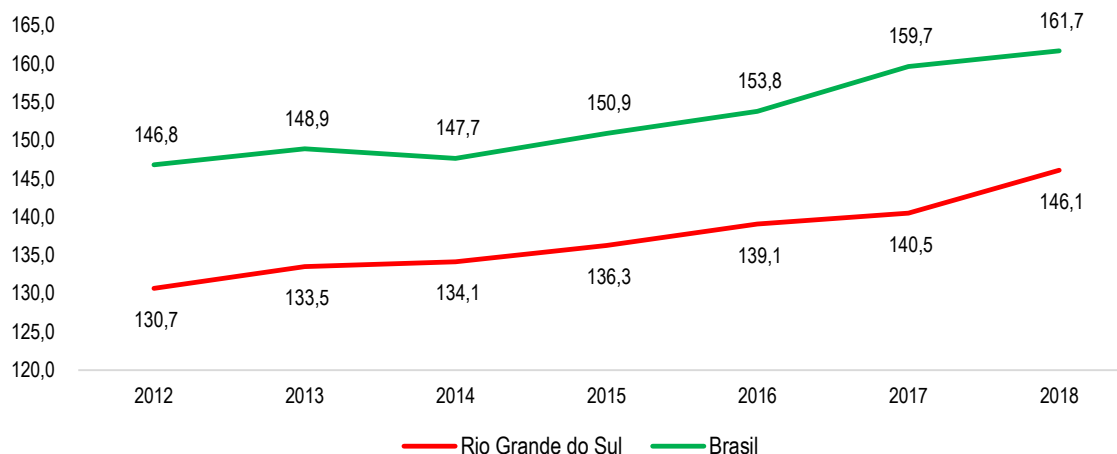
Uma forma mais ampla de avaliar as capacitações tecnológicas no ecossistema de inovação consiste na participação de profissionais técnico-científicos dentre os empregados, pois esses profissionais possuem relação mais próxima com os processos de inovação. A participação do pessoal técnico-científico na economia gaúcha⁷ vem mostrando um aumento lento, mas contínuo, nos últimos anos: 1,08% em 2015; 1,10% em 2016; 1,13% em 2017; 1,14% em 2018 e 1,24% em 2019. Essa melhora é fruto de dois efeitos. O primeiro deve-se a uma relativa maior recuperação do efetivo de profissionais técnico-científicos, que cresceu 3,3% de 2016 para 2018 e 11,4% desse ano para 2019. O segundo foi decorrente de efeito estatístico, devido ao emprego total no RS ter declinado continuamente de 2015 para 2018, com retração de 3,6%, seguida de uma pequena recuperação de 2,7% de 2018 para 2019.

Em relação aos resultados do processo de inovação das empresas gaúchas, a taxa de inovação em produto e/ou processo produtivo ficou estável em 42,6% nos triênios 2009-2011 e 2012-2014, com posterior diminuição para 36,9% no 2015-2017. Nos respectivos triênios, a média nacional foi de 35,7%, 36% e 33,7%. Inclusive, a taxa de inovação do RS figura dentre as mais elevadas do Brasil, mas inferior à de países líderes em tecnologia. Contudo, observa-se que o baixo desempenho na evolução das capacitações tecnológicas das empresas gaúchas se reflete também nessa relativa estabilidade na taxa de inovação, assim como a conjuntura adversa da crise brasileira também contribui para explicar a retração mais forte observada em 2015-2017.

⁷ Calculado com base em dados brutos de emprego formal em 31/12 da RAIS.

Conforme citado anteriormente, a meta finalística no ODS-9 é melhorar a produtividade na economia. Um indicador desse processo é a produtividade do trabalho da indústria de transformação. No RS, esse indicador teve elevação de apenas 11,8% de 2012 a 2018, o que equivale a uma taxa de variação anual média de 1,9%. As respectivas taxas de variação para o Brasil foram de 10,1% e de 1,6%. Ressalte-se que, de 2017 para 2018, o indicador do RS registrou uma taxa de 4%, superior à sua variação média anual do período de 2012-2018 (Figura 38). Ainda assim, a indústria de transformação gaúcha vem apresentando dificuldades que limitam o seu desempenho na produtividade do trabalho, assim como seu ritmo de crescimento, o que afeta seu potencial de contribuição para a performance da economia.

Figura 38 - Produtividade do Trabalho na Indústria de Transformação do RS e do Brasil – (R\$ Mil de 2018/Ocupado)



Fonte dos dados brutos: PIA-Empresa

Nota 1: Valores deflacionados pelo Índice de Preços ao Produtor (IPP) - Indústrias de Transformação

Nota 2: Empresas das indústrias de transformação com 5 ou mais ocupados em 31/12.

REALIZAÇÕES DO GOVERNO EM 2020 E PRIORIDADES PARA 2021

REALIZAÇÕES DE 2020

EIXO ESTADO SUSTENTÁVEL & EIXO GOVERNANÇA E GESTÃO

Visando alcançar o equilíbrio fiscal, por meio da otimização dos gastos e maximização das receitas, assim como garantir o alinhamento estratégico do Governo, modernizando e desburocratizando processos, valorizando e desenvolvendo o servidor público, aprimorando a transparência e promovendo a articulação e a participação social, abrigam-se os esforços de várias secretarias nesses eixos, em destaque, as descritas nesta seção.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO - SPGG

Órgãos Vinculados: IPE Saúde, EDP e PROCERGS

Na área de Planejamento e Orçamento, foram encaminhados, para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021 (PLDO 2021) – que se tornou a Lei nº 15.488/20; e a proposta orçamentária para 2021, que após aprovação legislativa originou a Lei nº 15.562/20. Essas Leis Orçamentárias foram elaboradas com a premissa de promover um realismo fiscal, com o estabelecimento de metas factíveis. No tocante à LDO, o déficit previsto para o exercício de 2021 foi de R\$ 7,9 bilhões. Já a LOA evidenciou 2021 um déficit orçamentário de R\$ 8,1 bilhões, considerando a previsão de receitas (sem as intraorçamentárias), de R\$ 42,8 bilhões; e a fixação de despesas (sem as intraorçamentárias), de R\$ 50,9 bilhões.

Com relação à produção e disponibilização de dados pela Secretaria, em 2020, foram publicados, no portal da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais – IEDE, os painéis informativos da situação da COVID-19 no Mundo, no Brasil e no Rio Grande do Sul, o painel com as informações do Distanciamento Controlado no Estado e o painel da Secretaria da Administração Penitenciária com a relação de casas prisionais e informações sobre a população prisional no Estado. Ainda nesse ano, foram firmadas parcerias com a Secretaria da Administração Penitenciária – SEAPEN e a Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia – SICT. Também foi lançada a base cartográfica na escala de 1:25.000 para a Região Funcional 1. Essa base é composta por 197 ortoimagens, 19 cartas topográficas, vetores de Trecho de Drenagem, Trecho de Massa d'Água, Ilha e Massa d'Água, que compõem a rede Hidrográfica.

No que tange à produção de estatísticas públicas e estudos fundamentais para apoiar a elaboração, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas, foram produzidos estudos nas seguintes temáticas: atividade econômica, trabalho e emprego, proteção social e saúde. Dentre os produtos regulares da Secretaria, ao longo de 2020 foram divulgados 11 Indicadores, 29 publicações – dentre boletins, relatórios, notas técnicas, textos de discussão e apresentações –, 2 produtos de visualização, além da atualização periódica do DEEDados, banco de dados dinâmico, que reúne informações de natureza socioeconômica relativas ao Rio Grande do Sul e seus municípios. O site do DEE figura entre os mais acessados do governo, com 12.678 acessos no ano. Foram também atendidas demandas de diversas Secretarias de Estado, seja por meio da Assessoria ou através de trabalhos desenvolvidos em conjunto com técnicos do Departamento.

O ano de 2020 trouxe desafios para a realização da Consulta Popular, programa de governo muito importante que traz a participação do cidadão gaúcho diretamente no direcionamento do orçamento do Estado. Devido à pandemia da COVID-19, a Consulta Popular 2020/2021 foi realizada totalmente de forma on-line, com mais de 97 Assembleias Regionais on-line. É importante registrar que, no ano de 2020, foi pago o equivalente a R\$ 51.420.052,29, referentes às Consultas Populares 2016, 2017, 2018 e 2019.

A Secretaria exerceu relevante papel no Comitê de Dados, instituído com o objetivo de dar suporte ao acompanhamento dos dados médicos, econômicos e sociais e de produzir indicadores e conteúdos para a tomada de decisão no enfrentamento à epidemia da COVID-19 (Decreto nº 55.129, de 19 de março de 2020). Vale destacar o trabalho desenvolvido na elaboração e acompanhamento dos indicadores do Modelo de Distanciamento Controlado, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, bem como a elaboração do Índice Setorial para o Distanciamento Controlado, em conjunto com a UNISINOS, empregado no Modelo para calibrar os protocolos sanitários conforme a segurança e a importância de grupos de atividades econômicas no Estado.

No campo da avaliação de políticas públicas, foi realizada a avaliação do Programa Jovem RS Conectado no Futuro e também a avaliação ex ante do Poupança Jovem – Política de Combate à Evasão no Ensino Médio. Foi, ainda, realizada uma avaliação do Plano Plurianual 2016-2019.

No que se refere ao gerenciamento de limites municipais, atividade igualmente sob responsabilidade da SPGG, no ano de 2020, visando dirimir dúvidas sobre limites municipais, foram elaboradas quatro análises para os seguintes municípios: Flores da Cunha, São Francisco de Paula, Nova Pádua e Rolante. Em virtude das medidas de controle à pandemia, as visitas a campo foram suspensas. A equipe deu continuidade às preparações dos futuros trabalhos, avançando nas etapas de representação cartográfica e elaboração de relatórios preliminares.

Com o objetivo de zelar pelo patrimônio documental do Estado, disponibilizando pleno acesso à informação e à preservação da memória, tanto pelo cidadão quanto pelo próprio Estado, destacam-se algumas das atividades executadas pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS no ano de 2020. Mesmo com um ano tão difícil é possível afirmar que foram vários frutos colhidos pela Instituição e seus servidores. Foram indexados em torno de 60 mil imagens dos processos de habilitação de casamento do Acervo de Registro Civil e 1.800 processos do acervo do Poder Judiciário. O acervo foi disponibilizado para cerca de 400 pesquisadores, os quais realizaram em torno de 2.500 solicitações de pesquisa, e para cerca de 700 cidadãos, que receberam 1.300 cópias de certidões. Com relação às ações de difusão, destacam-se as ações virtuais realizadas pelo APERS com temáticas importantes para a sociedade e a academia, que potencializaram as áreas de Humanidades Digitais e Patrimônio Documental. Foi realizada a XV Mostra de Pesquisa, também virtualmente, com 19 trabalhos apresentados em forma de artigo e cartaz e um público aproximado de 200 pessoas. Ainda na área de Difusão, ocorreu a apresentação do novo site da Instituição, publicação do livro de Entrevistas com Historiadoras e Historiadores Sul-Rio-Grandenses e, dentro da programação da Semana Nacional dos Arquivos, a exposição virtual do projeto Caminhos dos Arquivos. Foram realizadas assessorias em gestão documental para 104 órgãos do Estado, considerando visitas técnicas presenciais, orientações por e-mail e reuniões virtuais, incluindo as assessorias em gestão documental das extinções da CIENTEC e CESA. O Estado, com respaldo do Arquivo Público, eliminou, de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos, cerca de 10.000 metros lineares de documentos. Foram publicadas duas Instruções Normativas para preservação dos documentos produzidos no período da pandemia, e o projeto interinstitucional Documentando a experiência da COVID-19 no RS, assegurando ao Estado e à sociedade direito à informação e a memória do tempo que estamos vivendo. Além disso, o APERS participa como um dos órgãos gestores do PROA e está atuando em projetos importantes com a parceria do PNUD.

O ano de 2020 foi de grandes desafios para a área de compras do Estado que, além de manter a continuidade da condução de procedimentos licitatórios para suprimento de bens e contratações de serviços e obras ao longo do tempo, teve que fazer a gestão de contratações de insumos e serviços para o atendimento imediato e efetivo de diversas demandas em combate à COVID-19. Foram inúmeros projetos emergenciais acompanhados desde o planejamento até as efetivas aquisições, assim como a instalação de um atendimento técnico rápido e eficiente em relação às atualizações legislativas e de alteração de procedimentos operacionais. Ao mesmo tempo, também ocorreram mudanças de estrutura e pessoal, envolvendo a reorganização das unidades, bem como avanços em projetos estratégicos que envolvem soluções digitais e visam à implantação do Portal do Fornecedor do Estado e do processamento de todas as licitações via sistema Gestão de Compras – GCE. Com certeza um ano de muito aprendizado, responsabilidade e resultados efetivos para a política de compras do RS.

Em 2020, a versão digital do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul⁸ foi atualizada, ocorrendo o lançamento de sua 5ª Edição em julho de 2020. Sendo assim, os mapas temáticos, gráficos e tabelas tiveram como fonte os dados disponíveis nas bases nacionais e estaduais até esse período. Também é importante afirmar que todos os mapas da página do Atlas foram convertidos para o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000), padrão para a cartografia brasileira. Alguns pontos do estudo merecem destaque. Em infraestrutura, na parte de transportes, é apontada a predominância do modal rodoviário no Estado, bem como algumas potencialidades, como a existência de rotas hidroviárias interiores e da rede ferroviária. No que se refere à demografia, o Atlas indica que o Rio Grande do Sul possui o mais alto índice de envelhecimento do Brasil. O estudo apresenta as regiões onde esse processo se mostra de forma mais acentuada. Já o seu crescimento populacional apresenta um contraponto entre seus municípios a oeste e a leste do Estado, com os primeiros denotando taxas negativas de crescimento.

Em relação aos indicadores sociais, o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE indica a existência de um eixo Porto Alegre-Caxias do Sul-Passo Fundo com alto desenvolvimento, em contraponto a municípios do sul do Estado. Na saúde, mapas da distribuição de leitos hospitalares e leitos de UTI também estão disponíveis. No que tange à economia, o eixo Porto Alegre-Caxias do Sul-Passo Fundo se destaca mais uma vez em relação ao PIB per capita. O Atlas também apresenta informações econômicas por produtos, no caso do Agropecuária, e por segmentos, no caso da Indústria e dos Serviços. Em relação à Indústria, o estudo aponta um ganho de importância de municípios do COREDE Paranhana-Encosta da Serra e perda do Vale dos Sinos no tradicional segmento de couro e calçados, bem como alguns municípios que passam por um processo de desindustrialização, como Rio Grande, necessitando de políticas públicas específicas. Ainda na temática econômica, o estudo apresenta informações sobre o destino das exportações gaúchas e a origem de suas importações, destacando-se a China, o Panamá e os Estados Unidos, no primeiro caso; e a Argentina, os Estados Unidos e a China no segundo caso. A principal via de transporte para exportação dos produtos gaúchos é a marítima, através do Porto do Rio Grande. Após, aparece o transporte rodoviário, com saída por Uruguaiana. Os locais no Brasil por onde ocorre a saída de produtos gaúchos para outros países também foram mapeados.

Quanto à captação de recursos, no que se refere ao Orçamento Geral da União – OGU, foram firmados 44 instrumentos de repasse em 2020, que totalizam cerca de R\$ 119,5 milhões, sendo R\$ 112,5 milhões de repasse e R\$ 7 milhões de contrapartida. Outras 28 propostas estão em tramitação, cujo valor total atinge aproximadamente R\$ 65 milhões, sendo R\$ 62 milhões de repasse e R\$ 3 milhões de contrapartida. Cabe registrar a possibilidade ainda em aberto de captar recursos por meio do Edital de Direitos Difusos, do Ministério de Justiça e Segurança Pública. O Estado encaminhou 17 propostas em 2020, das quais 14 foram habilitadas e passaram para a fase de seleção, totalizando R\$ 164 milhões ainda com possibilidade de serem captados. O resultado deve sair no início de 2021.

Atualmente, há cerca de 150 convênios e instrumentos afins em execução por órgãos da Administração Pública direta, totalizando aproximadamente R\$ 1,3 bilhão. Desse valor, resta executar cerca de R\$ 850 milhões. Para melhorar a captação de recursos do OGU, foi prestada assistência técnica aos órgãos estaduais na preparação e análise de viabilidade de pleitos encaminhados aos Ministérios. Processo similar foi realizado para apresentação de propostas à Bancada Federal gaúcha, em conjunto com a SERFI: de forma pioneira, foi disponibilizado aos parlamentares um caderno de propostas de emendas ao orçamento federal alinhadas à estratégia estadual.

No que se refere a operações de crédito, foi firmado o PROFISCO II, com o BID, no valor de R\$ 322.800.000,00. Esse financiamento é coordenado pela SEFAZ e tem como foco apoiar projetos para melhoria da administração de receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial. O PROREDES BNDES, coordenado pela SPGG, está em fase final, tendo executado até o momento R\$ 1,50 bi, ou 97% do valor contratado, principalmente em projetos envolvendo obras rodoviárias, como a ERS-118 e acessos municipais, melhoria da infraestrutura agrícola, segurança pública e desenvolvimento econômico. Outro financiamento ainda em execução, com o BID, é o Programa de Oportunidades e Direitos – POD, coordenado pela SJCDH. O Programa tem como foco a prevenção da violência ao atender jovens de 15 a 24 anos que vivem em áreas de grande

⁸ Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>.

vulnerabilidade e altos índices de criminalidade. Também estimula a qualificação de uma polícia comunitária e cidadã e realiza ações de apoio a jovens que cumprem medidas socioeducativas.

Quanto à cooperação técnica internacional, em 2020, o Rio Grande do Sul firmou seu terceiro projeto, por meio da Secretaria da Saúde, com parceria da Organização Internacional de Migrações – OIM, no intuito de qualificar o acesso à saúde básica pela população migrante residente no RS. O projeto entre a SPGG e o PNUD, de modernização da gestão pública estadual, registrou desembolso, em 2020, da ordem de R\$ 400 mil, com destaque para área de gestão documental. O projeto entre a Secretaria da Saúde e a UNESCO, que visa aplicar novas tecnologias na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, encontra-se em fase de elaboração de material técnico e de identidade visual. Dois projetos estão em preparação com a UNESCO: um da SEDAC, para o fortalecimento das políticas públicas de promoção do patrimônio cultural, dos equipamentos públicos da cultura e da economia criativa, e outro da SES, no âmbito do Programa Primeira Infância Melhor – PIM/RS.

No que concerne à Política de Gestão para os Servidores do Poder Executivo Estadual, o Programa Qualifica RS vem se consolidando enquanto importante instrumento de qualificação da gestão pública, a metodologia foi internalizada pela Secretaria, que passou a oferecer o serviço de seleção e recrutamento de profissionais para atuarem em posições estratégicas no governo do Estado. Em 2020, foram selecionadas oito lideranças na Secretaria.

Foram contratados 14 médicos-periciais via contratação emergencial para recompor a equipe médica do Departamento de Perícia Médica e Saúde do Trabalhador – DMEST até que se efetive um novo concurso público. O departamento realiza cerca de 5 mil avaliações médico-periciais anualmente, e quase a totalidade dos médicos solicitaram aposentadoria ou exoneração do serviço público. O serviço de acolhimento e escuta qualificada ao servidor público, realizada pelo Programa PROSER, foi ampliado para todos os servidores do Poder Executivo e disponibilizado no formato virtual, para atender os protocolos do distanciamento controlado. A pandemia do coronavírus ampliou a demanda por esse serviço de apoio psicossocial por parte dos servidores. Destaca-se, ainda, que o projeto de reforma da estrutura física do departamento, no CAFF, foi elaborado, aprovado pela SOP e enviado para licitação da obra.

Apesar das restrições impostas pelo distanciamento social, a Escola de Governo foi ágil em reprogramar suas atividades para o formato virtual e capacitou 10.430 servidores nas diversas plataformas digitais. Foram 109 ações ofertadas de capacitação que, somadas, geraram uma carga horária de 562 horas de atividades. A EGOV tem liderado a institucionalização de rede de escolas de governo do Poder Executivo, que concluiu o seu planejamento estratégico em 2020 com o apoio metodológico da Escola Nacional de Administração Pública. A atuação conjunta das diversas escolas de governo do RS irá otimizar as capacitações e possibilitar maior integração entre as diversas áreas do Governo.

Além dessas ações, foi mantido mensalmente o Fórum de RH, que reúne os gestores da área de gestão de pessoas das Secretarias, Autarquias e Fundações para repasse das orientações e diretrizes de gestão de pessoas, bem como a padronização dos processos. Em 2020, os gestores receberam as orientações para implementação do teletrabalho devido à pandemia e participaram do GT de regulamentação do teletrabalho, que visa estruturar essa atividade com indicadores de produtividade.

Devido à pandemia da COVID-19, 2020 foi um ano atípico em vários sentidos. O Acordo de Resultados 2020, por exemplo, foi estruturado nos meses de janeiro e fevereiro, e formalizado apenas em julho, com a realização do Seminário de Governo; assim, as reuniões do Comitê de Monitoramento Estratégico – CME e do Conselho de Gestão Estratégica – CGE passaram a ocorrer somente a partir do segundo semestre. Essa postergação foi necessária em virtude da urgência das medidas de combate ao novo coronavírus, que se sobrepuseram à estratégia inicialmente prevista. Nesse período inicial, os projetos estratégicos continuaram sob acompanhamento da equipe da então Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, ainda que em segundo plano, uma vez que a equipe foi dividida para atuar com foco principal nos projetos emergenciais acompanhados pelo Gabinete de Crise. Em julho, foi realizado um evento virtual de Acordo de Resultados, com a participação do Governador, Vice-Governador e todos os Secretários, onde foram firmados os compromissos de gestão para o restante do ano. De julho a dezembro, as reuniões de monitoramento foram retomadas e puderam ser realizados quatro ciclos de monitoramento, com a participação de Secretários de

Estado, dirigentes de entidades vinculadas, coordenadores de gestão e gestores de projetos. Foram dezesseis reuniões de Comitê de Monitoramento Estratégico e dez reuniões de Conselho de Gestão Estratégica, com a participação do Governador, Vice-Governador e Secretários de Estado, além das reuniões de Gestão Interna Local, Gestão de Projetos Prioritários e Gestão de Acordo de Resultados, ocorridas no período, com as equipes de projeto.

As reuniões do Comitê de Monitoramento Estratégico e Conselho de Gestão Estratégica foram organizadas em torno de quatro eixos temáticos: Obras e Infraestrutura; Segurança e Educação; Tecnologia da Informação e Comunicação; Social, Desenvolvimento e Gestão. O intuito de tal divisão foi otimizar a participação dos representantes das pastas e dos órgãos parceiros, bem como aprofundar as discussões para tomada de decisão acerca dos projetos estratégicos com maior afinidade entre si. Dessas reuniões, saíram diversos encaminhamentos voltados à resolução de dificuldades e união de esforços para o alcance de melhores resultados.

No que se refere ao Escritório de Desenvolvimento de Projetos – EDP, ressalta-se o apoio aos órgãos da Administração Pública estadual no desenvolvimento de projetos, programas e portfólios, por meio da utilização de ferramentas e modernas técnicas de projetos e processos disponíveis na Autarquia, além da realização de parcerias com instituições públicas e privadas. A iniciativa visa garantir o alinhamento estratégico em todos os níveis de governo com a finalidade de contribuir para a modernização e de melhorar a eficiência do Estado. Nessa iniciativa, foram realizados o apoio à estruturação do Projeto Regionalização, das ações do Gabinete de Crise, da metodologia do Workshop Central para o Projeto Regionalização e do Programa de Prevenção da Violência Contra a Mulher e também o apoio ao desenvolvimento dos seguintes projetos: RS.GOV.BR, Descomplica RS, Projeto Canais Integrados, FUNDOPEM Digital, RS TER, Telepresença e SEDUR – Política de Desenvolvimento Metropolitano. Sobre o apoio ao gerenciamento de projetos, destaca-se o apoio do EDP às ações do Projeto Governo Digital – RS.GOV.BR, incluindo desenvolvimento da identificação digital do cidadão, digitalização de novos serviços ao cidadão, melhoria do mecanismo de busca de serviços no portal, disponibilização de informações referentes às iniciativas de enfrentamento aos efeitos da COVID-19, consolidação do mapeamento de serviços, estruturação do Monitor Digital RS, apoio à modernização do chat, entrega de novos serviços digitais ao cidadão, atualização das cartas de serviço junto aos Órgãos, lançamento da Estratégia Digital RS, apoio na integração dos serviços digitais da Agência Virtual da CEEE ao portal, apoio na validação dos Planos de Digitalização dos Órgãos e Entidades e no mapeamento dos serviços por toda Administração Pública do Executivo estadual. Além disso, o EDP também realizou ações estruturantes na SES; apoiou a Instrumentalização da Lei Aldir Blanc, junto à Secretaria da Cultura; apoiou o Projeto de Prevenção da Violência Contra a Mulher; apoiou o Projeto SEDUR – Desenvolvimento Metropolitano e também executou realizações no Projeto Descomplica RS. Outra iniciativa realizada foi a Implantação do Centro Virtual de Desenvolvimento e Gestão de Projetos, cujo ambiente virtual foi testado e validado em 2020. Também foi elaborado o Plano de aula do primeiro curso a ser disponibilizado aos servidores do EDP e da SPGG, sendo publicada a plataforma de cursos EAD – Oficina de Projetos e construção/disponibilização dos seguintes cursos virtuais: Introdução à Gestão de Projetos no Setor Público; Gestão de Projetos no Setor Público Módulo II (Escopo do projeto) e Self Assesment LGPD – Elaboração de um formulário para diagnóstico da situação atual dos Órgãos Estaduais para adesão à Lei.

Em relação ao Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul – IPE Saúde, destaca-se a iniciativa Gestão da Saúde do Servidor Público, que objetiva prevenir e recuperar a saúde dos servidores públicos estaduais e de seus dependentes, assim como de outros servidores de entes conveniados, através da oferta de plano de saúde que disponibilize consultas, exames e internações, e também da qualificação da infraestrutura e da gestão do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul. Além disso, busca-se desenvolver uma plataforma digital para migração de serviços prestados presencialmente (inclusão de dependentes, substituição carteiras, entre outros). Em março, devido à COVID-19, ressalta-se a implantação de atendimento aos segurados de forma on-line (através do e-mail e sítio eletrônico), onde são oferecidas possibilidades de atendimento para: renovação de dependente estudante, habilitação de segurado e dependentes, solicitação de cartão, recuperação de senha, solicitação de permanência como optante/licenciado, reingresso ou desligamento do IPE Saúde, inclusão/cancelamento PAC/PAMES, liberação para atendimento sem Cartão IPE Saúde (consultas e tratamentos) e solicitação de reembolso de despesas médicas e de reembolso de anestesia. Em abril, entrou em vigor a teleconsulta,

garantindo o atendimento e continuidade de tratamentos aos mais de 1 milhão de segurados do IPE Saúde (caráter excepcional e temporário, dispensando coparticipação do usuário). Até dezembro, houve em torno de 24.402 solicitações de autorização para consultas e 21.916 beneficiários foram atendidos por 527 médicos. Ao longo do ano, o IPE Saúde prestou aproximadamente 13.009.721 atendimentos.

A partir dos princípios do Governo do Estado, do Mapa Estratégico definido e das prioridades estabelecidas pelo Governo, a Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – PROCERGS se estrutura e trabalha para gerar soluções inovadoras em Governo Digital, atendendo aos processos de missão crítica do Estado, tais como: saúde, educação, segurança, trânsito, fazenda, entre outros, e ampliando a oferta de serviços digitais ao cidadão. Em 2020, destacam-se diversas entregas focadas no atendimento à COVID-19. A plataforma rs.gov.br é o ambiente unificado de serviços do Governo do RS. É onde todo cidadão e empreendedor encontra os serviços oferecidos pelo Estado de forma digital, proporcionando conveniência, facilidade e agilidade. No decorrer de 2020, foram acrescentados a essa plataforma os seguintes serviços: Solicitação de Medicamentos (SES), Recurso à JARI (DETRAN), Impressão de documento de Licenciamento do Veículo (DETRAN), Certidão de Prontuário de Habilitação (DETRAN), Devolução de taxas de habilitação (DETRAN), e Teleconsulta Médica (IPE Saúde). Foi também lançado o Aplicativo Servidor RS, que é um canal de comunicação do Estado com seus mais de 300 mil servidores/pensionistas, que tem como objetivos facilitar o acesso a informações funcionais e aos serviços on-line e aprimorar a comunicação do Estado com servidores (ativos/inativos) e pensionistas. O usuário tem acesso a informações (atuais e passadas), comprovantes de rendimentos, consignações, podendo realizar serviços como marcação do período de férias e verificação de recebimentos, descontos, entre outros. Por fim, merece destaque o lançamento do Portal RS Parcerias, iniciativa que visa garantir maior transparência nas concessões e PPPs, que entrou no ar no mês de dezembro. O portal traz informações sobre o programa, as principais parcerias e os atores do governo envolvidos, bem como o andamento dos projetos já em execução dentro da dinâmica de promoção de concessões PPPs no Estado.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO – SECOM

No ano de 2020, destacam-se as ações para inovação e modernização da comunicação pública do Governo do Estado, atendendo às diversidades regionais, por meio da adoção de novas mídias e novas ferramentas tecnológicas de informação e comunicação. Dessa forma, pode-se destacar a iniciativa Comunicação Digital Governamental, que trata da inovação, aperfeiçoamento e facilitação da comunicação entre sociedade e governo através das redes sociais e ferramentas digitais, bem como da otimização da prestação de serviços *on-line* à população. Nesse contexto, em 2020, estima-se que 963.351 seguidores acompanham as redes sociais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (*Twitter*, 109.847; *facebook*, 744.683; *Instagram*, 84.371 e *YouTube*, 24.450) e que o número de acessos ao Portal do Governo foi em torno de 9.448.501. Cabe ressaltar a iniciativa Gestão da Comunicação Governamental, que trata da realização de cobertura jornalística da agenda diária do Governador e divulgação das informações referentes às principais ações do governo a jornais, portais de internet, emissoras de rádio e televisão, por meio de *releases* da agência de notícias *on-line* do Estado e ferramentas de disparo de *e-mails*. Também são realizados o atendimento a jornalistas na busca de informações referentes à administração estadual, o acompanhamento dos espaços destinados ao Governo do Estado na mídia e ampliação do acesso a essas informações a toda a sociedade.

Quanto à TVE, teve-se a criação do Programa TVE Saúde e do Programa Redação TVE em duas edições; a implantação das transmissões remotas dos programas diários, devido à pandemia; a transmissão da Copa Santiago de Futebol Juvenil em janeiro, uma parceria com a TV Brasil; a transmissão ao vivo das *lives* do Governador; a transmissão dos programas da TVE nas redes sociais; a parceria com a TV Assembleia; a renovação da parceria com a TV Cultura; a gravação e exibição do programa Pré-ENEM SEDUC; o retorno do programa TVE Esportes; a utilização das plataformas de *e-mail* e *whatsapp* específicos para a divulgação das atividades da TVE e FM Cultura; o encaminhamento ao Ministério das Comunicações da renovação da outorga da TVE para o período 2019-2034; além disso, a transmissão de eventos culturais através de parcerias, sendo os principais: Festival RS Unido, Festival de Cinema de Gramado, Campanha POD (Programa de Oportunidades e Direitos) pela vida, A Nave dos Contos Mágicos, Festival da Canção Aliança Francesa, Virada Sustentável, Feira do Livro, I Cinema Negro em Ação, A Noite dos Museus e Califórnia da Canção Nativa. Em

relação à **FM Cultura**, também realizou-se a transmissão ao vivo das *lives* do Governador; a automação do processo das locuções remotas dos programas diários, tendo em vista a pandemia; as atualizações das redes sociais; a elaboração de uma grade nova de programação; a criação de novas atrações; a criação da Oficina de Rádio em parceria com a FASE; o acompanhamento do processo de renovação da outorga da Rádio FM Cultura junto ao Ministério das Comunicações; a criação de um novo programa diário no horário das 21h, com temas musicais diferentes a cada dia, e a criação de um aplicativo para *Smartphones* para ouvir a Rádio FM Cultura.

Outra iniciativa da SECOM, que pode ser evidenciada, é a **Gestão da Publicidade Institucional do Estado**, a qual trata da criação, aprovação, gestão e acompanhamento das campanhas e ações de publicidade e propaganda dos órgãos da Administração Direta e Indireta, Empresas de Economia Mista e Empresas Públicas do Governo do RS. Nessa iniciativa também está prevista realização de pesquisas de mercado e de opinião sobre serviços prestados, assim como o fortalecimento, a informatização e a modernização das ações de publicidade do Governo do Estado. Nesse sentido, foram realizadas 21 campanhas em 2020, que foram: Coronavírus – Uma Mão Lava a outra; Transparência; Use Máscara; Distanciamento Controlado; Campanha do Agasalho; Reforma Tributária; RS Verão Total; Menor Preço COVID; Ação Volta às Aulas; Consulta Popular; RS.GOV.BR; Te Cuida RS 1; Te Cuida RS 2; Te Cuida RS 3; Estiagem; Turismo – O Rio Grande para gente ver e viver – parceria com ALRS; Turismo – RS; Valores que Ficam parceria com ALRS; 100 Anos do Palácio; Mini Docs RS 118; IPVA 2021. Por fim, foram realizadas mais de 61 ações diversas de publicidade pela SECOM em 2020.

CASA CIVIL – CC

No que tange às principais realizações da Casa Civil em 2020, destaca-se a aprovação de sete medidas que compõem a Reforma RS, em janeiro, pela maioria dos deputados da Assembleia Legislativa, incluindo uma proposta de Emenda Constitucional que atualiza regras previdenciárias e altera a carreira dos servidores e outros seis projetos de lei que alteram o estatuto dos servidores públicos civis do Estado e o estatuto do magistério, além de adequarem as regras de previdência do servidores civis gaúchos à legislação federal, modificarem a remuneração mensal dos servidores do Instituto Geral de Perícias, modificarem a aposentadoria especial dos policiais civis e agentes penitenciários, e também alterarem o estatuto dos militares.

Devido à gravidade da pandemia de coronavírus, o Governo do Estado decretou, em 19 de março, situação de calamidade pública. O Governo também publicou um decreto instituindo um Gabinete de Crise, envolvendo vários setores da sociedade separados em comitês específicos. Em maio, o Governo protocolou, na Assembleia Legislativa, um projeto de lei para alteração na Lei nº 15.304/19, que trata das diretrizes da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2020. A proposta previa a inclusão da abertura de créditos adicionais para executar despesas referentes ao combate e enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus. No começo de junho, o Governo publicou novo decreto com ajustes no distanciamento controlado.

No mês de agosto, a Assembleia Legislativa aprovou quatro projetos de lei encaminhados pelo Executivo. Os PLs nº 151/2020 e nº 152/2020 autorizam o Executivo a prorrogar os contratos emergenciais de que tratam a Lei nº 13.877/2011 e a Lei nº 15.219/2018, que autorizam o Poder Executivo a contratar, em caráter emergencial e por tempo determinado, recursos humanos para a Secretaria da Saúde. Além disso, outras duas propostas autorizam a prorrogação de contratos emergenciais do DAER e CEASA.

No ano de 2020, destacam-se as ações da Casa Civil relacionadas à integridade das organizações político-administrativas através da adoção e promoção de boas práticas de governança pública relacionadas à ética, à probidade, à disciplina e à transparência, qualificando os agentes públicos e fortalecendo e ampliando os instrumentos de acesso à informação, ouvidoria e denúncia. Nesse contexto, ressalta-se a iniciativa para qualificação de agentes públicos nas áreas de ética, transparência, controle público e integridade, a qual, além de proporcionar a qualificação técnica dos agentes públicos estaduais, busca aperfeiçoar o atendimento dos canais de interação com a sociedade (Serviço de Informação ao Cidadão – SIC/LAI, Canal Denúncia e Ouvidoria-Geral do Estado – OGE) e o desenvolvimento de um sistema de integridade. Cabe mencionar a ação programática Sistema de Governança 4.0 do PPA 2020-2023, que tem o objetivo de consolidar um sistema de

governança único, que sirva ao alinhamento, à orientação, ao diálogo e à comunicação das prioridades de decisão, de ação e de desenvolvimento de projetos estratégicos ao Estado, aperfeiçoando a capacidade de resposta, a prestação de contas, a transparência e a entrega de resultados para o cidadão. Além disso, em 2020, iniciaram-se as iniciativas para padronização de convênios e integração de informações oficiais (Sistema de Gerenciamento de Demandas – GDG). No decorrer do ano, a Casa Civil recebeu um número expressivo de deputados estaduais e federais. Apesar de o ponto principal das reuniões ser o combate à COVID-19, diversos assuntos foram tratados, principalmente para esclarecimento de dúvidas referentes aos projetos do Executivo encaminhados à Assembleia Legislativa, tais como a Reforma Estruturante RS, iniciada em 2019, e a Reforma Tributária RS. Por fim, salienta-se que a Casa Civil teve um importante papel relacionado aos decretos e projetos de lei que foram construídos ao longo do ano para o auxílio na luta à COVID-19 no Estado do Rio Grande do Sul.

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E APOIO AOS MUNICÍPIOS – SAAM

Órgão Vinculado: METROPLAN

A SAAM atua como facilitadora entre órgãos governamentais, como secretarias estaduais e municipais, fundações, principalmente no auxílio político e técnico aos municípios do Rio Grande do Sul. Em 2020, a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN, vinculada à SAAM, atuou na qualificação do Sistema do Passe Livre Estudantil - PLE, que objetiva padronizar as informações trocadas entre METROPLAN, operadores do sistema e PROCERGS. Esta iniciativa busca uma melhor aplicação dos recursos orçamentários disponíveis e a implantação do PLE ON-LINE, que beneficiará todos os estudantes, pois a comunicação será direta entre Estado e aluno, reduzindo o tempo para análise e reanálise de documentos e eliminando o envolvimento de outros entes no processo. A ferramenta está em desenvolvimento pela PROCERGS, estando 30% concluída. Ainda em relação ao passe livre estudantil, a METROPLAN em 2020 beneficiou 9.704 alunos, realizou 10.000 atendimentos e possui 20 entidades e órgãos integrados para a concessão do benefício.

A elaboração do Plano de Gestão no âmbito da Região Metropolitana de Porto Alegre, que teve início ainda em 2018, com a contratação da empresa LOGIT para elaborar a nova modelagem do transporte metropolitano de passageiros da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, está praticamente concluída, com 15 produtos já entregues e aprovados. Em relação aos projetos de Revitalização dos Municípios, a SAAM realizou 4 análises de projetos de pavimentação encaminhados pelos municípios de Canoas, Pedro de Alcântara, Balneário Pinhal e Cidreira. Já, em relação à Reestruturação da Intervenção Viária, que busca o aperfeiçoamento do planejamento e da mobilidade urbana nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e regionais, foi elaborado e concluído o projeto de engenharia do Acesso Penitenciário de Alegrete, com a pavimentação de 3.819,62 m². Em relação ao Aperfeiçoamento do Ordenamento Territorial das regiões metropolitanas e aglomerados, a METROPLAN analisou 180 projetos de parcelamento de solo ao longo de 2020. Estes projetos estão em fases diversas, entre protocolo e emissão do Termo de Anuência Prévia - TAP.

SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ

Órgãos Vinculados: IPE PREVI e Banrisul (BAC/BAGERGS/BC/BCV)

No que tange às principais realizações da SEFAZ no ano de 2020, ressalta-se o Programa Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias. Com a construção da Sustentabilidade das Finanças Públicas, através das reformas administrativa e previdenciária, o déficit previdenciário se reduziu em R\$ 1 bilhão, devido, por exemplo, à extinção dos avanços temporais e gratificações por tempo de serviço. Houve a ampliação da base de incidência previdenciária e a adoção de alíquotas progressivas para civis de todos os Poderes, além da utilização das mesmas idades mínimas e tempos de contribuição federais. O déficit previdenciário, que foi de R\$ 8,9 bi até setembro de 2019, agora é de R\$ 7,5 bi, contabilizando uma melhora de R\$ 1,4 bi. Até agosto de 2020, a Despesa de Pessoal caiu 2,4% em relação a 2019, revertendo a trajetória de crescimento observada há mais de dez anos. Com vistas à recuperação de mais de R\$ 6 mi devidos aos cofres públicos, a Receita Estadual está iniciando um novo programa de autorregularização destinado a contribuintes do Simples

Nacional. A medida oportuniza a regularização de 103 empresas de diversos setores que utilizaram, em 2017, isenções indevidas ou reduções incorretas, em desacordo com a Lei nº 13.036/2008. A continuação do equilíbrio fiscal permitiu, no ano de 2020, uma melhoria do fluxo de caixa, obtendo-se uma redução de despesas em mais de R\$ 300 mi, sendo possível quitar R\$ 3,8 bi em despesas de exercícios anteriores, incluindo salários, investimentos e outras despesas.

Entre as ações do Tesouro do Estado com a saúde, foi finalizado o plano de quitação de passivos existentes desde 2014, em 16 parcelas, com os pagamentos sendo estabilizados, permitindo: crescimento de 4% nas despesas com saúde, estabilização nos repasses para estradas e aumento das cotas orçamentárias para o IPE Saúde. A redução do passivo do Tesouro em contribuições patronais possibilitou um volume de pagamentos recorde e a redução dos passivos do instituto com sua rede conveniada. Saques realizados em Depósitos Judiciais de Terceiros não foram usados em 2020 para financiamento do déficit, mantendo o saldo estável. A SEFAZ também atuou junto à SPGG em acordo construído pelo Governador, demais Poderes e órgãos autônomos, o qual congelou o orçamento por dois anos, permitindo uma redução líquida no estoque de precatórios (diferença entre os quitados e os novos inscritos) nos anos de 2019 e 2020, principalmente, por meio do fortalecimento do programa de compensação com dívida ativa. Os esforços envolveram equipes do Tesouro do Estado, PGE e Tribunal de Justiça.

A partir de março, devido à pandemia da COVID-19, muitos resultados foram interrompidos ou perdidos, especialmente com a queda de arrecadação. Até agosto, ICMS, IPVA e ITCD tiveram perdas de R\$ 1,9 bi em relação ao que havia sido projetado para o ano. Através do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, o Governo do Estado atuou para atender à demanda humanitária e garantir, junto à União e ao Congresso, mais de R\$ 2 bi para o caixa e para a saúde. Juntamente com as ações administrativas, tais recursos auxiliaram na gestão do fluxo de caixa, permitindo a manutenção do pagamento dos fornecedores e a prestação de serviços. Dessa forma, a arrecadação do ICMS começou a se recuperar em agosto, auxiliando para que o pagamento da folha de outubro fosse realizado com o menor prazo de atraso da atual gestão e que o das folhas de novembro e dezembro fosse realizado em dia. Tendo em vista que o déficit previsto para 2021 é de R\$ 8 bilhões, as reformas estruturais avançaram para o novo ano.

Em 2020, o Governo aprovou projeto de benefício especial e reestruturação de fundos, possibilitando a migração de cerca de 21 mil servidores civis para o Regime de Previdência Complementar – RPC. Ao longo dos próximos 60 anos, a economia fiscal projetada como um todo é entre R\$ 14 bi e R\$ 23 bi, sem acarretar desequilíbrios atuariais e financeiros ao longo do tempo. Para as desestatizações e concessões, foi assinado o primeiro contrato para estruturação da modelagem para concessão de estradas estaduais, delegando ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a execução dos estudos técnicos necessários. Em relação às privatizações, seguem os cronogramas de modelagem para a venda de estatais de energia elétrica, distribuição de gás e mineração de carvão. O assunto privatizações e concessões será abordado em capítulo específico adiante.

Em 2020, entre pautas federativas relevantes em que o RS teve contribuição, estão o acordo que prevê o repasse de R\$ 65,5 bi da União para estados, Distrito Federal e municípios como compensação à Lei Kandir. Dessa forma, o RS receberá cerca de R\$ 6,5 bi até 2037.

Ainda merecem destaque, em 2020, as ações relacionadas ao RS Digital 2030, programa lançado no primeiro ano de gestão e que teve suas 30 ações iniciadas. Desde 2019, foram: fechadas 24 unidades em todo o Estado, com economia anual de aproximadamente R\$ 2 mi em aluguéis, vigilância e manutenção, realocando servidores para o desenvolvimento de projetos estratégicos de especialização e centralização; criados 16 grupos setoriais, com atuação segmentada por setores econômicos do Estado; e criadas 16 centrais de serviços compartilhados. Através do Just In Time, houve avanços nos julgamentos de processos que envolvem valores de R\$ 5 bi, decorrentes de contestações por parte de contribuintes em relação à tributação. A obrigação fiscal única é uma das prioridades, buscando a emissão do Documento Fiscal Eletrônico como única obrigação fiscal do contribuinte. Quanto à iniciativa Simples/MEI, o regime especial Nota Fiscal Fácil – NFF está em execução, através de parceria com a Receita Federal, fiscos estaduais e SEBRAE. Em adição, em 2020, o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos – CIRA/RS passou a contar com uma sede própria, além de ter sido intensificada a sua parceria com a Fazenda, PGE e Ministério Público. Ainda no âmbito do RS Digital 2030, a SEFAZ reformulou rapidamente sua forma de atuação e manteve o apoio ao pleno

funcionamento de todas as áreas com ações pela receita, despesa e controle dessa forma, ampliando os seus serviços.

No ano em que a estrutura da SEFAZ foi reformulada, foi destaque também a atuação das áreas de Gestão de Pessoas e Patrimônio, Atendimento e TI, o que garantiu suporte necessário a contribuintes, servidores, fornecedores e demais órgãos públicos durante a pandemia. O Sistema de Finanças Públicas do Estado – FPE teve melhorias no módulo de Administração de Materiais, permitindo a eficiente distribuição de produtos adquiridos pela SPGG para o combate à COVID-19. A CAGE e Tesouro, em parceria com a PROCERGS, disponibilizaram o aplicativo FPE móvel (mobile). O simulador SimprevRS foi remodelado e chegou à versão 2.0 a partir da Reforma da Previdência e do advento da LC nº 15.511/20, que instituiu o Benefício Especial. O Tesouro do Estado, com colaboração da PGE, desenvolveu ferramenta com parâmetros nos preços dos medicamentos (Preço de Referência Nota Fiscal). Mais de 8,5 mil servidores ativos, inativos e pensionistas já utilizam o App Servidor RS, que garante acesso a informações de interesse dos servidores e pensionistas.

Devido à pandemia, a Receita Estadual suspendeu prazos e prorrogou a apresentação de garantias para parcelamentos e de obrigações dos produtores rurais, além de ampliar a rede de arrecadação do ICMS (BB, SICREDI e BANRISUL). Em articulação com outros Estados e Receita Federal, foi postergado por 90 dias o vencimento do ICMS do Simples Nacional. O Regime Optativo da Substituição Tributária – ROT-ST foi estendido, em 2021, para empresas de qualquer faixa de faturamento. Com isso, empresas com faturamento acima de R\$ 78 mi por ano, as quais estão na obrigatoriedade de fazer o ajuste desde março de 2019 (pagando ou recebendo a diferença do imposto pago), também poderão fazer a adesão, se desejarem. A Receita Estadual disponibilizou uma forma alternativa de tributação ao segmento de bares, restaurantes e estabelecimentos similares através do Aplicativo Menor Preço Nota Gaúcha. Além de disponibilizar consulta de preços de produtos relacionados à COVID-19 e de testes na rede privada, o aplicativo passou a ser disponibilizado para outras unidades da federação, se transformando no Menor Preço Brasil.

O Programa de Cidadania também avançou com o lançamento do Receita da Sorte. O Receita Dados contou com novos painéis de emissão de notas fiscais com atualização em tempo real, sendo uma referência nacional. Com a crise da COVID-19, foram publicados mais de 25 boletins de emissão de documentos fiscais, os quais ofereceram um monitoramento permanente dos impactos nos diferentes setores. Foi disponibilizado novo serviço on-line, que simplifica o processo de concessão da isenção de tributos para taxistas. Em virtude da crise e atendendo ao pedido dos setores econômicos, o governo flexibilizou regra que prevê a revogação do parcelamento de débitos em caso de inadimplemento das empresas que aderiram ao Refaz 2019 e ao Compensa-RS. Além disso, mais doze serviços foram inclusos no protocolo eletrônico, disponível aos contribuintes no Portal e-CAC, permitindo que os usuários solicitem ao todo mais de 20 serviços. A Receita Estadual facilitou condições para que os contribuintes com débitos de ICMS referente ao período entre abril e setembro de 2020 pudessem regularizar sua situação. Foram lançados programas de autorregularização de contribuintes: pessoas físicas que precisam pagar Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens e Direitos – ITCD ao RS tiveram alternativa, via BANRISUL, para realizar a quitação dos valores, e a prova de vida de aposentados e pensionistas foi suspensa até 31 de dezembro. Por fim, o Tesouro alterou o fluxo de contratação de professores temporários, solucionando problema histórico do Estado, e foram disponibilizadas aos municípios ações alternativas no âmbito do Programa de Integração Tributária – PIT.

Na Educação Fiscal, em 2020, houve três iniciativas virtuais que puderam ser realizadas em condições de teletrabalho, as quais contaram com mais de 1,1 mil participações em diversos municípios gaúchos: Concurso Professores pensam a transversalidade na Educação Fiscal, I Seminário Virtual de Educação Fiscal da DPET e atividade de sensibilização de Educação Fiscal a distância. Cabe ainda ressaltar que a ação da Controladoria e Auditoria Geral do Estado – CAGE foi fundamental em 2020 para orientar os gestores, visto que as equipes promoveram rápidos ajustes, reforçando o atendimento aos órgãos e a atuação das 17 Seccionais, respondendo às demandas decorrentes do período de calamidade pública. Por fim, em relação às ações de Modernização Fiscal – Profisco, a SEFAZ assinou a contratação de operação de crédito para o desenvolvimento do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul (Profisco II – RS), em parceria com a Procuradoria-Geral do Estado – PGE, com o objetivo de avançar em projetos que ajudem na recuperação do equilíbrio fiscal do RS por meio da melhoria da gestão do gasto público e da

modernização da administração tributária. O empréstimo será para o desenvolvimento de 19 produtos e 36 subprodutos que englobam três eixos: gestão fazendária e transparência fiscal, administração tributária e contencioso fiscal e administração fazendária e gasto público. Dentre os compromissos do Profisco II, inclui-se contribuir para: redução do déficit fiscal, aumento da arrecadação e diminuição da dívida corrente líquida. O projeto, que será implementado ao longo de cinco anos, reforçará iniciativas, como o Receita 2030, o Programa de Inovação do Tesouro e a ampliação das medidas de transparência e combate à corrupção.

Em relação ao IPE PREV, na iniciativa relacionada à gestão das pensões de outros Poderes, foram atendidos 9 pensionistas FUNDOPREV e 2.548 pensionistas do Regime Simples. Considerando as ações de gestão de aposentadoria e pensões do Poder Executivo, foram atendidos 60 inativos do FUNDOPREV, 79 pensionistas do FUNDOPREV, 173.680 inativos do Regime Simples e 42.862 pensionistas Regime Simples. Em 2020, o IPE PREV assumiu a concessão e manutenção do benefício de aposentadoria do servidor civil e do benefício da transferência para inatividade do servidor militar, conforme Lei Complementar nº 15.142/2018 e Lei Complementar nº 15.143/2018. Dessa forma, o IPE PREV passou a ter a gestão única dos benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul – RPPS/RS, assumindo efetivamente as competências de Órgão Gestor Previdenciário. Até outubro, foram 3.249 atos de aposentadorias e transferências para inatividade, sendo 1.313 atos de pessoal vinculados ao Magistério. Devido à COVID-19, foi criada a página “Atendimento durante a pandemia” para centralizar todas as informações sobre atendimentos, a qual recebeu de março a outubro, aproximadamente, 7.752 e-mails de beneficiários com dúvidas e solicitações relacionadas aos serviços do IPE PREV. Em 2020, ao todo, foram registrados 1.027 pedidos de concessão de pensão e 493 solicitações de restabelecimento de pensão por morte. Nesse período, houve uma redução significativa na solicitação de restabelecimento de pensão, devido às renovações estarem sendo realizadas automaticamente via sistema desde março, sendo a média de 3.750 renovações mensais.

No que se refere ao BANRISUL, enfatizam-se as ações relacionadas ao Programa BANRISUL de Crédito e Fomento, que busca prover, como agente financeiro do Estado, o desenvolvimento econômico e social das comunidades, através do apoio a pessoas físicas, à agricultura familiar, ao agronegócio, às micro, pequenas, médias e grandes empresas dos setores industrial, comercial e de serviços, viabilizando investimentos potenciais para a geração de emprego e renda. Destacam-se os recursos obtidos do BNDES para desenvolvimento econômico, social e urbano do Estado e para financiamento: de pessoas físicas e jurídicas dos setores industrial, comercial, rural e de prestação de serviços (R\$ 53.378.338,49); para a educação (R\$ 249.489.583,89); para crédito universitário (R\$ 28.590.395,32); para exportações (R\$ 675.995.270,60); e para linha de crédito destinada à aquisição de equipamentos sustentáveis (R\$ 92.163.085,47). Quanto ao BANRISUL Consórcio – BAC, em 2020, foram comercializadas 68.373 cotas de consórcio, nos segmentos de imóveis, automóveis, motocicletas e serviços, atingindo um volume de crédito de R\$ 865.074.614,50. Por sua vez, o BANRISUL Armazéns Gerais – BAGERGS, através da iniciativa relacionada a movimentação e ao armazenamento de cargas, que visa proporcionar soluções logísticas e buscar o desenvolvimento regional no ramo do Comércio Exterior, disponibilizou 21.320,52 m³ de espaço para armazenagem por meio da prestação de serviços especializados e de qualidade. Em 2020, o BANRISUL Cartões – BC chegou a 166.673 novos estabelecimentos comerciais habilitados à rede Vero. Por fim, em relação ao BANRISUL Corretora de Valores – BCV, o valor em fundo de investimento gerido foi de R\$ 5.296.845,15, e a receita de corretagem obtida foi de R\$ 8.897.065,06.

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE

No ano de 2020, ressaltam-se as ações relacionadas à Modernização da Representação Judicial, da Conciliação, da Consultoria, da Probidade, da Recuperação de Ativos e da Gestão de Passivos Contingentes. No que se refere aos Precatórios, salienta-se a maior rodada de negociações da Câmara de Conciliação de Precatórios, a 7ª Rodada, que englobou dívidas inscritas até 2009, o que corresponde a cerca de R\$ 4,7 bi em 13.056 precatórios de aproximadamente 60 mil credores. Ao final do prazo de convocação, a PGE recebeu 12.892 manifestações de interesse nessa rodada e 8.730 formulários definitivos preenchidos. O Compensa-RS, programa que viabiliza a compensação de débitos inscritos em dívida ativa até 25/03/2015 com precatórios vencidos do Estado, suas autarquias e fundações, registrou, até o momento, mais de R\$ 1,12 bi de compensação, relativos a 427 pedidos homologados de um total de 550 pedidos analisados e concluídos,

envolvendo 3.510 precatórios, dando baixa a 7.295 débitos. O resultado é fruto do trabalho conjunto da PGE, SEFAZ (Tesouro e Receita Estadual) e do Tribunal de Justiça – TJ, possibilitando a entrega do Plano de Pagamento dos Precatórios do Rio Grande do Sul para 2021 pelo Governo do Estado ao TJ. Mesmo com a atual situação econômico-orçamentária agravada pela pandemia da COVID-19, acarretando significativos impactos na arrecadação tributária, o Estado está trabalhando na adoção de diferentes medidas, como redesenho de fluxos e parceria entre as instituições envolvidas, para garantir maior resolutividade na equalização desse passivo, o qual soma R\$ 16,4 bi.

Na área fiscal, até setembro de 2020, destaca-se a arrecadação de mais de R\$ 327,5 mi, sendo R\$ 253,8 mi em dinheiro e R\$ 73,7 mi via compensação com precatórios. Apenas no âmbito do Compensa/RS, houve a baixa de mais de R\$ 152,05 mi de dívidas ativas, tanto judicializadas como em cobrança administrativa. Ademais, foram celebrados acordos extraordinários com o intuito de buscar a manutenção das atividades de contribuintes que passavam por dificuldades, agravadas pelo momento atual. Nesse sentido, foram negociados montantes superiores a R\$ 100 mi. Em 2020, o trabalho conjunto das equipes da PGE e da SEFAZ resultou na recuperação de diversos créditos devidos ao Estado. Foram realizadas várias ações com foco na cobrança de dívidas tributárias nos âmbitos administrativo e judicial, sendo o melhor resultado da cobrança administrativa e judicial dos últimos 10 anos, proporcionando um importante reforço ao caixa do Estado. As ações conjuntas envolveram cobrança de devedores, combate à sonegação e queda no estoque de precatórios pendentes de pagamento, e os valores auxiliaram no pagamento de despesas diversas e na manutenção de serviços públicos. O Procurador-Geral do Estado formalizou, por meio da Resolução nº. 168/2020, a criação do Núcleo de Inteligência e Estratégia de Recuperação de Ativos e de Combate às Fraudes Fiscais da Procuradoria-Geral do Estado. O órgão, vinculado diretamente ao Gabinete da PGE, tem o objetivo de planejar e executar estratégias para cobrança judicial da Dívida Ativa do Estado, aumentando a eficiência e a efetividade na recuperação de ativos e no combate à fraude fiscal. A atuação do núcleo, formado por um Conselho Consultivo, um Conselho Diretor e uma Unidade Executiva, é embasada na utilização de ferramentas tecnológicas de investigação e de instrumentos processuais que assegurem a satisfação das obrigações fiscais.

Sobre as ações relacionadas ao RS Parcerias - abordado em capítulo específico desta Mensagem -, o qual visa fomentar o desenvolvimento do Estado através da busca por investimentos privados para a melhoria dos serviços públicos, o Governador assinou contrato com o BNDES para estruturação do projeto de concessão de mais de mil quilômetros de rodovias à iniciativa privada. O ajuste foi formalizado em janeiro, em ato que contou com a participação do Procurador-Geral do Estado e do Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos. A PGE participou ativamente de todas as tratativas, em especial da negociação e da elaboração do contrato, buscando garantir a segurança jurídica do processo. Com relação à COVID-19, desde o decreto de calamidade pública, publicado em março, a PGE atuou na estruturação e na manutenção dos regramentos que buscam diminuir os impactos da pandemia e garantir a segurança sanitária aos gaúchos. Como mais uma medida de enfrentamento à COVID-19, a PGE viabilizou juridicamente a compra de leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI em hospitais privados para o tratamento de pacientes infectados pelo novo coronavírus. A construção jurídica possibilitou que o Estado disponibilizasse, em maior número e com a agilidade que o momento impôs, o atendimento e a realização dos procedimentos necessários a pacientes que demandem cuidados intensivos.

Em relação às ações para Modernização Fiscal – Profisco, a PGE celebrou a assinatura da contratação de operação de crédito para o desenvolvimento do Projeto Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul (Profisco II – RS). O projeto, já referido anteriormente, é uma parceria da SEFAZ com a PGE que objetiva avançar em projetos que ajudem na recuperação do equilíbrio fiscal do Estado por meio da melhoria da gestão do gasto público e da modernização da administração tributária.

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E INTERNACIONAIS – SERFI

Entre as ações da SERFI, destacam-se o apoio na obtenção de recursos federais para o Estado do RS, bem como articulações no Congresso Nacional para a aprovação da lei de cumprimento do acordo para compensação das perdas dos entes federados com a Lei Kandir, cuja aprovação permitiu que os estados

recebessem, ainda em 2020, a primeira parcela da restituição. Merece destaque também a articulação da SERFI para a aprovação pelo Senado, junto ao Banco Interamericano – BID, de contratação de operação de crédito externo, no valor de até US\$ 60 mi, para o financiamento parcial do Profisco II – RS. Em 2020, a SERFI atendeu demandas de 26 municípios gaúchos e regiões. Além disso, para obter sinergia entre políticas públicas federais e estaduais, foi realizada articulação da SERFI com a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão para o encaminhamento das principais prioridades do Estado do RS no Orçamento Geral da União de 2021. Para liberação de recursos para obras e equipamentos para municípios gaúchos, foi realizada articulação junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

A despeito do impacto gerado pela pandemia do novo Coronavírus, a SERFI apresentou resultados significativos nas suas áreas de competência, atuando nas relações de interesse do Governo estadual, dos municípios e entidades públicas e privadas. Esses resultados decorreram, em grande parte, da transversalidade de suas ações, nas áreas federativa e internacional. A Secretaria empreendeu ações junto ao Ministério da Saúde e Bancada Federal Gaúcha, com participação direta da SES, para atender demandas emergenciais de municípios, como recursos, equipamentos, medicamentos e liberação de equipamentos para leitos UTIs COVID-19. Também se promoveram ações junto à Bancada Gaúcha, no Congresso Nacional, com parceria da SES, para o direcionamento de recursos de emendas de bancada para a área da saúde do Estado. O auxílio de cerca de R\$ 174 mi da bancada federal gaúcha foi destinado para o financiamento de ações, na área da saúde, para o enfrentamento à COVID-19. A SERFI também realizou atuação junto a autoridades sanitárias e diplomáticas do Brasil e do Uruguai para a concretização do primeiro acordo bilateral feito pelo Brasil para o combate à COVID-19 e do acordo de relacionamento de fronteira.

Na área de relações internacionais, a SERFI fez interlocução com as diversas embaixadas em Brasília para apresentar os potenciais econômicos do Estado e de empresas gaúchas com o intuito de: buscar novos mercados para seus exportadores; realizar parceria com o grupo norte-americano, visando à internacionalização das empresas gaúchas, e obter apoio, junto ao Ministério das Relações Exteriores, para repatriar gaúchos que se encontravam no exterior (Argentina, Chile, Austrália, Nepal, México e República Dominicana) devido aos lockdowns e fechamento de fronteiras. Além disso, foram realizadas gestões junto ao Ministério das Relações Exteriores para liberação do trânsito na fronteira gaúcha (Uruguiana-Paso de Los Libres), visando repatriar turistas argentinos em férias no Brasil, os quais foram impedidos de retornar ao país.

EIXO SOCIEDADE COM QUALIDADE DE VIDA

Nesta seção, destacam-se as principais secretarias, incluindo o Gabinete do Vice-Governador – GVG, que empreenderam esforços em 2020 para promover o espírito de cidadania e a inclusão social através do aumento à segurança e do combate ao crime; do aprendizado para a nova economia; da promoção da sustentabilidade ambiental e da prestação de assistência à saúde, fortalecendo a promoção e prevenção.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA – SSP

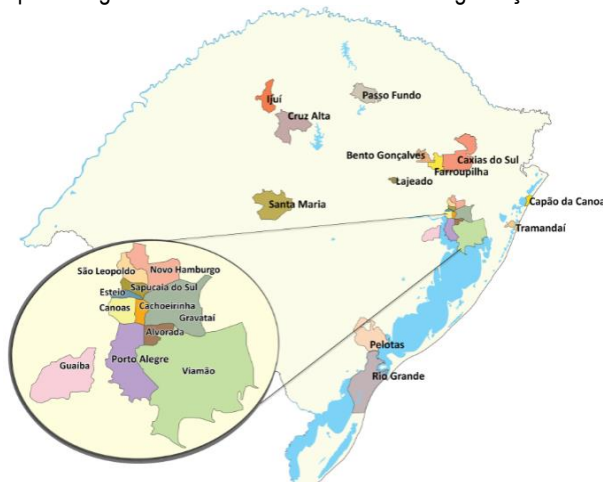
Órgão Vinculado: DETRAN

Mesmo com os desafios impostos pela pandemia da COVID-19, os serviços essenciais de segurança pública foram mantidos, garantindo a ordem pública, a segurança das pessoas e do patrimônio, com a permanente qualificação do combate à criminalidade. Dentro do compromisso de manter a tranquilidade pública e devolver ao cidadão a sensação de segurança, a SSP, com base em critérios técnicos, ampliou de 18 para 23 o número de municípios integrantes da Gestão Estatística em Segurança Pública – GESeg (Figura 39) no âmbito do Programa Estruturante RS Seguro, representando 49% da população do Estado e 72% das mortes violentas (período 2010/2019).

A metodologia empregada no programa tem se configurado em uma importante ferramenta de combate ao crime, focando na territorialidade e ampliando a integração e os esforços dos operadores da segurança pública, penitenciária e do sistema de justiça criminal através do acompanhamento sistemático e conjunto da evolução mensal dos principais indicadores criminais, baseando-se em evidências estatísticas e

conhecimento local. Ainda com o objetivo de aumentar a integração dos órgãos de segurança para qualificação da atuação policial, foi concluída a estruturação das Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP em 16 municípios do GEseg, com a compatibilização das áreas de atuação da Brigada Militar – BM e Polícia Civil – PC.

Figura 39 - Municípios integrantes da Gestão Estatística em Segurança Pública – GEseg.



Dentre as ações integradas realizadas no âmbito do Programa RS Seguro, destaca-se a segunda edição da Operação Império da Lei, a qual transferiu 18 líderes de facções do RS para estabelecimentos prisionais federais fora do Estado. A edição contou com a participação de mais de 1,3 mil agentes e o emprego de 306 viaturas, sete aeronaves (seis helicópteros e um avião), quatro embarcações e de 15 instituições das esferas estadual e federal. Os esforços empreendidos pela SSP, em 2020, refletem-se na redução dos indicadores de criminalidade, como pode ser visto na Tabela 34, a qual demonstra a evolução dos 3 indicadores gerais monitorados no âmbito do GEseg.

Tabela 34 - Indicadores de criminalidade monitorados no âmbito do GEseg

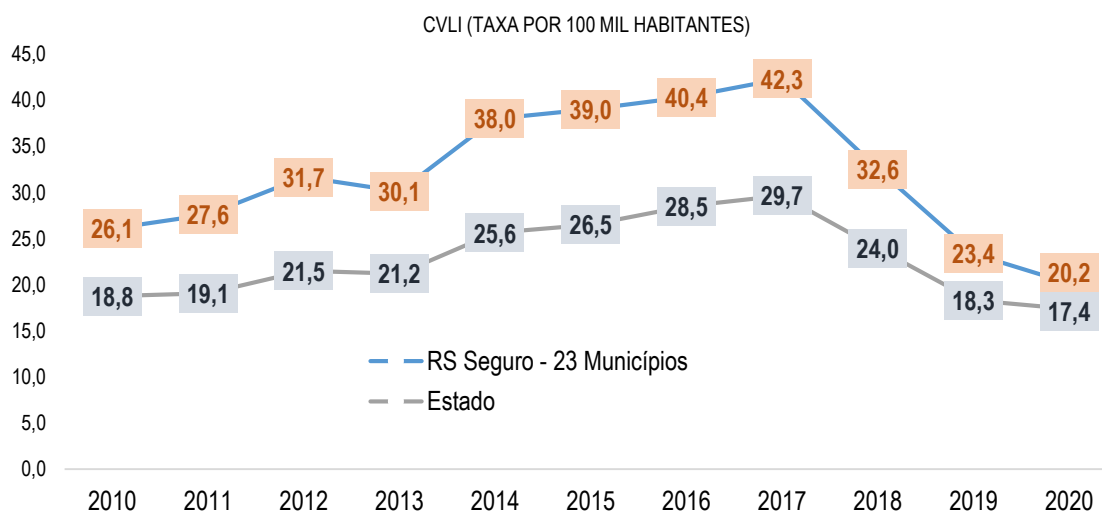
	CVLI - Crime Violento Letal Intencional (Vítimas)				Roubo de Veículo (Ocorrências)				Roubo a Pedestre (Ocorrências)			
	2019	2020	Dif		2019	2020	Dif		2019	2020	Dif	
Estado	2.084	1.977	-107	-5%	11.126	7.873	-3.253	-29%	48.522	33.846	-14.676	-30%
RS Seguro (*)	1.302	1.123	-179	-14%	10.025	7.060	-2.965	-30%	44.536	30.808	-13.728	-31%

Conforme demonstrado na Figura 40, destaca-se a redução significativa do número de vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLIs. O RS passou de uma taxa de 29,7 mortes por 100 mil habitantes, em 2017, para 17,4 em 2020. Salienta-se a redução mais intensa nos 23 municípios que compõem o Programa RS Seguro, passando de 42,3 mortes por 100 mil habitantes para 20,2 no mesmo período.

Em 2020, destaca-se também a ampliação e articulação de políticas públicas voltadas para a Prevenção da Violência Contra a Mulher, sendo instituído o Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (Decreto Estadual nº 55.430), o qual conta com a participação dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), diversas Instituições Públicas e representação da sociedade, tendo como finalidade o acompanhamento, prevenção e combate à violência contra a mulher. Nesse contexto, ao longo de todo o ano, foi ampliado o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica. Em março, a PC e o IGP lançaram o Projeto de Atendimento Psicossocial On-line, o qual encaminha as vítimas de violência doméstica que registram queixa à PC ao Setor Psicossocial do Departamento Médico-Legal do IGP. A proposta vem sendo implementada na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher – DEAM da Capital e será

estendida para seis DEAMs da Região Metropolitana de Porto Alegre (Alvorada, Canoas, Gravataí, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Viamão). Em adição, a BM aumentou a abrangência das Patrulhas Maria da Penha, incrementando em 82% o número de municípios atendidos no RS. Ao final de março de 2020, mais 38 municípios foram contemplados com o atendimento das Patrulhas. Além disso, novas Salas das Margaridas foram implantadas em sete Delegacias de Polícia do interior do Estado: Cruz Alta, Uruguaiana, Santa Rosa, Cachoeira do Sul, Lajeado, Farroupilha e Bagé. Tratam-se de espaços preparados para acolher e encorajar mulheres no processo de rompimento do ciclo da violência.

Figura 40 - Evolução das mortes por Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLIs na última década.



Na busca do atendimento qualificado aos grupos vulneráveis, em dezembro foi inaugurada, na Capital, a Delegacia de Polícia de Combate à Intolerância – DPCI, órgão vinculado ao Departamento Estadual de Proteção aos Grupos Vulneráveis – DPGV. A DPCI será responsável pela investigação de casos como os de racismo, homofobia e injúria qualificada que, até então, ficavam sob apuração de várias delegacias não especializadas.

Através do Programa Evolução Sustentável, a SSP manteve a intensificação da fiscalização ambiental realizada pelos órgãos de segurança pública, a fim de evitar a degradação ambiental e de responsabilizar os infratores. Foram remetidos 2.604 procedimentos policiais relativos a crimes ambientais, e foram atendidas 422 solicitações de diferentes perícias ambientais, atingindo 92% da meta estabelecida para o ano. Foram beneficiadas 4.825 pessoas por atividades de educação ambiental, e efetuadas 2.732 prisões em 678 operações realizadas e/ou apoiadas pelo Comando Ambiental da Brigada Militar.

Para garantir e manter a atuação qualificada dos órgãos de segurança pública, ainda em 2019, foi aprovado o Cronograma de Reposição do Efetivo da BM, do Corpo de Bombeiros Militar – CBM, da PC, da Superintendência dos Serviços Penitenciários – SUSEPE e do Instituto-Geral de Perícias – IGP. Em 2020, esse plano resultou na inclusão de 1.344 servidores, sendo 879 Soldados (BM), 84 soldados (CBM), 21 Peritos Criminais (IGP), 20 Peritos Médicos-Legistas (IGP), 8 Técnicos em Perícias (IGP), 55 Delegados de Polícia (PC) e 257 Agentes de Polícia (Escrivães e Inspetores na PC). Também se buscou investir no atendimento de saúde dos profissionais da segurança pública através da aquisição de sistema de cirurgia roboticamente assistida para uso no Hospital da BM, em Porto Alegre, com recursos de R\$ 8,4 mi do Estado e com repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP. Além de representar um avanço no sistema de saúde da BM, o sistema também beneficiará os segurados do IPERGS, trazendo mais segurança e eficácia em procedimentos sensíveis e cirurgias de alta complexidade, tais como cirurgias bariátricas, laparoscopias e prostatectomias, de forma minimamente invasiva.

Em 2020, o incremento dos investimentos na segurança pública avançou através da concretização do Programa de Incentivo à Segurança Pública – PISEG, com o ingresso de R\$ 18,4 mi oriundos da iniciativa privada, dos quais R\$ 5 mi já foram utilizados para a compra de 18 veículos (2 ônibus, 10 camionetas e 6

SUVs), de 31 armas e de 6 rádios HT. Destacam-se, ainda, os demais investimentos realizados na aquisição de veículos, materiais e equipamentos:

– Veículos: adquiridos 291, sendo 194 para BM, 73 para PC e 24 para CBM, totalizando um investimento de R\$ 39 mi com recursos do PISEG, convênios com a União, convênio com a FRAPORT e recursos do Estado/Fundo Especial da Segurança Pública – FESP. Desses, 28 já foram entregues. Também foram adquiridos 3.381 coletes balísticos, sendo 2.637 para a BM, 714 para a PC e 30 para o CBM, totalizando um investimento de R\$ 3 mi com recursos oriundos do Estado/FESP, de Emendas Parlamentares federais, de doações e do Convênio do CBM com a FRAPORT. Desses, 2.637 já foram entregues.

– Armas: adquiridas 2.315, totalizando R\$ 11 milhões, com recursos do PISEG, de Emendas Parlamentares federais e outros convênios com a União, de doações, e também com recursos do próprio Estado (FESP). Dessas, 117 já foram entregues.

– Motos aquáticas: adquiridas 10 unidades para o CBM, para uso especialmente durante o Veraneio nas praias gaúchas, no montante de R\$ 753,2 mil com recursos do Convênio com a FRAPORT.

– Equipamentos de proteção respiratória: adquiridos 150 unidades para o CBM, no montante de R\$ 900 mil, com recursos do Estado e do convênio com a FRAPORT. Os bens já foram todos entregues.

No campo do trânsito, o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS obteve reconhecimento em nível nacional após divulgação em abril de pesquisa realizada pelo Observatório Nacional de Segurança Viária em parceria com a Universidade Federal do Paraná – UFPR, a qual apresentou o DETRAN/RS como a melhor média de transparência das informações entre os departamentos estaduais de trânsito do País. Ao lado do DETRAN do Paraná, a Autarquia obteve 7,7 nos quesitos analisados. Ainda na qualificação da prestação dos serviços diretos ao cidadão, foram destinados R\$ 3,4 mi para o Desenvolvimento do Sistema de licenciamento de edificações no Corpo de Bombeiros Militar – SOL-CBM. A PROCERGS desenvolverá o sistema de encaminhamento e aprovação dos PPCIs, visando à agilização e à desburocratização dos processos de licenciamento de edificações.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAPEN

Órgão Vinculado: SUSEPE

O ano de 2020, mesmo atípico, por causa da pandemia da COVID-19, não impediu que diversos projetos seguissem a ser implementados pela Seapen, tendo em vista a adequação e modernização do sistema prisional. Em relação à Geração de vagas qualificadas no sistema, com a redução da superlotação através da construção de novos presídios, da recuperação e da ampliação das estruturas existentes, além da ampliação de vagas com o uso da monitoração eletrônica, foram abertas ao todo 872 vagas (600 na Penitenciária Estadual de Sapucaia do Sul; 120 no Instituto Penal Irmão Miguel Dario; 24 no Presídio Estadual de Lagoa Vermelha; 108 no Instituto Penal de Charqueadas; e 20 na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC Pelotas). Em outubro, houve a entrega oficial do Centro de Triagem de Saúde do Anexo do Presídio Estadual de Lajeado – PEL. Além disso, a Penitenciária Estadual de Sapucaia do Sul (600 vagas) foi inaugurada e utilizada como Centro de Triagem para os novos presos do sistema, vinculada à área de competência da Vara de Execuções Criminais – VEC de Novo Hamburgo e Litoral Norte.

Com o aumento da implantação de audiências por videoconferência nas casas prisionais e a identificação biométrica, proposta da nova legislação, estimulando o uso da monitoração eletrônica nas progressões de regimes, várias ações foram feitas em relação à qualificação e inovação tecnológica do sistema prisional. Houve a implantação da biometria em 91 estabelecimentos penais, aguardando-se a entrega de 10 computadores para a conclusão da instalação nos demais estabelecimentos; a disponibilização de 4.884 tornozeleiras (de um total de 10.159) e a implantação das salas de videoaudiência em 98 estabelecimentos penitenciários. Sobre as ações realizadas para tratamento e assistência ao apenado, no sentido de prover os meios necessários para manutenção e funcionamento do sistema prisional, houve a manutenção periódica dos estabelecimentos penais do RS e a assistência da população carcerária (aproximadamente 41.496 pessoas presas até início de dezembro). Com relação à Implantação de Centrais de Alternativas Penais, em parceria

com o Poder Judiciário e com o Ministério Público, buscando novas formas de cumprimento de penas para diminuir as taxas de reincidência e para reverter a política de encarceramento, em fevereiro, teve início o funcionamento da Central Integrada de Alternativas Penais da Comarca de Porto Alegre, que se soma às já existentes, criadas em 2019 em Caxias do Sul, Pelotas e Novo Hamburgo.

Em relação às ações para Promoção do caráter educativo da pena, a qual visa à ampliação da oferta de estudo, capacitação profissional e vagas de trabalho prisional e prestação de assistência social, jurídica e psicológica ao preso, no intuito de sua ressocialização, 10.183 pessoas presas desenvolviam atividades laborais no mês de outubro, em uma média de cerca de 10 mil pessoas durante o ano (com atividade remunerada, ou não). No quesito educação, em parceria com a SEDUC, no mês de outubro, 1.729 pessoas presas desenvolviam atividades escolares, inclusive em cursos profissionalizantes. Através das ações para a Inclusão social e reintegração do egresso do Sistema Prisional, as quais visam à promoção do acompanhamento social do egresso e sua reintegração com objetivo de enfrentamento à vulnerabilidade social e redução da reincidência, houve 742 atendimentos presenciais de janeiro a abril. Devido à pandemia, os atendimentos presenciais foram suspensos, mantendo-se apenas os telefônicos, em uma média de oito egressos/dia no último quadrimestre. Os atendimentos via Conselho Penitenciário tiveram uma diminuição significativa, tendo em vista o não atendimento presencial no Fórum Central, somado à suspensão da emissão das carteiras de Livramento Condicional, por parte do Juízo da VEC/POA.

No tocante ao Combate à COVID-19, em março, foi editada uma Nota Técnica – NT contendo recomendações voltadas à garantia da integridade física dos indivíduos em privação de liberdade, de suas famílias, bem como dos servidores responsáveis pela custódia e escolta dos apenados. Entre as principais medidas contidas na NT estão a suspensão de visitas nas casas prisionais e o uso obrigatório de máscaras de proteção. As NTs foram sendo editadas a partir da evolução da pandemia. Após sete meses, em outubro, em coordenação com a SES, foi apresentado o Plano de Retomada Gradual e Controlada das Visitas no Sistema Prisional, elaborado em consonância com o modelo de Distanciamento Controlado formulado pelo Governo do Estado, trazendo diretrizes e protocolos que evoluem de acordo com o sistema de bandeiras.

Por fim, a gestão/reorganização orçamentária e as ações emergenciais para o enfrentamento da COVID-19 exigiram a pronta aquisição de equipamentos e insumos, planejando-se para que chegassem da forma necessária (no tempo certo e na quantidade ideal) para manter as medidas sanitárias determinadas. A estruturação de fábricas para produção de máscaras é um exemplo dessa organização, ato que, além de colaborar com a redução de custos e autossustentabilidade do sistema, permitiu doações para parceiros e outros órgãos estaduais. A produção ultrapassou as 500 mil unidades confeccionadas por pessoas presas.

SECRETARIA DA SAÚDE – SES

Dentre as principais realizações, destacam-se o Programa Temático Saúde Cidadã, o qual tem como objetivo promover a prevenção e melhorar a assistência à saúde da população, baseando-se na integralidade do cuidado, com atenção à qualidade, à resolutividade e à otimização da aplicação dos recursos públicos. Em 2020, a Secretaria uniu esforços buscando enfrentar o desafio da pandemia da COVID-19 no Estado. Nesse contexto, as principais ações foram voltadas ao processo de qualificação estrutural dos hospitais gaúchos para o atendimento a pacientes acometidos pela doença, através da ampliação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva – UTI e da aquisição de respiradores. Também recebem destaque a aquisição de equipamentos de proteção individual – EPIs e a viabilização de testes para COVID-19 no Laboratório Central de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul – LACEN.

No que diz respeito ao total de leitos de UTI Adulto pelo Sistema Único de Saúde – SUS, contemplados na iniciativa Regionalização e Organização das Redes da Ação Programática Melhoria do acesso aos serviços de saúde, houve ampliação superior a 100% desde o início da pandemia. Em março, a rede hospitalar gaúcha contava com 933 leitos de UTI Adulto SUS e, no mês de outubro, havia um total de 1.882 leitos. Dentre os hospitais com vagas ampliadas ou criadas, destacam-se os localizados em Santa Maria, Guaíba e Taquara. No Hospital Regional de Santa Maria, em abril de 2020, foram entregues 10 novos leitos de UTI COVID-19 e 30 leitos de internação clínica. O Hospital Berço Farroupilha, de Guaíba, foi aberto com 10 novos leitos de UTI e uma ala com 30 leitos clínicos, todos destinados ao atendimento de pacientes COVID-19. Esse hospital, que

até então funcionava apenas como Pronto Atendimento, é 100% SUS e oferece serviços de baixa e média complexidades. Também foi reaberto, em abril, o Hospital Nosso Senhor Bom Jesus de Taquara, agora administrado pela Associação Hospitalar Vila Nova, priorizando o funcionamento imediato de 10 leitos de UTI e 20 leitos de internação clínica. Além da ampliação do número de leitos de UTI, também foi grande o investimento na aquisição de respiradores. Por meio de pregão eletrônico, o Governo do Estado comprou 230 conjuntos de respiradores e monitores para equipar leitos de UTI Adulto para atendimento de pacientes COVID-19 pelo SUS. A compra foi concretizada no valor de R\$ 17,06 milhões, inferior ao valor de referência que constava no edital, gerando uma economia de R\$ 5 milhões ao Tesouro do Estado. Essa foi a maior aquisição desse tipo de equipamento feita pelo Estado, que historicamente locava os aparelhos. Paralelamente, o Estado obteve, junto ao Ministério da Saúde, 635 novos respiradores, que foram distribuídos aos hospitais gaúchos, garantindo atendimento a todos os pacientes SUS.

O LACEN foi o primeiro Laboratório da Rede Nacional a ter o diagnóstico da COVID-19 descentralizado fora do Laboratório de Referência Nacional – FIOCRUZ/RJ, acelerando os resultados dos exames. A escolha foi feita pelo Ministério da Saúde em março, devido à condição técnica diferenciada que o LACEN apresenta. Antes disso, os casos suspeitos eram encaminhados para exames na FIOCRUZ e demoravam em torno de 10 dias. A SES reforçou as condições de trabalho no Laboratório, e os exames passaram a ser feitos em até 48 horas, inclusive em feriados e finais de semana. Até o início de novembro, o laboratório havia realizado 74,6 mil exames do tipo RT-PCR. A SES adquiriu dois equipamentos de extração de RNA/DNA automatizados para o incremento do número de análises diárias, em um investimento de R\$ 630 mil pelo Governo do Estado. A aquisição permitiu o aumento da capacidade diária de 400 para 800 amostras analisadas pelo método de biologia molecular RT-PCR. O LACEN recebeu, ainda, um aporte do terceiro equipamento de extração de RNA/DNA automatizado disponibilizado em regime de comodato pelo Ministério da Saúde.

Desde o início da pandemia, também foram distribuídos pela SES mais de 21 milhões de EPIs no Estado, incluindo equipamentos adquiridos pela Secretaria, doações do Ministério da Saúde, de instituições parceiras e da sociedade. Uma parte significativa foi entregue a hospitais e serviços próprios do governo, principalmente na área da saúde. A SES recebeu, ainda em 2020, o 1º lugar no ranking nacional de transparência sobre a COVID-19 da Open Knowledge Brasil, entidade que avalia as informações prestadas por todos os Estados, capitais e Governo Federal. Desde janeiro, a Secretaria da Saúde conta com sua primeira página específica sobre o novo coronavírus, a qual evoluiu e virou um hotsite contendo diversas informações, além de mapas, gráficos e dados sobre a legislação vigente.

Ao longo de 2020, a SES também deu continuidade aos demais esforços visando à Melhoria do acesso aos serviços de saúde, investindo, além da ampliação do número de leitos e serviços de saúde ofertados à população gaúcha, no Aprimoramento da Assistência Farmacêutica, na Modernização da Gestão e da Assistência em Saúde e no Fortalecimento da Prevenção e Promoção em Saúde através da qualificação das ações de imunização, destacando-se a cobertura vacinal da campanha contra influenza, que foi ampliada para 94%. No que diz respeito ao Aprimoramento da Assistência Farmacêutica, com a implantação do projeto Farmácia Digital, a SES vem facilitando o acesso de usuários do SUS a medicamentos nas Farmácias do Estado. Entre as principais ações estão: solicitação digital de medicamentos, prazos de validade de receitas médicas estendidos, dispensação para mais de um mês, flexibilização da retirada por terceiros, renovação automática da continuidade de tratamento, agendamento de entrega de documentos, receitas e formulários com assinatura digital e Telecuidado Farmacêutico.

Em relação à Modernização da Gestão e da Assistência em Saúde, a Central Estadual de Regulação de Saúde Mental está implantada em sua totalidade. Até novembro já haviam sido reguladas 9.128 solicitações de internações de leitos de saúde mental, abrangendo um total de 46 hospitais regulados pelo Sistema de Gestão de Internações – GERINT. Também foi priorizada a ampliação do Atendimento pré-hospitalar de urgência, sendo que, atualmente, a cobertura populacional de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência do SAMU 192 no RS é de 94%. Da mesma forma, foi pactuada a implementação do Projeto Chamar 192, no qual, por adesão dos municípios, a SES providenciará a abertura do link 192, e o atendimento pré-hospitalar móvel de urgência será realizado por equipes associadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, disponibilizadas pelo gestor municipal, reguladas pela Central Estadual de Regulação das Urgências.

O Projeto tem como meta atingir a cobertura populacional de 8,6% da população gaúcha em 220 municípios, sendo que, até novembro, houve a adesão de 50 municípios. Outro destaque é a Informatização das Centrais Hospitalares e Ambulatoriais. Em 2020, foi implantada a fase 2 do GERINT em 65 hospitais com leitos de UTI, e até novembro um total de 26.874 internações em leitos de UTI foram reguladas.

Em relação às iniciativas visando à Promoção da Qualidade de Vida, ressaltam-se a Promoção da Primeira Infância Melhor – PIM e a Promoção do envelhecimento saudável. Um total de 235 municípios possuem o Programa Primeira Infância Melhor implantado, sendo que um total de 24.480 famílias foram atendidas em 2020. Em função da pandemia, houve uma redução significativa na captação de famílias e a necessidade de adaptação por parte das equipes no que se refere às condições do isolamento social. No que diz respeito à Promoção do envelhecimento saudável, a Política Estadual de Saúde Integral do Idoso foi aprovada no Conselho Estadual de Saúde – CES em dezembro de 2020 e aguarda adaptação do documento e publicação para início da implantação em 2021. Foi realizado um Curso para Cuidador de Idoso, sendo que, nessa 1ª Edição, houve aulas teóricas EAD entre outubro e dezembro de 2020, e as aulas práticas presenciais estão previstas para janeiro de 2021.

No tocante à morbimortalidade por causas externas e doenças infectocontagiosas, destaca-se a preocupação com a redução dessas doenças. Em fevereiro, a SES e a UNESCO no Brasil lançaram um projeto para a prevenção das infecções sexualmente transmissíveis – ISTs e Aids em jovens. Previsto para ser executado durante quatro anos em 21 municípios, o projeto está integrado ao programa do Governo do Estado RS Seguro. Dentre as ações, estão a produção de materiais informativos, intervenções interativas e teatros-fóruns. Outra parceria importante buscando reduzir as taxas de mortalidade por infecção por HIV na Região Metropolitana foi firmada entre a Secretaria da Saúde, a Aids Healthcare Foundation – AHF no Brasil e a UNISINOS, a qual prevê a implantação de quatro Ambulatórios de Retenção e Vinculação de pacientes que vivem com o vírus. Três dos novos serviços funcionarão em Porto Alegre e um em Viamão, tendo como objetivo tratar precocemente as pessoas que recebem o diagnóstico de HIV positivo, além de garantir o vínculo do paciente com o serviço e manter as taxas da carga viral indetectáveis.

Por fim, em relação à quitação de dívidas da área da saúde, foi aprovada, no final de janeiro de 2020, a Lei nº 15.448/2020, que trata do programa Dação em Pagamento de Bens Imóveis Pertencentes ao Estado para Quitação de Débitos com os Municípios. O programa prevê quitar a parte da dívida que não havia sido empenhada nas gestões anteriores, no valor total de R\$ 478 mi. Também em 2020, o Governo quitou dívida histórica com os municípios, sendo que, no mês de setembro, foi paga a última parcela no valor de R\$13,5 mi. O valor total de R\$ 216 mi datava de 2014 a 2018 e era referente ao custeio mensal de programas municipais na área da saúde, como Estratégia da Saúde da Família – ESF, Política Estadual de Incentivo para Qualificação da Atenção Básica – PIES, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, entre outros. Desse montante, R\$ 54 mi eram devidos a hospitais municipais e de pequeno porte. O acordo para pagamento havia sido realizado em maio de 2019. Além da quitação de dívidas, salienta-se que os repasses estaduais na área da saúde, referentes à atual gestão, estão sendo realizados com regularidade todos os meses desde o início de 2019. São destinados mensalmente cerca de R\$ 43 mi para programas municipais da área da saúde, totalizando R\$ 450 milhões no ano de 2020, evidenciando o compromisso da gestão em manter os pagamentos em dia.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC

Órgão Vinculado: FELTSLVC

Em 2020, a Rede Estadual de Ensino do RS alcançou o primeiro lugar no ranking do ENEM. No comparativo com as redes estaduais, das 27 unidades federativas, os alunos gaúchos obtiveram, em 2019, o melhor nível de proficiência em Redação e Prova Objetiva. As notas foram de 569,88 e 491,7, respectivamente. No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, o Estado subiu sete posições no Ensino Médio e alcançou a sua melhor nota na série histórica. Apresentando crescimento do nível de aprendizagem em todas as etapas de ensino na comparação com a amostragem de 2017. Saindo da 15ª para 8ª colocação no ranking entre as unidades federativas do País, a nota, que era de 3,4, subiu para 4,0, registrando o maior resultado já alcançado pelo Estado. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no mesmo período, a nota aumentou de 5,7 para 5,8, subindo da 14ª para 11ª colocação. Já nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a nota subiu de 4,3

para 4,4, com a manutenção do 16º posto. Sendo que, no índice de proficiência, formado pela média das notas das provas de Língua Portuguesa e Matemática, a Rede Estadual alcançou a 3ª maior nota do País nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Essas importantes conquistas são reflexos das ações no âmbito do Programa Educa+ RS. Com a iniciativa de Atualização da matriz curricular no Ensino Médio Integrado e Educação Profissional voltada para nova economia, realizou-se a formação dos profissionais que atuam na educação profissional, a qual ocorreu, quase que em sua totalidade, por meio de ferramentas tecnológicas com cursos de formação on-line. Assim, 25% dos profissionais da educação que atuam na educação profissional foram qualificados. Também, através da Implantação do Novo Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Fundamental e Médio com base na BNCC, 468 escolas estaduais implementaram o Programa Jovem RS Conectado no Futuro, potencializando a aprendizagem para o pensar e fazer científico (criativo e colaborativo), o empreendedorismo e a cidadania. Contribuiu, também, a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos a partir do Novo Referencial Curricular Gaúcho. Tanto no Ensino Médio como no Fundamental, os currículos estão sendo analisados e elaborados a partir de matrizes e contribuições de todos os professores da rede. Destaca-se a iniciativa de Implementação de propostas pedagógicas pautadas no empreendedorismo, inovação e criatividade nos ambientes escolares, através da realização de Parcerias Público-Privadas mantidas com nove Instituições (SEBRAE, REGINP, FULBRA, IFRS, IMED, SICT RS, ELEFANTE LETRADO, ÁRVORE DE LIVROS, MANGAHIGH e GOOGLE), por meio do Centro de Gestão e Inovação – CEGIN. Tais parcerias objetivam fornecer capacitações, objetos educacionais de aprendizagem e ferramentas digitais para que gestores, professores e estudantes possam ser inseridos nas temáticas de criatividade, inovação e empreendedorismo, a fim de protagonizarem a mudança na educação. Por fim, corroborando, tem-se a Atualização de cursos ofertados na Educação Profissional a partir dos Arranjos Produtivos Locais, destacando-se a oferta de 362 Cursos ofertados na Educação Profissional. Conforme Censo Escolar de 2019, do INEP/MEC, totalizaram-se 32.354 alunos matriculados em cursos ofertados, sendo 11.639 matriculados no Ensino Médio Integrado e 20.715 na Educação Profissional.

Já nas ações de Formação Continuada na Educação, através do Aperfeiçoamento dos profissionais de educação por meio de formação continuada, atingiu-se os seguintes números: 49.085 capacitados em tecnologia da informação, 49.085 capacitados em formações com temáticas diversas, 2.471 gestores de escola qualificados, 9 seminários/encontros/conferências realizados, 1 Centro Virtual de Formações implementado e 30 Centros de mídias do RS implantado.

Na Garantia do Acesso e Permanência dos Alunos da Educação Básica, foram transportados 74.732 alunos através da iniciativa de Apoio ao Transporte Escolar, instituída pela Lei Nº 12.882/2008. Recursos financeiros foram transferidos diretamente aos Municípios, que realizam o transporte escolar de alunos da educação básica da rede pública estadual, residentes no meio rural, perfazendo um total de R\$ 73.874.652 liquidados em 2020. Além disso, foram beneficiados, em caráter suplementar, 834.384 alunos pelo Programa de Alimentação Escolar, perfazendo um total liquidado de R\$ 95.850.160. Através da iniciativa de Implantação de ações educacionais, sociais e culturais por meio de parcerias com instituições governamentais e não governamentais, foram implantadas 149 Instituições com projeto em parceria com entidade civil sem fim lucrativo. Dessas, 139 são Instituições (Escolas Especiais – APAE), atendendo aproximadamente 4.900 vagas; 6 são Convênios com escolas (Instituições Familiares Agrícolas), atendendo aproximadamente 400 alunos da Pedagogia da Alternância; e 4 são Instituições para compra de vagas de Ensino Médio, atendendo aproximadamente 260 alunos bolsistas com insuficiência de recursos financeiros ou onde há falta de vagas na Rede Pública Estadual. Além disso, em 2020, 623 escolas foram implantadas com organização da rede (municipalização, cessão de uso, termo de cooperação), 37.011 turmas da escola da rede pública estadual foram otimizadas e 489 escolas com projeto/programa transversal foram implantadas.

Em relação às iniciativas de Apoio a projetos e propostas pedagógicas visando à integração entre Gestão Educacional e Comunidade Escolar, através do Programa Escola Aberta para a Cidadania, possibilitou-se a abertura de 97 Escolas à comunidade aos finais de semana, desenvolvendo oficinas planejadas de acordo com as peculiaridades e necessidades das escolas públicas estaduais, priorizando o protagonismo juvenil voltado à cultura de paz, com a participação efetiva da comunidade escolar. Neste período de pandemia, no qual as aulas presenciais estão suspensas, o Programa Escola Aberta exerceu um papel muito importante nas comunidades, auxiliando principalmente na confecção de máscaras. Outras 1.435 escolas participaram do

Programa Escola Melhor-Sociedade Melhor, que busca contribuir para a melhoria do ensino fazendo um grande mutirão de recuperação dos prédios escolares e encontrando parcerias voltadas ao desenvolvimento de práticas que refletem aspectos multiculturais para inserção de toda a comunidade na escola, tais como oficinas de dança, teatro, musicalidade, entre outras. Através do Projeto Escola em Tempo Integral, o qual busca qualificar a aprendizagem através da ampliação do atendimento educacional no Ensino Fundamental e Médio, proporcionando melhores resultados pedagógicos e nos indicadores educacionais, 127 escolas tiveram o Programa Escola em Tempo Integral implementado, atendendo-se 17.328 alunos. Além disso, 2.471 escolas realizaram atividade/projeto educativo, social, cultural e esportivo. Quanto aos Jogos Escolares, em função do contexto pandêmico, cerca de 700 alunos participaram da execução do Xadrez on-line.

No que concerne à Implementação de ações de prevenção à violência nas escolas e comunidades escolares, através do CIPAVE+, trabalha-se para reduzir os índices de violência escolar, disseminando a Cultura de Paz nas escolas, promovendo ações efetivas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência no ambiente escolar, contando com o apoio da comunidade escolar, parceiros governamentais e não-governamentais e secretarias municipais. Assim, ocorreu o evento Prevenção da Violência nas Escolas e utilização da nova Plataforma CIPAVE+ como estratégia de proteção integral da criança e do adolescente, bem como a capacitação com cursos e reuniões on-line. Além disso, 2.217 escolas tiveram Comissão Interna de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar – CIPAVE+ implementada. Cabe ainda destaque à ação para Educação de Jovens e Adultos, na qual foram atendidos 71.592 alunos.

Na busca pela Qualificação da infraestrutura física, administrativa e pedagógica das escolas, 2.471 escolas da rede pública estadual foram contempladas com equipamentos tecnológicos, atendidas com software educacional e beneficiadas pelo programa de autonomia financeira e pedagógica, além de terem implementado o sistema integrado de fluxos nos processos administrativos. Destaca-se, ainda, o aplicativo Diário de Classe On-Line, denominado Escola RS, implementado em 2.359 escolas, no qual é possível gerenciar os registros e controlar a frequência dos alunos de forma on-line, auxiliando no acompanhamento de 782.924 alunos. Para qualificar pedagogicamente e tecnologicamente a rede pública estadual, visando atender as atividades transversais e exigências da nova economia, contribuindo para a consolidação das políticas públicas voltadas para as melhorias nos resultados e índices educacionais, 79 escolas tiveram espaço maker implantado, e 50.030 equipamentos tecnológicos foram adquiridos e qualificados. Realizaram-se, ainda, reforma na estrutura física de 132 escolas, 116 passaram por atendimento emergencial, 1 foi construída, 3 foram beneficiadas com ampliação no espaço escolar, 3 obtiveram qualificação do espaço esportivo e cultural e, por fim, a Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Anhetenguá foi concluída, a qual já está sendo utilizada pela aldeia através de Termo de Ocupação. Em relação à educação profissional, destaca-se que 5 escolas foram reformadas; 2 foram ampliadas; 4 tiveram atendimento emergencial realizado; 27 foram beneficiadas com equipamentos, laboratórios, mobiliários básicos e materiais diversos, e 161 Escolas de Educação Profissional foram atendidas com programa de autonomia financeira e pedagógica.

Sobre a Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha – FETLSVC, fundação vinculada à pasta, cabem destacar as ações de Apoio ao desenvolvimento de pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento humano, como a realização da MOSTRATEC e FEICIT, além de 448 pesquisas elaboradas, 28 cursos de extensão ofertados, 575 alunos participantes em feiras de ciências realizadas, 4 seminários organizados, 28 cursos de extensão realizados, 558 alunos concluintes de cursos de extensão realizados, 980 professores participantes em seminários organizados, 3 revistas publicadas e 2 empresas incubadas. Já na Implantação de novos cursos e ampliação de vagas nos cursos de educação profissional integrado ao ensino médio e pós médio, cinco planos de cursos foram atualizados e se realizou a análise das propostas para criação de dois novos cursos técnicos na área de conservação de energia e manutenção automotiva, os quais poderão beneficiar alunos da rede municipal e estadual de ensino. Por fim, na Implantação de programa de acompanhamento pedagógico na educação profissional integrada ao ensino médio, devido à pandemia, houve atividades complementares e de reforço oferecidas à comunidade escolar utilizando-se várias ferramentas digitais que culminaram na oferta de 45 horas de atividades complementares realizadas com a participação de 1.136 alunos. Além disso, 260 horas de aulas de reforço foram ministradas, atingindo 360 alunos participantes.

As ações da STAS e da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS estão inseridas no Programa RS Cidadania, que tem como temática a inclusão social e a garantia dos direitos dos cidadãos, envolvendo o combate à pobreza e ao desemprego, a proteção social e o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer. A Secretaria monitora dois indicadores de resultado com apuração anual: o IDCRAS (Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS) Médio do Estado, dado pelo somatório do IDCRAS médio dos municípios do RS/número de municípios do RS, e o IDCREAS (Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS) Médio do Estado, dado pelo somatório dos IDCREAS médio dos municípios do RS/número de municípios do RS. Tanto o IDCRAS quanto o IDCREAS dos municípios são calculados pelo Ministério da Cidadania. Em 2020, o IDCRAS Médio do RS foi de 3,66, tendo crescido 0,05 em relação à 2019. O Ministério da Cidadania ainda não divulgou o valor do IDCREAS em 2020.

Na Ação Programática Proteção à vida e promoção do trabalho, destacam-se algumas iniciativas. Na Iniciativa Acesso universal à alimentação adequada e saudável, foi elaborada uma cartilha orientativa para doação de alimentos, conforme Lei Federal nº 14.016/2020, em parceria com as seguintes entidades: Banco de Alimentos Porto Alegre FIERGS, Conselho Regional de Nutricionistas da 2ª região – CRN2, EMATER/RS – ASCAR, CONSEA RS, Associação Gaúcha de Nutrição – AGAN, SESC MESA BRASIL, Conselho de Alimentação Escolar – CAE de Porto Alegre, Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável RS e Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – COMSEA de São Leopoldo, de Pelotas, de Caxias do Sul. Em outubro, foi realizada a 18ª Semana da Alimentação, em parceria com o CONSEA RS, EMATER, FESANS, CRN2, com o tema Segurança Alimentar e Nutricional: Estratégias e Ações integradas em tempos de Pandemia. Além disso, foram realizadas 9 oficinas de aproveitamento integral de alimentos e 11 rodas de conversa, com duração de um dia e contando com 245 participantes. Os temas das oficinas foram: aproveitamento integral dos alimentos e sustentabilidade, riscos das doenças transmitidas por alimentos – DTAs no verão, cuidados com a alimentação das crianças nas férias, alimentação saudável e sustentável no verão.

Através da Iniciativa Ações de desenvolvimento e qualificação profissional, a STAS, conjuntamente com a FGTAS, realizaram oficinas de capacitação para pequenos empreendedores e artesãos, qualificando 1.385 profissionais. Na Iniciativa Educação permanente para o aprimoramento e qualificação da rede socioassistencial, foi realizada uma capacitação para 50 participantes na região do Vale do Caí, cujo enfoque foi o preenchimento do caderno do cadastro único. A Iniciativa Qualificação no atendimento da política estadual de assistência social proporcionou 1.572 acolhimentos realizados nas Casas da Solidariedade, apoio técnico a 5.540 gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e atendimento de: 30 Beneficiários em residências inclusivas cofinanciadas, 4.800 beneficiários em Centros-dia cofinanciados e 491 municípios com repasses aos respectivos Fundos Municipais. Através da Iniciativa Articulação com o terceiro setor e empresas para desenvolvimento de projetos sociais, além dos projetos sociais apoiados, também está sendo feita a análise das prestações contas atrasadas, realizando-se o encaminhamento à PGE das que estão com prazo a prescrever. Foram apoiados, entre outros projetos, o Despertando o Tradicionalismo no Lar de Joaquina, os Espaços de Convivência Comunitária e o Vestindo Arte. Buscando garantir ações na atenção ao idoso, cuidando da capacidade do indivíduo, houve a construção da nova sede da APAE, melhorias no Lar do Idoso de Mata, benefício de cobertura externa ao Lar Recanto do Amanhecer e apoio aos projetos Florestar: Plantando o Futuro, Dança e Movimento, Mão na Roda e Mais Segurança para a Maioridade. Através da Iniciativa Acolher animal, foi elaborado o projeto de lei para modificar as competências da Secretaria, acrescentando para essa pasta a competência da proteção animal, cujo processo encontra-se em tramitação na Casa Civil.

A FGTAS monitora o indicador de resultado intitulado Percentual de aproveitamento das vagas ofertadas no SINE, cujo valor apurado em 2020 foi 17,4, tendo diminuído em relação a 2019 em função das restrições impostas pela pandemia da COVID-19. Dentre a Ação Programática Proteção à vida e promoção do trabalho, destacam-se algumas iniciativas. Por meio da Iniciativa Ações de inclusão social, foram realizados 15.886 atendimentos no Vida Centro Humanístico, sendo que, desde que as atividades presenciais foram

suspensas em razão da pandemia, foi mantido o atendimento ao público via whatsapp. O Projeto Família Imigrante, parceiro do Vida Centro Humanístico, tem atendido com a entrega de alimentos e roupas aproximadamente 260 famílias por mês. Destaca-se que, em 2020, houve a realização da I Semana Estadual do Migrante do Rio Grande do Sul através de eventos on-line, transmitidos via Youtube. Foram promovidos, no total, 13 atividades, sendo sete webinários, mostra fotográfica, sarau, festival musical, exibição de curta com diálogo com produtores, duas ações presenciais de atendimento direto a migrantes em situação de vulnerabilidade e live de encerramento. Os vídeos produzidos durante o evento e disponibilizados nesse canal possuem mais de 2.750 visualizações. A iniciativa Ações de promoção de trabalho e renda realizou: cursos de qualificação de mão de obra em Alegrete e São Borja e mutirões de entrevistas para seleção de trabalhadores em Bagé, Tramandaí e Santana de Livramento, com mais de 150 vagas disponíveis. Além disso, houve: o reforço do suporte ao atendimento do seguro-desemprego nas 131 Unidades de Atendimento, o atendimento de 675.686 via Intermediação de mão de obra e seguro-desemprego, a reinserção no mercado de trabalho de 1.525 beneficiários do seguro-desemprego e a captação de 58.890 vagas de trabalho. A Iniciativa Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho proporcionou 11 capacitações, além de 9 webinários com temáticas como: marketing digital, uso de ferramentas virtuais, parcerias estratégicas, vendas, relacionamento com clientes na era digital, o debate Artesão em rede: organização e comercialização do artesanato – arranjo produtivo local – APL, artesanato inovador, entre outros. Por fim, na Iniciativa Orientação, qualificação profissional e de empreendedorismo para trabalhadores foi construído o Programa Estratégico RS TER, o qual foi incluso no Acordo de Resultados 2021, sendo realizados treinamentos e capacitações para a execução do programa em todas as unidades FGTAS/SINE.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – SJCDH

Órgãos Vinculados: FASE, FPERGS e FADERS

Atendendo às iniciativas vinculadas às Ações Programáticas inseridas no Programa RS Cidadania, em 2020, a SJCDH realizou campanha para destinação de recursos do Imposto de Renda para o Fundo Estadual da Criança e do Adolescente – FECA e o Fundo Estadual da Pessoa IDOSA – FUNEPI, sendo realizado repasse de recursos para 70 municípios para mitigação dos efeitos da pandemia da COVID-19 com recursos do FUNEPI. No ano, foram 10.748 beneficiários de projetos realizados por meio de parcerias ou convênios, foram atendidas e encaminhadas 60 pessoas em situação de violação de direitos, foram protegidos 82 crianças/adolescentes, através do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM, e 144 testemunhas ameaçadas, através do Programa de Proteção à Testemunha Ameaçada de Morte – PROTEGE. Em adição, a Secretaria implantou 6 Centros da Juventude, disponibilizou 325 bolsas para jovens multiplicadores, atendeu 2.934 jovens, capacitou 3.017 e inseriu 1.992 jovens no ensino fundamental e médio. Além disso, foram realizados 481 atendimentos às mulheres por demanda do serviço 0800.

A Fundação de Apoio Socioeducativo – FASE realizou o Colóquio de Pesquisadores intitulado “A garantia dos direitos à educação e à profissionalização na FASE”, um encontro virtual que foi transmitido pelo Youtube e Instagram, com um total de 350 visualizações. Também implantou a Unidade Orgânica de Semiliberdade, no Bairro Gloria em POA, e assinou Termo de Colaboração com a Organização da Sociedade Civil – OSC Clube de Mães para execução do Programa de Semiliberdade na regional Novo Hamburgo. Até início de dezembro, atendeu 2.083 internos. Em razão da COVID-19, foram priorizadas ações de saúde preventiva através da realização de 671 testes em internos. Além disso, implantou audiências por videoconferência, inicialmente em espaços adaptados, tanto na sede da FASE como no Centro de Internação Provisória Carlos Santos – CIPCS e por whatsapp nas unidades do interior. Atualmente, diversas unidades possuem salas estruturadas e equipadas, em POA, Santo Ângelo, Passo Fundo e Pelotas. A FASE recebeu 16 computadores do TJ para essa finalidade.

A Fundação de Proteção do Estado do Rio Grande do Sul – FPERGS tem adotado metodologias de trabalho relacionadas às Práticas de Justiça Restaurativa, especialmente os círculos de paz e de diálogo, buscando a resolução de situações de conflito e violência existentes no cotidiano institucional, bem como a promoção de espaços de escuta e maior participação da população acolhida nos encaminhamentos referentes aos seus projetos de vida. Destaca-se a importância das atividades de facilitação realizadas junto aos

adolescentes próximos à maioridade, visando auxiliar na elaboração de seus projetos de desligamento institucional. Em relação aos atendimentos realizados, em 2020, foram orientadas e encaminhadas à rede de atendimento 412 famílias de acolhidos, foram atendidos 275 crianças/jovens com doenças e/ou deficiência, foram encaminhados à rede de atendimento 244 crianças/jovens com doenças e/ou deficiências, foram acolhidos 69 crianças/adolescentes ameaçados de morte e egressos da FASE e foram acolhidos 320 jovens. Dezenove unidades de acolhimento da Fundação passaram por reformas e/ou melhorias estruturais, destacando-se as ações de adequação do Abrigo José Leandro de Souza Leite para voltar a receber a população para acolhimento. Por fim, foram feitas melhorias relacionadas à ampliação do acesso a computadores para a realização de atividades escolares durante a pandemia em diversos abrigos residenciais, totalizando 47 espaços de acolhimento institucionais reformados e adequados.

A Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PcD (Pessoa com Deficiência) e PcAH (Pessoa com Altas Habilidades) no RS – FADERS atendeu presencialmente 104 PcD na Unidade Ocupacional CAZON. Destas, 83 e seus familiares participaram sistematicamente do Projeto “CAZON em Casa”, via web, totalizando 37.886 atendimentos até final de novembro. Até esse período, 776 pessoas foram atendidas na Unidade de Acolhimento, sendo 766 domiciliadas em 86 diferentes municípios do Estado e as demais, ou com localização não identificada, ou oriundas de outros estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Santa Catarina e Maranhão). Esses atendimentos consistem na realização de escuta sensível à PcD, PcAH, profissionais, familiares, comunidade e público em geral, prestando informações, orientações e, se possível, encaminhamento de suas questões e demandas. O Acolhimento acontece por forma presencial, meio telefônico ou virtual. Até final de novembro, 124 pessoas foram atendidas na Unidade Clínico-Terapêutica CADEP, totalizando 2.026 atendimentos em 7 diferentes municípios do RS e mais 62 sem informação. Esses atendimentos consistem no Atendimento Clínico Terapêutico a PcD e seus familiares, relacionados ao desenvolvimento de metodologias inclusivas e especializadas nas modalidades: Estimulação Precoce, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Neurologia, Odontologia, Psicologia, Pedagogia, Psicopedagogia, Terapia Ocupacional e Oficina de Arte. Existe também o atendimento em grupo aos familiares das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista – GAFAPA. Até novembro, na Unidade Passe Livre, a qual analisa documentos e faz a homologação de solicitações de credencial de Passe Livre Intermunicipal, foram homologadas 6.936 credenciais, distribuídas para 362 diferentes municípios do RS (72,8% do Estado). Em razão da COVID-19, o prazo de validade das credenciais em circulação foi prorrogado a 31/12/2020. O Projeto Passe Livre Digital está sendo implantado, e consiste na no uso do sistema PROA para digitalização das etapas de solicitação da credencial de Passe Livre, análise dos documentos e homologação do pedido pela FADERS. A abertura e encaminhamento do processo digital serão realizados pelas CRAS no interior do Estado com o uso do Sistema PROA. Dos 497 municípios do Estado, 438 já estão cadastrados e habilitados a operar as solicitações de Passe Livre por esse meio (88,1% do RS). Em atenção ao Decreto nº 55.154/2020, as Unidades suspenderam a modalidade presencial a partir de março, passando a atuar de forma remota.

Em comemoração ao Dia Mundial de Conscientização do Autismo, foi lançada uma cartilha sobre o “Transtorno do Espectro do Autismo” e sua versão em Audiobook, ambos materiais publicados no Portal de Acessibilidade e em Redes Sociais. No período, atingiram 573 pessoas, 196 engajamentos, 130 reações, comentários e compartilhamentos e 66 cliques em publicações. Em comemoração ao Dia do Trabalho, foi lançada a cartilha “Incluindo a Pessoa com Deficiência no Mundo do Trabalho”, a qual apresenta informações que esclarecem sobre a inclusão e a abordagem da PcD no mundo do Trabalho. A divulgação do material em meios digitais alcançou 1.612 pessoas e gerou 150 engajamentos, já a versão em Audiobook alcançou 6 pessoas e gerou 52 engajamentos. Por fim, foram realizadas 109 audiodescrições, somando 54h30min de trabalho. A audiodescrição consiste na descrição transmitida com recurso à palavra falada, tornando acessíveis imagens, cenários, paisagens, ambientes, seres vivos e personagens para pessoas com deficiência visual ou intelectual. A audiodescrição atinge igualmente a todo o público, evidenciando lacunas e diferenças, bem como a necessidade de equiparação das condições de percepção, contribuindo, assim, para a construção de uma cultura de acessibilidade.

SECRETARIA DA CULTURA – SEDAC

Órgãos Vinculados: FTSP e FOSPA

Ao longo do ano de 2020, a SEDAC e suas fundações vinculadas, Fundação Theatro São Pedro – FTSP e Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre – FOSPA, objetivaram: apoiar a produção artístico-cultural nas diversas categorias e setores da cultura; fomentar o desenvolvimento da cultura e da economia criativa; viabilizar a conservação do patrimônio cultural do Estado; e garantir a fruição das manifestações artísticas pela população gaúcha, oportunizando novas formas de acesso, sobretudo em função do isolamento social obrigatório decorrente da pandemia da COVID-19.

Por meio da ação programática Fazer e viver a cultura, foram planejadas iniciativas de fomento à cultura, incluindo-se as ações para implementar a execução da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc – Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, em função da pandemia da COVID-19. Essa Lei, de cuja elaboração a SEDAC participou, dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública e sobre a destinação dos recursos para estados e municípios, provenientes do Fundo Nacional de Cultura. O plano de ação, elaborado pela SEDAC para a implementação da Lei no RS, totalizou R\$ 69,7 mi em investimentos a serem feitos pelo Governo do Estado. Desse total, R\$ 30 mi destinaram-se ao pagamento da renda emergencial aos profissionais da cultura, os restantes R\$ 39,7 mi foram direcionados à realização de editais, chamadas públicas, prêmios e outros mecanismos de fomento ao setor cultural. Destacam-se, entre os editais publicados pela SEDAC, os editais nºs 09 e 10/2020, cujo valor total foi de R\$ 14 mi, alcançando 1.740 projetos inscritos (os valores por projeto ficaram entre R\$ 50 mil e R\$ 350 mil) e a Chamada Pública nº 13/2020 – Ações Culturais das Comunidades, a qual visou iniciativas culturais de base comunitária a se desenvolverem nos municípios e bairros que integram o Programa RS Seguro, valor de R\$ 9,7 mi. As Conferências da Cultura objetivam o desenvolvimento do Sistema Estadual da Cultura. Em 2020, foi realizada a 5ª Conferência Extraordinária da Cultura, cuja finalidade foi trabalhar exclusivamente a implementação da Lei Aldir Blanc. De modo on-line, a conferência envolveu 34 encontros virtuais, entre julho e dezembro, reunindo a SEDAC e os representantes dos setores culturais dos municípios do Estado. Sua realização favoreceu a inclusão de mais 21 municípios no Sistema Estadual de Cultura.

Outras ações de Fomento à Cultura vêm sendo feitas pela SEDAC por meio de editais públicos que viabilizam a realização de projetos culturais por meio dos recursos oriundos da Lei de Incentivo à Cultura – LIC e do Fundo de Apoio à Cultura – FAC. Em 2020, os recursos disponibilizados pelo FAC possibilitaram a execução de 112 projetos, com valor total de cerca de R\$ 8,4 mi, os quais estão sendo realizados em 128 municípios de 26 COREDEs. A liberação dos recursos da LIC propiciou o financiamento e a realização de 165 projetos de diversas modalidades culturais, envolvendo cerca de R\$ 41,7 mi, os quais estão em execução em 144 municípios de 24 diferentes COREDEs, promovendo a descentralização, fomentando a economia da cultura e a realização de projetos culturais no Estado. A Rede Pontos de Cultura tem o planejamento da sua implantação e implementação elaborado com o intuito de compatibilizar o plano de trabalho apresentado pelos Pontos de Cultura, baseando-se nas características dos municípios e considerando o número da população e a demanda local por investimentos culturais. Para o alcance desse objetivo, em 2020, foram implantados 3 dos 21 novos Pontos de Cultura planejados no PPA 2020-2023 (Carazinho, Nonoai e Tupandi) e também houve a implementação dos pontos de cultura existentes. A implantação de Pontos de Cultura é reconhecida pelo seu caráter democrático para a expressão da diversidade e desenvolvimento cultural da população nas diferentes localidades. As redes pontos de cultura são consideradas experiências de gestão cultural inovadoras, pois incluem, entre outros conceitos, a ação em rede e o fomento à economia solidária. Cabe salientar também as ações de modernização de bibliotecas públicas em municípios do Estado, que contemplam, entre outros elementos, a aquisição de equipamentos de informática. Em 2020, houve suplementação orçamentária para a realização de convênios e repasse de recursos que se destinaram à modernização de bibliotecas de 12 municípios do RS, os quais foram selecionados mediante a aprovação dos projetos enviados. Além disso, entre janeiro e março, cerca de 320 pessoas participaram do Programa de formação e qualificação na área cultural. Com público máximo de 80 pessoas em cada atividade, foram realizados quatro cursos de capacitação. A continuidade das ações está sendo organizada para assumir o formato on-line, possibilitando sua execução apesar das limitações impostas pela pandemia do novo coronavírus.

Por meio da ação programática RS Criativo, que objetiva fomentar o desenvolvimento da economia criativa no RS, foram planejadas ações envolvendo a capacitação e formação de empreendedores culturais, incluindo os "Ciclos de Residência Criativa", a serem realizados no Espaço Hub Criativa Birô, na Casa de Cultura Mário Quintana. Em 2020, foram lançados os editais I e II para os Ciclos de Residência Criativa. O primeiro teve 20 projetos aprovados, incluindo até três empreendedores por projeto, enquanto o edital para o segundo disponibilizou até 20 vagas para empreendedores criativos. A realização das capacitações está prevista para ser executada em 2021. Através da ação programática Qualificação e sustentabilidade das instituições culturais, a qual objetiva qualificar, restaurar e conservar o patrimônio cultural do Estado, estão em execução, entre outras obras e serviços: a construção da Sala de Recitais para a conclusão das obras da Casa de Música da OSPA (recursos da LIC); a qualificação e modernização da estrutura física do complexo do Theatro São Pedro (recursos oriundos de convênio federal); a restauração do prédio histórico do Museu de Arte do Rio Grande do Sul – MARGS (recursos do Fundo de Diretos Difusos do Ministério da Justiça); a execução de etapa da restauração da Biblioteca Pública do Estado (recursos oriundos do edital do BNDES) e a elaboração do Plano de Prevenção Contra Incêndio – PPCI e serviços de restauração da estrutura física da Casa de Cultura Mário Quintana (recursos oriundos da Lei Rouanet).

A fim de promover e ampliar o acesso à cultura, a FTSP e a FOSPA, por meio da ação programática Acesso à Cultura e ao Esporte e Lazer, propiciaram à população acesso, por meio virtual, a espetáculos de qualidade para difundir a cultura do espetáculo musical e manter a prevenção do contágio da pandemia do novo coronavírus. Ao longo deste ano, a FTSP, por meio dos concertos transmitidos online, permitiu a fruição da música de orquestra para um público muito maior do que o presencial. Além disso, a fundação também passou a transmitir on-line, rotineiramente, o projeto de música popular Mistura Fina. A OSPA buscou conciliar a manutenção das suas atividades culturais através da criação de apresentações semanais on-line, como o Projeto OSPA Live. Por sua vez, a Escola de Música da Ospa, referência de qualidade no ensino musical para crianças e jovens de 8 a 25 anos, atendeu seus 242 alunos, a partir de março, de forma on-line.

SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO - SOP

Ao longo do ano de 2020, a SOP desenvolveu Ações Habitacionais que culminaram na construção de 894 Unidades Habitacionais de interesse social, na assinatura de 314 escrituras definitivas (COHAB), na assistência de 468 famílias por aluguel social e na assistência de 13 famílias através de termo de legitimação fundiária, que é a transferência de área de propriedade do Estado aos ocupantes do local que ali residem há muitos anos, sendo necessário que a infraestrutura mínima do loteamento esteja concluída (demarcação dos lotes, abertura de ruas, rede de água e rede elétrica), que os lotes estejam individualizados no Registro de Imóveis e que a Lei Autorizativa de Doação dos lotes esteja aprovada pela Assembleia Legislativa (citam-se como exemplos o Loteamento Xará e o Loteamento Santa Luzia). Para o Apoio à qualidade de vida nos municípios, 5.752,764 km de vias vicinais foram recuperadas e adequadas através do serviço de cedência de escavadeiras hidráulicas e caminhão trator, firmando-se termo de cessão de uso de bem móvel, contemplando 17 municípios e beneficiando 8.720 famílias. Além disso, ocorreu a tramitação de Convênio Emergencial com 12 municípios, realizando a recuperação de 1.014,33 km de estradas, beneficiando 10.930 famílias, e a prorrogação da Consulta Popular, a qual garantiu a recuperação de 235.364 km de estradas, beneficiando comunidades de 25 municípios. Ainda, 5.739 famílias foram beneficiadas por saneamento, através da perfuração de poços profundos para abastecimento de água em pequenas comunidades de 14 municípios. Encontra-se em tramitação a assinatura de convênios com mais 105 municípios para novas perfurações.

O Combate à infraestrutura precária no campo se deu por duas iniciativas: a Barragem de Taquarembó e a de Jaguari. Em ambas, há encaminhamento de termo de referência – TR para o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e emissão de Relatório de Impacto Ambiental – RIMA dos canais com orçamento e plano de trabalho ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR para análise. Na de Taquarembó, houve a elaboração do TR para contratação dos programas ambientais da obra, sendo que 60% do reservatório de água foi construído. Na de Jaguari, houve execução de parte da Bacia de Dissipação e maciço de argila e renovação do contrato da supervisão, sendo que 63% do reservatório de água foram construídos. Na busca pela eficiência e assertividade no gerenciamento de obras públicas, foi implantada a Estratégia BIMGov-RS (Building information modeling), na qual 1% de áreas foi projetado com tal tecnologia. Atualmente, encontra-

se em andamento a elaboração de manual orientativo para procedimentos e treinamentos de servidores para a utilização da ferramenta. Também cabe destaque a prestação de serviços de arquitetura e engenharia para reforma ou construção de novas edificações e equipamentos públicos estaduais, a qual culminou na elaboração de 45.319,90 m² de projetos de arquitetura/engenharia, com destaque aos projetos para equipamentos culturais da SEDAC.

Dentre as realizações de 2020, destacam-se a fiscalização da execução de oito obras da SSP (duas concluídas, quatro em execução e duas temporariamente paralisadas); a fiscalização de obras e/ou instalação de equipamentos para SEPLAG; a fiscalização e conclusão com termo de Recebimento Provisório – TRP de 4.070 m² de obras; a elaboração de 91 pareceres técnicos; a realização de 26 levantamentos planialtimétricos ou planimétricos de terrenos para elaboração de projetos de edificações públicas, totalizando 212.552,27 m², além da realização de projetos e serviços de arquitetura para edificações da SEAPDR, STAS, SSP, SEL e SPGG. Por fim, através da ampliação do uso do sistema de gestão de obras – SGO, obteve-se um órgão do Estado habilitado para cadastrar demandas. No âmbito da melhoria das edificações prisionais existentes e novas construções para suprir a carência de vagas prisionais, houve a elaboração de projetos e serviços de arquitetura e/ou engenharia para reforma/restauração de edificações públicas, obtendo-se a fiscalização e conclusão com TRP de 330 m² de obras e elaboração de 1.581,59 m² de projetos de arquitetura e/ou engenharia. Para a melhoria do acesso aos serviços de saúde, através da melhoria ou construção de edificações para atenção à saúde, elaborou-se 23.925,72 m² de projetos de arquitetura e/ou engenharia. Para melhoria e/ou construção de novas edificações/equipamentos escolares, 49.756,75 m² de obras foram fiscalizadas e concluídas com TRP e 51.863,64 m² de projetos de arquitetura e/ou engenharia foram elaborados. Dessa forma, foram fiscalizadas as execuções de 180 obras, sendo que 54 obras foram concluídas. Por fim, destacam-se as realizações na SJCDH: projetos de arquitetura e/ou engenharia para reforma/restauração; construção de obras novas e instalação e/ou modernização/reforma de equipamentos das edificações para internação socioeducativa. Ao longo do ano, foram fiscalizadas as execuções de sete obras. Atualmente, há uma obra em execução, seis obras temporariamente paralisadas, e uma obra aguarda a emissão de Ordem de Início de Serviços – OIS.

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER – SEL

Em 2020, a SEL priorizou a gestão de ações para o desenvolvimento do esporte e lazer gaúcho, visto que a realização de atividades esportivas havia sido suspensa, atendendo às orientações para a prevenção do contágio pelo novo coronavírus. Por meio da ação programática Políticas Sociais de Prevenção à Violência com foco Territorial, a SEL vem contribuindo para a Implantação das ações previstas nos Planos de Ação Territoriais junto aos Municípios do Programa RS Seguro. Em 2020, foram contratados projetos que se encontram em realização em três municípios identificados como prioritários para a ação: Caminho Suave, a ser desenvolvido até outubro de 2021 em Novo Hamburgo; Craque Nota 10, em Cachoeirinha; e Somos Paz – movimento, alegria, convivência social, respeito mútuo, em Porto Alegre. Os dois últimos serão realizados até setembro de 2021. Visando à Promoção da Qualidade de Vida, está sendo realizado o planejamento da implantação de um Núcleo de Esporte e Lazer: o Parque Náutico Estadual. Para tanto, em 2020, foi elaborado e aprovado projeto de lei para viabilizar a afetação e regularização da área do late Clube Belém Novo – ICBN, localizado à margem do Rio Guaíba. A implantação desse núcleo viabilizará a organização de projetos esportivos náuticos no âmbito público, os quais terão por características o respeito à natureza, a preservação do meio ambiente e a inclusão social de jovens, tornando o projeto do Parque Náutico Estadual – ICBN estratégico para o Governo.

Dentre as ações para o Fomento e Promoção do Esporte gaúcho, destaca-se a publicação da Lei nº 15.449, de 17 de fevereiro de 2020, e do novo Decreto regulamentador, propiciando alterações no Sistema Estadual de Apoio e Incentivo a Políticas Estratégicas do Estado do Rio Grande do Sul – SISAPE/RS. Entre as alterações, está a redução do valor da contrapartida das empresas que financiam projetos do Pró-Esporte RS de 25% para 10% e 5%, percentuais destinados ao Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte – FEIE. A redução da contrapartida torna mais atrativa a adesão de empresas para o financiamento de projetos esportivos por meio da compensação do ICMS a ser recolhido, via Lei de Incentivo ao Esporte – LIE. Outra alteração cria a possibilidade de aporte de patrocínio diretamente ao fundo, em caso de captação, o que amplia

o lançamento de editais para contemplar projetos com recursos diretos. As alterações no SISAPE/RS permitiram a ampliação do cadastro de proponentes de projetos esportivos, possibilitando incluir, além das entidades e municípios, pessoas físicas e jurídicas com fins lucrativos. Permitiram, ainda, estender aos atletas transplantados a possibilidade do financiamento do bolsa-atleta em projetos da lei de incentivo e, também, passaram a viabilizar o financiamento de projetos de fomento ao esporte em espaços públicos, que incluem a execução de obras. A fim de orientar o setor a respeito da mudança na legislação relativa ao SISAPE, a SEL planejou a realização de cursos de capacitação de gestores esportivos, tendo realizado o primeiro curso de modo presencial em março. Atualmente, está reorganizando as novas capacitações para o modo on-line, visando qualificar os projetos a serem apresentados pelos gestores esportivos e fomentar a sua proposição.

Em 2020, foram realizadas duas das conferências regionais, nos polos de Pelotas (RF5) e Santo Ângelo (RF7). A primeira conferência, realizada na RF5, contou com a participação do Governador e teve mais de 200 inscritos pelo site da SEL. No formato de videoconferência, foi transmitida pela TVE e outros canais da internet, reunindo os profissionais do setor e a sociedade. As demais conferências deverão se realizar em 2021, atingindo os 497 municípios do Estado, a fim de estimular a criação de Conselhos Municipais. A partir das contribuições das conferências, será traçado um Plano Estadual do Esporte e Lazer, a ser transformado em projeto de lei, orientando a política pública do setor. A Reestruturação do esporte gaúcho com a participação da sociedade gaúcha e profissionais do setor, através da realização das Conferências Estaduais do Esporte e Lazer, é outro objetivo da atual gestão da SEL. No PPA 2020-2023, foram planejadas seis conferências regionais e uma conferência estadual para o planejamento da política pública do desporto no RS. Nas conferências regionais serão abordados dois eixos temáticos: Eixo 1 – Esporte educacional, de rendimento e de participação, e Eixo 2 – Paradesporto e Jogos de Idosos. Através das ações de divulgação do esporte gaúcho, foram promovidas as atividades: Meu Primeiro Mergulho no Mar e a live Grenal da Solidariedade. A primeira, realizada no projeto RS Verão Total – 2020, levou cerca de 30 crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos, em regime de medida protetiva, a vivenciarem o seu primeiro dia na praia. A live arrecadou mais de 3 t de alimentos não perecíveis, os quais foram repassados à Defesa Civil para ajudar famílias cuja vulnerabilidade social foi agravada pela pandemia.

Ainda para fomento e promoção do esporte, por meio do Programa de Incentivo ao Esporte do Rio Grande do Sul – Pró-Esporte RS, foram viabilizados projetos em diversas modalidades esportivas, tais como futsal, handebol, futebol de campo, atletismo, jiu jitsu, natação, voleibol, tênis, automobilismo, entre outras. O programa Pró-Esporte tem como objetivo promover projetos desportivos e paradesportivos, com recursos financeiros oriundos do FEIE, os quais são aplicados diretamente pelo Estado ou da LIE, que concede incentivo do ICMS à empresas patrocinadoras de projetos esportivos. De acordo com os editais publicados pela SEL, em 2020, foram 24 projetos selecionados pelo FEIE e 92 viabilizados por meio da LIE. O recurso financeiro liquidado pelo Estado em fomento ao Esporte através do Pró-Esporte foi superior a um milhão de reais, enquanto o investimento total nos projetos, obtido por meio do FEIE e da LIE, alcançou R\$ 20 mi. Os projetos apresentados, os quais atenderam aos editais e foram aprovados pela Câmara Técnica do Pró-Esporte-RS, estão sendo desenvolvidos em diversos municípios do RS e incluem, ao todo, centenas de atletas, sejam profissionais do esporte de rendimento ou iniciantes das categorias esportivas de base. Entre as diversas modalidades, citam-se os projetos de futsal apresentados por associações e agremiações de diversos municípios, tais como Guaporé, Cerro Largo, Frederico Westphalen, Marau, Seberi, Horizontina, entre outros. Alguns desses projetos se destinam à inclusão social, como é o caso do projeto Educa BGF do Bento Gonçalves Futsal, cuja finalidade é ampliar o atendimento a crianças e adolescentes de baixa renda daquele município, utilizando o futsal como ferramenta de inclusão social. Destacam-se, ainda, os projetos viabilizados com recursos da Lei Pelé. Em 2020, foram contemplados 27 projetos esportivos de municípios, dentre os quais citam-se os projetos: para implantação de academias de ginástica ao ar livre, em Pantano Grande e Passo do Sobrado; para aquisição de material esportivo, em Rolador, e para a realização de atividades desportivas em Santa Rosa, entre outros.

Dentre as ações de acesso à cultura e ao esporte e lazer, destaca-se a iniciativa CETE Sustentável, a qual prevê a revitalização da infraestrutura desportiva do Centro Estadual de Treinamento Esportivo – CETE para torná-lo autossustentável, por meio da exploração econômica dos espaços. Em 2020, foi realizado o serviço de sondagem no terreno de modo a permitir a execução das obras de reforma, modernização e ampliação, cujos recursos serão viabilizados por meio de dois convênios federais junto ao Ministério da

Cidadania, os quais somam mais de R\$ 3,3 mi. Para o ano de 2021, essa é uma das ações prioritárias do Governo do Estado no âmbito do Esporte e Lazer, assim como a execução do programa Pró-Esporte RS e a reestruturação do esporte gaúcho.

CASA MILITAR – CM

Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil

A Casa Militar desenvolve, por meio da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, serviços de relevância para a população gaúcha e a ajuda humanitária em Situações de Emergência. Em 2020, destacou-se a ação programática Gestão em Proteção e Defesa Civil, a qual tem por objetivo preparar a infraestrutura e os recursos do órgão para o desenvolvimento das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução nos municípios, em função da ocorrência de desastres, sejam naturais ou tecnológicos, os quais provocam situações de emergência e calamidade pública. Assim, a CM tem, entre suas metas: reaparelhar e modernizar a estrutura da Defesa Civil, aperfeiçoar a Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais Envolvendo Produtos Químicos Perigosos (P2R2), desenvolver cursos de capacitação voltados à proteção e defesa civil e expandir o Sistema de Gerenciamento de Risco e Desastre – SIRGED.

A Defesa Civil integra o Gabinete de Crise para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 e compõe o Comitê de Logística e Abastecimento, o qual é responsável pelo recebimento e organização das demandas e ofertas de bens e serviços necessários à contenção e resposta da emergência. Portanto, é importante o seu reaparelhamento e a modernização da sua infraestrutura, permitindo o aperfeiçoamento da sua atuação. Com esse objetivo, em 2020, foram adquiridas viaturas do tipo furgão, destinadas às ações a serem realizadas em todo o território gaúcho, cujo investimento, com recursos do Fundo Estadual de Defesa Civil, foi de R\$ 206,8 mil. Ainda, a comunicação foi ampliada por meio da implantação, na sede da Defesa Civil, de rede de fibra óptica e da tecnologia Wi-Fi, permitindo melhorar a conectividade à internet e ampliar a comunicação com o interior do Estado. Por meio do Comitê de Logística e Abastecimento, foram recebidos e distribuídos cerca de 1,6 mi equipamentos de proteção individual – EPIs para prevenção do contágio à COVID-19. Em razão da estiagem e da pandemia do novo coronavírus, foram realizadas ações de ajuda humanitária nos municípios em situação de emergência, tais como a distribuição de 65 t de alimentos fornecidas pelo Governo do Estado para atender as famílias em situação de vulnerabilidade social.

Ainda, em 2020, em função da estiagem que atinge o Estado, a Defesa Civil Estadual prestou suporte técnico para 407 municípios gaúchos, viabilizando os processos de homologação da situação de emergência – SE pelo Governo do Estado e auxiliando na elaboração e análise do processo de reconhecimento da SE pela União. A partir da homologação da SE, os municípios passam a ter acesso a uma série de benefícios relativos à ajuda humanitária, o que auxilia o processo de recuperação. Entre outros benefícios, estão a dispensa de processo licitatório para aquisição de materiais e serviços necessários para atender a população, o recebimento de recursos, a realização de planos de trabalho e o auxílio na execução das obras de reconstrução. Para amenizar os efeitos da estiagem que afetou os diversos municípios do Estado, a Defesa Civil Estadual distribuiu, preventivamente, reservatórios móveis para as comunidades mais atingidas. Cerca de 20 cidades foram beneficiadas com o empréstimo de 32 unidades de reservatório de água móvel. Além disso, 550 caixas d'água foram enviadas para atender 31 municípios que decretaram situação de emergência, nas regiões Sul, Central, Vale do Taquari, Norte e Metropolitana.

Foram realizadas seis reuniões de trabalho integrando as diversas instituições e órgãos que participam da Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais Envolvendo Produtos Químicos Perigosos (Comissão P2R2), que é coordenada pela Defesa Civil. Tais reuniões tiveram por objetivo o aperfeiçoamento de ações integradas no atendimento às situações envolvendo desastres tecnológicos e acidentes com produtos perigosos. Por meio da Comissão P2R2, também foram adquiridos EPIs e drones, investimento de mais R\$ 200 mil, os quais foram entregues ao Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul, órgão que atua na linha de frente em resposta à ocorrência de acidentes com produtos perigosos. Em termos das capacitações para o aperfeiçoamento das ações da Comissão P2R2, foram disponibilizadas 60 vagas para o curso Primeiro no Local, destinado aos agentes da Defesa Civil Estadual, do

Comando Rodoviário da Brigada Militar e da Polícia Rodoviária Federal. Outras 100 vagas foram disponibilizadas para o curso Sistema de Comando de Incidentes, realizado na modalidade EAD. Participaram desse curso os integrantes da Defesa Civil Estadual e das instituições que integram a Comissão P2R2, entre outras: FEPAM, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Federal, Centro Estadual de Vigilância em Saúde – CEVS/SES-RS, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, Conselho Regional de Química e integrantes da Sala de Situação da SEMA. Para o ano de 2021, entre as iniciativas prioritárias a serem desenvolvidas pela Casa Militar, por meio da Coordenadoria de Defesa Civil, estão o desenvolvimento de cursos de capacitação voltados à proteção e defesa civil, a manutenção e expansão do Sistema de Gerenciamento de Risco e Desastre e o reaparelhamento e a modernização da infraestrutura.

EIXO DESENVOLVIMENTO EMPREENDEDOR

Com enfoque na retomada do crescimento econômico através do fortalecimento do desenvolvimento regional; do fomento à nova economia e a um ambiente de negócios mais ágil e simples; da promoção da inovação em setores tradicionais; da adequação do modelo tributário, focando na competitividade; da redução dos custos logísticos e de transporte, melhorando a infraestrutura, e também através das soluções disponibilizadas ao cidadão pelo Governo Digital, abrigam-se os esforços de várias secretarias, principalmente, as destacadas nesta seção.

SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SICT

Órgãos Vinculados: UERGS e FAPERGS

No que tange às principais realizações da SICT no ano de 2020, ressalta-se, na Ação Programática Conhecimento em Inovação, Ciência e Tecnologia, o lançamento, em março, da campanha Startups contra a COVID-19, a qual conectou agentes do ecossistema de inovação em prol do mesmo objetivo: ajudar no combate ao novo coronavírus. Além disso, a SICT e diversas organizações se uniram para promover o projeto Start.Health: Startups vs Covid, uma seleção de startups com soluções maduras capazes de ajudar no combate imediato ao novo coronavírus. Destaca-se também o lançamento do Programa GameRS, em julho, o qual tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento do setor de jogos digitais no Estado. Além disso, visa o fortalecimento econômico e social, por meio de ações que estimulem a cadeia de valor, a capacidade competitiva e a inovação das empresas.

Em relação à iniciativa TechFuturo: tecnologias portadoras de futuro para setores econômicos estratégicos, destaca-se a realização de webinars. A primeira delas, ocorrida em junho, foi a webinar “O Caso Unicamp”, com o diretor-executivo da Agência de Inovação da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Newton Frateschi. A segunda ocorreu em julho através dos seus programas Techfuturo e Parcerias Estratégicas, versando sobre o tema oportunidades de cooperação em Pesquisa e Desenvolvimento. O evento reuniu empresas, pesquisadores e representantes das instituições com o objetivo de incentivar a participação nas chamadas públicas de cooperação internacional da EMBRAPA, além de apresentar as suas novas unidades cadastradas no Estado. Em agosto, a SICT, através do seu programa Techfuturo, realizou outra webinar sobre as soluções do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI para as Instituições de Ciência e Tecnologia - ICTs. O evento reuniu empresas, pesquisadores e representantes dos Núcleos de Inovação Tecnológica das ICTs, que foram apresentados ao portfólio de serviços de capacitação do INPI. Também no âmbito do Techfuturo, a SICT promoveu o workshop Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia na interação Universidade e Empresa, sob coordenação da FURG. Ao longo das 6 h de evento, foram discutidas questões como patentes, governança e nova economia, além de uma mesa redonda sobre transferência de tecnologia. Além disso, realizaram-se visitas técnicas virtuais aos Núcleos de Inovação Tecnológica - NITs das ICTs presentes nas oito regiões do Inova RS. A iniciativa apresentou a estrutura e os serviços existentes nos NITs, articulando a interação das ICTs com empresas e demais atores do ecossistema.

Quanto à iniciativa Fomento à pesquisa para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação, salienta-se o investimento feito pela SICT em parceria com a FAPERGS, no valor de R\$ 2,6 mi, provenientes do seu orçamento, no Programa Institucional de Bolsas Gestão da Inovação e Tecnologia Inova RS. Somado

a isso, a FAPERGS lançou edital emergencial de Ciência e Tecnologia no Combate à COVID-19, convidando os pesquisadores de várias áreas do conhecimento a apresentarem projetos de pesquisas. Destaca-se da mesma forma, a iniciativa Educar para Inovar, da Ação Programática Educação para a Nova Economia. O destaque é para a realização da Olimpíada Nacional de Aplicativos - Onda que chegou à sua 4ª edição com o tema Cidades Inteligentes e Sustentáveis. Participaram da Olimpíada estudantes de Ensino Médio e de graduação de todo o país, os quais apresentaram projetos de aplicativos relacionados ao tema da edição. A Onda é uma realização da UERGS e, em 2020, integrou o projeto Educar para Inovar, fruto de uma parceria da instituição com a SICT. Em agosto foi promovido o webinar Baú dos Tesouros. O evento deu início a uma série de transmissões ao vivo da programação da 1ª Olimpíada Nacional de Ambientes Marinhos e Polares - PolarOn, que busca fomentar nas instituições de ensino a reflexão e o debate sobre a importância desses ambientes para o Brasil e para o planeta, promovendo a divulgação de conhecimentos científicos e dos avanços tecnológicos na área.

Quanto à Ação Programática Ambientes de Inovação, em abril, houve o lançamento do Programa Inova RS de Apoio ao Enfrentamento à COVID-19, com o objetivo de buscar soluções baseadas em inovação, ciência e tecnologia para o combate à pandemia. Em decorrência do impacto do novo coronavírus na economia e na sociedade, bem como os esforços que a comunidade científica está realizando para conter a pandemia, foi investido R\$ 1,2 mi, por meio de edital em 28 de abril de 2020, neste programa. Referentemente à iniciativa Fortalecimento das Cadeias Produtivas de Produtos Premium, da Ação Programática Gestão da Inovação, cumpre mencionar que, em setembro, o governador assinou o decreto que instituiu o Programa Produtos Premium do Estado do Rio Grande do Sul, coordenado pela SICT. O programa visa estimular e valorizar a estratégia de agregação de valor aos produtos, como uma alternativa de diferenciação, incentivando a incorporação de inovação e do conhecimento nas cadeias produtivas tradicionais do Estado. No tocante à ação Programática Indução das potencialidades regionais e do desenvolvimento científico e tecnológico, a iniciativa IDEA-S UERGS empreendeu a oferta de cursos vinculados às potencialidades regionais, registrando a oferta de 40 cursos de graduação distribuídos em diferentes COREDEs do Estado. Saliente-se que, no Dia Mundial da Educação, 28 de abril de 2020, SICT e UERGS lançaram o curso Saúde, Meio Ambiente, Inovação e Prevenção em tempos de COVID-19. A formação integrou o projeto Educar para Inovar, da SICT, e o público-alvo são professores da Educação Básica e estudantes do Ensino Médio.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO – SEDETUR

Órgãos Vinculados: JUCISRS e BADESUL

No que tange às principais realizações da SEDETUR no ano de 2020, na Ação Programática InvestRS, através do Programa de Apoio à Participação de Empresas Gaúchas em Feiras Internacionais, investiu-se R\$ 1.013.440,00, permitindo a participação de 272 empresas expositoras. Além disso, foram assinados oito protocolos de intenções por meio do Grupo de Monitoramento de Investimentos da SEDETUR: Dado Bier, Usina de Etanol Social Boa Vista, UTE Cambará, Grupo Évora, América Tampas, Fitesa, Herval.

Quanto às iniciativas da Ação Programática RS Competitivo, destaca-se a iniciativa Atração de investimentos através da disponibilização de incentivos financeiros e adequação de áreas industriais para novos empreendimentos. O principal programa de atração de investimentos do Estado, o Fundo Operação Empresa do Rio Grande do Sul - FUNDOPEM, está sendo aperfeiçoado. Chamado de FUNDOPEM 4.0, a nova versão recebeu melhorias em duas frentes: revisão da legislação e digitalização das etapas. Nesse ano, o FUNDOPEM autorizou 39 projetos que representam investimentos de R\$ 287.816.197,12 e 597 novos postos de trabalho. Referente à mesma iniciativa, cumpre mencionar que foi assinado, em outubro, entre SEDETUR e a Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG o Termo de Cooperação que operacionaliza o Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial - PROEDI. O PROEDI é um instrumento do Estado para alavancar o desenvolvimento econômico, em especial o setor industrial, por meio da implantação ou da expansão de empreendimentos. Em 2020, o PROEDI aprovou 9 projetos, que representam investimentos de R\$ 177.215.887,00 e 411 novos postos de trabalho.

Na iniciativa Fortalecimento de cadeias de valor, destaca-se a disponibilização de incentivos financeiros para aquisição de lotes no Distrito Industrial de Montenegro para empresas do Setor Químico,

integrando-se ao Polo Petroquímico. Neste ano, as ações de divulgação das áreas disponíveis e atributos do local para possíveis investidores resultaram na efetivação de 4 novos empreendimentos industriais, totalizando mais de R\$ 115 milhões, com uma previsão de cerca de 230 empregos nos próximos anos. Somado a isso, o Programa Redes de Cooperação investiu R\$ 625 mil reais e firmou três parcerias que já estão em funcionamento para a criação, desenvolvimento e acompanhamento de redes. Foi lançado pela SEDETUR um novo edital com recursos da ordem de R\$ 150 mil, para criação, desenvolvimento e acompanhamento de redes no RS. Importante também mencionar que, em 2020, foram investidos aproximadamente R\$ 300 mil reais da Consulta Popular, em três novos projetos: APL MODA da Serra Gaúcha, APL TRINOPOLO e APL Metalmeccânico e Automotivo da Serra Gaúcha.

Em relação à Ação Programática RS Turismo Sustentável, houve o lançamento, em 2020, do Entreposto Exporta-RS, um projeto pioneiro que visa aproximar micro, pequenas e médias empresas da Serra aos mercados internacionais. Desde 2016, o Exporta-RS já auxiliou mais de 400 empresas gaúchas na prospecção de novos mercados internacionais. As empresas interessadas recebem, sem custo, um estudo de mercado indicando os principais destinos potenciais para seus produtos, bem como uma lista de importadores potenciais nestes mercados-alvo. Atualmente, 50 novas demandas de empresas foram recebidas e estão em atendimento. Além dessas, aproximadamente 20 do ano anterior foram entregues. Além disso, a SEDETUR e o Sebrae RS lançaram a Plataforma Viva o RS, com o objetivo de promover roteiros turísticos gaúchos. O site ficou à disposição dos gaúchos por 40 dias. Ressalta-se também que, em setembro de 2020, iniciaram as Jornadas de Regionalização do Turismo, com o objetivo de permitir a troca de informações entre as diferentes regiões turísticas do Rio Grande do Sul. O programa organizou quatro encontros entre os meses de setembro e dezembro.

Quanto à Ação Programática Facilita Investidor, diante das dificuldades econômicas, que foram agravadas pela pandemia, o Governo do Estado, através da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul - JucisRS, em parceria com a SEDETUR, dispensou, por 90 dias, a cobrança de taxa de serviços para a criação de novas empresas no Estado. Referente à Ação Programática Crédito para o desenvolvimento econômico, cumpre mencionar que, na iniciativa Valor de operações de crédito aprovadas para setores e regiões do RS, do BADESUL, foi executado o valor de R\$ 412.141.418,77 de operações de crédito aprovadas para setores e regiões do Estado do RS, no ano de 2020.

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES – SELT

Órgãos Vinculados: DAER, EGR e SUPRG

Em 2020, a SELT atuou no planejamento e na coordenação de iniciativas destinadas à melhoria da gestão e da infraestrutura do setor transportador do RS. Foram atividades e investimentos comprometidos com a conservação, restauração e modernização dos ativos de infraestrutura e dos processos de gestão que dão suporte ao sistema transportador de cargas além do transporte de passageiros pelo modal aeroviário e pelo modal rodoviário na escala intermunicipal e de longo curso. A SELT, órgão central do sistema de transportes, coordenou a gestão de duas Ações Programáticas: Amplia RS - Ampliação e manutenção da malha rodoviária estadual e Transportes - Integração e otimização intermodal, ambas vinculadas ao Programa RS Infraestrutura. Através delas, a SELT concatenou a aplicação dos recursos disponíveis para investimento em estratégias que buscaram ganhos de eficiência e produtividade setorial a partir da lógica da cooperação e da integração dos diferentes modais. Promovendo a ação integrada de seus órgãos vinculados, supervisionou-se a aplicação de mais de 419 mi. Tais investimentos foram alinhados ao compromisso de mitigar deficiências sistêmicas, processos de depreciação de ativos e supressão de gargalos de infraestrutura verificados junto a rede física que dá suporte às atividades do setor transportador, o qual, no RS, tem no modal rodoviário, seu elemento estruturador.

Neste particular, destaque-se a duplicação da ERS-118, uma das principais rotas econômicas da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, com tráfego de até 30.000 veículos/dia. Em 2020, foram concluídas suas obras de modernização que, com seus 21,5 km de extensão, articula a BR-116 em Sapucaia do Sul à BR-290 em Gravataí. O investimento realizado, oriundo de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, foi de mais R\$ 131 mi. Destaca-se também a ação conjunta

entre a SELT e a Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR para impulsionar o processo de recuperação da ERS-239, rodovia que conecta Vale do Sinos e Vale do Paranhana. Os investimentos de mais de R\$ 20 mi promovem a recuperação de 75 km da rodovia entre Novo Hamburgo e Riozinho. Importa também referir que, com o objetivo de incrementar o volume de investimentos destinados ao modal rodoviário, a SELT promoveu a ativação de novas dinâmicas setoriais através da proposição de parcerias com prefeituras e com o setor privado. Mediante convênios, entre Estado e Prefeituras, foi promovida a qualificação de porções da malha rodoviária municipal. O Programa de Incentivo ao Acesso Asfáltico - PIAA/RS permitiu que empresas pudessem aportar os recursos necessários às melhorias rodoviárias com o custo das obras sendo posteriormente abatido dos créditos de ICMS.

A SELT diligenciou ainda na gestão das políticas dedicadas ao setor aeroviário. O Programa Estadual de Desenvolvimento da Aviação Regional - PDAR-RS foi a base sobre a qual se tornou possível promover a conservação da infraestrutura e ainda sustentar a retomada de rotas e voos regulares suspensos diante das dificuldades impostas pela pandemia. Promoveram-se políticas de apoio à oferta de linhas regulares nos aeroportos do interior mediante flexibilização de regras operacionais e através da redução da alíquota sobre combustíveis para aeronaves, as quais oscilam de 4% até o máximo de 7,5%. Este incentivo decorre da estratégia de fortalecimento da aviação regional e busca viabilizar a manutenção de operações comerciais entre Porto Alegre e outras 6 cidades (Passo Fundo, Santa Maria, Pelotas, Canela, Caxias do Sul e Torres). O planejamento de curto prazo pretende disponibilizar conexões para Rio Grande, Santa Rosa, Bagé, Santana do Livramento, São Borja, Uruguaiana, Santo Ângelo, Erechim e Vacaria, ampliando para 15 as cidades conectadas à capital por operações comerciais aeroviárias. A manutenção do sistema aeroportuário foi objeto de investimentos de mais de R\$ 3,89 mi em obras e serviços destinados à conservação dos 10 aeroportos do sistema regional, bem como melhorias nos aeroportos de Capão da Canoa, Passo Fundo e Rio Grande. O processo de modernização da infraestrutura avançou positivamente em 2020 e contou com a viabilização dos recursos necessários à modernização dos aeroportos de Passo Fundo e Santo Ângelo. O aeroporto Lauro Kurtz, em Passo Fundo, recebeu autorização para a emissão da ordem de início de serviço das obras de qualificação. Os investimentos serão de R\$ 43,2 mi, oriundos do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC com contrapartida do Estado. Entre as melhorias, constam a reconstrução da pista de pouso e decolagem, novo terminal de passageiros e edificações acessórias com mais de 2.000 m². A implantação de um novo sistema de balizamento luminoso e equipamento de auxílio à navegação (IFR) permitirá a operação de aeronaves de grande porte elevando a estimativa de movimentações ao patamar dos 300 mil passageiros / ano. O aeroporto Sepé Tiaraju, em Santo Ângelo, recebeu autorização da Secretaria da Aviação Civil para o lançamento do edital para licitação dos projetos de ampliação. Está prevista a construção de terminal de passageiros com 1.200 m², ampliação do pátio para aeronaves e melhorias na segurança da pista de pouso e decolagem.

No que toca à malha rodoviária estadual, a SELT investiu em conservação e qualificação dos ativos rodoviários promovendo a liquidação de mais de R\$ 226,5 mi em obras e serviços de engenharia. Foram recursos oriundos do Tesouro do Estado, da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e de financiamento obtido junto ao BNDES. Obras de Duplicação de Rodovias receberam o aporte de mais de R\$ 62,4 mi, em destaque a conclusão da ERS - 118. Com o mesmo objetivo, qualificar o modal rodoviário, estruturador do sistema de transportes, foram realizados investimentos de mais de R\$ 27,04 mi em restauração de rodovias através de programas específicos que se encontram em fase de finalização ou encerrados, como o Programa Restauro e o CREMA, nas suas versões Erechim, Passo Fundo - Cruz Alta, Passo Fundo - Palmeira e Santa Maria - Cachoeira. A malha pavimentada foi objeto de expansão mediante o investimento de mais de R\$ 40,87 mi em construção de rodovias. Foi concluída a pavimentação de 7 acessos municipais, estando garantida a continuidade de outros que se encontram em obras. Destaque para os serviços já realizados nos acessos: Encantado - Capitão, Guabiju - São Jorge, Boqueirão do Leão, Carlos Gomes, Muliterno, Cândido Godói e Sertão Santana. Destaque também para os serviços em andamento nos acessos: Ubiretama, Sério - Forquetinha e Coqueiro Baixo - Nova Brescia. Mais de 6,51 km de rodovias e ligações regionais foram concluídos articulando cidades do interior a corredores rodoviários. Registra-se ainda que as obras que foram realizadas através de convênios municipais, permitiram o investimento de mais de R\$ 11,64 mi e o andamento de benfeitorias viárias em 10 municípios. A conservação de rodovias foi realizada em mais de 11.277 km de estradas com investimento superior aos R\$ 62,5 mi. No âmbito geral das atividades destinadas à malha rodoviária, cabe destacar que, com investimento de mais de R\$ 66,3 mi, no ano de 2020,

foram entregues ao tráfego obras nas rodovias: ERS-142, ampliação de capacidade entre Não-Me-Toque e Carazinho; Trevo de Acesso da ERS-342 em Cruz Alta; Nova ponte do Costa no acesso a Piratini; ERS168, recuperação no trecho Bossoroca - Santiago; ERS-453, restauração no trecho Lajeado - Venâncio Aires; VRS - 819, recuperação em Colorado; ERS - 528, pavimentação no trecho Palmitinho - Pinheirinho do Vale; ERS-448, pavimentação no trecho Antônio Prado - Nova Roma do Sul; ERS-020, pavimentação no trecho Cambará do Sul - São José dos Ausentes; RSC-377, manutenção no trecho Santa Tecla Capão do Cipó.

O setor transporte de passageiros, em 2020, foi objeto da finalização de 10 processos de licitação para concessão de rodoviárias. Estão em elaboração editais para licitação de agências rodoviárias e linhas intermunicipais de transporte de passageiros divididas em 14 mercados. Destaque para o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Transporte Coletivo - GTC destinado a agilizar a concessão de licenças para o transporte especial através de Fretamento. Foi realizado o acompanhamento do transporte regular em aproximadamente 1.400 linhas buscando, através de fiscalização continuada, promover a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos.

No que toca à malha rodoviária pedagiada, a EGR, em 2020, investiu mais de R\$ 144,1 mi em atividades ligadas a processos de qualificação através da realização de serviços de revitalização de pavimento, nos quais aplicaram-se soluções de engenharia para corrigir defeitos e conferir nova vida útil às rodovias através de processos de restauração em mais de 176 km de vias. Serviços de manutenção e conservação rotineira foram executados em mais de 750 km de rodovias pedagiadas, tendo perpassado 62 municípios em 12 COREDES e 6 Regiões Funcionais, sendo investido mais de R\$ 16,9 mi. Além disso, investiu-se pesado na modernização de seus ativos, destaque para os trabalhos junto à ERS-040 ao longo de mais de 90 km no trecho entre Viamão e Balneário Pinhal. Além da já mencionada qualificação da RS 239, destaca-se também a conclusão do Viaduto da ERS-040 no entroncamento com a ERS-118, contribuindo para a liberação de fluxos entre a RMPA e o Litoral Norte do Estado, com investimento de mais de R\$ 20 mi. Também cabe destaque a conclusão da construção de duas passarelas para pedestres em Sapiranga, uma no quilômetro 25 e outra no quilômetro 29, com investimentos de mais de R\$ 1,4 mi. Para ampliação de capacidade de rodovias pedagiadas, foram executadas obras em 2,66 km no trecho entre a intersecção com a ERS 020 e a ponte sobre o Arroio Tucanos. Cumpre ainda referir a nova etapa da execução dos Planos e Programas do Projeto Básico de Gestão Ambiental – PBA, elaborados para 908 km de rodovias e 14 praças de pedágio administradas pela EGR. Dessa forma, a partir de dados cadastrais consolidados, a EGR poderá realizar estudos e projetos para orientar ações de controle de danos à estrutura das estradas, planos de monitoramento e estabilização de encostas, Planos de Ação de Emergência - PAES para segmentos críticos à ocorrência de acidentes ambientais e recuperação de áreas degradadas.

A malha hidroviária, o Porto do Rio Grande e os portos interiores foram objeto das iniciativas da Superintendência do Porto do Rio Grande - SUPRG que, no ano de 2020, deu andamento aos trabalhos de implantação de um novo modelo de gestão dos portos públicos. Inserido neste esforço de transformação encontra-se o Projeto Rio Grande Porto-Indústria que reformula apresentação das áreas disponíveis para novos investimentos destinados a expandir e a incrementar a eficiência das operações do Complexo Portuário. Impactado pelos esforços de capacitação, o Porto do Rio Grande - PRG nos meses de maio e junho superou marcas históricas em suas movimentações ultrapassando a casa dos 4,4 milhões de toneladas. Estes volumes demonstraram que a capacidade instalada do Porto está apta a atender picos de produção não previstos pelo setor logístico. Resultado deste cenário, as movimentações totais atingiram um patamar superior aos 35,4 milhões de toneladas ao ano, destaque para granéis sólidos com 21,3 milhões. A movimentação de contêineres atingiu a marca de mais de 609 mil TEUs. Os números resultam de investimentos superiores a R\$ 51,39 mi efetuados na modernização das infraestruturas conexas à atividade portuária. Destaque para a conclusão dos serviços de dragagem que, depois de dois anos de obras, com investimento federal de R\$ 500 mi, retiraram mais de 16 milhões de metros cúbicos de sedimentos do canal de acesso ao porto, aumentando o calado operacional que passou de 12,8 m para 15 m. Com a homologação do novo calado, pela Marinha Brasileira, o PRG passa a atender padrões internacionais exigíveis para a movimentação de embarcações de até 366 m de comprimento. O projeto para a manutenção do novo calado já está em andamento, com investimento da ordem de R\$ 30 milhões anuais, buscando garantir a perenidade do acesso dos navios de grande capacidade, ampliar a atratividade e aumentar a competitividade ao porto junto aos armadores internacionais. Tais investimentos, associados à disponibilidade de retroáreas, à infraestrutura disponibilizada, à certificação

fornecida pela Marinha do Brasil e à possibilidade de receber embarcações de até 70 mil toneladas, eleva o PRG, em definitivo, ao grupo dos principais portos Brasileiros.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SEMA

Órgãos Vinculados: AGERGS, CEEE, CORSAN, CRM, FEPAM e SULGAS

Em 2020, destacam-se as realizações da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura – SEMA relacionadas à Preservação e Conservação da Biodiversidade. A secretaria integrou-se às iniciativas nacionais para conservação do bioma pampa (GEF Terrestre) e da fauna e flora ameaçada de extinção (GEF - Pró-espécies), esta através da implantação de Planos de Ação Territorial – PAT (PAT Planalto Sul e PAT Bagé) que levam em consideração para conservação os aspectos biológicos, sociais, culturais e econômicos, com ênfase nas espécies criticamente ameaçadas. Além disso, foram finalizadas contrapartidas do estado frente ao caminho das araucárias e foram implantados o Projeto Conecta RS, o Projeto de Conservação de Butiás e o primeiro trecho do Corredor Ecológico da Quarta Colônia, localizado entre o Parque Estadual da Quarta Colônia e remanescentes da Floresta Estacional. Também, foi implementado o Projeto de Manejo do Gado de Campo Nativo e lançado o Programa Campos do Sul, que visa preservar os campos nativos mediante adoção de boas práticas ambientais e de manejo, integrando a pecuária sustentável. Em relação ao Programa Invasoras RS, em abril, foi publicado o primeiro Relatório da Estratégia Regional com ações de controle e monitoramento de Espécies Exóticas Invasoras. Em adição, a área de soltura de animais silvestres nativos prevista para 2020 foi cadastrada e o canal de atendimento para reabilitação de fauna silvestre foi publicado. Desde 2018, a SEMA apoia o Programa Meliponicultura, que prevê manejo e conservação de abelhas sem ferrão e que avançou neste ano devido a recursos da iniciativa privada e da Reposição Florestal Obrigatória – RFO. Ao todo, 22 colônias foram instaladas, contribuindo para a conservação de oito espécies ameaçadas, que, além de ajudarem a manter o ecossistema, possibilitam a geração de renda para dezenas de famílias no Litoral Norte e Médio do RS.

Em 2020, representantes da PGE, do gabinete do vice-governador, da SEMA e de outras 21 secretarias formaram o comitê gestor do Programa Gestão de Responsabilidade Socioambiental, projeto cuja finalidade é promover a educação ambiental e sustentabilidade na gestão pública estadual. Além disso, foram iniciadas a execução do Programa Educar para Sanear - PEASAN e a implementação do Plano Estadual de Educação Ambiental e da Agenda Ambiental na Administração. No que tange à promoção da gestão ambiental, salienta-se a retomada do Plano Estadual de Saneamento - PLANESAN em março, com foco na entrega das metas do novo marco legal do saneamento básico, as quais devem ser cumpridas até 2033. Para isso, estão sendo realizados o diagnóstico regional dos sistemas existentes, a identificação das demandas, a avaliação crítica e a formulação das diretrizes e estratégias, o que permitiu a elaboração do relatório de Salubridade Ambiental. Em relação à gestão de recursos hídricos, ressalta-se a publicação do plano estadual e do relatório anual de recursos hídricos, a consolidação e publicação do balanço hídrico e a manutenção da rede de monitoramento dos 300 pontos pluviométricos e fluviométricos. Neste ano, o RS foi incluso no Plano Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas do Ministério de Desenvolvimento Regional - MDR, permitindo o desenvolvimento do Programa Estadual de Revitalização de Bacias, destacando-se que a entrega do plano da bacia dos rios Apuaê-Inhandava está prevista para Janeiro/2021

Em relação à Gestão das Unidades de Conservação – UCs estaduais no ano de 2020, mais da metade dos Planos de Manejo das UCs foi revisada, assim como foi iniciada a elaboração do Plano de uso público de UCs estadual. No mês de junho, a UC do Parque Estadual Delta do Jacuí adquiriu sua primeira área de terra por meio de recursos provenientes de medidas compensatórias e, em dezembro, através do Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD, uma empresa de celulose iniciou a recuperação de uma área da UC do Podocarpus, em Encruzilhada do Sul, através da retirada de espécies exóticas, como Acácia Negra e Pinus. No segundo semestre, foi publicada o edital do Programa de Voluntariado, cujas tarefas envolvem práticas de gestão de fauna e flora, recursos hídricos e saneamento, energia, mineração, controle e monitoramento da qualidade ambiental e educação ambiental, sendo uma oportunidade de aperfeiçoamento profissional mediante capacitação, acompanhamento de supervisor e emissão de certificado. Também neste ano, iniciaram-se as tratativas para implementação do Programa de Bolsas em Inovação para Desenvolvimento

Sustentável - PROGRIDE RS, prevendo-se início da contratação para abril/2021. Além disso, iniciou-se o aprimoramento da legislação ambiental, focando no Código Florestal e na Lei das águas do RS (Lei 10.350/1994), assim como dos sistemas tecnológicos na área ambiental: implantação do sistema de cadastramento rural - SISCAR, qualificação do sistema de outorga do uso de água – SIOUT e modernização e integração do sistema online de licenciamento ambiental – SOL.

Saliaenta-se o trabalho da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler - FEPAM na gestão dos licenciamentos em 2020, atualizando e unificando o procedimento licenciatório e diminuindo o volume de processos em análise. Neste ano, 3.420 vistorias e fiscalizações foram executadas e 8.838 documentos foram emitidos. Destaca-se a emissão, em agosto, de duas licenças para empresas com projetos de energias renováveis. Uma delas, de operação (LO), possibilitará a operação de uma Pequena Central Hidrelétrica no Rio Toropi entre os municípios de Júlio de Castilhos e Quevedos. A outra, prévia (LP), foi o primeiro documento emitido pela Fundação para uma usina fotovoltaica, a ser instalada em Uruguaiana, o qual será o primeiro município do RS a ter uma usina solar. Tais projetos são considerados estruturantes e gerarão oportunidades de emprego e de renda para as famílias da região, promovendo o Fortalecimento e Inovação do Setor Energético. O avanço dos Projetos Estruturantes no Setor de Energia recebeu destaque na primeira edição da revista da Abema - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, lançada em maio. Em adição, cabe salientar o anúncio da antecipação da entrega de obras de Linhas de Transmissão e subestações para 2021, importantes para o setor de energia eólica, e a publicação, em novembro, da Resolução do CONSEMA que atualiza os regramentos para instalação e licenciamento de empreendimentos eólicos no RS.

Para possibilitar a consecução do planejamento energético, a SEMA elaborou o balanço energético anual, instrumento indispensável para a mensuração dos fluxos e usos de energia no RS. Neste ano, o Programa Energia Forte no campo foi implementado, objetivando criar incentivos para que os pequenos produtores qualifiquem suas redes de energia, aumentando a produtividade. Na área de geração de energia, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, em 2020, realizou a expansão de sua capacidade de transmissão em 166 MVA na região funcional 2, visando aumentar a confiabilidade e a capacidade da rede básica de transmissão. Na área hidrelétrica, a companhia obteve um percentual de disponibilidade média de geração de 93,62%, superando a meta de 2020, que foi estabelecida em 92,43%. Em relação à qualidade da operação e manutenção da rede de transmissão, foram executadas programações de manutenção preventiva e preditiva de subestações e de linhas de transmissão e operação da rede básica de transmissão, alcançando 98,92% de execução. Na área de geração de energia disponibilizada, obteve-se 93,62% de eficiência na manutenção e operação do parque gerador, melhorando a confiabilidade, qualidade, segurança e rentabilidade da produção de energia elétrica. A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, em 2020, atuou na expansão, renovação e melhoria das instalações das redes de distribuição, expandindo sua capacidade de distribuição em 26.267 KvA em cinco regiões funcionais do RS. Além disso, houve a regularização de 19.518 unidades, uma ação desenvolvida em comunidades carentes com foco na inclusão social.

Em relação ao Uso Sustentável do Gás Natural, devido à aprovação do Plano Argentino de Gás 2020-2024, a SEMA realizou uma reunião com representantes da Embaixada e Consulado da Argentina e entidades ligadas ao setor industrial e energético, objetivando discutir alternativas e identificar ações que possam promover a integração energética entre os países. O projeto de lei – PL para regulação dos serviços de distribuição de gás no RS está em etapa final de revisão, aguardando o avanço do PL federal, o qual irá alterar o marco regulatório do gás natural. Relacionado ao tema, a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS possui uma rede de distribuição que alcança 1.266,94 km, atendendo 61.624 clientes em 42 municípios gaúchos. Ao longo do ano, contabilizou-se a entrada de 4.699 novos clientes para utilização da rede de distribuição de gás natural, a qual foi expandida com a implantação de 72,3 km de gasodutos. Dessa forma, o volume de gás distribuído em 2020 atingiu a quantia de 2.028.418 m³/dia. Sobre o uso sustentável de recursos minerais, a Companhia Riograndense de Mineração – CRM promoveu a produção de mais de 2,06 milhões de toneladas de carvão mineral com poder de calor de 3.300 kcal/kg, principalmente para fornecimento ao Complexo Termelétrico de Candiota, propriedade da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - Eletrobras CGT Eletrosul, e a outros mercados de menor porte. Em julho, a CRM realizou a primeira exportação de carvão mineral da sua história, no total de 10 mil toneladas, feita através do

Porto de Rio Grande e encaminhada a uma empresa europeia para queima no continente, reaproveitando as cinzas e gerando energia e outros subprodutos da cadeia do carvão. Novos mercados à CRM podem ser abertos, caso essa transação se torne um contrato permanente. Também neste ano, grande parte da Política de Mineração foi elaborada pela SEMA, além de estar sendo estruturado o Projeto Minera RS, que objetiva trabalhar a imagem da mineração no estado, mostrando à sociedade gaúcha como ela está presente no seu dia-a-dia.

Em 2020, a Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN desenvolveu ações com foco na ampliação e qualificação dos serviços de saneamento e na formalização de parcerias para prover melhores serviços. A capacidade instalada de tratamento de esgoto sanitário foi ampliada em 10.954.678 m³ e o número de economias de esgoto atendidas foi de 30.153 residências. No campo da disponibilização de esgoto, foram contempladas 36.412 novas unidades. Em relação à rede de esgoto, destacam-se o assentamento de 134.748 metros de canalização, assim como a ampliação do volume de esgoto coletado e tratado em mais de 3.105.799 m³. Estes resultados foram fruto das obras realizadas entre janeiro e agosto para implantação de um novo sistema de esgotamento sanitário com novas redes coletoras, ramais, emissários e estações elevatórias. Tais obras objetivaram ampliar e qualificar os serviços de esgotamento sanitário nos municípios atendidos pela CORSAN. No campo da sustentabilidade operacional, a CORSAN instalou ou substituiu 334.612 hidrômetros e, também, reduziu suas perdas em 37,54%. Por fim, conforme já referido em capítulo anterior, realizou-se a contratação da primeira Parceria Público-Privada – PPP do Rio Grande do Sul, visando à universalização do tratamento do esgoto sanitário em municípios da região metropolitana de Porto Alegre (Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Gravataí, Guaíba, Sapucaia do Sul e Viamão).

Em relação à Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS, foram realizados 11 análises e monitoramentos de regulação de tarifas de serviços delegados, como reajuste da Travessia Hidroviária de Passageiros entre Porto Alegre e Guaíba e a travessia Taquari x General Câmara. Para acompanhamento da qualidade dos serviços delegados, são emitidos relatórios de acompanhamento de fiscalizações, termos de notificações e autos de infrações referentes às áreas de transporte metropolitano e saneamento. Em 2020, 195 ações foram realizadas nesta área, distribuídas nas nove Regiões Funcionais do Estado. Em relação ao monitoramento e fiscalização do serviço de energia elétrica, foram concluídas 111 fiscalizações. A participação social foi verificada por meio de pesquisa entre os meses de outubro e novembro, contando com a participação voluntária de 2.052 usuários, os quais contribuíram através de formulários disponibilizados de forma on line. Por fim, o Conselho Superior da AGERGS, por meio da Resolução Homologatória 321/2020, homologou o Edital de Concorrência Internacional de Concessão dos serviços de operação, exploração, conservação, manutenção, melhoramentos e ampliação da infraestrutura de transportes dos trechos da Rodovia RSC-28.

Em dezembro, conforme já abordado em capítulo anterior, foi publicado o edital de privatização da primeira estatal a ser repassada à iniciativa privada nesta gestão, a CEEE-D, braço de distribuição do Grupo da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE. A privatização do restante da CEEE, da CRM e da SULGÁS já foram aprovadas pela Assembleia Legislativa. Também em 2020, iniciaram-se as tratativas para Concessão de Parques e UCs através do BNDES e BRDE. No último semestre, a SEMA firmou convênio com o Ministério Público Estadual – MPRS para concretização de projetos e desenvolvimento de pesquisas. O repasse será destinado para reformas no Museu de Ciências Naturais, especificamente na sala do herbário, fundamental para pesquisa e conservação histórica do RS, e para ações na Área de Proteção Ambiental - APA do Banhado Grande, localizada em Glorinha, Gravataí e Viamão, especialmente para aquisição de equipamentos, execução de atividades de fiscalização, educação ambiental, pesquisa e manejo de espécies. Além disso, no mesmo período, a Secretaria destinou 10 m³ de madeira nativa de cedro apreendida em fiscalização para a construção de duas novas casas na aldeia indígena Yvy Poty, da etnia Mbyá Guarani, no município de Barra do Ribeiro. Esta ação reflete uma importante iniciativa de otimização de políticas públicas, norteadas pelos compromissos do Estado em apoiar o desenvolvimento dos povos indígenas.

Por fim, para dar início às boas práticas voltadas à agenda climática, algumas iniciativas foram realizadas: criação de Grupo de Trabalho formado por profissionais da SEMA e FEPAM e formalização de parceria com o Centro Brasil no Clima – CBC. Além disso, no segundo semestre, SEMA e FEPAM participaram

de um encontro on-line com o escritório da United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC, instituição da ONU que estabelece colaborações entre estados e países, qualificando políticas que minimizem as mudanças climáticas. Por meio desses encontros, iniciou-se a elaboração do cronograma e definição das atividades da Política Estadual de Mudanças Climáticas, cuja proposta é qualificar a atuação do RS, dentro das suas competências, colaborando com a promoção e adoção de mecanismos de desenvolvimento limpo e outras estratégias para o desenvolvimento sustentável.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAPDR

Órgãos Vinculados: CEASA e IRGA

Em 2020, destacam-se as ações permanentes de combate à estiagem através de programas para redução do déficit hídrico, aumento da produção e ações direcionadas ao produtor nos períodos mais críticos. Através do Programa de Apoio à Ampliação da Infraestrutura Rural, 100 poços foram perfurados, atendendo aproximadamente 5.670 famílias, e 490 famílias foram beneficiadas pela limpeza/recuperação de poços. Foram construídos 701 microaçudes e reservatórios para uso múltiplo, executados 257 projetos (terraço, curva de nível, nascente, cisterna, reservatório), atendidas 3.202 propriedades com patrulha mecanizada e recuperadas 1.991 vias de acesso à propriedade. Pelo Programa Mais Água Mais Renda, foram elaborados 311 projetos de irrigação para construção, ampliação e regularização de 261 reservatórios hídricos, acrescentando 7.102,04 ha de área irrigada ao total de 254,78 ha de área alagada. Através do Programa Redes de Água, foram licitadas sete obras de poços e rede de distribuição para atender 500 famílias assentadas da reforma agrária, com ênfase em Santana do Livramento. Em outubro, foram liberados recursos para construção de duas redes de adutoras com potencial para abastecer 450 famílias. Pelo Programa Água para Todos (convênio com Ministério da Integração Nacional), um sistema de abastecimento de água já foi concluído em Hulha Negra, beneficiando 200 famílias, e 7 novos contratos estão firmados e em início de execução.

Entre outras ações que refletiram no combate à estiagem podem ser citadas: lançamento do Programa Pró-Milho, cuja elaboração de folder focado na irrigação, armazenagem de grãos e manejo conservacionista do solo para altas produtividades auxiliou mais de 50.000 produtores; ampliação do prazo de pagamento do Programa Sementes Forrageiras pelo crédito de financiamento do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais - FEAPER, beneficiando 10 mil agricultores, produtores de leite e pecuaristas familiares; Programa Troca-Troca de sementes, possibilitando a entrega de 150 mil sacas de milho e sorgo a 51 mil agricultores familiares em 497 entidades de 388 municípios; implantação de aproximadamente 20 estações meteorológicas pelo Projeto SIMAGRO – Sistema de Monitoramento e Alertas Agroclimáticos, cujos custos são oriundos da iniciativa privada, e Cedência de Máquinas Próprias para agricultura familiar, através de Termos de Cooperação Técnica estado-município, que, desde 2019, beneficiam 69 municípios, incluindo dois consórcios.

Em relação às Melhorias da Infraestrutura Básica de Famílias Rurais em Situação de Pobreza, 292 foram beneficiadas com água para consumo e saneamento e um projeto de implantação de sistema de energia solar está pronto e apto para captação de recursos. Para incentivar a Permanência no Campo, 574 famílias de agricultores em vulnerabilidade social cadastradas no CadÚnico foram beneficiadas com tecnologias sociais para segurança alimentar e hídrica. Com recursos oriundos do Ministério da Cidadania, o Programa Segunda Água possibilitou a construção de microaçudes para irrigação e piscicultura, beneficiando mais de 240 famílias da Região Sul e Vale do Rio Pardo, e a entrega de mais de 330 kits de irrigação por gotejamento para famílias que cultivam hortaliças. Neste ano, o total de recursos investidos no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA permitiu a compra de 600 t de alimentos da agricultura familiar, sem licitação, para serem destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial. Em relação ao abastecimento de hortifrutigranjeiros do Estado em 2020, a CEASA/RS comercializou até 615.118 t, beneficiando mais de 21.000 usuários. Em média, mais de 585 t de alimentos foram doados pelo programa social da CEASA a cada quadrimestre do ano de 2020, atendendo mais de 355.500 pessoas cadastradas no projeto, o qual envolve ações de assistência alimentar, educacional e reinserção social.

Sobre as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social – ATERS desenvolvidas pela SEAPDR, foram realizadas 16.632 de base ecológica, 129.752 para agricultores familiares e 19.000 para assentados e reassentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquicultores. Através do Programa de Desenvolvimento Socioeconômico de Comunidades Quilombolas, 1.300 famílias foram atendidas com ATERS, 1.470 com provisão de sementes de milho e feijão (aquisição própria) e 209 com mais de 1.000 t de calcário. Pelo Programa de Etnodesenvolvimento de Comunidades Indígenas, realizaram-se a entrega de 5.941 kits de sementes de hortaliças, o atendimento de 2.000 famílias com ATERS e o abastecimento de 1.730 famílias com sementes de milho e feijão (aquisição própria). Além disso, salienta-se a participação de 4 aldeias na Expointer 2020 através da exposição de seu artesanato tradicional. Objetivando o Apoio aos Pescadores Artesanais, através da parceria com a EMATER, foram realizados 195 projetos para construção de 237 viveiros de piscicultura. Além disso, foi iniciado um processo licitatório para contratação de horas-máquina para construção de mais 209 viveiros para atender 172 famílias. Para Apoio e Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite e Pecuária, um total de 131 agricultores e pecuaristas foram beneficiados e 41.322 ATERS foram realizadas para produtores de leite e pecuaristas familiares.

Ações de Apoio à Agricultura Familiar e Camponesa permitiram que 411 famílias recebessem equipamentos para beneficiamento de sementes e comercialização, através de recursos do BNDES Fundo Social, e estão em execução dois convênios firmados com o Ministério da Agricultura - MAPA que beneficiam produtores de queijo artesanal serrano e produtores que fazem manejo de campo nativo em propriedades de pecuária familiar. Em relação ao Programa Leite Gaúcho e Pecuária Familiar, foram firmados 64 convênios com os municípios (recurso estadual) e estão sendo encaminhados para contratação 62 financiamentos FEAPER. No âmbito do FEAPER, ao todo foram contratadas em torno de 300 operações, contemplando o público beneficiário e suas entidades representativas (35 mil famílias beneficiadas), e houve autorização para elaboração e contratação de 209 projetos da consulta popular 2019/2020. Através do Programa Estadual de Agroindústria Familiar - PEAFF, foram realizadas 36 ATERS para agroindústrias familiares, legalizados 164 empreendimentos, habilitados 50 estabelecimentos ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF e emitidos 131 pareceres favoráveis de FEAPER para agroindústria referente à consulta popular 2019/2020. Através do Programa de apoio à Permanência do Jovem no Campo, foi realizada inscrição para 471 Bolsas Juventude Rural. A contratação será feita pelo FEAPER, com recursos do Estado, operados pelo Badesul. Pelo Programa de Extensão Cooperativa, 14 assessoramentos foram realizados, 20 cooperativas/associações foram beneficiadas com intercooperação, 139 providas com ATERS efetuadas pelas Unidades de Cooperativismo - UCPs, 31 atendidas com diagnóstico para conhecer a sua realidade, 23 amparadas com plano de gestão e 42 receberam qualificação.

Em 2020, as Atividades de Vistoria, Regularização e Reorganização Fundiária geraram: levantamento topográfico em 6.680 ha, expedição de 109 termos de concessão de uso, implantação de 100 imóveis no cadastro rural, emissão de título para 15 famílias de agricultores de assentamento/reassentamento rural, um projeto do acervo fundiário digitalizado e apto para captação de recursos, além de mais de 130 processos administrativos (exclusões, inclusões, transferência de titularidade, troca de lotes, entre outros). Atendendo às solicitações de vistorias de Proagro nas lavouras financiadas pelo Crédito Rural, a EMATER/RS realizou vistorias em mais de 10 mil lavouras de soja e 6,1 mil lavouras de milho. Para o Programa de Regularização Fundiária de Terras Devolutas Rurais, analisaram-se 5.286 processos de usucapião, confeccionou-se 24 croquis de áreas demarcadas e realizaram-se a abertura de processos, a análise de processos para o Incra em faixa de fronteira, a expedição de certidões sobre áreas tituladas e outros procedimentos administrativos. Em relação aos Serviços Digitais, foi realizado o mapeamento dos macro/micro processos (totalizando 230 microprocessos), foram publicadas 5 normas reguladoras e desenvolvidos dois aplicativos, o AquaTilápia, que trata sobre as principais doenças bacterianas que afetam a tilápia, e o BovCria, que auxilia na adoção de boas práticas de manejo para alcançar melhores índices reprodutivos dos rebanhos. Além disso, houve a implantação do novo Sistema de Protocolo Geral do Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor – IPVDF, laboratório oficial de sanidade animal do RS, permitindo a emissão de mais de 40.000 exames, gerando a receita de R\$ 230.027,00 para a SEAPDR. Através do Projeto Integração Virtual, foram adquiridos equipamentos necessários para a realização de videoconferências, com recursos do FUNDESA. Em agosto foi proposto o Projeto Otimização de Internet, que objetiva a redução de custos com a internet fornecida pela PROCERGS para as Inspetorias no interior do Estado. Neste ano, também foi criado um sistema para cadastro

de cultivos sensíveis a herbicidas hormonais. O módulo de culturas sensíveis já está disponível para o produtor rural com acesso via internet, permitindo que o estado possa identificar as áreas de cultivos sensíveis aos herbicidas hormonais, tais como oliveiras, macieiras, noz pecan, citros, uvas, etc.

Em 2020, a SEAPDR executou 131 projetos de pesquisa em 12 áreas com inserção nas principais cadeias agropecuárias do Estado, com captação de aporte financeiro externo e arrecadação própria de serviços e resíduos de pesquisa, gerando conhecimento e soluções para o setor agropecuário gaúcho. Com o intuito de promover a interação tecnológica e divulgar tecnologias agropecuárias, foram realizados aproximadamente 17 eventos online por videoconferência, possibilitando que 11.271 pessoas ampliassem seu conhecimento em diferentes temas. Além disso, 8 unidades demonstrativas foram instaladas (Santa Maria, Dom Pedrito e São Francisco de Paula), 54 publicações técnicas foram geradas e um levantamento completo de dados foi realizado para a elaboração do boletim anual Radiografia da Agropecuária Gaúcha 2020. Em parceria com a Universidade Estadual da Carolina do Norte (EUA) e o Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal - FUNDESA, a SEAPDR implantou um sistema de análise de rede de movimentação animal, o qual aperfeiçoou a atividade de fiscalização agropecuária e de controle de doenças sanitárias, permitindo a verificação de toda a cadeia de vínculos entre as propriedades, diretos e indiretos. Devido a essa agilidade na seleção de propriedades a serem fiscalizadas, possibilitando uma rápida ação em caso de focos sanitários, o convênio foi renovado por mais dois anos.

Visando o Avanço da Condição Sanitária, em março foi realizada a última etapa de vacinação contra febre aftosa em todo rebanho bovino e bubalino. O reconhecimento nacional de zona livre de aftosa sem vacinação foi obtido em setembro, impactando em ajustes no trânsito de animais vindos de outros estados e habilitando o envio do pleito para reconhecimento internacional à Organização Internacional de Saúde Animal - OIE. Com a retirada da vacinação, as atenções se voltaram aos países vizinhos que mantêm sua obrigatoriedade realizando-se a fiscalização de trânsito e propriedades na fronteira do RS. Ao todo, 100 projetos foram executados, os quais foram complementados após implantação do Programa de Vigilância Sanitária de Fronteira - Sentinela no segundo semestre, em parceria com a SSP. Complementando essas ações, a modernização da Inspeção de Defesa Agropecuária foi concluída em Santana do Livramento, 9 atividades de mitigação de risco foram implantadas e 60 módulos de inspeção à campo foram concluídos, incluindo os módulos Febre Aftosa, Contagem de Rebanho e Fiscalização de Trânsito. Para realização de monitoramento de enfermidades com inquérito sorológico, 17.000 mil amostras foram coletadas para verificação de Febre Aftosa em 330 propriedades. Em relação às atividades de Defesa e Inspeção Animal e Vegetal, foram realizadas 527 barreiras fitossanitárias, 439 barreiras sanitárias, 431 fiscalizações de insumos, 362 supervisões em estabelecimentos registrados e 2 auditorias para adesão ao SISBI-POA em Serviços de Inspeção Municipais demandadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Em relação à Vigilância Sanitária, 325 monitoramentos de pragas das culturas agrícolas foram realizados e 189 propriedades com certificação fitossanitária foram fiscalizadas, inspecionando-se 10.268 ha de soja, 972 ha de milho e mais de 600 ha de outras culturas. Visando à proteção ao ingresso de pragas, foram inspecionadas 4.682 cargas ingressantes no estado e recolhidas 44 remessas de sementes recebidas pelo correio do exterior, sem controle fitossanitário, acompanhando compras em plataformas de e-commerce. Dessa forma, 50.733 permissões de trânsito vegetal foram emitidas para comercialização certificada de produtos vegetais isentos de pragas para o Brasil e exterior. Para atuação em certificação fitossanitária, foram formados 55 novos técnicos através de curso de formação. Em relação à fiscalização de uso e comercialização de agrotóxicos, foram instituídos canais de denúncia para uso inadequado de agrotóxicos, com foco agrotóxico 2,4-D e outros agrotóxicos hormonais, por e-mail ou whatsapp. Através do Projeto de Educação Sanitária na Área Vegetal, foram realizadas 76 ações de educação envolvendo o manejo preventivo de pragas e uso correto de agrotóxicos e 32 eventos presenciais e virtuais. Além disso, foi elaborado plano emergencial para supressão/controle do gafanhoto *Schistocerca gregaria*, devido à sua proximidade na fronteira com a Argentina, com prejuízos potenciais estimados em R\$ 1,5 milhão/dia de infestação nas lavouras gaúchas. Devido à pandemia, algumas atividades tiveram que ser adaptadas para a realização do teletrabalho pela SEAPDR: 35.494 guias de livre trânsito – GLT foram analisadas via SISDEVIN/DAS para possibilitar a inspeção de vinhos e derivados de uva e vinho, assim como 131 estabelecimentos de comércio/produção de vinhos e derivados de uva foram fiscalizados através de sistemas de controle (as denúncias foram apuradas in loco).

Neste ano, foram realizadas 247 coletas para microvinificação e, após um ano com as atividades paralisadas, houve a reabertura do Laboratório de Referência Enológica Evanir da Silva - LAREN em abril, possibilitando a realização de 4.980 análises laboratoriais de vinhos e derivados e de resíduos de agrotóxicos e contaminantes em amostras de produtos de origem vegetal. Ao longo do ano, foram analisadas pelo Instituto Rio Grandense do Arroz - IRGA 8.891 amostras de sementes, solos, águas e tecidos vegetais para atender produtores de arroz do RS, bem como setores de Extensão e Pesquisa em orizicultura do Instituto. O laboratório da Seção de Solos e Águas da Estação Experimental do Arroz do IRGA recebeu o certificado de controle de qualidade 2020 da Rede Oficial de Laboratórios de Análise de Solo e de Tecido Vegetal dos RS e Santa Catarina. Para proporcionar ao produtor o melhor conhecimento disponível para produzir de forma sustentável, a autarquia beneficiou 19.372 produtores com ATERS.

Para evitar crises e reduzir assimetrias na produção, comercialização e industrialização de produtos agropecuários, em 2020, foi criada a Câmara Temática do MERCOSUL e Comércio Exterior, sendo um fórum de discussão no âmbito do bloco composto por 38 entidades e órgãos de governo. Para manter a interação e diálogo com as cadeias produtivas agropecuárias, foram realizadas 50 reuniões de Câmaras Setoriais tratando de temas relevantes ligados ao agronegócio Gaúcho e seus respectivos setores. Para comercialização e fortalecimento dos sistemas locais e regionais de abastecimento, foram realizadas 150 ATERS para beneficiários de feiras apoiadas pela SEAPDR e 10 feiras receberam esse apoio. Especificamente no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, 12 eventos foram apoiados e um novo modelo de feira foi realizado, a Expointer Digital 2020, desenvolvida em formato híbrido: parte virtual e parte presencial, com provas e julgamentos sem público. Mais de 2 mil carros passaram pelo drive thru da agricultura familiar e, na agenda cultural, foram realizadas 60 apresentações de artistas gaúchos. Para celebrar os 50 anos do Parque, realizaram-se eventos comemorativos, placa alusiva ao aniversário e concurso de pintura e escultura artística. Destaca-se que os quatro canais da feira exibiram mais de 300 horas de conteúdo audiovisual, com transmissão ao vivo de 47 eventos, totalizando 187 mil visualizações durante os nove dias. Desde 29/08, a plataforma de negócios Expointer Digital Máquinas Agrícolas, contabiliza mais de 70 mil acessos de todo o Brasil e de 38 países.

PRIORIDADES PARA 2021

A construção do Acordo de Resultados 2021 – AR 2021 começou a ser desenhada em maio de 2020, concomitantemente à 1ª revisão do PPA 2020-2023, à elaboração da LDO 2021 e à elaboração do PLOA 2021. Partindo de uma carteira de projetos estratégicos em andamento, iniciou-se um processo de revisão do alinhamento estratégico para com os instrumentos formais de planejamento.

As equipes do Departamento de Planejamento – DEPLAN, do Departamento de Orçamento e Finanças – DOF e do Departamento de Acompanhamento Estratégico – DAE atuaram em conjunto para aperfeiçoar a integração dos projetos estratégicos com as iniciativas, ações programáticas, programas temáticos e eixos estratégicos, no caso do PPA, e com os instrumentos de programação e subtítulos orçamentários, no caso do PLOA.

Em que pese a construção do AR 2021 tenha sido iniciada anteriormente, a estruturação da carteira de projetos estratégicos propriamente dita, com seus indicadores e metas para 2021, foi elaborada nos meses de novembro e dezembro. Partiu-se de uma carteira preliminar de projetos em diferentes estágios de desenvolvimento, estando alguns mais avançados, necessitando apenas da definição de metas e, outros, em fase inicial, para os quais foram realizadas desde as sessões de ideação até a definição de indicadores e metas.

Ao todo, foram realizadas mais de 90 reuniões, envolvendo cerca de 280 pessoas das 24 Secretarias de Estado, para a formatação do AR 2021, que resultou em 244 projetos elencados como estratégicos. Desse total, 72 envolvem a realização de obras, e 35 envolvem tecnologias de informação e comunicação.

Com relação ao Mapa Estratégico, a distribuição dos projetos para 2021 se dará da seguinte forma: 24 projetos no eixo Estado Sustentável (Tabela 35), 43 projetos no eixo Governança e Gestão (Tabela 36), 99

projetos no eixo Sociedade com Qualidade de Vida (Tabela 37) e 78 projetos no eixo Desenvolvimento Empreendedor (Tabela 38).

Tabela 35 - Projetos Estratégicos no Eixo Estado Sustentável

Nº	Projeto Estratégico	Órgão
1	Aperfeiçoamento da execução e defesa fiscal	PGE
2	Institucionalização da política de negociação	PGE
3	Qualificação do estoque de crédito judicial	PGE
4	Modernização dos Sistemas de Informação de Cobrança Judicial e Inteligência Fiscal	PGE
5	Negocia RS	SAAM
6	Receita Digital 2030	SEFAZ
7	Adesão ao Regime de Recuperação Fiscal	SEFAZ
8	Programa da Qualidade do Gasto	SEFAZ
9	APP RS Servidor	SEFAZ
10	Implantação da Lei Anticorrupção Estadual	SEFAZ
11	MINA – Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria	SEFAZ
12	Portal da Transparência Unificado	SEFAZ
13	Pensão Previdenciária Eletrônica	SEFAZ
14	RHE Previdência	SEFAZ
15	Gestão de Investimentos Previdenciários	SEFAZ
16	Parcerias Público-Privadas - Saneamento	SEMA
17	Concessão da RSC – 287	SEPAR
18	Concessão da Estação Rodoviária de Porto Alegre	SEPAR
19	Concessão do Parque Zoológico de Sapucaia do Sul	SEPAR
20	Concessão Rodovias EGR e trechos DAER – 1151 km	SEPAR
21	PPP em Sistema Prisional - Erechim	SEPAR
22	Concessão do Cais Mauá	SEPAR
23	Concessão dos Aeroportos de Passo Fundo e de Santo Ângelo	SEPAR
24	Modernização das Centrais de Atendimento TudoFácil	SJCDH

Tabela 36 - Projetos Estratégicos no Eixo Governança e Gestão

Nº	Projeto Estratégico	Órgão
1	Programa de Qualificação e Sensibilização de Agentes Públicos Estaduais em Controles Público e Social	CC
2	Programa DETRAN Digital - PDD	SSP
3	Agricultura com Acesso Digital	SEAPDR
4	Comunicação Interna e Endomarketing	SECOM
5	Palácio Aberto	SECOM
6	Rio Grande no Brasil e no Mundo	SERFI
7	Rio Grande para Todos	SERFI
8	Rio Grande Conectado	SERFI
9	UERGS Digital	SICT
10	Estruturação da Gestão Documental do Estado - PNUD	SPGG
11	Desburocratização do Patrimônio Imobiliário do Estado	SPGG
12	Permuta de Imóveis	SPGG
13	Fortalecimento da Gestão Estratégica de Pessoas	SPGG
14	Cultura e Desenvolvimento Organizacional	SPGG
15	Ações de Qualificação - EGOV	SPGG
16	Ações de Prevenção e Promoção da Saúde do Servidor	SPGG
17	Implantação de práticas inovadoras de gestão (PNUD)	SPGG
18	Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais - IEDE	SPGG
19	Avaliação de políticas públicas	SPGG
20	Novos Indicadores e estudos	SPGG
21	Sistema Integrado de Projetos Públicos - SIPP	SPGG
22	Governança Estratégica	SPGG
23	Governança de TIC.	SPGG
24	Inovação Tecnológica	SPGG
25	Regionalização de Governo	SPGG
26	Consulta Popular RS	SPGG
27	Sistema Único de Fomento	SPGG
28	BIMGov	SPGG
29	SGO	SPGG
30	Otimização das Compras Públicas	SPGG
31	CELIC Digital	SPGG
32	Política de Relacionamento do Estado com o Cidadão	SPGG
33	Licenciamento Integrado	SPGG
34	Implementação da Lei de Liberdade Econômica	SPGG
35	Integração à Redesimples	SPGG
36	RS.GOV.BR	SPGG
37	Modelos de Atendimento	SPGG
38	Teleatendimento	SPGG
39	Mobiliza RS	SPGG
40	PPCI do CAE	SPGG
41	Gestão dos Serviços Transversais	SPGG
42	Gestão da Frota	SPGG
43	Acompanhamento das Estatais	SPGG

Tabela 37 - Projetos Estratégicos no Eixo Sociedade com Qualidade de Vida

Nº	Projeto Estratégico	Órgão	Nº	Projeto Estratégico (cont.)	Órgão
1	Aperfeiçoamento da Comissão Estadual P2R2	CM	51	Qualificação e Bem-Estar – Centro de Formação de Profissionais da Educação	SEDUC
2	Reaparelhamento e Modernização da Defesa Civil Estadual	CM	52	Qualificação e Bem-Estar - Obras Escolares	SEDUC
3	Expansão do Sistema de Gerenciamento de Risco e Desastre - SEGIRD	CM	53	Qualificação e Bem-Estar - Segurança Alimentar	SEDUC
4	GESEg - Gestão Estatística de Segurança Pública	GVG	54	CETE Sustentável	SEL
5	Plano Estadual de Segurança e Defesa Social	GVG	55	Pró Esporte RS	SEL
6	Escola Adota um Monumento	GVG	56	Circuito Esportivo e Paradesportivo	SEL
7	Xadrez Escolar	GVG	57	Reestruturação do Esporte Gaúcho	SEL
8	Ospa Social	GVG	58	Parque Náutico Estadual	SEL
9	A3 - Social	GVG	59	Concessões de Parques e Unidades de Conservação	SEMA
10	Prevenção da Violência contra as Mulheres	GVG	60	Plano Estadual de Saneamento - PLANESAN RS	SEMA
11	Sistema Automatizado de Indexação Balística	SSP	61	Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção	SEMA
12	Sistema SINARM	SSP	62	Reorganização dos serviços ambulatoriais e hospitalares no RS	SES
13	Plano de Reposição do Efetivo da Segurança Pública	SSP	63	Implantação do Programa dos Incentivos Hospitalares	SES
14	AISP - Áreas Integradas de Segurança Pública	SSP	64	Qualificação das ações de imunização (Cobertura Vacinal)	SES
15	Novos Veículos de Resgate do CMBRS	SSP	65	Controle do Aedes aegypti	SES
16	31º Batalhão da Brigada Militar - Guaíba	SSP	66	Desinstitucionalização dos Usuários Moradores do Hospital São Pedro	SES
17	33º Batalhão da Brigada Militar - Sapucaia do Sul	SSP	67	Qualificação do cuidado integral à saúde à pessoa idosa no Estado	SES
18	Batalhão CBM - Guaíba	SSP	68	IST, HIV/AIDS e coinfeções: ações de educação, prevenção e assistência.	SES
19	Delegacia de Polícia de Esteio	SSP	69	Primeira Infância Melhor (PIM)	SES
20	Delegacia de Polícia de Sapucaia do Sul	SSP	70	Política de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtornos do Espectro Autista (TEA)	SES
21	PISEG - Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública	SSP	71	Informatização das Centrais Hospitalares e Ambulatoriais	SES
22	Gestão dos Órgãos de Licenciamento para Desburocratização - SOL Bombeiros	SSP	72	Implementação informatizada dos sistemas de urgência	SES
23	PAC Prevenção de Inundações	SAAM	73	Modernização da Central de Transplantes	SES
24	Cadeia Pública de Alegrete – 286 vagas	SEAPEN	74	Promoção do acesso a medicamento padronizados de responsabilidade estadual	SES
25	Cadeia Pública de Caxias do Sul– 388 vagas	SEAPEN	75	Fomento à implantação do Cuidado Farmacêutico no RS	SES
26	Cadeia Pública de Rio Grande – 388 vagas	SEAPEN	76	Qualificação da Gestão da Assistência Farmacêutica no RS	SES
27	Cadeia Pública Feminina de Passo Fundo – 286 vagas	SEAPEN	77	Gestão de Obras dos Centros da Juventude	SJCDH
28	Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional – NUGESP 708 vagas	SEAPEN	78	Gestão de Obras dos Centros de Atendimento Socioeducativo	SJCDH
29	Penitenciária Estadual de Guaíba – 672 vagas	SEAPEN	79	Delegacia Cidadã - 5ª DP da Lomba do Pinheiro	SJCDH
30	Presídio Estadual de Cachoeira do Sul – 130 vagas - Ampliação	SEAPEN	80	Módulos Escolares - FASE	SJCDH
31	Presídio Regional de Passo Fundo – 103 vagas - Ampliação	SEAPEN	81	Mediar – Negociação das Ações Cíveis Públicas (FASE)	SJCDH
32	Penitenciária Estadual de Sapucaia do Sul – 600 vagas	SEAPEN	82	Observatório da Socioeducação	SJCDH
33	Presídio Estadual de Três Passos-106 vagas – Ampliação	SEAPEN	83	Juventude 4.0	SJCDH
34	Presídio Estadual de Getúlio Vargas-250 vagas – Ampliação	SEAPEN	84	CJ Sustentável	SJCDH
35	Presídio Estadual de Lagoa Vermelha-240 vagas - Ampliação	SEAPEN	85	Fortalecimento da Cidadania por meio de Políticas Públicas	SJCDH
36	Fomento à Cultura	SEDAC	86	Reforma do Centro de Convivência e Profissionalização - CECONP	SJCDH
37	Qualificação e Sustentabilidade das Instituições Culturais	SEDAC	87	Fortalecimento das Políticas de Atendimento às Mulheres	SJCDH
38	Gestão e Inovação - Sistema Híbrido de Ensino	SEDUC	88	Implantação do Serviço de Atenção à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	SJCDH
39	Gestão e Inovação - Gestão Integrada	SEDUC	89	Regulariza RS-Regularização Fundiária Urbanística	SOP
40	Gestão e Inovação - Mais Parcerias	SEDUC	90	Projetos executivos para implantação de PPCL em Escolas	SOP
41	Gestão e Inovação - Modelo de Oferta de Vagas para Rede Estadual – EJA	SEDUC	91	RS TER - Qualificação Profissional	STAS
42	Gestão e Inovação - Regime de Colaboração	SEDUC	92	RS TER - Acesso ao Crédito	STAS
43	Gestão e Inovação – Tecnologias para Educação – Equipamentos	SEDUC	93	Artesanato Gaúcho	STAS
44	Gestão e Inovação – Tecnologias para Educação - Conteúdo e Conexão	SEDUC	94	RS TER - Acesso ao Mercado	STAS
45	Gestão e Inovação - Tecnologias para Gestão	SEDUC	95	Sistema Estadual de Gestão Digital de Assistência Social	STAS
46	Gestão e Inovação - Profissionalização da SEDUC	SEDUC	96	Criança Feliz (Primeira Infância Feliz no SUAS)	STAS
47	Aprendizagem - Currículo em ação	SEDUC	97	Hortas Urbanas - Coletivo Vivo	STAS
48	Aprendizagem - Implementação do Novo Ensino Médio	SEDUC	98	Pró-Social FEAP	STAS
49	Aprendizagem - Sistema de Avaliação do Ensino do RS	SEDUC	99	Acolhimento dos Moradores em Situação de Rua	STAS
50	Aprendizagem - Educação Profissional RS	SEDUC			

Tabela 38 - Projetos Estratégicos no Eixo Desenvolvimento Empreendedor

Nº	Projeto Estratégico	Órgão	Nº	Projeto Estratégico (cont.)	Órgão
1	RS Uniforme	PGE	41	Acesso Municipal Cruzaltense	SELT
2	Aperfeiçoamento e qualificação do sistema de transporte metropolitano (Grande POA)	SAAM	42	Acesso Municipal Pirapó	SELT
3	Regulamentação da Lei 14.293/2013, que cria a Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG)	SAAM	43	Acesso Municipal Novo Tiradentes	SELT
4	Aperfeiçoamento e qualificação do sistema de transporte RMSG e aglomerados	SAAM	44	Ligação Regional Cachoeira do Sul – Rio Pardo	SELT
5	Certificação de zona livre de Febre Aftosa sem vacinação	SEAPDR	45	Ligação Regional Maçambará-Alegrete	SELT
6	Fortalecimento de Cooperativas da Agricultura Familiar	SEAPDR	46	Ligação Regional Cambará do Sul – São José dos Ausentes	SELT
7	Integração da Agricultura	SEAPDR	47	Ligação Regional Nova Roma-Antônio Prado	SELT
8	Qualificação da disponibilização de sementes para a Agricultura Familiar	SEAPDR	48	Ligação Regional Crissiumal-Horizontina	SELT
9	Fomento a assentamentos, reassentamentos, aquicultores e Povos e Comunidades Tradicionais	SEAPDR	49	Ligação Regional Iraí-Planalto	SELT
10	Combate à estigagem	SEAPDR	50	Ligação Regional Rolador-Cerro Largo	SELT
11	Incremento à produção e qualidade do milho – Pró Milho	SEAPDR	51	Ligação Regional Manoel Viana - ERS-287	SELT
12	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Agropecuária Gaúcha	SEAPDR	52	ERS – 118 Ruas Laterais, alças e interseção	SELT
13	Estruturação da Gestão dos Fundos	SEAPDR	53	Passarelas sobre a ERS-118 para pedestres	SELT
14	Fortalecimento da Defesa Vegetal e Segurança Alimentar de Origem Vegetal	SEAPDR	54	Gestão de Transporte Coletivo - GTC	SELT
15	Sistema Estadual de Cultura	SEDAC	55	Ampliação e Reaparelhamento do Aeroporto de Passo Fundo	SELT
16	RS Criativo	SEDAC	56	Projetos de modernização do Aeroporto de Santo Ângelo	SELT
17	Invest RS	SEDETUR	57	Novo Marco da AGERGS	SEMA
18	RS Competitivo	SEDETUR	58	Privatização CEEE Distribuição	SEMA
19	RS Turismo	SEDETUR	59	Privatização CEEE Geração	SEMA
20	Polo Integrado da Química	SEDETUR	60	Privatização CEEE Transmissão	SEMA
21	FUNDOPEM 4.0	SEDETUR	61	Privatização SULGÁS	SEMA
22	Junta Comercial Integrada	SEDETUR	62	Privatização CRM	SEMA
23	Aplicação de Recursos Internacionais na Economia do RS	SEDETUR	63	Projeto de Lei para Regulação dos Serviços de Distribuição de Gás	SEMA
24	BRDE Labs	SEDETUR	64	Sistema Online de Licenciamento Ambiental - SOL	SEMA
25	Programa BADESUL de Sustentabilidade	SEDETUR	65	Programa Energia Forte no Campo	SEMA
26	Implantação do Plano de Dragagem	SELT	66	Modernização da Lei Estadual de Recursos Hídricos - Lei 10.350	SEMA
27	Controle de Tráfego Portuário e Hidroportuário	SELT	67	Prog. Monitoramento de Licenc. de Empreendimentos Estruturantes	SEMA
28	Implementação do Novo Modelo de Gestão Portuária e Hidro Portuária	SELT	68	Inova RS	SICT
29	Gestão Ambiental de Rodovias Pedagiadas	SELT	69	Tech Futuro	SICT
30	Manutenção Viária de Rodovias Pedagiadas	SELT	70	Startup Labs	SICT
31	Acesso Municipal Coqueiro Baixo	SELT	71	Conecta RS	SICT
32	Acesso Municipal Pinheirinho do Vale	SELT	72	Consolidação do Campus Central da UERGS	SICT
33	Acesso Municipal Ponte Preta	SELT	73	Game RS	SICT
34	Acesso Municipal Lagoa Bonita do Sul	SELT	74	Barragem Jaguari e Sistemas Associados	SOP
35	Acesso Municipal Itacurubi	SELT	75	Barragem Taquarembó e Sistemas Associados	SOP
36	Acesso Municipal Rolador	SELT	76	Horas-Máquina para Enfrentamento à Estigagem	SOP
37	Acesso Municipal Cerrito	SELT	77	Nenhuma Casa sem Banheiro	SOP
38	Acesso Municipal Mariano Moro	SELT	78	Perfuração de Poços Profundos	SOP
39	Acesso Municipal São Pedro das Missões	SELT			
40	Acesso Municipal Ametista do Sul	SELT			

O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A pandemia mundial da COVID-19 trouxe ao Estado do Rio Grande do Sul um sinal de alerta para uma doença de fácil transmissão, com aumento exponencial de casos e percentual considerável de pacientes que provavelmente necessitariam de leitos clínicos e de Unidades de Tratamento Intensivo – UTIs. Caso o avanço da doença repetisse o que se verificava em outros países, havia uma ameaça iminente de colapso da rede de saúde e prejuízos importantes para a economia em virtude de necessárias medidas de isolamento social.

Dentre os estados brasileiros, a ameaça era ainda maior ao RS, por possuir o maior percentual de idosos do Brasil – população mais suscetível a complicações decorrentes da doença. Assim, o Governo, em parceria com o setor privado e a sociedade, adotou diversas ações de prevenção, combate e enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, resumidas em sua Estratégia COVID-19.

No dia 30 de janeiro, quando a Organização Mundial da Saúde – OMS declarou Emergência em Saúde Pública em virtude do avanço do novo coronavírus na China, o Governo do Rio Grande do Sul já havia, dois dias antes, criado o Centro de Operações de Emergências – COE COVID-19. Em 2 de fevereiro, era lançado o Plano de Contingência e Ação Estadual do Rio Grande do Sul para Infecção Humana COVID-19, para se preparar para o monitoramento, o controle e a assistência a possíveis casos, ainda sem registro à época no País. A organização buscava, conforme o número de casos e a gravidade dos quadros clínicos, assegurar a existência de leitos de retaguarda no Estado e avaliar, de imediato, a viabilidade de novos leitos na rede hospitalar contratualizada pelo Sistema Único de Saúde.

Diante dos primeiros casos confirmados no Estado, em março, foi instituído o Gabinete de Crise para Enfrentamento da COVID-19, composto por oito comitês específicos: Comitê de Comunicação, Comitê de Logística e Abastecimento, Comitê Econômico, Comitê de Políticas Sociais e Educação, Comitê de Segurança Pública e Sistema Prisional, Comitê Científico, COE COVID-19 Saúde e Comitê de Dados. Assim, o Governo passou a contar com o apoio técnico de especialistas e de entidades da sociedade e do Governo para a construção conjunta de ações, reunidas na Estratégia COVID-19. No mesmo ato, foram editados os primeiros decretos contendo medidas temporárias de prevenção, como a suspensão das aulas, a restrição ao comércio e a proibição de eventos, com o objetivo de reduzir a circulação de pessoas e minimizar a transmissão e a propagação do vírus. Essas medidas foram prorrogadas até o final de abril na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Paralelamente, foi construído e implementado o novo sistema de monitoramento de leitos⁹, para acompanhamento diário dos casos de internação com suspeita ou confirmação da COVID-19 ou outra Síndrome Respiratória Aguda Grave – SRAG, em hospitais públicos e privados no Rio Grande do Sul. O sistema permitiu a confirmação, pelos hospitais, quanto ao número de leitos clínicos, leitos de UTI e de respiradores disponíveis, potencializando o monitoramento diário, a alocação de vagas, facilitando transferências possíveis via regulação e qualificando as tomadas de decisões e ações do Governo do Estado.

Com a utilização dos dados de hospitalizações, casos e óbitos gerados pela Secretaria da Saúde, além dos dados fornecidos pelo Ministério da Saúde e das bases de dados internacionais da Universidade de Johns Hopkins, informar a população e os gestores públicos foi uma prioridade, através de estudos fornecidos de forma pública¹⁰. Boletins diários de hospitalizações e de casos confirmados e óbitos foram disponibilizados, mostrando a evolução da pandemia no RS, no Brasil e no mundo. Projeções de óbitos e da necessidade do número de leitos, comparativos de excesso de óbitos entre os estados, evolução dos índices de isolamento das regiões COVID e acompanhamento da arrecadação estadual também foram análises recorrentemente

⁹ <https://covid.saude.rs.gov.br/>

¹⁰ <https://planejamento.rs.gov.br/comite-de-dados>

compartilhadas. Adicionalmente, foram elaborados diversos estudos relacionando os efeitos da pandemia em áreas como economia, assistência social, educação, transporte público, entre outros.

No mesmo sentido, diante da necessidade de coletar dados e informações para orientar a tomada de decisão em meio à crise, no dia 30 de março, foi anunciada a realização do EPICOV11, em parceria com universidades gaúchas, coordenado pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, para realizar uma pesquisa epidemiológica de base populacional, inédita no mundo. A partir de amostragens epidemiológicas sequenciais, a pesquisa permitiu identificar a prevalência da doença por regiões do Estado, o contingente de pessoas sintomáticas e assintomáticas atingidas pelo novo coronavírus, projetar a incidência de casos mais graves e o grau de letalidade da doença, além de trazer informações importantes sobre o comportamento da população perante a pandemia. Ao todo, foram realizadas oito fases da pesquisa, de abril a setembro, que permitiram ao Estado acompanhar a evolução da doença e os comportamentos dos entrevistados com relação à pandemia.

Esforços também foram realizados na tentativa de ampliação da capacidade de testagem, permitindo aos municípios orientarem ao isolamento as pessoas infectadas, compondo uma das estratégias mais eficazes em países que conseguiram controlar a pandemia do coronavírus. Em julho, foi lançado o TESTAR RS, que ampliou a capacidade de testagem diária de RT-PCR no Estado de 1.000 para 8.000, buscando promover a quebra da cadeia de transmissão do vírus.

Antes disso, sendo a recomendação mais segura para frear a propagação do vírus, o necessário distanciamento social impôs ao Estado a necessidade de evitar aglomerações, gerando restrições cujas consequências sobre o emprego e a renda da população, bem como sobre a sobrevivência de empresas estabelecidas, já se apresentavam em outros países e se mostravam iminentes. Sendo limitada a capacidade de endividamento do Estado, já acometido pela crise fiscal, o Governo necessitava de um plano de contingência não só para administrar a capacidade hospitalar, mas também para administrar a necessidade de maior ou menor restrição às atividades, conforme o avanço da doença, evitando um cenário de lockdown e a paralisação completa das atividades. Sendo incerto o seu fim, tratava-se, pois, de construir e implementar um plano de convivência com a pandemia. O desafio que se apresentava era encontrar o necessário equilíbrio entre a prioridade máxima de salvar vidas com o menor impacto econômico-social.

Diante das evidências e experiências nacionais e internacionais disponíveis e acumuladas no período, e ancorado nos dados coletados nos sistemas já existentes ou nos recém-criados, bem como no intenso diálogo entre especialistas, gestores municipais e representantes de setores econômicos e sociedade, no dia 8 de maio, dois meses após o registro do primeiro caso, o Governo do RS apresentou o Modelo de Distanciamento Controlado. Construído com base em uma metodologia objetiva e transparente, intersetorialmente debatida, sustentando-se em dados públicos, o Modelo de Distanciamento Controlado foi pioneiro, ao propor uma estratégia modulada regionalmente e setorialmente, ao invés da adoção de restrições mais rigorosas e uniformes no território. O modelo foi construído com a participação, dentre outros profissionais, de médicos e estatísticos, com a presença de técnicos das Secretarias de Saúde e Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul, além de quadros externos convidados.

O Distanciamento Controlado materializa uma estratégia de gestão pública baseada fundamentalmente em dados e evidências disponíveis, que serviu de benchmarking para a gestão da crise em mais de sete estados brasileiros. Foi construído com base em critérios de saúde e de atividade econômica, sempre priorizando a vida. O Estado foi regionalizado conforme a estrutura de atendimento hospitalar, sendo criado um sistema de bandeiras que alerta o grau de risco, apurado semanalmente, nas 21 regiões¹² em que o território gaúcho foi dividido.

Para a elaboração do sistema de bandeiras, calibrou-se o conjunto de 11 indicadores na busca por acompanhar tanto a velocidade de propagação da doença (sete indicadores que somam 50% da nota final), quanto a capacidade do sistema de saúde instalado em responder aos novos casos (quatro indicadores que somam 50% da nota final). Quanto à escala de regionalização desses indicadores, quatro são especificamente para a Região COVID (somando 38,75% da nota final), cinco são relativos à Macrorregião de Saúde (somando

¹¹ <https://www.estado.rs.gov.br/estudo-epidemiologico-pesquisa-de-prevalencia>

¹² Inicialmente eram 20 regiões.

36,25% da nota final) e dois são contabilizados para o Estado como um todo (somando 25,00% da nota final). Assim, buscou-se salientar o princípio de solidariedade do sistema de saúde: se determinada região está com bons indicadores próprios, mas sua macrorregião está com a capacidade de atendimento comprometida ou com um nível de propagação muito elevado, esse risco é apontado na nota da região. De igual forma, quando o Estado, como um todo, apresenta sinais de esgotamento em sua capacidade de atendimento, todas as regiões sofrem efeitos em sua nota final, uma vez que aumentam-se os riscos de, na hipótese de faltarem leitos, não haver disponibilidade em outras regiões.

O Modelo foi inovador ao regionalizar a aplicação de protocolos conforme o grau de risco manifesto nas diferentes regiões de saúde, mensurado a partir do resultado agregado dos indicadores de propagação da doença e de capacidade de atendimento hospitalar. O risco, informado por meio das bandeiras, traduz visualmente o nível de alerta relativo à propagação e à capacidade de atendimento do sistema de saúde, determinando a restrição à circulação de pessoas e à operação das atividades econômicas. São quatro bandeiras, do menor risco/restrrição para o maior risco/restrrição: amarela, laranja, vermelha e preta. Cada bandeira conta com protocolos gerais e protocolos segmentados obrigatórios, a serem seguidos pelos diferentes setores econômicos.

Nesse sentido, o Distanciamento Controlado permitiu que, se uma determinada localidade apresentar um aumento significativo nos índices de infecção e atingir a capacidade de atendimento hospitalar, seu nível de restrição será ampliado. Por outro lado, se a curva for reduzida, as medidas de distanciamento também serão flexibilizadas. Dessa forma, modulam-se as medidas conforme o comportamento da doença no território, evitando a adoção de doses exacerbadas de restrição ou liberação de maneira generalizada.

O modelo definiu um conjunto de protocolos gerais obrigatórios para todas as atividades, bem como diferentes critérios de funcionamento (tetos e modos de operação). O desenho de protocolos de prevenção foi fundamentado em experiências nacionais e internacionais. Trata-se de um conjunto de 11 protocolos gerais obrigatórios para todas as atividades, além de 2 protocolos recomendados, complementados por portarias específicas da Secretaria da Saúde, quando necessário. Abordam desde o uso da máscara, o distanciamento e a higienização de ambientes, até o cuidado e a proteção no trabalho e no atendimento de grupos de risco, entre outros.

Por sua vez, os critérios de funcionamento foram definidos com base na segurança e na importância de cada atividade na economia estadual, expressas por meio de um Índice Setorial especialmente construído para esse fim. Em outras palavras, os protocolos segmentados levaram em conta a segurança das atividades econômicas em termos de maior ou menor risco de transmissão da doença e de circulação e aglomeração de pessoas, ponderada pela importância dos setores econômicos para o Estado. Dessa forma, se duas atividades possuem a mesma importância econômica, mas riscos diferentes, priorizou-se a de menor risco. Igualmente, caso duas atividades possuam riscos iguais, porém importâncias econômicas diferentes, priorizou-se a de maior impacto econômico.

Os protocolos foram construídos em duas rodadas de participação de setores do empresariado, dos sindicatos e da sociedade, sendo contínuo o canal de comunicação para discussão e construção intersetorial junto às equipes técnicas. As medidas são constantemente analisadas e revisadas conforme as novas experiências e evidências, bem como a partir do diálogo aberto e contínuo com os atores e os setores interessados. Cabe destacar, igualmente, a importante e decisiva contribuição dos veículos de comunicação, nas suas mais diferentes plataformas, na ampla divulgação dos mapas de risco a cada semana, o que representa um decisivo engajamento da população quanto às medidas de prevenção à doença.

O modelo do Distanciamento Controlado foi aprovado por 89,3% das prefeituras gaúchas, segundo pesquisa divulgada em 04 de agosto de 2020 pela Federação de Municípios – FAMURS13. Porém, sua implementação e adoção envolve desafios constantes de articulação intersetorial e interfederativa. Nesse sentido, a disposição ao diálogo e à concertação manifesta-se também na adoção da Gestão Compartilhada do Distanciamento Controlado.

¹³ Disponível em: <http://www.famurs.com.br/noticias/pesquisa-da-famurs-revela-o-pensamento-dos-prefeitos-sobre-o-modelo-de-distanciamento-controlado-do-governo-do-estado/>

Desde o dia 20 de junho de 2020, mês em que a pandemia avançava no Estado, e muitas regiões apresentavam bandeira vermelha no mapa do Distanciamento Controlado, o Governo passou a permitir que as regiões submetessem recursos de caráter técnico, apresentando dados que indicassem que o nível de risco fosse menor do que o apresentado no mapa preliminar. Assim, além dos onze indicadores existentes no modelo, outros dados poderiam ser avaliados de forma individualizada, a fim de aplicar as restrições mais severas somente quando elas fossem estritamente necessárias.

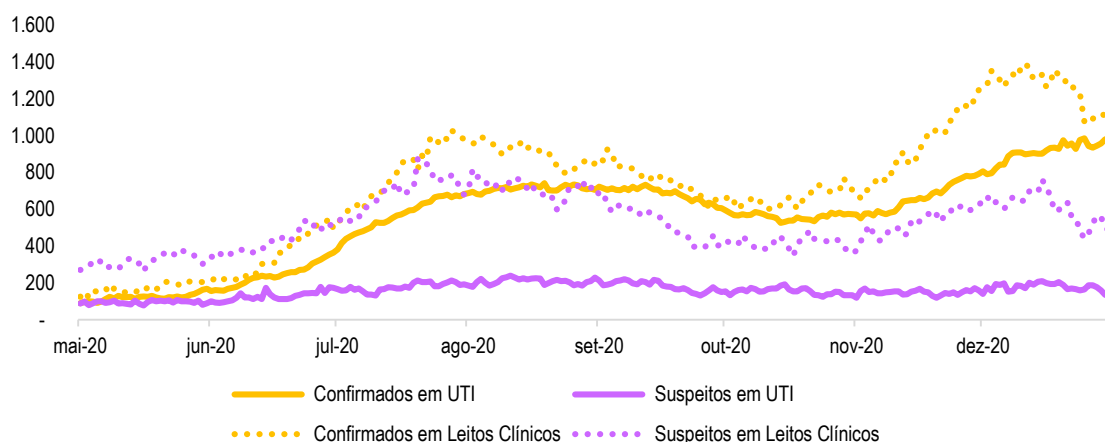
Enquanto nos meses de junho e julho, tradicionalmente de maior incidência de doenças respiratórias agudas graves no RS, houve um acelerado aumento de internados com coronavírus em nossos hospitais, o mês de agosto apresentou uma estabilização que permitiu ao Governo abrir a possibilidade da cogestão do modelo junto aos municípios. Outro fator relevante para essa decisão foi o fato de os municípios já estarem familiarizados com os dados e os protocolos criados. Ou seja, o Governo do Estado forneceu as ferramentas para auxiliar os municípios em suas tomadas de decisões, mas permitiu que elaborassem planos estruturados próprios, avaliados por equipe técnica e aprovados por, no mínimo, dois terços dos prefeitos da região, adotando protocolos distintos aos determinados nas bandeiras estaduais – desde que não mais flexíveis à bandeira de risco imediatamente anterior. A cogestão foi adotada por 19 das 21 regiões, ampliando não só a possibilidade de adaptação dos protocolos estaduais às realidades regionais, mas também o senso de responsabilidade compartilhada entre os entes no combate e no controle da pandemia no Estado.

Com todos os esforços, ao longo dos meses o Governo conseguiu ampliar a capacidade hospitalar instalada, evitando durante o ano de 2020 um cenário de esgotamento. Os primeiros leitos adicionados começaram a ser criados ainda na segunda quinzena de março e, ao final de dezembro, já havia um aumento de mais de 100% da capacidade de leitos de UTI adulto no Sistema Único de Saúde do Estado. Também foram adquiridos pelo Estado e recebidos do Ministério da Saúde em torno de mil conjuntos de monitores e respiradores necessários para disponibilizar novos leitos de UTI, além de outros doados pela iniciativa privada.

No período, ainda, foram comprados, com recursos do Tesouro estadual, 230 conjuntos de monitores e respiradores necessários para disponibilizar novos leitos de UTI, sem sobrepreço, e foram enviados ao Estado 853 conjuntos pelo Ministério da Saúde. Houve, também, a doação de 40 respiradores novos pela iniciativa privada, que arcou com o conserto de outros 161. Com a ampliação da rede hospitalar e a regulação, além das medidas de contenção efetuadas, a taxa média de ocupação das UTIs no Estado teve seu ponto máximo, no ano de 2020, no dia nove de dezembro, com 84,4%, tendo fechado o ano em 79,7%.

Além de ampliar a capacidade de atendimento, os esforços empregados pelo Governo do Estado tiveram o objetivo de “achatar a curva”, uma alternativa sugerida por especialistas para evitar-se o colapso nos serviços de saúde. Ao longo do ano de 2020 o RS deparou-se com duas ondas mais intensas (Figura 41).

Figura 41 - Número de internados Confirmados e Suspeitos em UTI e Leito Clínico no RS – mai-dez/2020



Fonte: Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul.

A primeira onda apresentou uma taxa de transmissão mais elevada entre junho e julho, provocando o pico de ocupações por COVID-19 em UTIs no mês subsequente, no dia 19 de agosto. A segunda apresentou

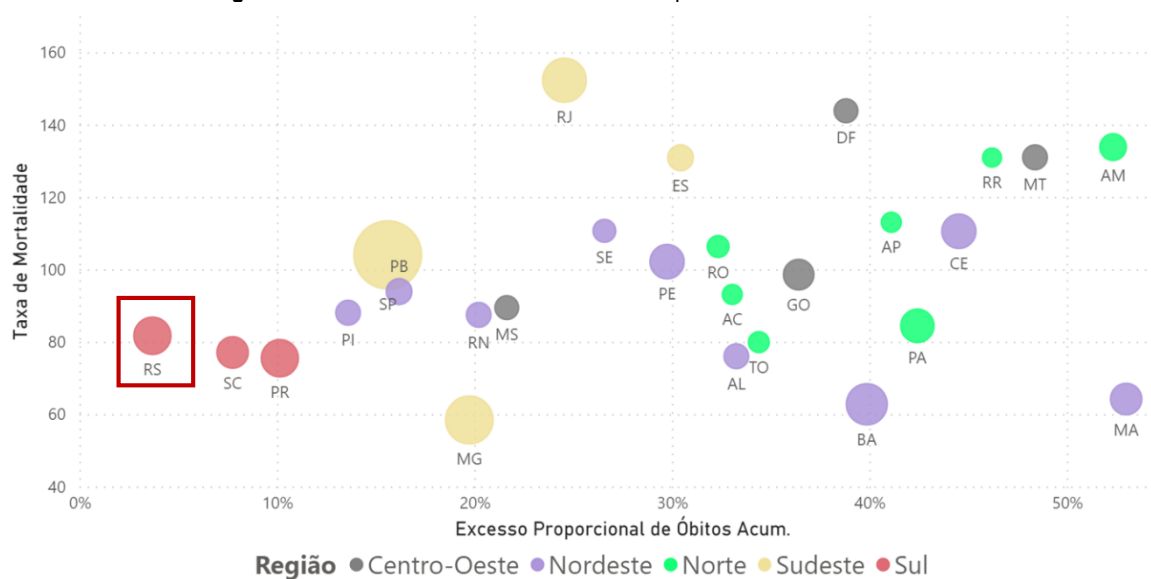
uma transmissão mais elevada em novembro, com o pico de confirmados em UTIs de 986 pacientes internados no dia 25 de dezembro (esse foi o maior número de confirmados em UTIs em toda a série histórica de 2020).

Como mostra a Figura 41, o RS terminou o ano de 2020 com uma quantidade elevada de pacientes em leitos clínicos e em leitos de UTI. No entanto, esses números apresentavam, respectivamente, tendência de redução e estabilização, o que ao mesmo tempo representa um alívio e um grande alerta, tendo em vista os possíveis efeitos que as festas de final de ano e de verão poderão gerar na taxa de transmissão.

O RS finalizou o ano de 2020 com 449,7 mil casos confirmados (3,96% da população) e com 8.872 óbitos por coronavírus, obtendo a sétima menor taxa de mortalidade por COVID-19 dentre os estados brasileiros (78 por 100 mil habitantes), bem abaixo da média brasileira (92,8 por 100 mil) (Figura 42). Esse dado se torna mais relevante, uma vez que o RS possui o maior percentual de idosos do Brasil, público mais vulnerável ao vírus. Assim, quando se divide o número total de óbitos por coronavírus pela população com mais de 60 anos de idade, o RS apresenta a segunda menor razão do País.

Ademais, até 21 de novembro (informação mais recente disponível), mantinha-se o estado com o menor excesso proporcional de óbitos¹⁴ (3,7%), indicador que busca identificar o diferencial do número de óbitos por causas naturais durante a pandemia em comparação com os óbitos esperados para o mesmo período com base na evolução dos anos anteriores (Figura 42). O acompanhamento desse instrumento complementa a análise dos óbitos das regiões, permitindo verificar os efeitos de causas diretas e indiretas da COVID-19, bem como apontar indícios de diferenciais de subnotificação dos casos de COVID-19 entre os estados. Com isso, permite-se melhores comparações, uma vez que pode haver variação na capacidade de detecção dos óbitos por coronavírus entre as unidades federativas. O bom resultado do Rio Grande do Sul também mostra que o Estado, além de alcançar números melhores do que a média nacional nos dados relativos à COVID-19, manteve o cuidado também das demais doenças.

Figura 42 - Taxa de Mortalidade e Excesso Proporcional de Óbitos – dez/2020



Fonte: Ministério da Saúde; IBGE; Conass.

Nota 1: O cálculo da Taxa de Mortalidade é por 100 mil habitantes.

Nota 2: A Taxa de Mortalidade utiliza dados até 31 de dezembro. O Excesso Proporcional de Óbitos é calculado com os últimos dados disponíveis, que compreendem o período do início da pandemia até 21 de novembro de 2020.

Nota 3: O tamanho do círculo representa a população de cada Unidade Federativa.

Além de proteger a vida, o Distanciamento Controlado tem permitido ao Governo administrar a crise sanitária sem recorrer à adoção de medidas bruscas de restrição à circulação de pessoas. Nas 34 semanas do modelo mensuradas em 2020, houve registro de somente uma bandeira preta, de maior restrição (mas que

¹⁴ CONASS (2020). Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Disponível em: <https://www.conass.org.br/indicadores-de-obitos-por-causas-naturais/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

não implica lockdown), e mesmo durante a vigência dessa bandeira ou de bandeiras vermelhas em algumas regiões, atividades como comércio e restaurantes não foram fechados na grande maioria das semanas, operando em modalidades ou horários alternativos, consensuados junto a representantes dos setores. Como resultado, a atividade econômica do Estado iniciou sua recuperação ainda na segunda quinzena de abril.

Após uma forte queda no segundo trimestre de 2020, o PIB do Estado cresceu 12,9% no terceiro trimestre, quando comparado com o trimestre imediatamente anterior, na série com ajuste sazonal. A economia reagiu bem depois de ser impactada por dois grandes choques no primeiro semestre: a pandemia e a forte estiagem, já relatadas em capítulos anteriores, cujos impactos são sentidos não apenas no setor agropecuário, mas em toda cadeia do agronegócio. Na periodicidade mensal, a produção industrial e as vendas do comércio do Rio Grande do Sul já ultrapassaram, em outubro, os níveis de fevereiro, mês anterior ao início da pandemia. O número de contratações de empregados formais superou o de desligamentos em novembro pelo quinto mês consecutivo. Da mesma forma, a arrecadação de ICMS seguiu crescente ao longo do segundo semestre, fechando o ano de 2020 com valor nominal superior ao arrecadado em 2019. Esses resultados evidenciam a trajetória de recuperação da economia regional após uma das maiores recessões da economia mundial.

No entanto, vale ressaltar que, mesmo com a forte reação da economia gaúcha, as perdas econômicas geradas pela pandemia em 2020 ainda são grandes. Não apenas no Rio Grande do Sul, mas também no restante do País, o setor de serviços ainda é o mais penalizado pela recessão, e sua recuperação plena dependerá, em grande medida, da resolução da crise sanitária que ainda afeta diversos países, dentre os quais, o Brasil.

Em síntese, as medidas adotadas pelo Governo ao longo de 2020, através de um plano claro, objetivo e transparente, vêm proporcionando que a população gaúcha possa seguir com êxito o enfrentamento dos desafios. Colocou-se à disposição um conjunto de informações com evidências e indicadores possíveis de serem mensurados na rapidez necessária para salvar vidas. Nesse aspecto, em particular, cabe salientar que, além dos técnicos do Estado, o Governo sempre contou com a participação de colaboradores externos, da academia e de organizações do Terceiro Setor, que oferecem conhecimento científico na definição de protocolos, na mensuração dos indicadores e na formulação de inúmeros estudos que subsidiam o Governo na tomada de decisões neste momento de extrema necessidade. Essa colaboração e a ponte criada também ficam como legado da experiência.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO - SPGG

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

Diretor Geral: Robson Ferreira

Subsecretário de Planejamento: Antonio Paulo Cargnin

Elaboração:

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL - DEPLAN

Diretor: Diego Ferrugem Cardoso

Diretora Adjunta: Juliana Feliciati Hoffmann

Equipe técnica: Diego Ferrugem Cardoso, Juliana Feliciati Hoffmann, Mery Stefani Leivas Pereira, Clarissa Black, Irma Carina Brum Macolmes, Leila Verena Rivas dos Santos, Christiano Moritz da Silva, Karine Martini da Silva, Paulo Augusto Coelho de Souza, Paulo Victor Marocco Milanez, Rosanne Lipp, Silvia Leticia Lorenzetti, Vanderlea Kich, Vera Ines Salgueiro Lermen e Marlise Margo Henrich.

Colaboração:

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - DEE

Pedro Tonon Zuanazzi (Diretor), Bruno Paim, Guilherme Risco, Marilene Dias Bandeira, Thiago Felker Andreis, Daiane Boelhauer Menezes e Rodrigo Morem Costa

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DOF

Alessandro Castilhos Martins (Diretor) e Adi Collaziol

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ESTRATÉGICO - DAE

Vinicius Piccini (Diretor), Daniela Loguercio Canepa e Jesiane Marion Fernandes

DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - DCPPP

Rafael da Cunha Ramos (Diretor), Luis Napoleão Zettermann (Diretor- Adjunto) e André Dernardin

UNIDADE DE ACOMPANHAMENTO DAS ESTATAIS - UNEST

Cecilia Rutkoski Hoff (Coordenadora) e Juliana Daniela Rodrigues

ASCOM

Lucas Sattler Barroso (Coordenador), Juliana Roll Gonçalves, Vinicius Ximendes Lopes e Priscila Barbosa Ely

Revisão: Marlise Margo Henrich

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:

Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa / Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2021.

115 p.: il.

1. Ciência Política. 2. Planejamento Governamental. 3. Gestão Pública I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. II. Título.

CDU 320

Bibliotecária responsável: Irma Carina Brum Macolmes – CRB 10/1393



rs.gov.br